



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS

**PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS**

**DOCUMENTO TÉCNICO
PARTE 1
PERFIL DO MUNICÍPIO**

JUNHO - 2004





Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios

Delmires de Oliveira Braga

Prefeito

Silvano Nascimento

Vice-Prefeito

Emilce Câmara de Almeida

Chefe de Gabinete

Tânia Maria Beserra Luis

Chefe de Gabinete

Secretaria de Planejamento e Urbanismo

George Frederico de Miranda Jordão Clark

Secretário

Fundação Getúlio Vargas

Carlos Ivan Simonsen Leal

Presidente

Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas

Bianor Scelza Cavalcanti

Diretor

FGV Projetos

César Cunha Campos

Diretor

Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável

Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo

Presidente de Honra

Mário do Nascimento Moraes

Coordenador Técnico

Cláudia Martins Dutra

Coordenadora do Plano Diretor

Equipe Técnica CIDS / FGV

Aluizio Loureiro Pinto

Administrador

Álvaro Pessoa

Advogado

Arthur Carlos Costa

Arquiteto

Cláudia Martins Dutra

Advogada

Fausto Delano Fest

Arquiteto e Urbanista

Flávio Pinto Bolliger

Engenheiro

Francisco Jacovino Monteiro de Sales

Arquiteto

João Paulo Villela de Andrade

Administrador

Luiz Alberto Cordeiro

Engenheiro Civil

Luiz Gustavo M. Barbosa

Administrador em Turismo

Marco Antonio Sarkis

Administrador

Maria José Parreira Xavier

Assistente Social

Marina de Aquino Parreira Xavier

Arquiteta e Urbanista

Mário do Nascimento Moraes

Biólogo

Marley Vanice Deschamps

Economista

Peter José Schweizer

Arquiteto e Urbanista

Ricardo Guterres

Arquiteto

Ricardo Valcarcel

Engenheiro Florestal

Sônia Helena Taveira de Camargo Cordeiro

Arquiteta e Urbanista

Vera França e Leite

Arquiteta e Urbanista



Equipe Técnica / Secretaria de Planejamento e Urbanismo

Antônio Carlos Lopes Amaral	Arquiteto e Urbanista
Carla Rocha Carneiro da Silva	Arquiteta e Urbanista
Cláudia Olympio da Silva	Arquiteta
Fábio Accioly Zogaib	Arquiteto e Urbanista
Nella Edit Serato	Arquiteta
Renato Ramos Silva	Engenheiro Civil
Virgínia Hatsumi Okabayashi	Eng ^a . de Telecomunicações

Apoio:

Antônia Geane Damasceno de Souza
Bruna Carvalho Moreira
Diego Vieira de Miranda
Geano Gonçalves Custódio
Ronald Ferreira Pantoja
Ricardo de Almeida Braga

Escritório do Plano Diretor

Pousada dos Tangarás, Armação dos Búzios – RJ



Agradecimentos

À população de Armação dos Búzios

Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios

Secretaria Municipal de Administração
Secretaria Municipal de Cultura
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Esportes
Secretaria Municipal Executiva
Secretaria Municipal de Finanças
Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento
Secretaria Municipal de Obras
Secretaria Municipal de Promoção Social
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Municipal de Serviços Públicos
Secretaria Municipal de Turismo
Procuradoria Geral do Município
Controladoria Geral do Município

Câmara Municipal de Armação dos Búzios

Vereador Fernando Gonçalves dos Santos - Presidente
Vereador Uriel da Costa Pereira – Vice Presidente
Vereador Paulo Pereira da Silva – 1º Secretário
Vereador Aziel da Silva Vieira – 2º Secretário
Vereador Valmir da Conceição Oliveira
Vereador Carlos Henrique Pinto Gomes
Vereador Carlos Henrique da Costa Vieira
Vereador Adilson Azevedo dos Santos
Vereador Evandro Oliveira da Costa
Vereador Isaías da Silveira



Cidadãos e entidades públicas e privadas:

Cláudio Antônio Gonçalves Egler – UFRJ
Daisy Justus – Antropóloga
Márcio Werneck da Cunha – Historiador
Neuza e Eduardo Nardelli – Pousada dos Tangarás
Philip Scott – Universidade Santa Úrsula
Renata Schmitt – Geóloga – UERJ e UNIGRANRIO
Rose Salgado – Secretária de Planejamento de Rio das Ostras

Aeroporto de Cabo Frio
Aeroporto Modiano
Brasil Cruise – Portos Turísticos
Capitania dos Portos – Marinha do Brasil
127ª Delegacia de Polícia Civil
CERJ – Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro
CREA-RJ – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro – Sede e Inspetoria Búzios
FIPERJ – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro
Fundação CIDE – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
Fundação Cultural Dom Manoel Pedro da Cunha Cintra
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEF – Fundação Instituto Estadual de Florestas / RJ
Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro
IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
ITERJ – Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Curitiba
PROLAGOS S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto
SEAAPI – Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior / RJ

SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano / RJ
SEMADS – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável / RJ
SEOPE – Secretaria Extraordinária de Obras e Programas Especiais / RJ
SEPDET – Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo / RJ
SERLA – Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas / RJ
SESRH – Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos / RJ
UFF – Universidade Federal Fluminense – Departamento de Engenharia Civil



ÍNDICE

1. O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO

- 1.1. Aspectos Históricos
- 1.2. Localização
- 1.3. Os Aspectos Geo-ambientais
 - 1.3.1. Geologia e Geomorfologia
 - 1.3.2. Clima
 - 1.3.3. Pedologia
 - 1.3.4. Recursos Hídricos
 - 1.3.5. Microbacias Hidrográficas
 - 1.3.6. Flora
 - 1.3.7. Fauna
 - 1.3.8. Recursos do Mar
 - 1.3.9. Áreas Sujeitas a Especial Proteção Ambiental
 - 1.3.9.1. Áreas de Proteção Ambiental – APA
 - 1.3.9.2. Áreas de Preservação Permanente - APP
 - 1.3.9.3. Demais áreas a serem preservadas
- 1.4. Estrutura e Dinâmica Populacional
- 1.5. Aspectos Fundiários
- 1.6. Espaço Urbano
- 1.7. Aspectos Culturais
 - 1.7.1. Meios de Comunicação
 - 1.7.2. Patrimônio histórico, cultural e arqueológico
 - 1.7.3. Sítios arqueológicos pré-históricos

2. ANÁLISE EXTERNA E INTERNA

- 2.1. A Inserção Regional do Município
- 2.2. A exploração Petrolífera na Bacia de Campos
- 2.3. Oferta e Demanda Atual do Município
 - 2.3.1. Habitação
 - 2.3.2. Educação
 - 2.3.3. Saúde
 - 2.3.4. Esportes
 - 2.3.5. Cultura
 - 2.3.6. Infra-estrutura e Serviços Urbanos
 - 2.3.6.1. Abastecimento de água
 - 2.3.6.2. Esgotamento sanitário



- 2.3.6.3. Drenagem
- 2.3.6.4. Sistema de limpeza urbana
- 2.3.6.5. Sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica
- 2.3.6.6. Sistema Viário
- 2.3.6.7. Transportes
- 2.3.6.8. Comunicações
- 2.4. Dinâmica Econômica
 - 2.4.1. Produção Rural
 - 2.4.2. Pesca
 - 2.4.3. Maricultura
- 2.5. Potencialidade Turística
 - 2.5.1. Oferta local de hospedagem
 - 2.5.2. Atrativos naturais
 - 2.5.3. Turismo náutico
 - 2.5.3.1. Esportes náuticos
 - 2.5.3.2. Transatlânticos
 - 2.5.4. Vôo livre
- 2.6. Promoção Social
- 2.7. Segurança Pública e Justiça
- 2.8. Gestão Municipal
 - 2.8.1. Estrutura administrativa
 - 2.8.2. Finanças
- 2.9. Legislação Municipal
- 2.10. Programas de Interesse do Município
- 2.11. Terceiro Setor
- 2.12. Pontos Forte e Fracos, Oportunidades e Riscos

Glossário

Bibliografia

Anexos



RELAÇÃO DE FIGURAS

01a – Armação dos Búzios – O Himalaia Brasileiro	Anexo
01b – Modelo simplificado da quebra de um continente	Anexo
01c – Ponto de interesse geológico: Ponta da Lagoinha	Anexo
01d - Ponto de interesse geológico: Praia Rasa	Anexo

RELAÇÃO DE GRÁFICOS E ORGANOGRAMAS

Gráfico 01 – PIB de Búzios e dos municípios vizinhos
Gráfico 02 – Evolução dos repasses de royalties e participações Especiais aos municípios – 1998/2002
Gráfico 03 - Corpo discente por níveis de ensino
Gráfico 04 - Quantitativo do corpo discente por localidade
Gráfico 05 - Metas de atendimento da PROLAGOS
Gráfico 06 – Número de escalas de navios/ano em Búzios

Organograma - Gabinete do Prefeito	Anexo
Organograma - Secretaria Municipal Executiva	Anexo
Organograma - Secretaria de Finanças	Anexo
Organograma - Secretaria de Administração	Anexo
Organograma - Secretaria de Planejamento e Urbanismo	Anexo
Organograma - Secretaria de Meio Ambiente	Anexo
Organograma - Secretaria de Habitação	Anexo
Organograma - Secretaria de Promoção Social	Anexo
Organograma - Secretaria de Serviços Públicos	Anexo
Organograma - Secretaria de Obras	Anexo
Organograma - Secretaria de Educação	Anexo
Organograma - Secretaria de Turismo	Anexo
Organograma - Secretaria de Saúde	Anexo
Secretaria de Esportes	Anexo
Procuradoria Geral	Anexo



RELAÇÃO DE QUADROS

- Quadro 01 - Bairros e microbacias
- Quadro 02 - Espacialização dos problemas ambientais tipificados
- Quadro 03 - Características ambientais relevantes para a gestão dos recursos hídricos do Município
- Quadro 04 – Flora endêmica/ameaçada de extinção
- Quadro 05 – Plantas medicinais e psicoativas
- Quadro 06 – Avifauna observada no Município
- Quadro 07 – Mastofauna observada no Município
- Quadro 08 - Análise das Áreas de Preservação Permanente
- Quadro 09 – População segundo situação do domicílio e gênero
- Quadro 10 - População por faixa etária
- Quadro 11 - Parcelamentos segundo a localização, situação de regularização, número de lotes, áreas públicas e infra-estrutura
- Quadro 12 - Características dos bairros de Armação dos Búzios
- Quadro 13 - Ocupação dos imóveis
- Quadro 14 – Jornais locais
- Quadro 15 – Sítios arqueológicos de Armação dos Búzios
- Quadro 16 – Empresas que exploram petróleo na região
- Quadro 17 – Condições de saneamento familiar
- Quadro 18 - Escolas públicas segundo a esfera de governo e total de alunos por nível de ensino
- Quadro 19 - Escolas particulares e total de alunos por nível de ensino
- Quadro 20 - Composição das equipes envolvidas com o programa Médico de Família
- Quadro 21 - Capacidade de atendimento da policlínica, segundo especialidade e número de profissionais
- Quadro 22 - Pavimentação das vias urbanas
- Quadro 23 - Linhas municipais de transporte coletivo
- Quadro 24 - Linhas de ônibus intermunicipais
- Quadro 25 - Distribuição de veículos automotores por nível de renda
- Quadro 26 – Movimento do aeroporto de Cabo Frio
- Quadro 27 - Percentual de estabelecimentos empregadores das principais atividades econômicas
- Quadro 28 - Estabelecimentos empregadores por bairro
- Quadro 29 - Percentual de estabelecimentos empregadores segundo tempo de funcionamento, por principais atividades econômicas
- Quadro 30 – Áreas plantadas
- Quadro 31 – Produção rural de Armação dos Búzios – junho de 2000 a junho de 2002
- Quadro 32 - Fluxo monetário entre as regiões sudeste e nordeste (%)
- Quadro 33 – Oferta de meios de hospedagem
- Quadro 34 – Empresas e profissionais que prestam serviços de esporte e lazer
- Quadro 35 - Servidores efetivos e comissionados
- Quadro 36 - Natureza da despesa - geral empenhado até dezembro/99
- Quadro 37 - Natureza da despesa - geral empenhado até dezembro/00
- Quadro 38 – Natureza da despesa – geral empenhado até dezembro/01
- Quadro 39 - Balancete da receita - julho de 2002
- Quadro 40 - Nível de participação dos recursos próprios na receita total
- Quadro 41 - Composição das transferências constitucionais



Quadro 42 - Participação das despesas com pessoal na despesa total

Quadro 43 - Receitas de capital

Quadro 44 – Evolução dos gastos públicos nos últimos 3 anos



RELAÇÃO DE MAPAS

Mapa 01 - Localização
Mapa 02 - Geologia
Mapa 03 – Microbacias em 2002

Cortes (referente ao **Mapa 03 Anexo: Microbacias**)

CORTE AA' – Intrusão marinha
CORTE BB' – Zonas hidrogenéticas
CORTE CC' – Obstrução de drenagem em planície de inundação
CORTE DD' – Exposição aos ventos leste e nordeste
CORTE EE' - Costões

Mapa 04 - Unidades de Conservação	Anexo
Mapa 05 – Bairros de Búzios	Anexo
Mapa 05a - Alto de Búzios	Anexo
Mapa 05b - Armação	Anexo
Mapa 05c - Baía Formosa	Anexo
Mapa 05d - Caravelas	Anexo
Mapa 05e - Cem Braças	Anexo
Mapa 05f - Centro	Anexo
Mapa 05g - Ferradura	Anexo
Mapa 05h - Geribá	Anexo
Mapa 05i - João Fernandes	Anexo
Mapa 05j - Manguinhos	Anexo
Mapa 05l - Ossos	Anexo
Mapa 05m - Rasa	Anexo
Mapa 05n - Tartaruga	Anexo
Mapa 05o - Vila Caranga	Anexo
Mapa 05p - Nova Búzios	Anexo
Mapa 05q - São José	Anexo
Mapa 06 – Loteamentos	Anexo
Mapa 07 – Ocupação dos imóveis	Anexo
Mapa 08 – Distribuição espacial das escolas	Anexo



1. O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO

1.1. Aspectos Históricos

Entre 1501 e 1502, realizou-se a primeira expedição naval portuguesa de reconhecimento do litoral brasileiro, onde grupos Tupinambá moravam em acampamentos, sobrevivendo da pesca, da coleta de moluscos e da caça. Todavia, até 1575 não há registro de qualquer presença européia na ponta de Búzios.

Em 1533, com a divisão das terras brasileiras em Capitânicas Hereditárias, a segunda porção da Capitania de São Vicente estendia-se sobre a área de domínio Tupinambá na região sudeste brasileira, incluindo tanto a ponta de Búzios como o entorno regional. Todavia, como o território não foi colonizado, de imediato, pelo donatário, alguns navios franceses passaram a traficar pau-brasil com os índios Tupinambás nos portos de Cabo Frio e do Rio de Janeiro, chegando, a realizar cerca de 10 viagens, em 1548.

Diante da lucratividade e da inexistência de repressão, os armadores do tráfico decidiram construir fortalezas-feitorias no Rio de Janeiro e em Cabo Frio, respectivamente, em 1555 e 1556. Este sistema militar - comercial ficou conhecido como “França Antártica” e, por pouco, não pôs fim à colonização portuguesa no sudeste brasileiro, não só pelo domínio naval absoluto, como também pela ação guerreira dos índios que, ao dispor de armas européias, reuniram-se na denominada “Confederação dos Tamoios”, para lutar contra o domínio da Capitania de São Vicente.

De 1580 até 1640, com o domínio espanhol sobre Portugal, navios de nações européias inimigas dos espanhóis afluíram à costa brasileira. Entre 1580 e 1615, muitas embarcações francesas, holandesas e inglesas dirigiram-se ao porto de Cabo Frio para carregar pau-brasil, apesar do bloqueio imposto pelos portugueses do Rio de Janeiro. Algumas optaram pelo porto de Búzios, embora, às vezes, fossem surpreendidas e capturadas. Esta pilhagem atingiu o auge de organização, quando o governador da Capitania do Rio de Janeiro associou-se a traficantes ingleses para carregar pau-brasil em Cabo Frio, mas por eles foi enganado e teve que expulsá-los, em 1615, depois de conseguirem levantar uma fortaleza-feitoria na barra de Araruama. No mesmo ano, o governador recebeu ordem real espanhola para fundar uma cidade, construir uma fortaleza e assentar duas aldeias de índios aliados, em sítios estratégicos – uma das quais na ponta de Búzios. Porém, só cumpriu a ordem de fundar a Cidade de Cabo Frio e a fortaleza de Santo Inácio, na barra de Araruama.

Entre 1616 e 1623, o capitão-mor de Cabo Frio reservou a restinga para assentamento da cidade, doando terras continentais propícias à pecuária e à agricultura para alguns poucos indivíduos e corporações religiosas do Rio de Janeiro, tendo estes que revalidar os títulos de propriedade com os herdeiros da Capitania de São Vicente. Entre 1617 e 1630, a instalação da Aldeia de São Pedro, composta por índios aliados Tupiniquim, sob direção de padres jesuítas, a construção do forte São Mateus, na barra de Araruama, e a colocação de vigias, desde a ponta dos Búzios até o cabo de São Tomé, possibilitaram que os portugueses combatessem desembarques inimigos e evitassem tentativas de conquistas francesas, holandesas ou inglesas.



Os religiosos da Companhia de Jesus, instalados em São Pedro, receberam a doação de uma ambígua sesmaria que lhes dava a possibilidade futura de escolher entre as terras do rio Una e as da ponta dos Búzios. A população indígena do aldeamento passou a se dedicar ao cultivo da mandioca, feijão e milho, à coleta de sal cristalizado naturalmente e à pesca, tanto na laguna como na ponta de Búzios, bem como à criação de gado no entorno da lagoa de Geribá.

A partir de 1660, a recém formada Câmara Municipal de Cabo Frio incentivou o comércio de escravos africanos para a produção de sal e promoveu o arrendamento temporário de várias praias da região a negociantes de pescaria de arrasto, inclusive na ponta dos Búzios, como Geribá e Marimondo (atual Ossos), apesar dos protestos dos jesuítas. Quase 30 anos depois, constatando a inviabilidade da criação de gado na ponta de Búzios, os religiosos optaram pelas terras do Una, onde construíram a fazenda Campos Novos, incentivando os indígenas a permanecer em seus ranchos e pescarias junto à praia.

A arregimentação forçada da mão-de-obra africana passou a ser cada vez maior, desde que as autoridades coloniais usurparam o domínio legal da Câmara Municipal de Cabo Frio sobre a ponta dos Búzios, cedendo a posse temporária dessas terras aos fabricantes de óleo e de barbatanas de baleia.

Na praia do porto da Armação, foram levantadas a fábrica com as fornalhas para a queima da gordura e os tanques para o armazenamento do óleo, a casa-grande dos administradores, a senzala de numerosos escravos e a capela de Santana – único prédio remanescente dessa época, construída pelo negociante e comendador português Visconde de Brás de Pina, em homenagem à santa, a quem se creditou o milagre de ter salvo do naufrágio um navio carregado de escravos. Por este motivo, Sant'Anna é reverenciada como padroeira de Armação dos Búzios.

Além da designação do Município, a memória da Armação permanece viva nos nomes da ponta da Matadeira – local em que a baleia era morta para a retirada das barbatanas – e da praia dos Ossos – local em que se enterrava a ossada desses animais.

A armação de baleias dos Búzios funcionou entre 1728 a 1768, embora tenha havido uma tentativa infrutífera de reativá-la no princípio do século XIX.

No final do século XVIII, constatam-se, na região, algumas fazendolas dedicadas à extração de madeiras nobres e à agricultura de sobrevivência, destacando-se a fazenda de gado dos beneditinos e a fazenda agro-pastoril de Campos Novos, denominada "d'El Rey" e arrendada por rico comerciante, após a expulsão dos jesuítas do território brasileiro.

No período imperial, logo após a independência do Brasil, famílias de homens livres sem terra ocuparam pequenas áreas próximas ao antigo estabelecimento baleeiro, dedicando-se à pesca, à salga de peixes, à plantação de mandioca e à produção de farinha. Pequenas fazendas se instalaram no entorno da ponta de Búzios enquanto estabelecimentos rurais de maior porte produziam café. Havia utilização de mão-de-obra africana.

As notícias sobre a presença de quilombos nas áreas interiores do território de Armação dos Búzios tornaram-se frequentes a partir da primeira metade do século XIX. Em meados do século, as praias da Rasa e José Gonçalves foram usadas como pontos de desembarque clandestino do tráfico negreiro africano, após a proibição do comércio de escravos no território



brasileiro. Depois da assinatura da Lei Áurea, escravos fugitivos ou ex-escravos libertos ocuparam e tomaram posse irregular de áreas junto às praias da Rasa e José Gonçalves.

Durante o século XX, Armação dos Búzios viveu alguns ciclos econômicos significativos. Nas duas primeiras décadas, o então 3º Distrito de Cabo Frio sobrevivia da comercialização do peixe salgado e da plantação de bananas.

Na virada do século, mais precisamente nos anos 20, o cultivo da banana ganhou expressão com a chegada à região do engenheiro alemão Eugenne Honold. Tornando-se proprietário da Fazenda Campos Novos, adquirida dos jesuítas, Honold estendeu suas propriedades por toda a península, chegando até os Ossos, visando, sobretudo, ampliar seu investimento. O negócio progrediu, empregando quase a totalidade dos moradores locais.

Em que pese a dificuldade referente à qualidade da mão-de-obra local, sua produção encontrou mercados receptivos na Europa. Entretanto, desentendimentos de caráter administrativo e operacional prejudicaram o bom andamento do empreendimento, fazendo com que Honold abandonasse Búzios, após o incêndio criminoso que extinguiu, por completo, a plantação.

Nesta época, Búzios apresentava infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários em situação de notória precariedade. A única estrada de acesso a Cabo Frio encontrava-se em péssimas condições e a região não contava com escola. A água provinha de poços públicos ou particulares e a iluminação pública era obtida por meio de lamparinas de óleo de mamona. A dieta alimentar baseava-se, sobretudo, em frutos do mar, farinha de mandioca, banana e frutas da época. As moradias, por sua vez, eram simples, baixas, com telhas coloniais, caiadas de branco, externa e internamente. A única festividade local era a dedicada, anualmente, à Sant'Anna.

Alguns anos mais tarde, os herdeiros de Honold, percebendo o valor e o potencial daquelas terras, decidiram retomar os investimentos na região, criando a Companhia Odeon, dando início, assim, a um projeto pioneiro de colonização, que inaugurava a fase moderna de Búzios.

Por volta dos anos 50, e por iniciativa das famílias Sampaio e Ribeiro Dantas, o Município começou a receber infra-estrutura básica. Foi aberta a primeira estrada/avenida – a atual Avenida José Bento Ribeiro Dantas - que corta todo o município em torno da qual surgiram os primeiros loteamentos, vendidos a alguns veranistas para a construção de casas de fim de semana.

Em 1951, é implantada a primeira linha de ônibus Cabo Frio–Búzios, facilitando o acesso a serviços médicos, educacionais e às repartições públicas. Nesse mesmo ano, Bento Ribeiro Dantas, então presidente da empresa aérea Cruzeiro do Sul, constrói sua residência de veraneio em Manguinhos. Seu envolvimento com a vila foi de tal ordem que acabou por atrair outros turistas para a região. Em virtude do empenho revelado, foi nomeado administrador honorário do 3º Distrito de Cabo Frio.

O crescimento de Búzios permitiu a instalação, ainda nos anos 50, de 1 escola em Manguinhos, onde estudou toda a velha guarda de Búzios, 3 armazéns e 1 sub-cartório. Nesta década já havia sido implantada a iluminação elétrica, fornecida por um motor a diesel, localizado na Usina, acionado ao anoitecer para funcionar até às 22 h, nos dias de semana, e até à meia noite, nos sábados e domingos. Dois aparelhos telefônicos com manivela e auxílio de



telefonista, ligados em extensão, um em Manguinhos e outro na Praia dos Ossos, e um posto de saúde precário, equipado com água a bomba e fogão a lenha, atendiam os habitantes da região.

Foi este o vilarejo encontrado por Brigitte Bardot quando, no início dos anos 60, chegou a Búzios. Encantada com a localidade estendeu sua permanência, despertando a atenção mundial para a região, que entrou na agenda do turismo internacional como um lugar simples, porém sofisticado.

Entretanto, o núcleo central da cidade, na época, limitava-se à praia dos Ossos, coexistindo com uma outra concentração em Manguinhos. Na atual rua das Pedras, naquele tempo sem as pedras, havia apenas uma igreja, o bar do Pacato, a casa-pousada do Ramón e a dos Búzios.

Se, nos anos 20, a chegada de Eugenne Honold significou um marco na história do desenvolvimento local, a estada de Brigitte Bardot e a inauguração da Ponte Rio-Niterói, na década de 70, contribuíram para impulsionar o turismo e a conseqüente ocupação no 3º Distrito de Cabo Frio.

Entretanto, o crescimento vertiginoso, estimulado por proprietários de terras e estrangeiros instalados na região, não contou com o apoio do Poder Público municipal. Intervenções de caráter especulativo, realizadas sem a devida atenção ao patrimônio construído e paisagístico, acarretaram diversas conseqüências sociais, econômicas, políticas e ambientais. Este incremento “desenvolvimentista” desordenado trouxe consigo, também sem medidas acautelatórias de controle, a aquisição de casas de pescadores, adaptadas para oferecer maior conforto, o estabelecimento de numerosas pousadas, restaurantes e bares.

Todavia, em que pese algumas melhorias, os moradores locais, aliados a influentes proprietários de terras e de casas de veraneio, insatisfeitos com o tratamento dispensado por Cabo Frio a Búzios, iniciaram, em fins da década de 80, o processo de sua emancipação. Em dezembro de 1995, foi criado o Município de Armação dos Búzios, após mais de 10 anos de reivindicação da população e depois da realização de plebiscito que obteve, como resultado, 96% de votos favoráveis à emancipação.

No ano seguinte, 1996, a população local elegeu, pela primeira vez, o Prefeito e os seus representantes para a Câmara Municipal, dando início a um processo político-administrativo e socioeconômico inteiramente novos.

A partir da década de 70, acelerou-se o processo de crescimento, muitas vezes desordenado, caracterizado por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente, como topo de morros, beira de lagoas e em sítios com declividade acima do permitido para edificações. As novas construções tornaram-se luxuosas, arquitetonicamente mais arrojadas, ainda que preservando o chamado “estilo Búzios”. Multiplicaram-se os condomínios fechados, os conjuntos habitacionais de alto nível, boa parte deles assentados ao longo das faixas litorâneas, desencadeando um processo de “privatização” das praias.

Búzios, em sua trajetória, tornou-se, sem dúvida, um lugar especial, onde a beleza privilegiada da natureza abriga a coexistência de diferentes estilos de vida e visões de mundo. Os traços de primitivismo ainda resguardados convivem, lado a lado, com intervenções extremamente



sofisticadas e modernas que apontam para um nível peculiar de heterogeneidade, típica de organizações sociais complexas.

A expansão do turismo, somada à presença marcante de estrangeiros, argentinos e franceses em sua maioria, estabelecidos na cidade, notadamente a partir dos anos 70, estimulou a inclusão de Búzios nos principais roteiros internacionais, tornando-a ponto de encontro de inúmeras nacionalidades, religiões, idiomas e culturas.

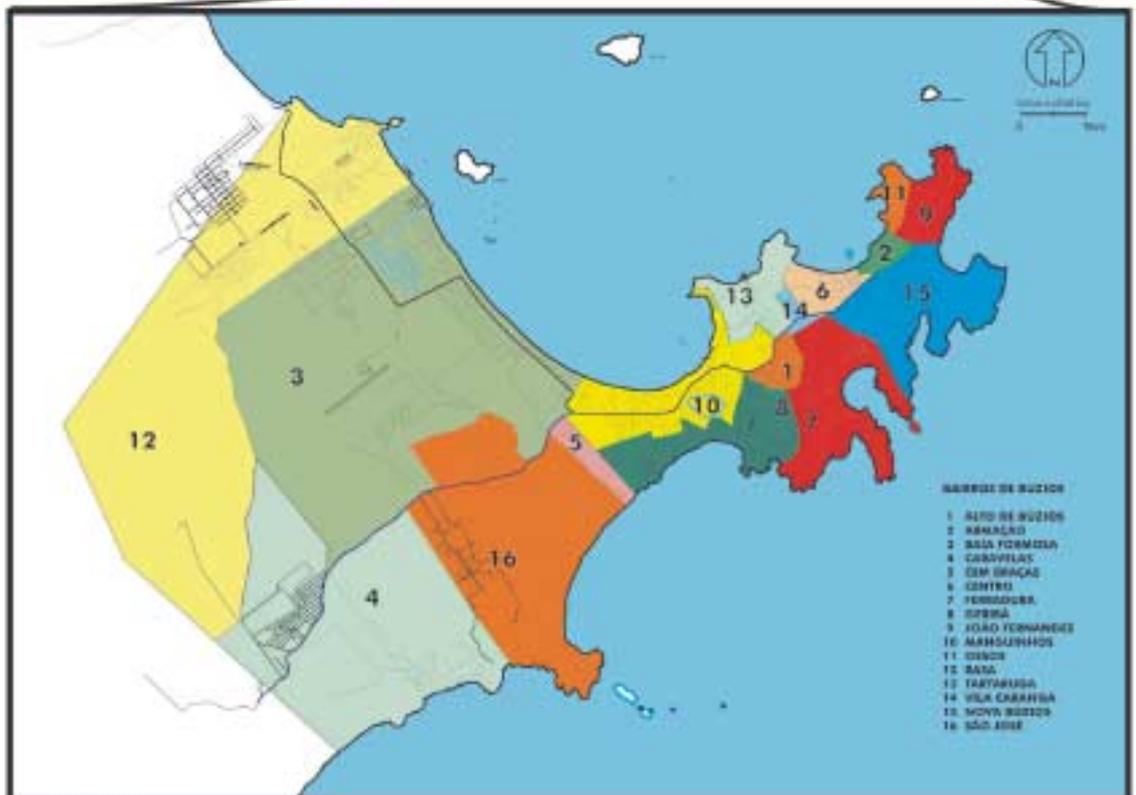
1.2- Localização

O Município de Araruama dos Búzios está incluído na microrregião dos Lagos (33.010) e faz parte da Região das Baixadas Litorâneas do Estado do Rio de Janeiro, classificada pelo IBGE como mesorregião 3304, composta por 12 municípios: Araruama, Araruama dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim (**Mapa 01 - Localização**).



MAPA 01 - LOCALIZAÇÃO

DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO





Armação dos Búzios localiza-se nas coordenadas geográficas 22^o44'49" de latitude sul e 41^o52'54' de longitude oeste, com uma altitude média de 3 metros. Limita-se a noroeste, oeste e sudoeste com o Município de Cabo Frio, do qual se emancipou em dezembro de 1995, e a norte, leste e sudeste com o oceano Atlântico.

A delimitação do território do Município, desde logo, revela o problema da imprecisão de seus limites com o vizinho Município de Cabo Frio. De acordo com o disposto na Lei Orgânica de Armação dos Búzios, a linha divisória entre os dois, mais especificamente, a que atravessa o Bairro da Rasa, faz com que partes de lotes desse bairro fiquem localizadas em Búzios e partes em Cabo Frio, o que configura uma situação absolutamente inadequada. Em que pese o entendimento comum de que o limite intermunicipal localiza-se na rua 22, deve-se observar que esta não abrange toda a faixa da divisa, restando um trecho a ser redemarcado. A questão merece esclarecimento, até por motivos fiscais, mas foge à competência municipal, na medida em que é atribuição estadual. Com esse propósito, e devido a sua relevância, vem sendo objeto de análise pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

A indefinição dos limites e, conseqüentemente, da superfície do Município, faz com que documentos distintos registrem diferentes áreas para Búzios, desde 69,28 km², 71,1 km² e 86 km².

Dista 160 km da cidade do Rio de Janeiro e 23 km de Cabo Frio. O acesso a Búzios é feito pelas rodovias BR-101 / RJ-106, a partir de Niterói, em direção ao litoral norte do Estado. Também é possível chegar-se a Búzios por via aérea, havendo um voo regular semanal, do Rio de Janeiro.

1.3. Aspectos Geo- ambientais

Um dos maiores desafios para o desenvolvimento sustentável municipal é conhecer o funcionamento dos ecossistemas e prognosticar os cenários futuros, obedecendo à sua capacidade de suporte. O primeiro passo é a verificação da capacidade de suporte dos seus ecossistemas, o atual nível de impacto, a sua resiliência, considerados a realidade atual e o provável desenvolvimento futuro.

Em Búzios, há distintos **ecossistemas**, com capacidade de carga, fragilidade e características ambientais diversas, demandando, para seu conhecimento, uma análise pormenorizada, sob diferentes enfoques. Consoante a ótica do desenvolvimento sustentável, em uma primeira abordagem, estes ecossistemas precisam ter seus fatores ecológicos¹ analisados individualmente. Em seguida, devem ser tratados holisticamente, para fins de planejamento ambiental e desenvolvimento regional, visando determinar os agentes causadores e estabelecer ações voltadas à **origem** dos problemas e não às suas **conseqüências**.

1.3.1. Geologia e Geomorfologia

A geologia regional caracteriza-se pela presença de embasamento cristalino Pré-cambriano, formado por rochas graníticas e gnáissicas, denominadas Unidade Região dos Lagos (REIS,

¹ Fatores ecológicos são os elementos da natureza que geram **atributos ambientais** na região. Podem ser causados por efeitos ambientais individuais e/ou conjuntos, constituindo características peculiares à paisagem, entre elas as peculiares de endemismo de espécies vegetais e animais, ecossistemas cuja beleza cênica, unicidade e importância ambiental para o resgate da sua história evolutiva, constitui-se em um dos principais atrativos turísticos de Búzios.



1982) recortadas por corpos metabásicos, incluídos na Unidade Forte de São Mateus (SCHMITT) et al., 1999a). Este embasamento ocorre tectonicamente intercalado com gnaisses de origem vulcano-sedimentar, denominados Sucessão Búzios e Sucessão Palmital (SCHMITT, 2001), ambos com a principal foliação subhorizontalizada (REIS, 1982; HEILBRON et al., 1982; BRASIL, 1983). A geologia meso-cenozóica é representada por um tectonismo que afeta as rochas do embasamento e as supracrustais, com o desenvolvimento de sistemas de falhas e fraturas em várias direções. Essa tectônica é relacionada ao evento de abertura do oceano Atlântico desde a fase pré-rift até a evolução tectônica da margem continental passiva recente. A região de Cabo Frio é atualmente um alto estrutural que separa duas grandes províncias de hidrocarbonetos das bacias marginais brasileiras: a Bacia de Campos, ao norte, e a de Santos, ao sul. A história magmática meso-cenozóica é representada por intrusões de diques máficos e "plugs" alcalinos (VALENÇA, 1976). Ocorrem dois "plugs" alcalinos importantes: (a) Ilha de Cabo Frio (com idade de 54 milhões de anos, SICHEL et al., 1997), ao sul de Arraial do Cabo, e (b) Morro de São João (com idade de 77 milhões de anos, SICHEL et al., 1997). As dimensões destes "plugs", que variam de 2-5 KM de diâmetro (VALENÇA, 1976), são comparáveis com os "plugs" do Eoceno, reconhecidos em perfis sísmicos na plataforma continental de Cabo Frio (MOHRIAK et al., 1990). A sedimentação é restrita à Era Cenozóica, representada por depósitos sedimentares fluviais do Terciário, atribuídos à Formação Barreiras. Sua evolução mais recente apresenta depósitos sedimentares marinhos e transicionais do Quaternário devido a influência das variações do nível do mar e por condições adversas como secas e baixas temperaturas (FEEMA, 1988; ARAÚJO, 1997).

O Município de Armação dos Búzios tem sido objeto de vários estudos geológicos nas últimas décadas pois possui características geológicas exclusivas e ocorrências raras dentro do Estado do Rio de Janeiro (REIS, 1982; HEILBRON et al., 1982; FONSECA et al., 1984; FONSECA, 1993; SCHMITT, 2001). Apresenta gnaisses típicos constituídos pelos minerais cianita, silimanita, granada, biota, entre outros, o que lhes dá um caráter de origem sedimentar (REIS, 1982). Estes gnaisses existem quase que exclusivamente na península excetuando-se pequenas ocorrências em Cabo Frio (SCHMITT, 2001). Estes afloramentos rochosos litorâneos podem ser observados em todos os costões de Búzios, com as melhores exposições na Ponta da Lagoinha e Costão do Forno, Ferradura, João Fernandes, Ponta do Boqueirão até a Laje do Criminoso, Praia Brava, Olho de Boi, Praia dos Amores e Tartaruga. Recentemente, alguns minerais foram datados fornecendo idades entre 520 e 500 milhões de anos (SCHMITT et al., 1999). As rochas da Ponta da Lagoinha ofereceram os melhores dados, sendo que o evento que gerou estes minerais foi denominado de Orogenia Búzios (SCHMITT, 2001). Este evento geológico refere-se a uma colisão de dimensões continentais que ocorreu naquele período da história do planeta, chamado de Cambriano. Nesta época, a região de Búzios tinha uma configuração semelhante ao Himalaia.

O Município também apresenta registros da abertura do oceano Atlântico, há 130 milhões de anos. Uma das estruturas mais marcantes é a Falha do Pai Vitório (REIS & LIGHT, 1982; REIS & MANSUR, 1995). Esta falha apresenta uma zona cataclástica com aproximadamente 10 metros de espessura que coloca o embasamento (Unidade Região dos Lagos) em contato lateral com sedimentos cenozóicos (Formação Barreiras), entre as praias Rasa e de Manguinhos em Búzios. A Falha do Pai Vitório é a provável continuação no continente de uma falha normal caracterizada em linhas sísmicas, formando um domínio estrutural dentro da bacia costeira marginal de Campos (MOHRJAK & BARROS, 1990). As rochas que representam esta época geológica são os diques máficos que ocorrem ao longo dos costões de Búzios, em especial, na Ponta do Marisco, no costão da Ferradura, na Ponta da Lagoinha e no costão de Fernandinho.



Quanto à geomorfologia, as planícies costeiras/marinhas constituíram-se entre formações geológicas fixas e resistentes da península, através de depósitos sedimentares (BRASIL, 1983), compondo as duas maiores unidades geomorfológicas: planícies e tabuleiros costeiros. Tais unidades morfológicas são o resultado da deposição de sedimentos continentais do Grupo Barreiras (Terciário Superior e Quaternário) e de origem marinha, fluvio-marinha, lacustre e eólica, acumulados a partir do Quaternário.

As planícies costeiras predominam nas proximidades do litoral (fundo das praias de Manguinhos e Rasa), estendendo-se até a base da Serra das Emerências (**Mapa 02 - Geologia**). Em função da diversidade de combinações morfoestruturais e morfoclimáticas são observados vários tipos de ambientes, como planícies aluvionares, terraços marinhos e marinho-coluvionares, rampas alúvio-coluvionares, cordões arenosos, lagunas assoreadas ou em vias de assoreamento, costões rochosos e colinas estruturais isoladas e dissecadas.

As planícies aluvionares, constituídas a partir da deposição dos sedimentos do embasamento cristalino no quaternário, formam extensos brejos (Fazendinha, Rasa, Baía Formosa e Paraúna), com solos inconsistentes e espessura inferior a 3,0 m. Os terraços alúvio-coluvionares são também relativamente extensos e dominam a paisagem entre o brejal Rasa - Fazendinha e a extensa área alagada que margeia o canal do rio Una, a oeste do Município.

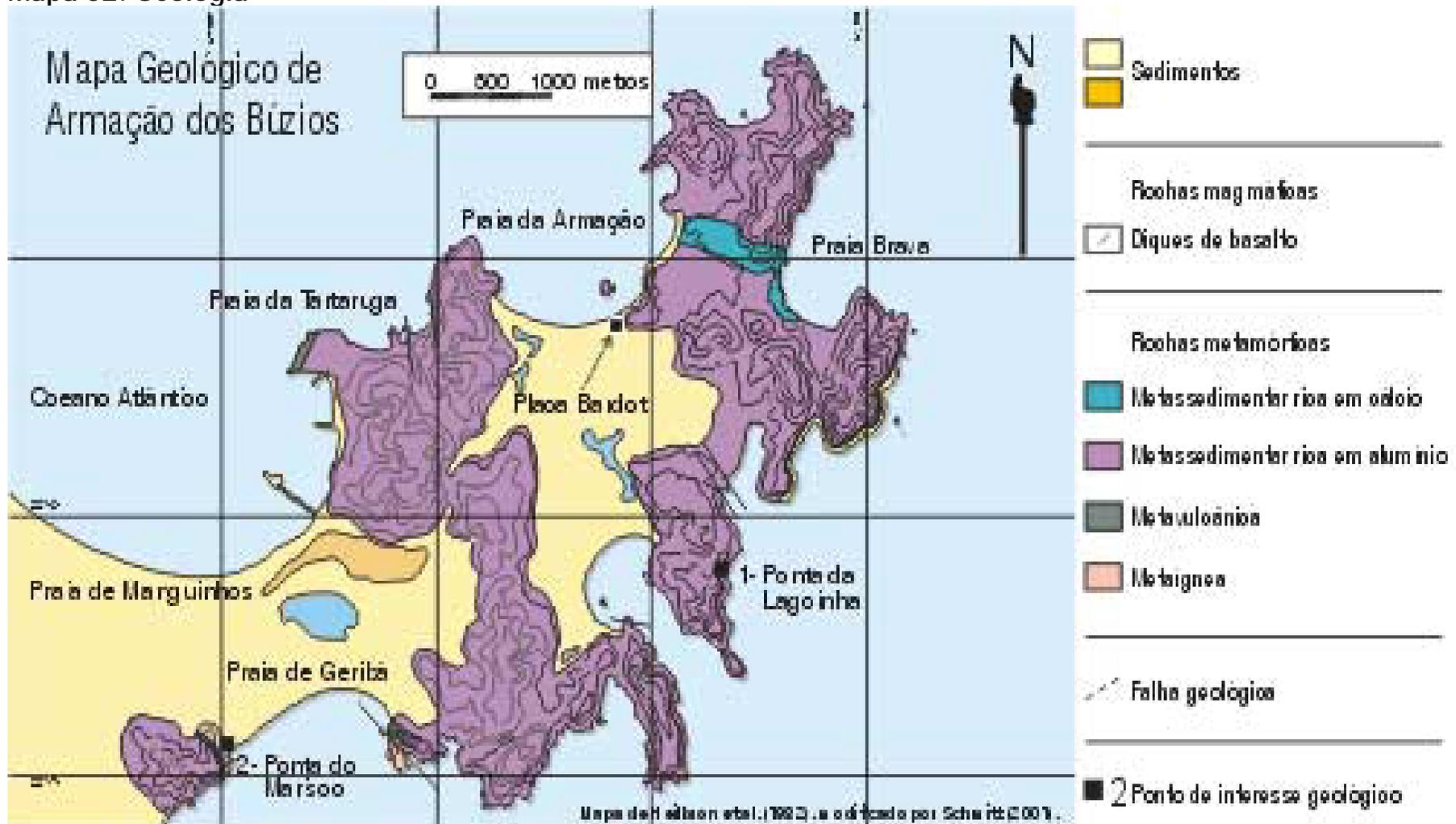
As restingas situam-se na região compreendida entre a península e a porção continental do Município. Os terrenos apresentam baixa declividade e aquífero com água salobra, devido à intrusão da cunha salina, cujo nível superior encontra-se próximo à superfície. São constituídos por areias marinhas e apresentam baixo teor de argila. Os cordões e bancos arenosos estão próximos às praias, formando pequenas dunas, fixadas pela vegetação/construção local.

O terraço marinho localiza-se entre a enseada de Búzios e o saco da Ferradura. O relevo plano apresenta lagoas incrustadas na base de morros ou próximo às praias. Tais corpos d'água apresentam pouca profundidade e extensão e não são perenes. Os usos indevidos das encostas acarretam o assoreamento, eutrofização e colmatagem das lagoas reduzindo a sua perenidade e vida útil.

Atuando permanentemente no modelado dos terrenos, existem os cordões praias em ambos os lados da costa, que conectam as colinas da península de Armação dos Búzios com a parte "continental" do Município, sobre o qual se distribuem lagoas e sistema de drenagem natural e vazadouro de esgotos.



Mapa O2: Geologia



Mapa geológico de parte do Município de Armação dos Búzios (modificado de HEILBRON et al., 1982 e SCHMITT, 2001). Fonte: UERJ



Devido às suas peculiaridades regionais e às influências que exercem sobre a constituição do meio físico, sustentáculos dos ecossistemas, os aspectos geológicos são importante acervo ambiental do Município, principalmente por estarem totalmente expostos nos costões. Nestes pontos de paisagem exuberante, com o mar ao fundo, as informações geológicas podem ser utilizadas como atrativo ecoturístico e também como fonte educacional. Por este motivo, o Município foi escolhido para o lançamento do Projeto Caminhos Geológicos, criado pelo Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro (DRM –RJ), vinculado à Secretaria da Indústria Naval e do Petróleo (SEINPE). Este projeto visa a colocação de placas explicativas nos pontos de interesse geológico em todo o território fluminense. Em parceria com o DER-RJ, a TURISRIO e as universidades, o DRM-RJ inaugurou placas explicativas na orla Bardot, no Pórtico turístico, na Ponta da Lagoinha, na Ponta do Marisco e na Praia Rasa (Figuras em Anexo: 01a: Armação dos Búzios - o Himalaia brasileiro; 01b: Modelo simplificado da quebra de um continente e abertura de um oceano; 1c: Ponto de Interesse Geológico – Ponta da Lagoinha; 01d: Ponto de Interesse Geológico – Praia Rasa)

1.3.2. Clima

A região apresenta clima de transição *Aw* para *Bsh*, segundo a classificação de Koppen, pois a precipitação anual oscila próximo a 800 mm/ano (NIMER, 1989). O perfil climático tende a um clima do tipo oceânico, pelo fato de a região situar-se no limite da zona de influência continental e, em parte, ao fenômeno de ressurgência (águas oceânicas frias ascendentes da Corrente das Malvinas - BARBIÉRE, 1975).

As chuvas são mal distribuídas, sendo que nos períodos chuvosos, de outubro a março, o índice pluviométrico pode igualar ou ser superior a dez vezes o da estação de estiagem (abril a setembro). A aproximação do litoral da massa de ar continental provoca chuvas intensas.

A região apresenta limitações de chuva e umidade, gerando elevadas taxas de evapotranspiração. O déficit hídrico, associado aos ventos e às variações sazonais, causa efeitos microrregionais específicos que, combinados com as peculiaridades geológicas, fazem com que as espécies vegetais que se adaptam ao local tenham demandas ecofisiológicas peculiares. Estes fatos, associados às áreas de domínio ecológico da Mata Atlântica no Estado, configuram o denominado “enclave geocológico local” (BARBIÉRE, 1975).

A temperatura média anual de 25°C, com mínima de 12°C e máxima em torno de 36°C (BARBIÉRE 1984), associada à frequência e intensidade dos ventos, gera altas taxas de evapotranspiração e déficit hídrico para os solos da região (FIDERJ, 1978), prejudicando o funcionamento dos ecossistemas que sofrem exposição aos ventos mais frequentes, secos e transportadores de aerossóis marinhos (Lestes).

A oscilação térmica diária na região apresenta aproximadamente 5°C de amplitude, sendo uma das mais baixas do Estado, fato este provocado pelo efeito dos ventos fortes e sensação de umidade propiciada pela vegetação local e brejais mantenedores de plantas verdes. Os ventos oceânicos mantêm a umidade relativa do ar em torno de 85% (BERNAL-CARLO & ROZE, 1995).

A reduzida oscilação térmica diária, associada aos ventos frequentes e permanente sensação de conforto térmico, favorece os esportes náuticos em geral e, particularmente, os de propulsão eólica, podendo viabilizar as diferentes classes de barcos, pois há numerosas raias, com variações de ventos, vagas e tamanhos.



Nos locais de vento abrigado, o clima permite a realização de esportes de quadras (tênis, vôlei, *squash*) e outros ao ar livre: trilhas para percursos, passeios de bicicletas com graus de dificuldades distintos.

1.3.3. Pedologia

As áreas de colinas e maciços costeiros apresentam solos podzólico vermelho-amarelo, pouco desenvolvidos, com profundidade que varia de poucos centímetros (litossolos) até 1,5 m. A pouca umidade retida nestes solos, devido à baixa infiltração, associada ao grande potencial evapotranspirante local, prejudicam o seu desenvolvimento pedogenético e a construção de solos. A elevada pedregosidade e a dureza do substrato são evidências de solos pouco desenvolvidos.

Em contrapartida, a orientação da rocha e o seu elevado grau de fissura geram condições micro-ambientais capazes de suportar vegetais que demandam um volume de água não disponível na região, facilitando o desenvolvimento de espécies com melhor grau de adaptabilidade a estas condições. Tais espécies contribuem para o desenvolvimento destes ambientes e criam propriedades emergentes capazes de abrigar espécies mais exigentes.

Os ambientes formados nestas paisagens são geotecnicamente estáveis, não havendo registros de movimentos de massa, mesmo em regiões declivosas. Os processos erosivos são originados, em sua maior parte, pelo traçado de acessos que drenam extensas regiões, não havendo cuidado no preparo do local de descarga destas águas captadas e conduzidas pelos acessos.

Nas planícies predominam solos hidromórficos, com diferentes frequências de encharcamento durante o ano. Eles se apresentam com cobertura vegetal própria, conferindo proteção contra a erosão.

Nas planícies marinhas observa-se a presença de areias quartzozas marinhas fortemente tingidas por matéria orgânica advinda das encostas e/ou formada nos brejais locais, resultando solos podzois hidromórficos.

1.3.4. Recursos Hídricos

O Município encontra-se na Região Hidrográfica 02 do Estado do Rio de Janeiro, constituída pelas bacias contribuintes aos rios Macaé, São João e Una, conforme deliberação número 804 da Comissão Estadual de Controle Ambiental (C.E.C.A), de 20/02/1986. Esta região compreende parte das bacias das encostas da serra do Mar e das colinas cristalinas da Região dos Lagos.

A bacia do rio Una atravessa vários municípios da Região dos Lagos, entre eles o de Armação dos Búzios, e deságua no distrito de Tamoios / Cabo Frio. A bacia do rio São João é o principal manancial de abastecimento de água do Município, a partir da adução efetuada no Reservatório de Juturnaíba, no Município de Silva Jardim.

A água distribuídas pelos caminhões-pipa, no Município, é de procedência duvidosa, sendo que alguns captam água oficialmente da concessionária, recebendo lacre de segurança e fazendo parte da demanda social (R\$ 7,00 tancagem) e outros em locais inadequados, sendo que o manancial subterrâneo do Capão pode gerar deplecionamento da superfície, além de eventuais danos a saúde, pois a qualidade do aquífero não é controlada.



Os aquíferos fissurais existentes em 80% da área do Estado do Rio de Janeiro podem ser alternativas de abastecimento, se bem estudados e avaliados, pois a vazão média estimada é da ordem de 5 m³/h (CPRM, 2001). No município de Armação dos Búzios eles não existem em função da geologia e geomorfologia locais, que determinaram a presença dos aquíferos sedimentares, onde os Cordões, Restingas e Terraços Litorâneos são os elementos da paisagem que regulam a recarga do freático. Estes tipos de aquíferos existem em 6,59% do Estado (CPRM, 2001) e são peculiares de cada região, em função da sua complexidade ambiental. Em comum, eles têm a alta fragilidade. Em Búzios, os brejais e lagoas são responsáveis pela sua recarga. Apresentam granulometria razoavelmente estratificada, composta com matriz siltica e, em alguns locais, argilosa. Os aquíferos são livres, rasos e normalmente salinizados. O aproveitamento é restrito à capacidade de recarga e à localização do poço dentro do aquífero. Os poços são rasos e captam águas superficiais (menos salinizadas), quando não poluídas.

O esgotamento sanitário, efetuado na rede de drenagem pluvial, verte para os canais, brejos, lagoas e praias, acarretando emanação de odores desagradáveis que incomodam a população residente e os turistas. Tal fato vem se verificando desde os primórdios da ocupação do Município, visto que os primeiros empreendimentos instalados na região já lançavam seus esgotos sanitários *in natura* em córregos, brejos, manguezais e diversas praias (BRAILE, JR., 1997).

O disciplinamento legal da gestão de recursos hídricos é incipiente, não havendo ações práticas sobre abertura e limpeza de fossas, contaminação do freático, zonas de despejo de esgoto, número, vazão (capacidade instalada de recalque) e profundidade de bombeamento dos poços, monitoramento do rebaixamento do freático, aterramento de brejais, lagoas e lotes (substratos alóctones), obstrução parcial da drenagem superficial e sub-superficial, bombeamento abaixo do aquífero (intrusão marinha).

Aproximadamente 10% das residências possuem poços e usam a água para diferentes fins, sendo a irrigação dos jardins o mais comum. Existe bombeamento de água salgada, remetida diretamente para a rede de drenagem / brejais, podendo modificar a natureza dos ecossistemas na região.

1.3.5. Microbacias Hidrográficas

Microbacia hidrográfica é uma área delimitada por divisores de água, onde há um direcionamento e sistematização dos diversos tipos de fluxos hídricos que dependem da natureza do meio físico e das ações que a sociedade exerce sobre eles. É uma unidade de planejamento ambiental, pois agrega elementos técnicos para avaliar a capacidade de suporte sobre o meio físico, incluindo a ação dos diversos segmentos da sociedade.

Para analisar o quadro ambiental de forma sistêmica, envolvendo parâmetros de controle ambiental e as possíveis modificações decorrentes do seu dinamismo, o Município foi dividido em microbacias hidrográficas, para as quais foram analisados os usos antes do período de crescimento imobiliário.

Embora seja impreciso definir os limites topográficos, pois não existe planta plani-altimétrica, eles foram traçados através dos arruamentos e de pontos cartográficos definidos, tais como redes de fiação elétrica, proximidades de costões, feições do terreno e afloramentos rochosos. Este mapa será atualizado quando a planta plani-altimétrica estiver concluída.



Nos primeiros tempos da ocupação de Búzios, a comunidade utilizava mecanismos próprios de abastecimento, constituídos por sistema de autocaptação e uso de mananciais locais. A menor demanda de água era atendida pela oferta da localidade. Há relatos pessoais de que certas denominações resultaram de situações locais, como “Saco de Fora”, atribuídas em função das dificuldades de os animais atravessarem os brejais profundos, carregados com peixes salgados em direção a Cabo Frio, sendo necessário desembainhar os cestos da montaria, ou seja, tirar o saco do lombo dos animais para que eles cruzassem essas extensões alagadiças. Antigos pescadores informam que uma canoa de madeira podia ser transportada de Armação à Ferradura, por dentro do brejo, sendo necessário empurrá-la em dados momentos, em função da pequena profundidade.

Atualmente, as novas demandas e ofertas de recursos hídricos geram problemas ambientais diferentes, que precisam de análises individuais e em conjunto, no âmbito das bacias hidrográficas. (Mapa 03: Microbacias, em 2002) Assim sendo, poder-se-ão construir modelos que retratem o funcionamento dos ecossistemas que alicerçam a base física do desenvolvimento sustentável do Município, definindo sua capacidade de suporte/carga.

O Mapa 03: Microbacias 2002 é detalhado pelos seguintes cortes:

CORTE AA' – Intrusão marinha;

CORTE BB' – Zonas hidrogenéticas;

CORTE CC' – Obstrução de drenagem em planície de inundação;

CORTE DD' – Exposição aos ventos leste e nordeste;

CORTE EE' – Costões.

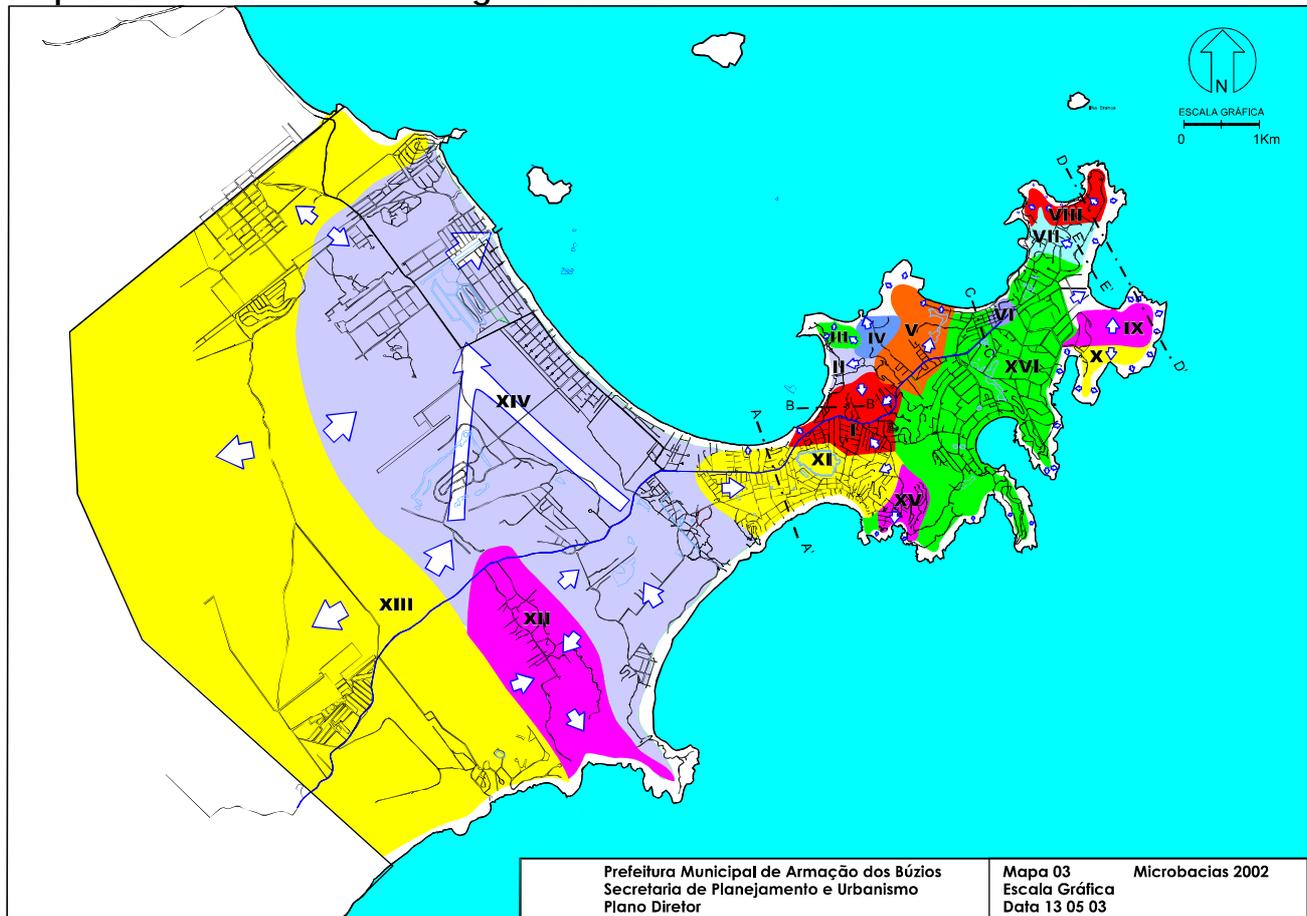
A sistematização dos problemas, ao longo de uma série histórica conhecida (1960-2002) permite o equacionamento das funções dos ecossistemas, bem como a prospecção de cenários futuros, base para o planejamento ambiental.

Um dos eventuais problemas ambientais, no médio prazo, é como harmonizar o crescimento urbano, causador da redução da infiltração das chuvas no solo, rebaixando o lençol freático e dificultando o acesso das plantas à água, com o esgotamento sanitário e a manutenção dos ecossistemas. Atualmente, o modelo de desenvolvimento não contempla o esgotamento sanitário para fora das microbacias e os efeitos das impermeabilizações têm sido mitigados pelas contribuições dos sumidouros, em que pese o lençol freático estar sendo poluído gradativamente.

Estes fatos, analisados no conjunto, revelam problemas, como a poluição dos aquíferos, línguas negras nas praias etc. Por outro lado, também trazem soluções, devido às modificações no padrão de vegetação esclerófila, de 1960, para arbustiva perene, em 2002, nas encostas ocupadas por edificações, que representam a oferta de condicionantes ambientais (umidade do solo devido à existência de sumidouros, irrigação, criação de microclima pelas edificações e plantio de espécies arbóreas exógenas), favorecendo o estabelecimento de propriedades emergentes aos ecossistemas, indispensáveis à sua autodeterminação, com a obtenção de novos patamares de equilíbrios homeostáticos, tornando as paisagens do Município ainda mais belas.



Mapa 03 – Microbacias Hidrográficas





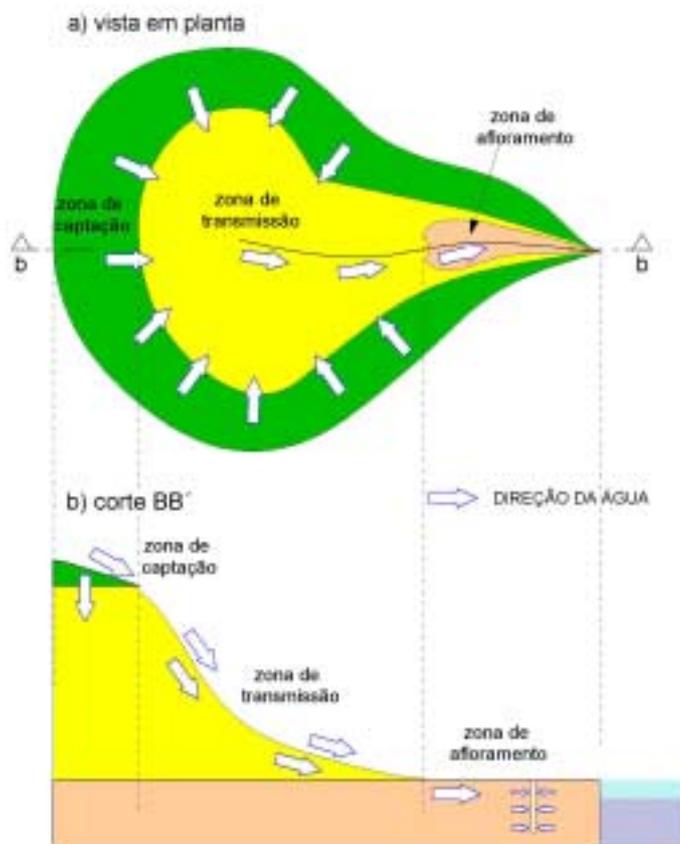
Corte aa' Mapa 03: Intrusão Marinha



AÇÕES	REAÇÕES
Impermeabilização do solo	Menor infiltração, menor recarga do freático, rebaixo do nível piezométrico, maior profundidade da água doce, redução da oferta para manutenção dos ecossistemas, redução da resiliência e propensão a substituição dos atuais ecossistemas, aumento probabilidade de intrusão salina e de formação de dunas móveis.
Bombeamento sem controle	Rebaixamento do lençol freático e aumento de propensão a intrusão marinha. O recalque de água salgada para usos menos nobres é uma forma de intrusão marinha e de descaracterização dos ecossistemas, prejudicando o desenvolvimento das suas funções das plantas no local.
Erosão e assoreamento	Reduz a profundidade de lagos e brejos afetando a capacidade de armazenamento dos reservatórios, promove selamento do fundo e reduz a função de recarga do freático que estes ecossistemas apresentam. Aumenta a propensão da intrusão marinha e inundações nas micro bacias.
Construção de sumidouros	Polução do aquífero, eutrofização dos lagos e recarga do aquífero.



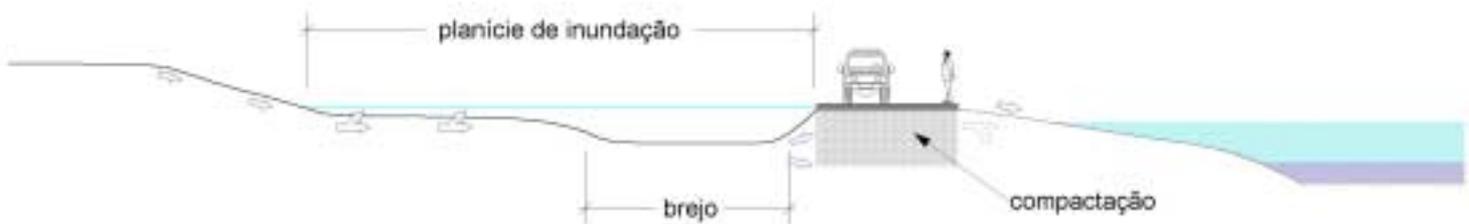
Corte bb' Mapa 03 - Zonas Hidrogenéticas



AÇÕES	REAÇÕES
Impermeabilização pela construção civil na zona de captação	<ul style="list-style-type: none"> - Redução da infiltração, perda de água na microbacia. - Aumento da erosão nas zonas de captação, transmissão e aforamento - Assoreamento dos lagos e brejos afetando a capacidade de armazenamento, infiltração e recarga do lençol freático na zona de aforamento nota: quando a orientação da rocha for discordante com a drenagem superficial, otimiza a infiltração e facilita o desenvolvimento dos ecossistemas.
Impermeabilização pela construção civil na zona de transmissão	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da erosão em sulcos - Aumento da concentração dos fluxos hídricos superficiais e de seus efeitos erosivos
Impermeabilização pela construção civil na zona de aforamento	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da desertificação do manto poroso, reduzindo seu papel como regulador de águas das microbacias
construção de acessos / rede de água pluvial	<ul style="list-style-type: none"> - Captam, conduzem e concentram a água. Se não for previamente planejado e ambientalmente avaliados, podem gerar os mesmos problemas da impermeabilização
construção de rede de esgoto	<ul style="list-style-type: none"> - Atualmente constituem fontes suplementares de água ao ecossistemas, contra restando os efeitos ambientais da impermeabilização, no futuro com a captação pela pro-lagos, poderá significar déficit hídrico.



Corte cc' Mapa 03 - Obstrução de drenagem em planície de inundação



AÇÃO	REAÇÕES
Modificação da declividade do terreno	<p>Obstrução do fluxo sub-superficial, gerando acúmulos e afloramentos em pontos de estrangulamento. Esta água aflorada evade da microbacia no momento da chuva, significando perda para o sistema.</p> <p>O excedente de água não infiltrada provocará todos os danos típicos de inundações (prejuízos materiais e ambientais)</p> <p>A obstrução da rede sub-superficial de água provocará a elevação das cotas máximas a montante, podendo criar problemas ambientais em áreas que funcionavam normalmente.</p>

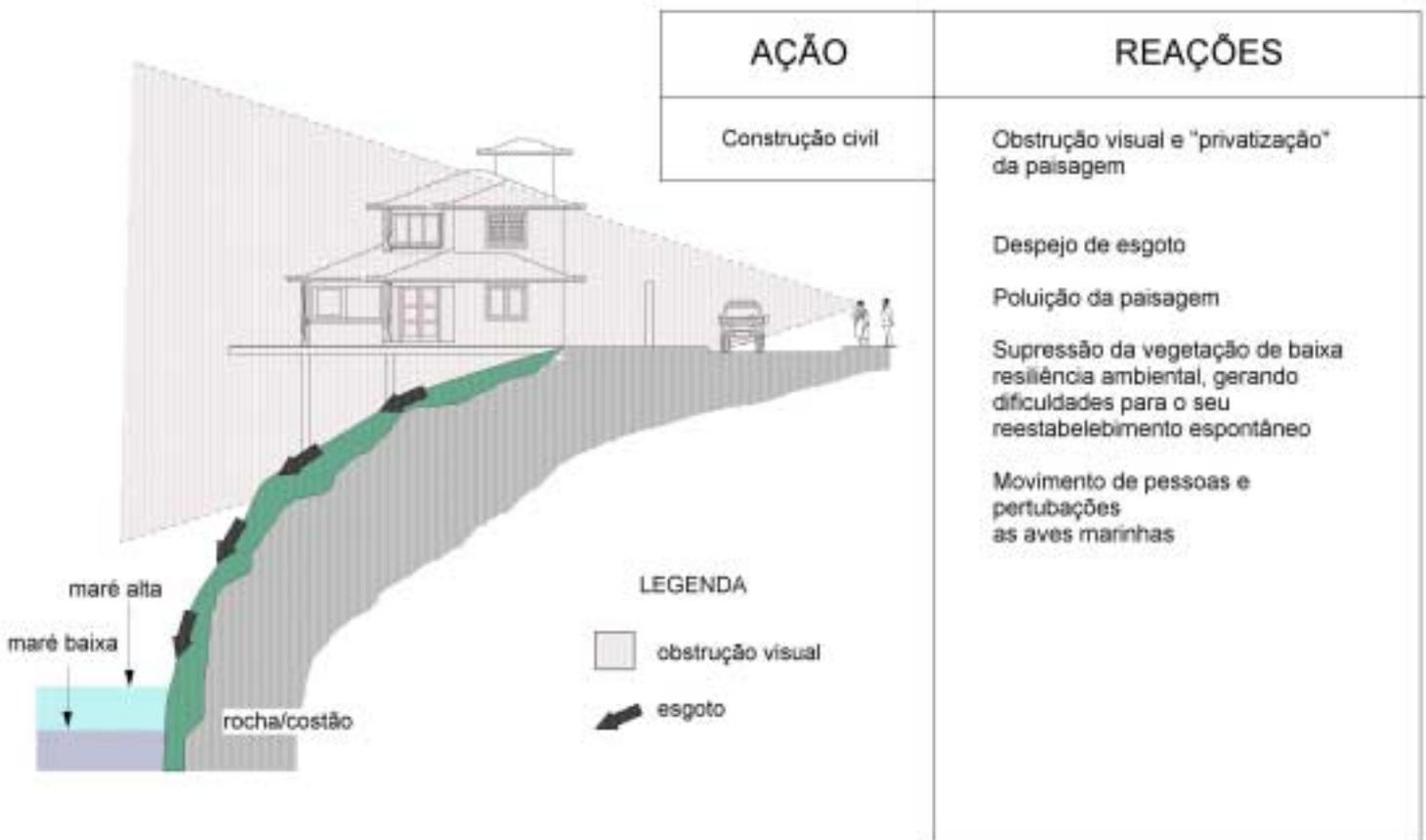


Corte dd' Mapa 03 - Exposição aos ventos leste/nordeste

exposição aos ventos leste e nordeste			Comentários Ambientais	Ações/Reações
ACESSO	CONDUÇÃO	FUGA		
OCEANO - VENTOS COM SENTIDO LESTE E NORDESTE	<p>relevo côncavo</p>	<p>concentra</p>	Maior dessecamento + maior resiliência = fragilidade 2	Construções em locais mais frágeis (fragilidade 4) geram impactos, onde a natureza dispõe de menor capacidade de auto-recuperação Construções em locais menos frágeis (fragilidade 2) permite que a natureza se auto regenere espontaneamente
	<p>relevo plano</p>	<p>mantém</p>	Médio dessecamento + média resiliência = fragilidade 3	Nota: As áreas expostas diretamente aos ventos secos e com alta concentração de sais, condicionam a forma da paisagem e seus usos devem ser criteriosos.
	<p>relevo convexo</p>	<p>dispersa</p>	Menor dessecamento + menor resiliência = fragilidade 4	



Corte ee' - Costões





Os cenários futuros, envolvendo os recursos hídricos, podem ser sintetizados de duas formas

- administração plena do abastecimento e esgotamento, pela concessionária, até 2007;
- administração plena do abastecimento e parcial do esgotamento, pela concessionária.

Em ambos os casos, os poços permanecerão abertos e se constituirão em alternativas de abastecimento, assim como aquele realizado através de caminhão pipa. As construções, impermeabilizações, modificações dos fluxos hídricos, os entulhamentos dos brejais e lagoas serão elementos prejudiciais para a manutenção dos ecossistemas.

Os ecossistemas estão sendo prejudicados, na medida em que as condições originais foram alteradas, temendo-se que a modernidade acarrete a supressão de sua principal fonte de abastecimento. Para que possam sobreviver, formas de auto regeneração deverão ser encontradas, sendo fundamental que o Município adote estratégias sustentáveis de utilização dos recursos ambientais, sendo o tratamento por microbacia uma alternativa viável e simples de gestão ambiental.

Como a questão do abastecimento de água encontra-se em fase de solução definitiva, o novo problema que surge é como harmonizar o crescimento do Município com a manutenção dos ecossistemas regionais e de suas belezas cênicas, que tanto atraem turistas para a região.

A água chegará e sairá do meio físico (ecossistema), via tubulação. A expansão urbana e suas implicações trazem, como consequência, a impermeabilização do solo e afetam a recarga do freático. Associado a este novo quadro que se desenha, há o aterramento das lagoas, brejos, impermeabilizações e um conjunto de atividades que podem modificar o funcionamento dos ecossistemas.

Para equacionar estes problemas, utilizou-se a microbacia como unidade de manejo. Ela é fisicamente delimitada no campo, tem seus procedimentos funcionais conhecidos e avaliáveis, servindo como elemento aglutinador de parcerias ambientais. A microbacia apresenta sensibilidade hidrológica a qualquer tipo de uso sobre as suas vertentes e a sociedade percebe suas consequências, identificando as relações de **CAUSA ⇔ EFEITOS**, o que poderá estimular a participação social na gestão dos recursos ambientais.

As 16 localidades/bairros do Município foram subdivididas em 17 unidades hidrológicas, estabelecidas de acordo com 4 tipos de padrões comportamentais definidores de unidades de planejamento ambiental (Quadro 01):

ELUVIAL - São áreas com pequena capacidade de retenção de água eluvial. Constituem 50,16% da área total do Município e se encontram nos locais de geologia e características geo-ambientais típicas;

ALUVIAL/ELUVIAL - Áreas com capacidade média de retenção de água nos sub-sistemas dos ecossistemas, combinando os efeitos hidrológicos de encostas íngremes com baixa infiltração com os brejais e lagos, zonas de recarga do freático - aluvial/eluvial, correspondentes a 45,60% do território municipal;

COSTÃO - Os costões, equivalentes a 1,95% do território municipal, não têm capacidade de auto-administrar água e ficam totalmente expostos a intempéries climáticas;



CORDÃO - Os cordões praias cobrem 2,29% do Município e constituem os divisores topográficos das microbacias hidrográficas. Encontram-se fragilizados pela exígua profundidade do lençol freático, forte influência das correntes marinhas e afastamento dos centros de recarga dos aquíferos.

Quadro 01 - Bairros e Microbacias

Microbacias (Mapa 03)	Bairros/Localidades	
Eluvial	I	Manguinhos e Alto de Búzios
	II	Manguinhos e Tartaruga
	III	Tartaruga e Manguinhos
	IV	Tartaruga
	V	Centro, Vila Caranga, Ferradura e Alto de Búzios
	VI	Centro e Armação
	VII	Ossos e João Fernandes
	VIII	Ossos e João Fernandes
	IX	Nova Búzios
	X	Nova Búzios
	XI	Manguinhos e Geribá
	XII	São José e Caravelas
Aluvial/Eluvial	XIII	Rasa, Caravelas e Baía Formosa
	XIV	Manguinhos, Geribá, Cem Braças, São José, Baía Formosa e Rasa
	XV	Geribá
	XVI	Geribá, Armação, Centro, Nova Búzios, Ferradura e Alto de Búzios
Costão	XVII	Rasa, Manguinhos, Tartaruga, Ossos, João Fernandes, Nova Búzios, Ferradura, Geribá, São José e Caravelas
Cordão	XVIII	Rasa, Baía Formosa, Manguinhos, Ferradura, Geribá, Cem Braças e São José

Fonte: Elaboração própria

O funcionamento das unidades hidrológicas foi caracterizado com base em situações reais qualitativamente descritas, que podem ser generalizadas para os demais segmentos das unidades hidrológicas (Quadro 02).

Quadro 02 - Espacialização dos problemas ambientais tipificados

Problemas	Microbacias hidrográficas (Mapa 03)
Intrusão Marinha	I; II; IV; V; VII; XII; XIV; XV; XVI;
Zonas Hidrogenéticas	I; II; III; IV; V; VII; VIII; IX; X; XI; XII; XIII; XIV; XV; XVI;
Obstrução de drenagem em planície de inundação	I; V; VI; VII; XII; XIII; XIV; XV; XVI;
Exposição ventos Leste	III; V; VI; VIII; IX; XIV; XV; XVI;
Exposição ventos Sudoeste	I; II; VI; VII; X; XI; XII; XIII; XV; XVI

Fonte: Elaboração própria

A **Intrusão Marinha** é um fenômeno típico de locais onde há permanente contato entre o aquífero e o mar, principalmente quando o ambiente perde paulatinamente a sua capacidade de auto-provimento dos aquíferos. Na Espanha há várias cidades turísticas com aquíferos totalmente salinizados pela abertura indiscriminada de poços profundos para o desenvolvimento de



atividades agrícolas, causando sérios prejuízos à economia local. Em Búzios, os aquíferos são rasos, chove pouco e de forma mal distribuída, ao longo do ano e há intensa perda de água por evapotranspiração. A recarga do freático depende da infiltração do meio cada vez mais impermeabilizado e das lagoas e brejais entulhados. Estes ambientes comportam ecossistemas ribeirinhos, cuja função está ligada à recarga do freático.

Atualmente, existe água doce próximo à Praia de Geribá (limpa), a Manguiños (no nível do terreno e poluída). Na região central do aquífero existem poços de água salgada com 5 m de profundidade. Quanto menor for a recarga do aquífero, maior a propensão de a água salgada invadí-lo, começando pelo cordão praial de Geribá, onde o nível da maré e a força das correntezas são maiores. Caso isto ocorra, haverá modificação dos ecossistemas que trará conseqüências negativas para a região: morte da restinga e de árvores, início dos movimentos de dunas, similares aos da Praia do Perú, em Cabo Frio.

A Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios, consciente destes processos, em cooperação com a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas - SERLA, demarcou o perímetro do entorno da lagoa de Geribá, através de Decreto, assim como empenhou recursos para contratar estudo com formas alternativas para revitalização da lagoa. Atualmente, o Parque da Lagoa de Geribá é umas das metas prioritárias da Prefeitura. O projeto prevê a recuperação dos 13 ha de espelho de água, construção de ciclovia de 1.700 m, 3 praças de esporte e a preservação da vegetação do entorno (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento - SECMAS- painel). A SECMAS está tramitando projetos similares para as lagoas dos Ossos e do Bosque (loteamento Gravatás).

As **Zonas Hidrogenéticas** são regiões por onde as chuvas são convertidas em diferentes fluxos na microbacia hidrográfica. São zonas onde os fluxos de água se formam e apresentam comportamento diferenciado dentro de cada microbacia, principalmente em função das suas características naturais, que dependem da conjugação de vários fatores geológicos, geomorfológicos e da ação dos componentes bióticos dos ecossistemas. Elas se dividem em Zona de Captação, Zona de Transmissão e Zona de Afloramento.

A característica principal da Zona de Captação é induzir a infiltração, permitindo que a água permaneça mais tempo dentro da microbacia, oferecendo meios para o desenvolvimento dos ecossistemas. A Zona de Transmissão conduz e a de Afloramento disponibiliza água (reserva do aquífero, poços, lagos, brejais), permitindo o seu uso e contribuindo para a sua conservação dentro da microbacia. Uma vez que a água sai da microbacia, ela está perdida para fins do balanço hídrico, não sendo permitido seu uso. Desta forma, uma enxurrada, além de sinalizar manifestação de precariedade do nível de equilíbrio ambiental dos ecossistemas e suas funções na microbacia, evidencia o uso indevido de alguns setores das zonas hidrogenéticas, além de significar perda de água do sistema, constituindo uma tendência de degradação ambiental.

A **obstrução de drenagem em planície de inundação** ocorre nos locais planos (Tucuns, Cem Braças, Bosque de Geribá), onde os fluxos predominantes são sub-superficiais dentro das microbacias. Elas se devem à construção de estradas, aterramento de lotes, construção de muros, entre outros. Como a declividade para escoamento da água é reduzida nas planícies de inundação, qualquer atividade que interrompa a livre circulação em poucos centímetros de altura pode significar a inundação de vários hectares de terreno, trazendo prejuízos para os moradores. No Município existem locais com maior propensão às cheias causadas por construção de casas e de acessos interrompendo os caminhos naturais de drenagem. Não há projeto de macrodrenagem e existe uma certa despreocupação das autoridades, baseada no baixo índice pluviométrico local.



A combinação da má distribuição das chuvas e sua exigüidade, associada à **exposição frontal aos ventos Leste** (desidratados e com alta concentração de sais evaporados da superfície do mar), provoca um efeito de aridez que dificulta a capacidade de resiliência dos ecossistemas. Este fato pode ser observado, com clareza, na Ponta Grossa, próxima à Praia Brava, onde um ecossistema com exígua capacidade de carga explorado com pecuária de subsistência ao longo dos últimos anos, não consegue apresentar capacidade de regeneração para reagir à pressão do pastoreio.

No Município do Rio de Janeiro, a Prefeitura está realizando um enorme esforço, a um alto custo, para reabilitar zonas similares a esta que, pelo seu elevado grau de degradação, causam sérios prejuízos à sociedade (rolamento de matacões, erosão, entulhamento da rede de drenagem e desconfiguração da paisagem).

Os setores submetidos a estes ventos podem ser classificados, quanto ao tipo de relevo, em côncavos, planos e convexos. A exposição do relevo à intensidade dos ventos foi classificada em áreas com tendência à concentração, manutenção e dispersão. Estas propriedades interferem na capacidade dos ecossistemas resistirem às intervenções exógenas, ou seja, na sua resiliência da seguinte forma: ecossistemas com feição Convexa apresentam menos resiliência do que ecossistemas com feição Plana que, por sua vez, têm menor resiliência do que os de feição Côncava.

Estas áreas tiveram a bananicultura como uso desencadeador da degradação. O setor com menor resiliência, cuja bacia aérea está diretamente submetida a estes ventos, é o que sofre mais para assimilar qualquer tipo de atividade geradora de impacto ambiental.

A **exposição aos ventos Sudoeste** segue modelo similar ao apresentado em relação aos ventos Norte e Leste, porém em sentido contrário, apresentando maior resiliência em função da maior frequência de recebimento de enxurradas. Sendo assim, as encostas, cujas bacias aéreas estejam submetidas diretamente à exposição dos ventos Sudoeste, receberão chuvas mais intensas do que as demais. Se não estiverem alteradas, os ecossistemas administram com facilidades estas chuvas, quebrando a energia das gotas de chuva através das massas foliares dos ecossistemas e, infiltrando a água devido à melhor estruturação do solo, resultado da maior ciclagem de nutrientes e do efeito estruturador da matéria orgânica sobre o solo, e escoando o excedente por drenagens intermitentes devidamente resistentes até o mar. Caso haja qualquer fator desencadeante de desequilíbrio ambiental, haverá a propensão de surgimento de erosão, em sulcos, nos relevos côncavos, e laminar, nos relevos convexos. Como, nestas áreas, os ecossistemas apresentam maior resiliência, a sua recuperação pode ser feita com facilidade, construindo-se rede de captação, condução e deságüe das chuvas para atuarem emergencialmente e através do plantio florestal para consolidar as funções dos ecossistemas no médio prazo.

Os **Costões** apresentam características ambientais próprias, com vegetação, fauna e atributos ambientais dependentes da combinação de todas as variáveis conformadoras do terreno. Eles fazem parte dos poucos locais onde ainda se pode apreciar livremente a paisagem, sem a presença de edificações. Nestes locais, a natureza é selvagem e guarda toda a força do mar, própria de um cabo que resistiu às pressões erosivas e que mais se parece com uma ilha, onde a coloração da água evidencia que se está em alto mar. Como estas áreas foram muito pouco edificadas e apresentam limitações ambientais, além de problemas sócio-ambientais, é muito provável que permaneçam como estão. O maior risco é a sua descaracterização com construções, despejo de esgoto e a privatização da paisagem.



Os **Cordões Praiais** são os locais mais valorizados do Município. Apresentam pequena infiltração, pois as edificações impermeabilizaram parcialmente os terrenos, a urbanização conduz rapidamente as águas para os brejais e, quando em maior intensidade, para os pontos mais baixos da microbacia, evadindo do sistema. O equilíbrio do lençol freático com a cunha salina causada pela oscilação das marés é tênue, dependendo mais das pressões hidrostáticas de todo o corpo captador de água e provedor da recarga do lençol freático.

Existem cordões praias com pouca água doce, limpa e perene durante todo o ano, como na restinga de Massambaba e Marambaia, no Rio de Janeiro. Outros casos são emblemáticos, como o sistema lagunar de Jeriquaquara, no Ceará, onde a Lagoa Azul é um dos principais pontos turísticos. Em nenhum destes locais há a pressão de uso similar à de Búzios, onde até os quiosques de beira de praia e os grupos de jogadores de vôlei abrem poços para atender suas demandas e usam água do lençol freático, sem parcimônia, em qualquer período do ano.

As 17 unidades hidrológicas tiveram suas áreas estudadas, a orientação do sentido predominante dos fluxos identificada, definindo exposição solar e capacidade evapotranspirante, declividade que define a capacidade da água evadir da microbacia, partes das áreas expostas aos ventos NE/L e SW. A parte referente às zonas hidrogenéticas foi calculada em área, por microbacias. Todas estas variáveis são definidoras da situação e, teoricamente não mudam com o tempo. Foram estudados dois momentos da ocupação de Búzios: um remonta ao período de 1960 e outro, ao atual (2002). A comparação entre os dois evidencia 2 microbacias degradadas, 2 microbacias com fragilidade máxima e 6 microbacias com fragilidade alta (Quadro 03).

Cabe esclarecer que a análise destas duas situações não contempla o esgotamento sanitário de todas as fossas existentes nas residências. Neste caso, o quadro agravar-se-ia ainda mais, pois haveria a falta de recarga decorrente da presença dos sumidouros.

Os ecossistemas que se desenvolveram nas microbacias constituem evidências do manejo executado pela sociedade (Mapa 03). A avaliação histórica dos processos envolvendo os diversos ciclos econômicos, aos quais o Município foi submetido, evidencia os problemas atuais e sinaliza as fragilidades das microbacias (Quadro 03).



Quadro 03 - Características ambientais relevantes para a gestão dos recursos hídricos do Município

Tipologia/ Microbacia	Características ambientais									Antes de 1960		2002		Tendências futuras			
	Área (ha)	Orient.	Decl. %	Ventos (% área)		Zonas hidrogenéticas (% área)			Cobertura natural (% área)	Conseqüências	Cobertura natural (% área)	Conseqüências					
				NE/L	SW	Capt	Transp	Aflor									
Eluvial	I	243,87	SW														
	II	53,32	SW	10	0	40	20	40	40	90	Recarga freático	20	Freático poluído	Bacia degradada			
	III	56,88	N	15	0	0	30	60	10	100	Brejos	50	Brejos assoreados	Fragilidade 4			
				30	100	0	10	80	10	100	Ecos. seco com partes úmidas	**95	Ecos. seco com partes úmidas	Fragilidade 4			
	IV	56,88	NW														
	V	162,82	N	10	60	0	10	90	0	100	Ecos. Seco	90	Ecos. seco	Fragilidade 4			
	VI	24,14	N	15	70	0	60	30	10	100	2 lagoas	70	2 lagoas poluídas	Fragilidade 3			
				6	100	0	0	100	0	40	Poluído	0	Poluído	Bacia degradada			
	VII	122,29	W														
	VIII	97,40	N	30	0	50	30	40	30	100	Lago	20	Lago seco erosão	Fragilidade 2			
	IX	138,64	N	40	100	0	70	30	0	100	Ecos. Seco	100	Ecos. seco	Fragilidade 5			
				40	100	0	10	90	0	100	Ecos. Seco	100	Ecos. seco	Fragilidade 5			
	X	81,05	S														
XI	97,40	S															
XII	97,40	SL	35	0	10	10	90	0	100	Ecos. Seco	100	Ecos. seco	Fragilidade 4				
XIII	407,40	NW	40	0	90	10	80	10	100	Ecos. divers.			Focos erosão	Fragilidade 2			
			15	0	10	50	20	30	100	Ecos. Seco	90	Agricultura subs. / APA	Fragilidade 3				
			5	0	20	20	20	60	*100	Ecos. Pobre	90	Solo pobre	Fragilidade 3				
Aluvial/Eluvial	2.428,06	NW															
			XV	6	NW												
						XVI	325,69	S									
									488,45								
			3	30	0	10	5	85	100	Vários brejos	***80	Rebaixo freático	Fragilidade 3				
			5	20	40	20	0	80	80	Vários brejos	10	Rebaixo freático / poluição	Fragilidade 3				
			8	30	20	40	20	40	80	Vários brejos	20	Assor. inund. e intrusão marinha	Fragilidade 3				
Costão	XVII	138,68	Várias	100	60	35	0	0	0	100	Manut. Ecosiss.	90	Esgoto	Fragilidade 4			
Cordão	XVII	162,82	Várias	10	60	10	100	0	0	80	Manut. Ecosiss.	20	Rebaixo freático	Fragilidade 4			

Nota: * Pastagens; ** acesso; *** Marina Porto Búzios

Fragilidade reflete a resiliência das microbacias em função dos seus atributos ambientais e o nível de antropização (1 mais resiliente e 5 menos resiliente).

Fonte: Elaboração própria



1.3.6. Flora

A vegetação local é considerada um enclave de Caatinga no seio da área de domínio ecológico da Mata Atlântica. Associada às peculiaridades ambientais da região, confere um caráter especial à vegetação, que a coloca na categoria de vegetação ameaçada de extinção (Quadro 04), pois o endemismo é muito grande, faltando conhecimento científico e estudos botânicos para aprimorar as informações e evidenciá-las para a sociedade (FEEMA, 1988). Há claros indícios apontando a necessidade de preservação e conservação deste ecossistema, enquanto ele ainda perdura (ULE, 1967; CORDEIRO, 1998; BERNAL-CARLO & ROZE, 1995, RODRIGUES, 1998; FARÁG, 1999).

Quadro 04 - Flora endêmica/ameaçada de extinção:

Famílias	Espécies	Fontes
Não especificadas	<i>Cryptanthus acaulis</i> <i>Capparidastrum brasilianum</i> <i>Cannarus nodosus</i> <i>Erythroxylum glazioui</i> <i>Banisteriopsis sello wiana</i> <i>Inga maritima</i>	ARAÚJO <i>et al.</i> , 1988
Não especificadas	<i>Chrysophyllum januariensis</i> <i>Marielia scottii</i> <i>Rollinia parviflora</i> <i>Bonnetia stricta</i> <i>Cannarus ovatifolius</i> <i>Cathedra bahiensis</i> <i>Stephanopodium blanchetianum</i>	DAVIS <i>et al.</i> , 1997
Bromeliaceae	<i>Tillandsia neglecta</i> <i>Tillandsia gardneri</i>	Vários autores
Cactaceae	<i>Pilosocereus ulei</i> (K.Schum.) Byl. & Rowl	
Rubiaceae	<i>Faramea grazielae</i> M. Gomes <i>Faramea brachyloba</i> M. Arg	
Ochnaceae	<i>Ouratea luschnathiana</i> (Tiegh.) K. Vamo	
Erythroxylaceae	<i>Erythroxylum glazioui</i> O.E.Schulz	
Leguminosae	<i>Swartzia glazioviana</i> Taub.	
Annonaceae	<i>Duguetia riedeliana</i> R.E.Fries <i>Duguetia rhizantha</i> ,	
Passifloraceae	<i>Passiflora farneyi</i> Pessoa & Cervi	
Rutaceae	<i>Conchocarpus diademafus</i> Pirani	
Asteraceae	<i>Idiothamnus pseudogyales</i> King & Rob.	
Theophrastaceae	<i>Jacquinia brasiliensis</i> Mez	
Leguminosae	<i>Caesalpinia echinata</i> Lam.	

Fontes: ARAÚJO, *et al.*, 1998; ARAÚJO, 1997; BERNAL-CARLO, & ROZE, 1995; BERNARDES *et al.*, 1990; BRASIL, 1983; CORDEIRO, 1998; FARÁG, 1999; IBAM, 1999; KLELMAN *et al.*, 1990; LACERDA *et al.*, 1993; RIZZINI, 1979; RODRIGUES, 1998; SERLA, 2002; SICK 1984; ULE, 1967; URURAHY *et al.*, 1987.

A vegetação foi classificada como Estepe Arbórea Aberta (BRASIL, 1983) ou Estepe Nordestina (URURAHY *et al.*, 1987) e sua origem está relacionada à flora pleistocênica que medrou na região sob clima mais seco e frio (AB'SABER, 1974).

A região de Cabo Frio e Armação dos Búzios integra um dos 12 Centros de Diversidade Vegetal (CDV's) do Brasil, oficialmente reconhecidos pela WWF/IUCN (ARAÚJO, 1997; DAVIS *et al.*,



1997). A área do CDV litorâneo do Estado do Rio de Janeiro espraia-se entre Araruama e Cabo Frio até a desembocadura do rio Una, abrangendo, aproximadamente, 1.500 Km² entre o nível do mar e 500 m.

O conjunto da vegetação do CVD/RJ é formado, sobretudo, por matas de restinga, mangues e associações florísticas de ambientes paludosos, assim como remanescentes de Mata Atlântica do tipo Floresta Ombrófila Densa e Floresta Estacional Semidecidual e traços de Estepe Arbórea Aberta (BRASIL, 1983).

A Estepe Arbórea Aberta é a formação vegetal constituída por mata baixa, com perfil arbóreo/arbustivo (3 m de altura média) sobre vertentes expostas à salsugem e ventos marinhos nos maciços litorâneos. É composta por árvores de copas adensadas e troncos finos, sendo que nos locais abrigados o porte da vegetação é maior, como se verifica em áreas de Mata Atlântica do tipo baixo - montana da Serra das Emerências (RIZZINI, 1979).

A composição florística da vegetação de restinga da região de Búzios/Cabo Frio é mais rica em espécies do que as demais no Estado do Rio de Janeiro, possuindo cerca de 57% das espécies dispersas sobre 12% da área total no Estado. Contém 26 das 32 espécies endêmicas conhecidas para as restingas do Rio de Janeiro (LACERDA *et al.*, 1993), cerca de 300 espécies e 70 famílias de plantas típicas de morros costeiros e planícies colúvio-aluviais (ARAÚJO, 1988).

Os aspectos etnobotânicos e medicinais das famílias botânicas regionais (Quadro 05) ainda não foram estudados satisfatoriamente, a despeito do seu potencial estabelecido pelas peculiaridades ambientais da região e a julgar pela sua importância regional e aparente efetividade atribuída pela população local. PLOTKIN & SCHULTES (1985) estabeleceram vínculo estreito entre a sabedoria popular e a efetividade das medecinas tradicionais. Cerca de 70 espécies de plantas são utilizadas para a cura de diversos males da saúde.

Quadro 05 - Plantas medicinais e psicoativas

Famílias	Espécies	Fontes
Não especificadas	<i>Anthurium sp</i> <i>Bilbergia sp</i> <i>Philodendrum sp</i>	HARBONE & MABRY, 1982
	<i>Aristolochia sp</i> <i>Gutteria sp</i> <i>Protium sp</i> <i>Caraipa sp</i> <i>Clusia sp</i>	BERNAL-CARLO & ROZE, 1995

Fonte; BERNAL-CARLO & ROZE, 1995; HARBONE & MABRY, 1982

De acordo com o tipo de terreno, disponibilidade de água, relevo, influência marinha e mesoclimas, diferentes tipos de associações florísticas podem ser verificados, em distintas partes de Armação dos Búzios. Os principais tipos de vegetação que ocorrem no município dizem respeito a:

Mata Atlântica
Formações Pioneiras
Estepe Arbórea Aberta
Vegetação de Mangue



Vegetação de Restinga
Vegetação Herbácea Brejosa
Mata Paludosa
Vegetação de Natureza Antrópica

Desde o início de 1997, o Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro estuda diversos remanescentes florestais na Região. No que se refere ao pau-brasil, em particular, a referida instituição selecionou, no nível nacional, áreas de ocorrência da espécie para fins de conservação. A área da localidade de José Gonçalves foi selecionada com alta prioridade para fins de conservação da espécie. O trabalho foi iniciado com a demarcação de parcelas permanentes, medição e marcação de indivíduos para serem monitorados ao longo de dez anos.

Equipes dos Programas Conservação e Zona Costeira investigam áreas de florestas remanescentes do tipo Estepe Arbórea Aberta (RADAM, 1983) com o objetivo de gerar informações necessárias ao entendimento da relação existente entre o pau-brasil e outras espécies botânicas e caracterização da vegetação regional, extremamente complexa e diversificada, cuja origem está relacionada a fatores abióticos diversos, como pluviosidade entre 800-900 *mm/ano*, tipos de solos, ressurgência, situação geográfica, ventos constantes de NE etc.

Em áreas que não serão edificadas nos parcelamentos, a poda de condução, associada ao simples cercamento da área, ajuda no enriquecimento da vegetação e proteção dos ecossistemas, garantindo-lhes qualidade visual e funcional.

1.3.7. Fauna

As informações sobre a fauna são escassas na literatura, embora o saber empírico seja grande entre os antigos na região, incluindo tatu, cachorro do mato, preá, cuíca, gambá, lagartos, cobras verdes, jararacas, cobra cipó, coral, aranhas caranguejeiras e outros. CUNHA (1996) listou espécies animais passíveis de serem encontradas no Município, envolvendo: tamanduá, tucano, mico-leão, preguiça, macaco-prego, jacu, gavião-branco (espécie rara que se alimenta de caracóis). O mesmo autor registrou a presença de colônias de corais, variedade de crustáceos (lagostas, camarões, caranguejos), gorgônias, moréias, estrelas-do-mar e moluscos (polvos, lulas), assim como diversas espécies de peixes (garoupa, enxova, xerelete, tainha e corvina), cujas populações apresentam sensível redução quali-quantitativa no tempo, o que foi confirmado pelos pescadores de Manguinhos (FEEMA, 1988 e entrevistas pessoais).

Algumas espécies são ocasionalmente encontradas, capturadas e encaminhadas à Fundação Jardim Zoológico da cidade do Rio de Janeiro: Pinguim-de-Magalhães (*Spheniscus magellanicus*), Lobo-Marinho (*Arctocephalus australis* - Otariidae, Mammalia) e Tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla* - Mimerophagidae -Mammalia).

A relação da avifauna e mastofauna eventualmente existentes no Município de Armação dos Búzios consta dos Quadros 06 e 07 e foi obtida a partir de estudos em áreas similares (SICK, 1984; KLELMAN *et. al.*, 1990; BERNAL-CARLO & ROZE, 1995), entrevistas com moradores, profissionais autônomos e observações diretas.

A borboleta *Parides ascanius* (Lepidoptera: Insecta), endêmica dos ambientes de restinga do Estado do Rio de Janeiro e notificada (FEEMA, 1988), é, até o momento, a única espécie de



inseto reconhecida como ameaçada de extinção no Brasil (BERNARDES *et. al.*, 1990). Habita exclusivamente as matas de restinga e vegetação xerofítica, encontrando-se associada à presença da jarrinha ou papo-de-peru (*Aristolochia macroura*), da qual faz uso em distintas fases do seu ciclo de vida.

Na fase anterior ao crescimento imobiliário do município, era comum a pesca de camarão de água doce - pitu, camarão, guaiamun e robalos nos pequenos cursos de água existentes na Rasa e em Manguinhos. Com a poluição, estas espécies desapareceram.

Quadro 06 - Avifauna observada no Município

Familia	Nome científico	Nome comum
Spheniscidae	<i>Spheniscus magellanicus</i>	Pingüim-de-Magalhães
Tinamidae	<i>Crypturellus tataupa</i>	Inhambu-chintã
	<i>Nothura maculosa</i>	Codoma-amarela
Podicipedidae	<i>Podilymbus podiceps</i>	Mergulhão
Sulidae	<i>Sula leucogaster</i>	Atobá-marrom
Anhingidae	<i>Anhinga anhinga</i>	Anhinga
Fregatidae	<i>Fregata magnifices</i>	Fragata
Ardeidae	<i>Ardea cocoi</i>	Maguari
	<i>Casmerodius albus</i>	Garça-branca-grande
	<i>Egretta thula</i>	Garça-branca-pequena
	<i>Florida caerulea</i>	Garça-cinza
	<i>Butorides striatus</i>	Socozinho
	<i>Tigrissoma lineatum</i>	Socó-boi
	<i>Ixobrychus exilis</i>	Socozinho
	<i>Bubuicus ibis</i>	Garça-vaqueira
Threskionithidae	<i>Ajaia ajaja</i>	Colhereiro
Anatidae	<i>Dendrocygna viduata</i>	Irerê
	<i>Anas bahamensis</i>	Mareca-toicinho
	<i>Amazoneta brasiliensis</i>	Marreca-de pé-vermelho
Cathartidae	<i>Coragyps atratus</i>	Urubu-comum
	<i>Cathartes aura</i>	Urubu-de-cabeça-vermelha
	<i>Cathartes burrovianus</i>	Urubu-caçador
Accipitridae	<i>Elanus leucurus</i>	Gavião-peneira
	<i>Harpagus bidentatus</i>	Gavião-ripina
	<i>Accipter striatus</i>	Gaviãozinho
	<i>Ictinia plumbea</i>	Sovi
	<i>Rosthramus sociabilis</i>	Gavião-caramujeiro
	<i>Buteo magnirostris</i>	Gavião-pega-pinto
	<i>Leucopternis cf. lacernulata</i>	Gavião-pomba
	<i>Heterospizias meridionalis</i>	Gavião-caboclo
	<i>Buteogallus meridionalis</i>	Gavião-caboclo
<i>Geranospiza caerulescens</i>	Gavião-pernilongo	
Falconidae	<i>Milvago chimachima</i>	Carrapateiro
	<i>Polyborus plancus</i>	Carcará
	<i>Falco sparverius</i>	Quiriquiri

continua



continuação

Familia	Nome científico	Nome comum
Aramidae	<i>Aramus guarauna</i>	Carão
Rallidae	<i>Aramides cajanea</i>	Saracura-três-potes
	<i>Porzana albicollis</i>	Sanã-carijó
	<i>Laterallus viridis</i>	Sanã-castanha
	<i>Gallinula chloropus</i>	Frango-d'água-preto
	<i>Porphyryla martinica</i>	Frango-d'água-azul
Cariamidae	<i>Cariama cristata</i>	Seriema
Jacaniidae	<i>Jacana jacaná</i>	Jaçaná
Haematopodidae	<i>Haematopus palliatus</i>	Piru-piru
Charadriidae	<i>Vanellus chilensis</i>	Quero-quero
	<i>Actites macularia</i>	Maçarico-pintado
	<i>Charadrius collaris</i>	Maçarico-de-coleira
Laridae	<i>Larus dominicanus</i>	Gaivotão
	<i>Sterna spp.</i>	Trinta-réis
Columbidae	<i>Columbina minuta</i>	Rolinha-caxexa
	<i>Columbina talpacoti</i>	Rolinha-roxa
	<i>Leptotila verreauxi</i>	Juriti
	<i>Leptotila rufaxila</i>	Juriti
Psittacidae	<i>Pyrrhura frontalis</i>	Fura-mato
	<i>Amazona amazonica</i>	Papagaio-curica
Cuculidae	<i>Coccyzus melacoryphus</i>	Papa-lagarto-acanelado
	<i>Piaya cayana</i>	Alma-de-gato
	<i>Crotophaga ani</i>	Anu-preto
	<i>Guira guira</i>	Anu-branco
	<i>Tapera naevia</i>	Saci
Tytonidae	<i>Tyto alba</i>	Coruja-de-igreja
Strigidae	<i>Otus choliba</i>	Corujinha-do-mato
	<i>Glaucidium barsillianum</i>	Caboré
	<i>Speotyto cunicularia</i>	Coruja-boraqueira
Caprimulgidae	<i>Podager nacunda</i>	Corucão
	<i>Nyctidromus albicollis</i>	Curiango
Apodidae	<i>Stroprocne zonalis</i>	Andorinhão-de-coleira
	<i>Cypseloides fumigatus</i>	Taperaçu-preto
	<i>Chaetura Andrei</i>	Taperá-do-temporal
Trochilidae	<i>Eupetomena macroura</i>	Beija-flor-tesoura
	<i>Chlorostibon aureoventris</i>	Beija-flor-de-bico-vermelho
	<i>Amazilia fimbriata</i>	Beija-flor-de-garganta-verde
Alcedinidae	<i>Ceryle torquata</i>	Martim-pescador-grande
	<i>Chloroceryle amaricana</i>	Martim-pescador-pequeno
Picidae	<i>Picumnus cirratus</i>	Picapauzinho
	<i>Colaptes campestris</i>	Pica-pau-do-campo
	<i>Celeus flavescens</i>	João-velho
	<i>Veniliornis maculifrons</i>	Pica-pau-de-testa-pintada
Furnariidae	<i>Furnarius rufus</i>	João-de-barro
	<i>Certhiaxis cinnamomea</i>	João-dobrejo

continua



continuação

Familia	Nome científico	Nome comum
Formicariidae	<i>Thamnophilus ambiguus</i>	Choca-bate-cabo
	<i>Thamnophilus doliatus</i>	Choca-barrada
	<i>Thamnophilus punctatus</i>	Choca-bate-bico
	<i>Formicivora rufa</i>	Formigueiro-rufo
	<i>Myrmotherula axillaris</i>	Choquinha-do-flanco-branco
Cotingidae	<i>Pachyramphus polychopterus</i>	Caneleiro-preto
Pipridae	<i>Manacus manacus</i>	Rendeira
	<i>Pirocephalus rubinus</i>	Verão
Tyrannidae	<i>Xolmis velata</i>	Noivinha-branca
	<i>Fluvicola nengeta</i>	Lavadeira
	<i>Arundinicola leucocephala</i>	Viuvinha
	<i>Machetornis rixosus</i>	Suiriri-cavaleiro
	<i>Tyrannus melancholicus</i>	Suiriri
	<i>Megarhynchus pitangua</i>	Nei-nei
	<i>Myiozetetes similis</i>	Bentevi-de-coroa-vermelha
	<i>Pitangus sulphuratus</i>	Bem-te-vi
	<i>Myiarchus ferox</i>	Maria-cavaleira
	<i>Myiophobus fasciatus</i>	Felipe
	<i>Hirundinea ferruginea</i>	Birro
Tyrannidae	<i>Tolmomyias flaviventris</i>	Bico-chato-amarelo
	<i>Todirostrum cinereum</i>	Relógio
	<i>Hemitriccus nidipendulus</i>	Maria-verdinha
	<i>Euscarthmus meloryphus</i>	Maria-barulhenta
	<i>Elaenia flavogaster</i>	Guaracava
	<i>Camptostoma obsoletum</i>	Risadinha
	<i>Leptopogon amaurocephalus</i>	Cabeçudo
Hirundinidae	<i>Tachycineta leucorrhoa</i>	Andorinha-de-frente-branca
	<i>Phaeprogne tapera</i>	Andorinha-do-campo
	<i>Progne chalybea</i>	Andorinha-grande
	<i>Notiochelidon cyanoleuca</i>	Andorinha-pequena-de-casa
	<i>Hirundo nustica</i>	Andorinha-de-chaminé
Troglodytidae	<i>Thryothorus longirostris</i>	Garrincha-açú
	<i>Troglodytes aedon</i>	Cambaxirra
Mimidae	<i>Mimus gilvus</i>	Sabiá-da-praia
	<i>Mimus satuminus</i>	Sabiá-do-campo
Turdidae	<i>Platycichla flavipes</i>	Sabiá-una
	<i>Turdus rufiventris</i>	Sabiá-laranjeira
Motacilidae	<i>Anthus lutescens</i>	Caminheiro-zumbidor
Vireonidae	<i>Cyclarhis gujanensis</i>	Gente-de-fora-vem
	<i>Vireo olivaceus</i>	Juruviara
	<i>Hylophilus thoracicus</i>	Vite-vite-de-peito-amarelo
Icteridae	<i>Molothrus bonariensis</i>	Vira-bosta
	<i>Cacicus haemorrhthus</i>	Guaxe
	<i>Leistes superciliaris</i>	Polícia-inglesa-do-sul
Parulidae	<i>Parula pitiayumi</i>	Mariquita
	<i>Geothlypis aequinoctialis</i>	Piacobra

continua



continuação

Familia	Nome científico	Nome comum
Coerebidae	<i>Coereba flaveola</i>	Sebinho
	<i>Dacnis cayana</i>	Sai-azul
Thraupidae	<i>Euphonia chlorotica</i>	Gaturamo-fifi
	<i>Tangara peruviana</i>	Saira-sapucaia
	<i>Thraupis palmarum</i>	Sanhaço-do-coqueiro
	<i>Thraupis sayaca</i>	Sanhaço
	<i>Ramphocelus bresilius</i>	Tiê-sangue
	<i>Tachyphonus cristatus</i>	Tiê-galo
	<i>Thryothraupis melanops</i>	Tiê-de-espelho
Fringillidae	<i>Volatinia jacarina</i>	Tziu
	<i>Sporophila leneola</i>	Bigodinho
	<i>Sporophila collaris</i>	Coleirinho
	<i>Myiospiza humeralis</i>	Tico-tico-do-campo
	<i>Zonotrichia capensis</i>	Tico-tico
	<i>Coryphospingus pileatus</i>	Tico-tico-rei-cinza
	<i>Emberizoides herbicola</i>	Tibirro-do-campo
Passeridae	<i>Passer domesticus</i>	Pardal
Estrildidae	<i>Estrilda astrild</i>	Bico-de-lacre

Fontes: ARAÚJO, *et al.*, 1998; ARAÚJO, 1997; BERNAL-CARLO, & ROZE, 1995; BERNARDES *et al.*, 1990; BRASIL, 1983; CORDEIRO, 1998; FARÁG, 1999; IBAM, 1999; KLELMAN *et al.*, 1990; LACERDA *et al.*, 1993; RIZZINI, 1979; RODRIGUES, 1998; SERLA, 2002; SICK 1984; ULE, 1967; URURAHY *et al.*, 1987.

Quadro 07 - Mastofauna observada no Município

Familia	Nome científico	Nome comum
Didelphidae	<i>Didelphis marsupialis</i>	Gambá
		Preguiça-de-coleira
Myrmecophagidae	<i>Tamandua tetradactyla</i>	Tamanduá-mirim
Dasypodidae	<i>Euphractus sexcinctus</i>	Tatu-peludo
	<i>Dasyus novemcinctus</i>	Tatu-galinha
Noctilionidae	<i>Noctilo leporinus</i>	Morcego-pescador
Phillostomidae	<i>Desmodus rotundus</i>	Mocego-vampiro
Callithricidae	<i>Callithrix sp.</i>	Sagüi
Canidae	<i>Chrysocion brachyurus</i>	Cachorro-do-mato-vinagre
Felidae	<i>Felis sp.</i>	Jaguatirica
Sciuridae	<i>Sciurus sp.</i>	Caxingulê
Erethizontidae	<i>Coendou villosus</i>	Ouriço
Dasyproctidae	<i>Agouti paca</i>	Paca
Dasyproctidae	<i>Dasyprocta azarae</i>	Cotia
Cricetidae	<i>Oryzomys sp.</i>	Rato-do-mato
Caviidae	<i>Cavia aperea</i>	Preá
Leporidae	<i>Sylvilagus brasiliensis</i>	Tapiti

Fontes: ARAÚJO, *et al.*, 1998; ARAÚJO, 1997; BERNAL-CARLO, & ROZE, 1995; BERNARDES *et al.*, 1990; BRASIL, 1983; CORDEIRO, 1998; FARÁG, 1999; IBAM, 1999; KLELMAN *et al.*, 1990; LACERDA *et al.*, 1993; RIZZINI, 1979; RODRIGUES, 1998; SERLA, 2002; SICK 1984; ULE, 1967; URURAHY *et al.*, 1987.



1.3.8. Recursos do Mar

Por ser um cabo, o Município apresenta movimentos de correntes marinhas distintos, onde a face leste recebe correntezas do sul, advindas da ressurgência marinha que aflora em Arraial do Cabo e a face oeste é abrigada, sendo que os movimentos circulatórios das correntezas são derivados do remanso que se formou entre a península e as formações rochosas de Rio das Ostras, vindo a corrente no contra-fluxo da corrente original, captando os sedimentos e matéria orgânica oriundos da bacia do rio São João e Una. As águas são quentes e apresentam diferencial qualitativo de riqueza alimentar para a cadeia trófica regional.

Pode-se considerar que há, no Município, dois Mares: um, com menores temperaturas, águas limpas e claras, correntezas fortes vindas da ressurgência e outro, com água rica em sedimentos, matéria orgânica, temperatura amena, menos correntezas. O reflexo na qualidade e quantidade da fauna, assim como os tipos de usos aos quais são submetidos, trazem conseqüências sócio-ambientais perceptíveis na região, tanto pelos tipos de pescados, sistemas de captura e volume das atividades pesqueiras.

Na água do litoral Sul, por ser mais rica em plâncton, os peixes são de passagem, maiores e, com freqüência, predadores. As águas tranquilas do norte atraem grandes cardumes de sardinhas provenientes do mar aberto, trazendo em sua perseguição os predadores, o que ocasiona aumento de freqüência. Existem ainda anchova, robalo, bonito, xerelete, peixe espada, badejos, corvinas e caçonetes pequenos, que também servem de alimento para peixes grandes.

Os corais existentes na região são atrações extras, pois são centenários e podem alcançar até 3 metros de diâmetro. As espécies mais comuns são *Mussimillia hispida* (coral-cérebro), *Siderastrea stellata* (coral-pétreo) e *Phyllogorgia dilatata* (coral orelha-de-elefante).

A saúde das colônias é um importante bio-indicador ambiental para a sociedade em geral, pois a elevada idade permite fazer inferências sobre a qualidade ambiental das praias e para os ecossistemas em específico, pois dos corais depende parte da fonte de alimentos dos peixes, crustáceos e moluscos que compõem os primeiros elos da cadeia alimentar dos ecossistemas.

Foram constatadas pelos buzianos evidências de degradação dos corais causadas pela operação dos navios que revolvem todo o fundo do mar, pela pesca esportiva predatória e pela operação descuidada das embarcações. Nas praias de Armação e do Canto, 100% do tecido dos corais está morto (Bióloga Simone Oigman – www.uerj.br).

1.3.9. Áreas Sujeitas a Especial Proteção Ambiental

A maior parte do território do Município, por seus atributos ambientais, é objeto de especial proteção ambiental, decorrente de normas ambientais que regulamentam os recursos naturais e de programas que objetivam proteger o meio ambiente, nas várias instâncias governamentais. Há, todavia, áreas sob especial proteção, a saber, as Áreas de Proteção Ambiental e as Áreas de Preservação Permanente. Cite-se, também, a Reserva Ecológica de Tauá que, em parte, localiza-se no Município.



1.3.9.1. Áreas de Proteção Ambiental

Armação dos Búzios possui duas Áreas de Proteção Ambiental (APA), uma estadual e outra municipal, nas quais é possível a convivência harmônica entre o uso racional de determinados espaços e a proteção ambiental, definidos em Plano de Manejo.

APA da Azeda/Azedinha - Criada pela Lei nº 086, de 19 de agosto de 1988, do Município de Armação dos Búzios, tem área definida, formando um polígono irregular com 141.825,72 m². (Mapa 04: Unidades de Conservação - Anexo). Foi criado o Conselho Gestor e o Plano de Manejo encontra-se em fase de elaboração, por parte da Universidade de Viçosa, através do Centro Mineiro para a Conservação da Natureza (CMCN).

Esta APA ocupa um ambiente de grande resiliência, com chuvas vindas do SW, localizado próximo ao centro turístico e à cidade antiga, complementando o aspecto da paisagem local. Turisticamente, aumenta o apelo ambiental característico do Município. A vertente que recebe ventos secos está voltada para o mar e apresenta vestígios de aridez.

A correta gestão da APA protegerá o banco de genes típicos das encostas que recebem ventos N, L e SW, assim como evidenciará, em condições de baixo impacto, a resiliência do local, permitindo prognosticar alternativas de enriquecimento sucessional, uma vez que a Unidade de Conservação encontra-se individualizada espacialmente. Esta APA pode ser considerada o primeiro passo de uma estratégia conservacionista para garantir a formação de corredores ecológicos, ligando os ecossistemas importantes da região até a APA do Pau Brasil. Existem projetos alternativos, como o Parque da Foca, Lagoinha e Parque Lagoa de Geribá que sinalizam a intenção do Poder Público em aprimorar estas questões ambientais.

APA do Pau-Brasil - Criada pelo Decreto Estadual nº 31.346 de 6/6/2002, ocupa área situada entre a praia de Tucuns e o Canal de Itajuru, em Cabo Frio. O Plano de Manejo deverá recolher o sentimento social existente na região, onde o uso alternativo da vegetação e os atributos ambientais da praia poderão agregar valor, renda e qualidade de vida à população local, por meio da implantação de parque temático, laboratório farmacológico natural e agricultura orgânica.

Como esta área está próxima à zona de crescimento desordenado de Cabo Frio, mostra tendências similares. Este fato é agravado pela falta de regularização fundiária das terras e pela prática de os ocupantes promoverem, irregularmente, a subdivisão dos imóveis. É preciso que se mobilizem esforços, rapidamente, para a implementação do Plano de Manejo da APA Pau Brasil, a fim de que ela possa contribuir para a sustentabilidade do desenvolvimento regional, sem influências exógenas.

Existem aparentes contradições entre os zoneamentos definidos pelo Plano de Manejo da APA e o estabelecido pela Lei de Uso e Ocupação do Solo, assim como a representatividade dos membros do atual Conselho Gestor é questionada. Estes problemas administrativos precisam ser tratados com sabedoria para não inviabilizar a iniciativa em curso, que tem grande importância ambiental para a região.

Reserva Ecológica de Tauá ou Reserva Ecológica de Cabo Frio – Criada pelo Decreto Municipal (de Cabo Frio) 1.751, de 15 de fevereiro de 1991, esta reserva constitui local de interesse turístico, devido ao seu valor histórico e arqueológico. Parte de seu território localiza-se em Armação dos Búzios.



Existem várias áreas dotadas de atributos ambientais que justificariam a criação de outras Unidades de Conservação, mas deve-se atentar para o fato de que criá-las é relativamente fácil, sendo o mais difícil a sua manutenção, como demonstra o abandono destas áreas no país. Para se trabalhar de forma conseqüente, é preciso, portanto, priorizar o esforço ativista da sociedade em causas ambientais tecnicamente corretas, motivo pelo qual é fundamental estudar e quantificar os atributos ambientais existentes. Há estudos que apontam algumas áreas (SCHMITT, 2001), dando origem ao projeto do DRM – o Himalaia Brasileiro. Outras áreas como monumentos naturais, parques municipais, costões rochosos, Ponta da Lagoinha, Mangue de Pedras da Praia Gorda poderiam ser estudadas e receber tratamento diferenciado, através de legislação específica.

1.3.9.2. Áreas de Preservação Permanente - APP

Uma significativa parte do Município é considerada Área de Preservação Permanente (APP). Esta situação é resultante de diversos fatores relacionados à legislação vigente e a particularidades ambientais do Município. Sua configuração litorânea extremamente recortada, com recôncavos e enseadas formados por costões rochosos, entremeados por praias arenosas, resulta no fato de que toda a orla municipal constitui-se em Áreas de Preservação Permanente de grande importância ecológica, onde ocorrem endemismos e grande diversidade.

Na parte terrestre, existem também diversas áreas de extrema relevância ambiental, algumas constituídas por fragmentos de Mata Atlântica e outras por conjuntos raros de vegetação típica de Búzios, como a estepe arbórea aberta, Áreas de Preservação Permanente, portanto.

As áreas cobertas por vegetação nativa constituem *habitat* de importantes exemplares da fauna brasileira abrigando, inclusive, algumas espécies vegetais e animais ameaçados de extinção, como o pau-brasil e o mico-leão dourado. Cabe ressaltar que grande parte dessas coberturas vegetais encontra-se em faixas de terra contíguas ao mar, como a APA do Pasu-Brasil e a APA da Azeda e Azedinha, podendo sofrer influência direta de impactos ocorrentes no meio marinho.

Os brejos e lagoas existentes em Búzios também são considerados Áreas de Preservação Permanente e constituem elementos importantes para a drenagem de águas pluviais no Município, além de abrigar diversas espécies animais e vegetais nativas. Representam áreas de preservação de grande relevância ambiental.

As Áreas de Preservação Permanente são definidas pela Lei nº 4771, de 1965 – Código Florestal, atualizada pela Medida Provisória 2166/67, de 2001, e complementada pelas Resoluções nº 302 e 303 do CONAMA, de 20/03/02.

Dependendo do rigor do enquadramento, pode-se considerar que aproximadamente 50% do território de Armação dos Búzios são caracterizados como Área de Preservação Permanente.

As parcelas correspondentes à fração das APPs no interior das microbacias foram estimadas e relacionadas no Quadro 08, a seguir.



Quadro 08 - Análise das Áreas de Preservação Permanente

Enquadramento	Microbacias (Mapa 03).	Cumprimento da legislação
Função de preservar recursos hídricos e a paisagem	Todas	60%
50m ao redor de nascente ou olho d'água	I, II; III, IV, V, VII, VIII, XIXII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII	30%
30m ao redor de lagoas naturais	I, II; III, IV, V, VII, VIII, XIXII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII	30%
50m em veredas	I, II; III, IV, V, VII, VIII, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII	30%
Topo de morros	I, II; III, IV, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XV, XVI, XVII	50%
Declividade superior 100%	VII, VIII, IX, X, XV	90%
Restingas/dunas	I, II; III, IV, XIXII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX	20%
Manguezal	II	100%
Refúgio ou reprodução de aves	XIV	90%
Refúgio da fauna em extinção	XIV	100%

Nota: valores estimados baseado em levantamento expedito de campo

Fonte: Elaboração própria

A situação das Áreas de Preservação Permanente é comprometedor e de difícil delimitação, na medida em que não existe base cartográfica no Município, comprometendo uma avaliação mais pormenorizada da extensão do problema.

Este quadro de desrespeito à legislação ambiental é evidenciado pelas 11 vistorias efetuadas pela Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – SERLA entre 27/11/2001 e 7/5/2002. Foram identificadas 24 Lagoas/brejos, sendo 3 deles ilegalmente ocupados e a grande maioria com vestígios de degradação (SERLA, 2002).

1.3.9.3. Demais áreas a serem preservadas

Constata-se, ainda, em Búzios, inúmeras áreas com potencialidades ecológicas especiais, ou seja, locais onde há sinais claros ou onde estudos foram realizados, evidenciando o seu grande valor ambiental. Correspondem a áreas que merecem uma proteção intensificada, para que sejam preservados seus íntegros patrimônios naturais. São elas:

- Áreas de vegetação de restinga (dunas de Tucuns) e de estepe arbórea, conjuntos fitofisionômicos destacados na região com abundantes espécies endêmicas e alguma em extinção;
- Os mangues de Pedra da Praia da Gorda e de Manguinhos;
- Ponta do Pai Vitório e adjacências;
- Ponta da Lagoinha e adjacências;



- Área da Praia da Tartaruga;
- Costões rochosos;
- Ilha Feia;
- Brejos e lagoas municipais;
- Banos de corais.

Conclusão

Armação dos Búzios é considerada pela comunidade científica, inclusive a internacional, como um local especial do ponto de vista ambiental, de grande importância ecológica, uma vez que peculiaridades geológicas, geográficas e climáticas induziram a presença de diversas espécies endêmicas e grande biodiversidade no local. As diversas particularidades ambientais presentes em Búzios determinam a formação de um ambiente generoso, também do ponto de vista pesqueiro, de inigualável beleza paisagística.

A matriz econômica do Município baseia-se no turismo que, por sua vez, está diretamente relacionado à sanidade do patrimônio ambiental e à beleza cênica disponível, ou seja, boa parte da economia depende do médio ambiente preservado.

O Município apresenta diversos ecossistemas, com níveis diferenciados de antropização.

Os cordões praias conectam as colinas da península de Armação de Búzios com a parte "continental" do Município, sobre o qual se distribuem lagoas e sistema de drenagem natural e vazadouro de esgotos.

Os costões, conjugados com o mar ao fundo, podem se tornar importantes elementos turísticos, se tecnicamente bem trabalhados. Exemplo disso é o Projeto "Caminhos Geológicos", embrião do que pode ser feito no futuro.

A temperatura média anual, associada à limitação de chuvas e à frequência e intensidade dos ventos, geram altas taxas de evapotranspiração e déficit hídrico para os solos da região, prejudicando o funcionamento dos ecossistemas expostos aos ventos mais frequentes, secos e transportadores de aerossóis marinhos. Por outro lado, a reduzida oscilação térmica diária, associada a esses ventos, causa uma permanente sensação de conforto térmico e favorece os esportes, particularmente, os de propulsão eólica, o que pode viabilizar diferentes classes de barcos em raias diversificadas, com variações de ventos, vagas e tamanhos.

O clima local favorece, ainda, os esportes de quadras (tênis, vôlei, *squash*) e outros ao ar livre: caminhadas, passeios de bicicletas, contemplação de fauna e flora etc..

Não há aquífero capaz de prover o abastecimento de água no Município. A captação é feita no município de Silva Jardim. No verão ou nos feriados prolongados, quando a população da cidade se multiplica, há problema de abastecimento.

Aproximadamente 10% das residências possuem poços e usam a água para diferentes fins, sendo a irrigação dos jardins o mais comum. Existe bombeamento de água salgada lançada diretamente na rede de drenagem / brejais, podendo modificar a natureza dos ecossistemas da região.



Nos cenários de ampliação da rede de água, os poços permanecerão abertos e se constituirão em alternativas de abastecimento, assim como aquele realizado através de caminhão pipa. As construções, impermeabilizações, modificações dos fluxos hídricos, entulhamento dos brejais e lagoas serão elementos prejudiciais para a manutenção dos ecossistemas.

O esgotamento sanitário é, via de regra, efetuado na rede de drenagem pluvial e verte para os canais, brejos, lagoas e praias, acarretando emanação de odores desagradáveis.

O modelo de desenvolvimento atual não contempla o esgotamento sanitário para fora das microbacias e os efeitos das impermeabilizações têm sido mitigados pelas contribuições dos sumidouros, em que pese o lençol freático estar sendo poluído gradativamente.

Atualmente, já se observam 2 microbacias degradadas, 2 microbacias com fragilidade máxima e 6 microbacias com fragilidade alta (Quadro 03).

O disciplinamento da gestão de recursos hídricos é incipiente, sobretudo com relação à abertura e limpeza de fossas, contaminação do freático, zonas de despejo de esgoto, abertura e bombeamento dos poços, monitoramento do rebaixamento do freático, aterramento de brejais, lagoas e lotes ou obstrução parcial da drenagem superficial e sub-superficial.

Um dos possíveis problemas ambientais, que se vislumbra, no médio prazo, é a harmonização do crescimento urbano, causador da redução da infiltração das chuvas no solo, rebaixando o lençol freático e dificultando o acesso das plantas à água, com o esgotamento sanitário e a manutenção dos ecossistemas.

A fauna e a flora de Armação dos Búzios merecem destaque. A região de Cabo Frio e de Armação dos Búzios integra um dos 12 Centros de Diversidade Vegetal (CDV's) do Brasil, oficialmente reconhecidos pela WWF/IUCN. O conjunto da vegetação do CVD/RJ é formado, sobretudo, por matas de restinga, mangues e associações florísticas de ambientes paludosos, assim como por remanescentes de Mata Atlântica.

A composição florística da vegetação de restinga da região de Búzios/Cabo Frio é mais rica em espécies do que as demais, no Estado do Rio de Janeiro, possuindo cerca de 57% das espécies dispersas sobre 12% da área total do Estado. Contém 26 das 32 espécies endêmicas conhecidas para as restingas do Rio de Janeiro, cerca de 300 espécies e 70 famílias de plantas típicas de morros costeiros e planícies colúvio-aluviais.

Uma medida que poderia ajudar no enriquecimento da vegetação e proteção dos ecossistemas, garantindo-lhes qualidade visual e funcional, seria a poda de condução dessa vegetação, associada ao simples cercamento de áreas não edificadas, em imóveis objeto de parcelamento.

Por ser um cabo, o Município apresenta movimentos de correntes marinhas distintos, como se houvesse dois Mares: um, com menores temperaturas, águas limpas e claras, correntezas fortes, vindas da ressurgência, peixes de passagem, maiores e, com frequência, predadores; o outro, com água rica em sedimentos, matéria orgânica, temperatura amena, menos correntezas, atraindo grandes cardumes de sardinhas provenientes do mar aberto e trazendo, em sua perseguição, os predadores, o que ocasiona aumento de frequência. Há, ainda, badejos, corvinas e caçonetes pequenos, que também servem de alimento para peixes grandes.



A pesca predatória, com utilização de compressores e equipamentos fora de especificação e períodos legais, realizada por autônomos, está dizimando os peixes da região. Este problema é agravado pela retirada clandestina de corais e demais elementos da natureza.

1.4. Estrutura e Dinâmica Populacional

Segundo o Censo Demográfico de 2000, a população de Búzios é de 18.204 habitantes, com a distribuição indicada no Quadro 09.

Quadro 09 - População segundo situação do domicílio e gênero

Ano	População Residente									Taxa média de crescimento
	Total	Urbana		Rural		Homens		Mulheres		
		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
1940	3 235									
1950	3 231									
1960	3 520									
1970	4 108		55,4		58,9					
1980	5 354									
1991	10 532									
2000	18.204	18.204	100,0			9.282	51,0	8.922	49,0	8,15%

Fonte: IBGE

A população de Búzios quintuplica, ou mais, na temporada de verão, que se estende de novembro a fevereiro. Durante os meses da alta temporada, Búzios chega a abrigar 150.000 pessoas, o que sobrecarrega a infra-estrutura e amplia extraordinariamente a demanda pelos equipamentos urbanos e comunitários.

Nos últimos 30 anos, a partir da construção da ponte Rio-Niterói, Cabo Frio desenvolveu-se vertiginosamente. Entre 1970 e 1980, o distrito-sede aumentou em 30 mil habitantes sua população, ampliando sua participação relativa na população total do Município, de 59,8% para 64,4%. Búzios, entretanto, no mesmo período, decresceu sua participação na população total de Cabo Frio, de 9,3 para 7,6%. Aliás, é importante apontar que a taxa de crescimento populacional da Região dos Lagos, nesse período, foi superior à de todo o Estado do Rio de Janeiro.

Em 30 anos (1940/1970), Búzios passou de 3.235 para 4.108 habitantes, registrando um crescimento de 873 pessoas (27%). Nas últimas três décadas (1971/2000), a população mais do que quadruplicou, passando de 4.108 para 18.204 habitantes.

No final dos anos oitenta, chegou em Búzios a primeira grande leva de argentinos, por conta da diferença cambial favorável a eles e pela instabilidade política e econômica, que se encarregaram de expulsar esses capitais do seu país de origem. Esses imigrantes adquiriram muitos imóveis, o que inflacionou os preços e *dolarizou* a economia. Por outro lado, provocaram o refinamento cultural do lugar, introduzindo novos hábitos e costumes mais requintados.

Até o final dos anos oitenta, a população de Búzios concentrava-se na península, que se mostra bastante adensada. A partir da última década, as áreas da Rasa, Cem Braças e Capão passaram a ser ocupadas e, atualmente, já abrigam boa parte da população do Município.



Com a emancipação, Búzios passou a experimentar um fluxo migratório crescente, principalmente de pessoas oriundas dos Municípios vizinhos do norte Fluminense, principalmente da região de Campos, que vêm à procura de trabalho, na temporada turística ou na construção civil, ou de escola para os filhos. Muitos dos migrantes trabalham como caseiros. Um núcleo de migrantes nordestinos tem se estabelecido na Rasa.

Estão presentes, hoje, no Município, segundo informações dos habitantes locais, cerca de 50 nacionalidades distintas. A maioria é de argentinos, muitos já radicados.

A distribuição da população segundo as faixas etárias (Quadro 10) evidencia que a população é constituída principalmente por moradores na faixa de 20 a 29 anos (18,7%), seguida dos habitantes entre 10 e 19 (18,6%) e 30 e 39 anos (18,2%), o que evidencia uma população bastante jovem. O número de habitantes com 60 anos ou mais abrange cerca de 1.000 pessoas, enquanto a população até 4 anos era de um pouco mais de 1.800 crianças.

Búzios registrou uma taxa de alfabetização de 93,10% em 2000. De acordo com o Censo Demográfico, das 14.605 pessoas de 10 anos ou mais de idade, moradoras de Búzios, 13.604 eram alfabetizadas.

Quadro 10 - População por faixa etária

Ano	População Residente								
	Faixa etária (em anos)								
	Total	Até 4	5 a 9	10 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 e +
1996	14.358	1.606	2.838	2.813	2.570	1.538	784	667	667
2000	18.204	1.863	1.736	3.379	3.402	3.321	2.274	1.193	1.036

Fonte: CIDE - Anuário Estatístico 2001

Conclusão

Pode-se admitir a existência de quatro "grupos" populacionais em Búzios: os "nativos", originários da região ou moradores há várias gerações; os "que vieram de fora", para investir em algum tipo de negócio ou em busca de um novo estilo de vida, mais descontraído e menos estressante que o das grandes cidades; os "moradores eventuais" donos de casas de veraneio, que passam algumas semanas na cidade, durante a alta temporada ou em feriados prolongados e os "migrantes pobres", boa parte proveniente do norte e nordeste fluminense, que se radicaram no 3º Distrito de Cabo Frio, a partir dos anos 50, sendo os mais necessitados de serviços públicos, especialmente nas áreas de educação e saúde.

A população é bastante jovem. Aproximadamente um terço dos moradores está em idade escolar, matriculada nas escolas, o que evidencia a grande quantidade de crianças e jovens. Essa distribuição etária forçosamente exigirá a definição de políticas públicas específicas de educação e lazer, da mesma forma que sinaliza a necessidade de alternativas variadas de geração de oportunidades de trabalho para que esse significativo contingente populacional não tenha que deixar a cidade em busca da sobrevivência.



1.5. Aspectos Fundiários

A situação fundiária do Município, com relação à titularidade dos imóveis, apresenta-se bastante diversificada. Enquanto os terrenos da península estão, na sua maior parte, regularizados, as terras do continente, muitas vezes, encontram-se *sub judice*, ou apresentam situação irregular, a exemplo da falta de títulos, descumprimento da legislação fundiária etc.

Há inúmeras áreas cuja ocupação é em regime de posse, sendo usual a realização de parcelamento do solo, transações imobiliárias ou construção de edificações sem o cumprimento dos trâmites legais cabíveis.

São bastante numerosas as subdivisões de imóveis por partilha, motivadas pelo falecimento do proprietário (muitas vezes, posseiro), realizadas sem qualquer formalidade e sem a observância do procedimento legal do inventário, o que resulta na inexistência do registro, no Cartório de Registro de Imóveis, das novas unidades imobiliárias assim criadas. Na porção continental, esse tipo de parcelamento irregular é menos freqüente, observando-se uma tendência às invasões de terras legalmente registradas e, até mesmo, de loteamentos devidamente registrados, mas não implantados.

A Secretaria de Habitação e Assuntos Fundiários de Armação dos Búzios – SEHAF contratou a Fundação Bento Rubião para fazer levantamentos a respeito da situação fundiária, com vistas à regularização, sendo o loteamento de Tucuns selecionado como projeto-piloto, a ser posteriormente estendido a outros locais.

Com o aumento do fluxo migratório para a cidade, sobretudo por parte da população de baixa renda, à busca de emprego, observa-se uma pressão em relação à ocupação de áreas, de forma irregular, caracterizando o fenômeno das “invasões”, evidentes em bairros periféricos, como a Rasa ou Cem Braças.

Deve-se mencionar a existência de áreas, na Rasa e em outros locais, ocupadas por remanescentes de quilombos. Uma vez constatada esta ocupação, ser-lhes-á facultada a outorga definitiva da propriedade, desde que cumpridos os trâmites estabelecidos na legislação federal. O Decreto federal nº 3912, de 10/09/2001, dispõe sobre os procedimentos de identificação dessas áreas, regulamentando o disposto na Constituição Federal – Disposições Constitucionais Transitórias – art. 68, a saber: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos, que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Nesse sentido, constatem-se os estudos já elaborados pela Fundação Palmares, constante de Memorial Descritivo, visando a identificação dessas áreas, em Búzios (Documentos reproduzidos em Anexo).

Os loteamentos aprovados, em sua grande maioria, localizam-se na península. Mais recentemente, observa-se uma tendência ao parcelamento da área continental, provavelmente motivada pelo fato de a Lei de Uso e Ocupação do Solo ter caracterizado as áreas da península, ainda não parceladas, como Zonas de Conservação da Vida Silvestre, categoria esta que não permite o parcelamento da terra (art. 3º da Lei Complementar 003, de 31/12/1999, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano).

Há grande oferta de lotes no Município, desproporcional à demanda efetiva, constituindo extensas áreas vazias nos loteamentos já aprovados e registrados. A constatação da existência



de vazios urbanos no Município deve ser fundamentada em dados mais precisos sobre a sua real extensão, localização e características, para que seja possível avaliar a real oferta de lotes urbanos *vis-à-vis* a demanda habitacional, o que possibilitaria, por sua vez, a adoção de medidas visando controlar o desequilíbrio entre a demanda efetiva e a oferta especulativa de lotes no Município.

Não são representativas as áreas de propriedade da Administração Municipal, com exceção das doadas quando do parcelamento do solo, de acordo com o que exige a legislação pertinente. Constata-se, em grande parte dos loteamentos implantados, irregularidades quanto à ocupação das áreas destinadas a fins públicos ou a imprecisão quanto aos seus limites e localização, situação esta originada antes da emancipação do Município, quando ainda fazia parte de Cabo Frio.

Constata-se a prática generalizada de parcelamento do solo ou de ocupação irregular em Áreas de Preservação Permanente, o que revela a necessidade de o Município contar com uma base cartográfica capaz de precisar os limites das áreas sob proteção para fins ambientais.

Segundo a Lei Complementar nº 002, de Uso e Ocupação do Solo do Município, aprovada em de 24 de fevereiro de 2000, todo o território de Búzios é classificado como Zona Urbana, apesar de existirem várias porções do território ainda não parceladas, nas quais se observa a predominância de atividades rurais. Cite-se, como exemplo, o bairro de Baía Formosa que, em toda a sua extensão, não possui equipamentos urbanos característicos de zona urbana, como abastecimento de água, telefone, bancos, correio, postos de saúde, pavimentação.

Em que pese a Lei Complementar nº 002 classificar todo o território como zona urbana, a Lei Orgânica do Município contém Capítulo específico sobre a Política Agrícola, dispondo, entre outros aspectos, sobre terras públicas localizadas "fora da área urbana" (art.263), sobre convênios para planos e projetos de reforma agrária (art.264), sobre o pequeno e médio produtor e trabalhadores rurais (art.265) e medidas capazes de propiciar a "manutenção do indivíduo no campo" (art. 266, Parágrafo único), levando ao entendimento de que o Município é dotado de uma zona rural.

Observe-se que a lei complementar de Uso e Ocupação do Solo não teria o condão de revogar dispositivos da Lei Orgânica.

Em que pese a oferta atual de espaços parcelados ser bastante significativa, verifica-se também a existência de glebas não parceladas, dentro e fora da península, em sua maioria nas Zonas de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS), não passíveis de parcelamento, e nas Zonas de Expansão Urbana (ZEU).

O Município tem aproximadamente 45 loteamentos aprovados e implantados, distribuídos nas 16 áreas de estudo em que Armação dos Búzios foi dividida, conforme indicado no Quadro 11, que apresenta os loteamentos existentes, com a indicação da sua aprovação e número de lotes, bem como das áreas públicas e infra-estrutura existente em cada um deles.



Quadro 11 - Parcelamentos segundo a localização, situação de regularização, número de lotes, áreas públicas e infra-estrutura

BAIRROS	PARCELAMENTOS	CARACTERÍSTICAS						
		Aprovado/ Implantado	Lotes			Áreas Públicas	Infra-estrutura	Observações
			Nº	Maior (m ²)	Menor (m ²)			
01. Alto de Búzios	Loteamento Alto de Búzios	sim	89	3.015,47	522,75	03 áreas de equipamentos públicos	Água, energia elétrica, telefone, drenagem e calçada.	Loteamento acima da cota de 25 m
	Loteamento Sítio do Campinho	sim	111	3.900,00	586,25	08 áreas verdes	Água, energia elétrica e telefone, 70% pavimentado sem drenagem.	03 áreas verdes estão invadidas
02. Armação	Desmembramento Casa do Sino	sim	37	9.952,00	670,00	Área de equipamentos públicos	Água, energia elétrica, iluminação pública e calçamento com paralelepípedos. A rede de esgoto está em implantação.	
03. Baía Formosa	Loteamento Baía Formosa	19/01/76	520	1.320,00	825,00			
	Loteamento Baía Blanca	Aprovado e implantado	387	1.961,00	627,00			
	Loteamento Enseada Azul	Aprovado e implantado	462	1.912,00	605,00			
	Loteamento Buzios Golf Resort	sim	51	21.352,00	10.200,00			

continua



continuação

BAIRROS	PARCELAMENTOS	CARACTERÍSTICAS						
		Aprovado/ implantado	Lotes			Áreas Públicas	Infra-estrutura	Observações
			Nº	Maior (m ²)	Menor (m ²)			
04. Caravelas	Loteamento Bauen	sim	100	2.673,88	259,92	01 área verde e 01 estacionamento	Água	
	Loteamento Praia das Caravelas	sim	146	10.000,00	1.150,00		Água	
05. Cem Braças	Parcelamento irregular			300,00	100,00			
06. Centro	Sítio do Canto		64	1.600,00	260,00			
07. Ferradura	Loteamento Condomínio do Atlântico	final dos anos 70	608			09 praças, 02 parques, 02 reservas florestais e 02 áreas de equipamentos públicos	calçamento em paralelepípedos, energia elétrica e iluminação pública em parte do loteamento	

continua



continuação

BAIRROS	PARCELAMENTOS	CARACTERÍSTICAS						
		Aprovado/ implantado	Lotes			Áreas Públicas	Infra-estrutura	Observações
			Nº	Maior (m ²)	Menor (m ²)			
08. Geribá	Parcelamentos irregulares							
	Desmembramento do Marisco	sim	103	1.500,00	480,00			
	Loteamento Gravatás	03/02/78	104	1.663,13	555,00	04 áreas verdes		
	Loteamento Colina de Geribá	13/06/79	150	1.035,00	560,00	06 áreas de equipamentos públicos	03 áreas públicas invadidas e construídas	
	Parte do Loteamento Ilhas de Búzios		192	704,00	354,63	04 praças		
	Loteamento Porto dos Sonhos	30/04/97	14	39.864,50	6.249,13	04 áreas verdes e 01 área para creche	Não implantado	
	Loteamento Campo de Pouso		38	1.051,00		01 área verde	Área verde invadida e construída	
	Loteamento Enseada do Albatroz	24/11/78	143	1.984,00	670,00		Loteamento acima da cota 25	
	Desmembramento ao longo da Estrada da Ferradurinha	sim	08	5.259,50	5.240,00			
09. João Fernandes	Loteamento João Fernandes	1980 – Aprovado e implantado	236				calçamento com paralelepípedos, água, energia elétrica, drenagem e iluminação pública em parte do loteamento	Área total de 750.000,00 m ²

continua



continuação

BAIRROS	PARCELAMENTOS	CARACTERÍSTICAS						
		Aprovado/ implantado	Lotes			Áreas Públicas	Infra-estrutura	Observações
			Nº	Maior (m ²)	Menor (m ²)			
10. Manguinhos	Loteamento Enseada do Gancho	10/12/71	22	17.531,00	1.194,00	04 praças		
	Desmembramento Espólio de Ambrozina	23/12/97	81	15.387,00	859,10	02 APPs	calçamento, drenagem, meio-fio, mureta de testada do lote	
	Loteamento Yucas	sim	65	1.475,00	614,00		água, energia elétrica e telefone. Ruas não calçadas, por vontade dos moradores	
	Loteamento Bosque de Geribá	03/12/73	247	1.580,00	450,00	Áreas verdes	água e energia elétrica	
	Loteamento Parque das Acácias	18/11/86	128	565,80	360,00	02 praças, 01 escola e 01 área de lazer	calçamento, iluminação pública, água e energia elétrica	
	Loteamento Porto Bello	sim	72	998,75	565,25	Áreas verdes	Energia elétrica, água, iluminação pública e telefone	
	Loteamento Popular de Manguinhos	sim	434	1.020,00	220,00	01 p/ esportes, 01 p/ escola, 01 p/ ambulatório e 01 p/ igreja	água, telefone, energia elétrica, calçamento e drenagem	
	Parte do Loteamento Ilhas de Búzios		192	704,00	354,63	04 praças		

continua



continuação

BAIRROS	PARCELAMENTOS	CARACTERÍSTICAS						
		Aprovado/ implantado	Lotes			Áreas Públicas	Infra-estrutura	Observações
			Nº	Maior (m ²)	Menor (m ²)			
11. Ossos	Desmembramento Bosque dos Ossos	sim	14	1.655,88	610,54	02 áreas de equipamentos públicos e 01 área remanescente	calçamento	
	Desmembramento Village dos Ossos	11/01/79	25	848,58	364,00	02 áreas de equipamentos públicos		
12. Rasa	Loteamento Arpoador da Rasa		194	4.777,47	912,30	01 área de equipamentos públicos e 01 praça.		
	Loteamento Portal de Búzios	30/12/78	68	650,00	325,00	01 área de equipamentos públicos		
	Loteamento Bosque de Búzios	28/12/88	604	1.723,50	360,00	07 áreas verdes.		
	Loteamento Balneário da Rasa		278	1.065,00	360,00	02 praças.		
	Parte do Loteamento Praias Rasas							
	Loteamento do Centro Hípico	sim						
13. Tartaruga	Loteamento VilaTortuga	sim	53			Água, energia elétrica e telefone.		
14. Vila Caranga	Loteamento Portal da Ferradura	sim	138	1.250,00	360,00	01 praça	água, iluminação pública, pavimentação, 50% de calçadas	

continua



continuação

BAIRROS	PARCELAMENTOS	CARACTERÍSTICAS						
		Aprovado/ implantado	Lotes			Áreas Públicas	Infra-estrutura	Observações
			Nº	Maior (m ²)	Menor (m ²)			
15. Nova Búzios	Loteamento área 1	sim	398	38.216,00	1.000,00	04 áreas de equipamentos públicos		Área total de 640.000,00 m ²
	Loteamento área 2	sim	116			04 áreas de equipamentos públicos para a sede da Prefeitura, o Fórum e o Mercado de Artesanato.		Área total de 1630.000,00 m ²
	Loteamento área 3	sim	147					Área total de 280.000,00 m ²
16. São José	Loteamento Pórtico de Búzios	19/12/00	437	2.141,91	360,00	08 áreas de equipamentos públicos	drenagem, meio-fio, arborização	
	Loteamento Águas Claras	29/12/88	121	2.784,00	360,00	03 praças e 01 área de equipamentos públicos		
	Loteamento Tucuns		297	2.750,00	427,50	02 áreas de equipamentos públicos e, 01 reserva biológica		

Fonte: Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios.

O Mapa 06 – Loteamentos (Anexo) apresenta a distribuição espacial destes loteamentos, condomínios e desmembramentos.



Conclusão

A questão fundiária em Armação dos Búzios é bastante complexa, uma vez que razoável parte dos loteamentos, particularmente na península, foi aprovada antes da legislação, atualmente em vigor, que restringe ou proíbe a ocupação nas Áreas de Preservação Permanente. Assim, essas áreas vêm sendo progressivamente ocupadas, com evidente degradação ambiental e comprometimento da paisagem.

Na porção continental do Município, a ocupação irregular é mais freqüente. Os parcelamentos resultantes de partilha, realizada informalmente, sem o devido procedimento de inventário, a falta de documentação da cadeia dominial dos imóveis e os poucos recursos dos proprietários para proceder à regularização fundiária são comuns. A inexistência de base cartográfica e a não transferência documental dos Cartórios de Imóveis, de Cabo Frio para Búzios, dificultam essa regularização.

A definição de zona urbana abrangendo todo o território municipal, conforme determina a Lei de Uso e Ocupação do Solo, enquanto a Lei Orgânica considera a existência de área não urbana "destinadas preferencialmente ao assentamento de famílias de origem rural, a projetos de proteção ambiental ou pesquisa e experimentação e a agropecuária" (art. 263) precisa ser mais bem examinada.

O artigo 315 determina que o Poder Público deve manter, permanentemente atualizado, um cadastro municipal de logradouros, com informações sobre sua localização, caracterização, dimensões, serviços urbanos existentes e inexistentes, e outros dados acerca da situação legal, urbana e fiscal de cada logradouro, seja reconhecido ou não. Tais informações deverão ser de livre acesso às associações de moradores e qualquer representante do povo. Entretanto, ainda não se dispõe de uma base cartográfica que possibilite a estruturação e manutenção de tal cadastro ou a tomada de decisão sobre as questões físico-territoriais, de zoneamento ou demarcação de limites de áreas específicas.

1.6. Espaço Urbano

O desempenho comportamental de um espaço independe muitas vezes, ou quase sempre, da intenção de quem o concebeu, pois parece que o discurso arquitetônico tem sido mais ideológico ou científico do que real. Assim sendo, mais importante que entender as razões que levaram à concepção de um espaço, é a compreensão do seu desempenho quando materializado (Camargo Cordeiro, 1997).

Lúcio Costa, ao analisar a dinâmica da evolução dos espaços criados pelos planejadores, afirma que "é sempre impossível conduzir e realizar um grande plano como ele foi inicialmente pensado. A vida é sempre mais forte: ela muda e modifica todos os projetos que nós fazemos".

Teoria recente, surgida com Bill Hillier e outros pesquisadores na Bartlett School, University College London, a Sintaxe Espacial ocupa-se dos aspectos de co-presença, estudando os sistemas de encontros por meio dos quais as atividades se desenvolvem nas cidades ou nos edifícios e tem como axioma básico que *"a organização do espaço é função da forma de solidariedade social"*.



Holanda (1997) propõe seis aspectos pelos quais se pode analisar o desempenho comportamental de um espaço:

- funcionais (atividades que ali se desenvolvem)
- de co-presença (como as atividades se desenvolvem)
- bio-climáticos (questões de conforto e de qualidade ambiental)
- topoceptivos (orientabilidade e identidade)
- emocionais (teoria dos "afetos")
- simbólicos (papéis, visão de mundo de seus cidadãos)

A Sintaxe Espacial analisa as possibilidades de co-presença por meio do estudo dos sistemas de encontros através dos quais as atividades se desenvolvem nas cidades ou nos edifícios, enquanto os estudos topoceptivos examinam as questões da identidade e orientabilidade transmitida pelos espaços. A primeira lê a cidade a partir "dos pés", ou seja, dos "lugares" e dos "caminhos" das cidades, das permeabilidades e barreiras existentes para a apropriação do espaço urbano; a topocepção faz essa leitura "na linha dos olhos", examinando os cheios e vazios criados pelos volumes construídos e pelos espaços abertos, as linhas desenhadas pela volumetria arquitetônica, os marcos referenciais que favorecem a identificação dos diferentes espaços e a orientação quanto às distintas parcelas do tecido urbano. Os aspectos funcionais têm a ver com o desenvolvimento socioeconômico das cidades, enquanto os econômicos avaliam os custos de manutenção dos espaços, equipamentos e serviços públicos. Os aspectos bioclimáticos são estudados no campo da proteção e conforto ambiental. Por último, os aspectos emocionais e simbólicos envolvem as heranças e identidade cultural das pessoas com os espaços e o simbolismo que se pode atribuir a cada um deles.

Segundo Hillier, o estudo das relações entre configuração espacial e formas de relações sociais deve dar-se em três níveis: padrões espaciais ► vida espacial ► vida social, sendo as relações entre os dois primeiros objeto da arquitetura, e entre os dois últimos, da sociologia.

Holanda amplia este entendimento quando afirma que o trinômio deveria ser explorado, também no sentido inverso: vida social ► vida espacial ► padrões espaciais, uma vez que, consciente ou inconscientemente, gerações aprendem e transmitem, umas às outras, como os padrões espaciais podem interferir nos sistemas de encontros. Isto o leva a concluir que a escolha de determinados padrões espaciais é feita porque vem "informada" do seu desempenho.

No que se refere aos padrões espaciais, são examinadas as permeabilidades e barreiras físicas sobre o chão, que significam restrições à circulação de pedestres. São também considerados os atributos topológicos do espaço, tais como continuidade, separação, proximidade, segregação, contigüidade, integração etc.

Com este entendimento é que se analisa o espaço urbano de Armação dos Búzios, considerados os diferentes núcleos habitacionais que compõem a cidade.

Estruturada de forma polinucleada, a cidade apresenta características bastante distintas entre cada área ocupada com atividades urbanas. Um olhar mais acurado sobre todo o Município permite perceber a clara diferença entre a ocupação na porção continental em comparação com



a verificada na península. A atração paisagística exercida pela última elevou o preço da terra, transformando, de forma genérica, o continente em base de apoio para as atividades econômicas e sociais realizadas na porção peninsular. Este fato levou a uma configuração extremamente seletiva e segregadora. Em linhas gerais, pode-se afirmar que, em decorrência do histórico de ocupação, configuram-se duas realidades distintas, onde o Pórtico representa o marco físico de segregação espacial.

Na península, os limites entre os bairros não são facilmente perceptíveis, enquanto os núcleos urbanos localizados na porção continental são mais esparsos.

A malha viária não promove articulação efetiva entre os diferentes bairros, não se observando uma clara hierarquização dos eixos principais. A única via nitidamente identificada como eixo principal é a Av. José Bento Ribeiro Dantas, devido ao substancial fluxo viário (principalmente na alta temporada), bem como à sua extensão, responsável pela ligação entre a península e o continente.

Não há meios de articulação entre os bairros, seja para pedestres ou para ciclistas. Constata-se, também, a falta de calçadas em grande parte da cidade.

É fortemente perceptível a segregação sócio-espacial da cidade, para quem circula pelos diferentes núcleos urbanos, ainda que a visualização das edificações seja fortemente prejudicada pelos altos muros nas testadas dos lotes. Mesmo sem conhecer a distribuição espacial da população segundo as diferentes classes sociais, fica evidenciado o nível econômico de cada bairro, apenas por sua configuração urbana e pelas características das construções.

Falando da segregação sócio-espacial. Milton Santos (1996) comenta:

- "a cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial".

Em relação à arquitetura das edificações, Búzios criou sua marca. Convencionou-se designar como de "estilo Búzios", as edificações com, pelo menos, três das características seguintes:

- elementos estruturais em madeira aparente
- telhado coberto por telha cerâmica
- beirais com no mínimo 0,60m
- caixilho em madeira, com alizares de, no mínimo, 0,07m
- esquadria em madeira e / ou vidro
- altura do frechal com no máximo 3,50m
- paredes externas revestidas de massa ou pedra.

O "estilo Búzios" das residências foi internalizado por toda a população que o explicita, com maior ou menor sofisticação, em suas habitações, observando-se, mesmos nos bairros mais distantes, um padrão razoável de qualidade das construções.



Como aspectos comuns a todos os bairros, no tocante aos padrões espaciais, podem ser observados o “castelo de água” no corpo da edificação, encimado por telhado colonial, e os muros, cada vez mais altos, que ocultam as construções de quem circula nas ruas, quase todas um túnel a céu aberto. Apenas os estabelecimentos comerciais, pela natureza de suas atividades, não levantam os muros. Quanto mais sofisticado o padrão das construções, maior o muro à frente dos lotes. Apenas as fachadas voltadas para as praias ficam liberadas e abertas.

Como a maioria dos bairros é predominantemente residencial, apenas nos cruzamentos os muros são interrompidos. O aspecto final das ruas é de um imenso corredor, deserto e sem vida. A grande quantidade de casas de veraneio, fechadas durante a maior parte do ano, contribui para essa “desertificação social” dos bairros, principalmente na península.

Constata-se que as praias vêm tendo seus acessos e utilização pelo público cada vez mais restringido. São exemplos, a ocupação indiscriminada da faixa de areia pelos quiosques e suas barracas, em várias praias e a prática indiscriminada de esportes terrestres e náuticos sem controle, pondo em risco banhistas e usuários.

Outro grave problema são construções utilizando a faixa dos costões, de forma a garantir espaço e vista, em lotes geralmente com declividade muito acentuada, comprometendo estas áreas, consideradas de preservação permanente, e cerceando o acesso a essas áreas e à costa.

A prática de construção dos muros à frente dos lotes fez com que a cidade se desenvolvesse “de costas” para o mar, à exceção da Praia dos Ossos e da “Orla Bardot”, locais dotados de uma calçada à beira-mar, completamente aberta, de onde se pode observar o mar e sair em passeios de escuna pela costa de Búzios. Não é por acaso que essas duas praias atraem a maioria dos turistas.

O tecido urbano revela a existência de importantes “vazios”, sobretudo devido à baixa ocupação de numerosos parcelamentos do solo, não ocupados.

Também merecem destaques as aldeias de pescadores remanescentes dos primeiros tempos da vila, como pequenos enclaves no tecido urbano. Conservam muito das suas características originais e devem merecer atenção especial como testemunhos da história do Município.

Para melhor analisar as características do espaço urbano de Armação dos Búzios, o Município foi dividido em 16 áreas de estudo², a partir dos distritos fiscais definidos pela Secretaria Municipal de Fazenda. As principais características de cada uma das 16 áreas de estudo da cidade constam do Quadro 12, apresentado a seguir.

² A Lei Orgânica (art. 12) dispõe sobre o território do Município, determinando que poderá ser dividido, para fins administrativos, em bairros, que serão denominados por Lei.



Quadro 12 – Características dos Bairros de Armação dos Búzios

Bairro	Parcelamentos	Construído (%)	Condomínios	Hotéis e pousadas-	Comércio e serviços	Atrativos turísticos-	Comentários
ALTO DE BÚZIOS (Mapa 05a)	<ul style="list-style-type: none"> Loteamento Sítio do Campinho, Loteamento Alto de Búzios, 	80	03 condomínios	2	Pequeno comércio de abastecimento		O loteamento Alto de Búzios, foi projetado acima da cota de 25 m, sem preocupação com a preservação de áreas críticas. As residências são de classe MA/A ³
RMAÇÃO (Mapa 05b)	<ul style="list-style-type: none"> Desmembramento Casa do Sino 	90	02 condomínios	12 pousadas; 1 grande hotel com 135 quartos em fase de construção	O comércio, praticamente concentrado na orla, cujo visual é o maior fator de atração, desenvolve-se desde o píer em frente a Ilha do Caboclo até as imediações da Igreja de Santana, abrigando restaurantes e outros estabelecimentos, destinados aos turistas	Cinema, localizado frente à praia da Armação, na Orla Bardot, Mini – Golf; Casa de Cultura de Búzios	A estruturação do bairro inclui uma ZOC, no “morro” do Humaitá, uma ZR-1, no trecho mais plano, e uma ZUT, que percorre todo o seu litoral. ⁴ A Orla Bardot vem se transformando no novo centro noturno da cidade, e de inúmeros bares e restaurantes

continua
continuação

MA – Média Alta, A – Alta. – MB – Média Baixa

⁴ ZOC – Zona de Ocupação Controlada

ZR1 – Zona Residencial Unifamiliar

ZR2 – Zona Residencial Multifamiliar

ZUT – Zona. Urbana Tradicional

ZCVS – Zona de Conservação da Vida Silvestre

APA – Área de Preservação Ambiental



Bairro	Parcelamentos	Construído	Condomínios	Hotéis e pousadas-	Comércio e serviços	Atrativos turísticos-	Comentários
BAÍA FORMOSA (Mapa 05c)	<ul style="list-style-type: none"> Loteamento Baía Formosa; Loteamento Enseada Azul; Loteamento Búzios Golf Resort; Loteamento Baía Blanca. 	25 (do bairro)	diversos	6 pousadas e 1 hotel	Posto de Gasolina, pequenos comércios, oficina de reparos náuticos e imobiliárias.	Praia extensa favorável à prática de <i>windsurf</i> , <i>kitesurf</i> .	O Bairro da Baía Formosa é o de maior extensão territorial do município, cuja ocupação se desenvolveu, inicialmente, ao longo da estrada de acesso a Búzios, nos terrenos junto a praia. Em que pese a vasta extensão de terras ainda não parceladas, é hoje um dos assentamentos com maior potencial de crescimento, voltado para a construção de Condomínios, Hotéis e Apart-Hotéis.
CARAVELAS (Mapa 05d)	<ul style="list-style-type: none"> Loteamento Bauen; Loteamento Praia das Caravelas. 	15	3	1 hotel e 2 pousadas	Hotel do Bauen e pequenas vendas e bares na beira da estrada	Praia das Caravelas A APA	Em Caravelas está localizada a APA do Pau-Brasil. Credita-se à praia das Caravelas o início da ocupação da área.

continua



continuação

Bairro	Parcelamentos	Construído (%)	Condomínios	Hotéis e pousadas	Comércio e serviços	Atrativos turísticos-	Comentários
CEM BRAÇAS (Mapa 05e)	Cem Braças	70		01	Comercio próprio de abastecimento e de serviços	Praia de Tucuns	Cem Braças compreende área de brejo, aterrada com restos de sambaquis de Manguinhos, sendo posteriormente invadida e repartida sem a observância de critérios normativos. Localizada em cota negativa, assim como o loteamento vizinho Bosque de Geribá, está sujeita a constantes alagamentos, no período das chuvas fortes. A sua denominação decorre da divisão em <i>cem braças</i> das terras parceladas entre herdeiros.

continua



continuação

Bairro	Parcelamentos	Construído (%)	Condomínios	Hotéis e pousadas	Comércio e serviços	Atrativos turísticos-	Comentários
CENTRO (Mapa 05f)		50	1 Apart Hotel e 2 condomínios	47 pousadas	<p>Abriga o Centro Administrativo, sediando a Prefeitura e a maioria das Secretarias Municipais. É também o Centro Financeiro da cidade, pois detém quatro das cinco agências bancárias existentes em Búzios. DPO do Centro.</p>	<p>Rua das Pedras; restaurantes típicos; praia do Canto; Centro comercial da cidade; Feira de Artesanato da Praça Santos Dumont; Mini – Golf no <i>Shopping</i> nº 1; Campo de Futebol e quadras de esportes; Igreja Assembléia de Deus, um bem cultural da cidade.</p>	<p>Núcleo inicialmente formado ao longo da Av. José Bento Ribeiro Dantas, sofreu expressivo adensamento no trecho junto à Praia do Mangue, estendendo-se por outras quatro ruas paralelas e suas transversais, no trecho hoje conhecido como “Rua das Pedras”. Desenvolveu-se, ao longo da faixa paralela ao mar, abrangendo a Praia do Canto e a área de chegada à “Rua das Pedras”. Quase todo edificado, ainda conta com 340.000,00 m², em processo de aprovação de loteamento. A ocupação do Centro é bastante diversificada. A zona onde o comércio é mais intenso constitui uma ZUT. A parte residencial corresponde à ZR-2, onde também se localizam as glebas ainda não parceladas, terminando em uma ZCVS. A vegetação local restringe-se apenas a uma grande área verde ao redor da Lagoa do Canto.</p>

continua



continuação

Bairro	Parcelamentos	Construído (%)	Condomínios	Hotéis e pousadas	Comércio e serviços	Atrativos turísticos-	Comentários
FERRADURA (Mapa 05g)	Loteamento Condomínio do Atlântico	40	13	13 pousadas	Restringe-se à faixa das praias com vários quiosques, na realidade restaurantes, além de erviços de lazer náutico, tais como o aluguel de pedalinhos, banana-boats, pranchas e pequenos veleiros.	Praia da Ferradura; Trilhas ecológicas; Prática de esportes náuticos tradicionais, quiosques à beira mar e os penhascos da boca da Barra da Ferradura.	Incorporando o nome da praia encravada no litoral bastante recortado, o bairro tem alguns condomínios e pousadas, resultantes de remembramento de lotes. Duas de suas áreas permanecem não parceladas, sendo a primeira uma pequena península que forma o braço direito da "ferradura", com área aproximada de 600.000,00m ² , na qual, durante os anos 80, foram abertas ruas e caminhos; a segunda área, de aproximadamente 1.000.000,00m ² , estende-se do limite do Condomínio do Atlântico até a praia da Ferradurinha. A maior parte da área parcelada enquadra-se em ZR-2, com exceção dos lotes acima da cota de 25m, em sua maioria na ZOC. As grandes glebas ainda não parceladas encontram-se, em sua quase totalidade, incluídas na ZCVS, portanto não passíveis de parcelamento.

continua



Bairro	Parcelamentos	Construído (%)	Condomínios	Hotéis e pousadas	Comércio e serviços	Atrativos turísticos-	Comentários
GERIBÁ (Mapa 05h)	<ul style="list-style-type: none"> Loteamento Gravatás; Loteamento Colinas de Geribá; Desmembramento do Marisco; Loteamento popular de Manguinhos; Loteamento Ilhas de Búzios; Loteamento Enseada de Albatroz 	90	<p>São poucos os lotes disponíveis para condomínios, até porque foi o bairro onde mais se desenvolveu este tipo de ocupação. Existem algumas poucas áreas, por cima da Ferradurinha, em parcelamento irregular. Fora isso, ainda há possibilidade de áreas resultantes de remembramento de lotes.</p> <p>14 condomínios.</p>	48 pousadas e residências que alugam quartos, espalhadas por todo o bairro. <i>Guest House</i>	Restaurantes, bares, quiosques de praia, pequenos estabelecimento de comércio	<p>Praias de Geribá; Ferradurinha, considerada uma das mais belas do mundo por revista internacional especializada; dos Amores e a lagoa de Geribá, se devidamente recuperada; 1 quadra poliesportiva pública; Pista de <i>skate</i>.</p>	<p>Geribá, um dos bairros mais conhecidos e procurados, caracteriza-se por uso residencial com ocupação plenamente consolidada a partir da praia. Em virtude do seu rápido adensamento, surgiram aí grandes condomínios e apart-hotéis. O crescimento desordenado evidenciou a drenagem insuficiente da região e o assoreamento precoce da Lagoa de Geribá, agravado por aterro realizado, ainda enquanto pertencente a Cabo Frio. A praia de Geribá, com cerca de 1.800 metros de extensão, uma das mais procuradas por moradores e visitantes, permite a prática do surfe. A praia da Ferradurinha é considerada uma das mais belas da região. O loteamento Albatroz conta com mais de 90% dos seus terrenos acima da cota de 25m, descaracterizados pela erosão lenta mas gradual e pelo evidente assoreamento de sua bacia. As ruas não têm calçamento e apresentam péssimo estado de conservação. Os terrenos são oferecidos para compra por preço acessível, com expressiva procura para construção de residências de nível MB/M/MA.⁵</p>

⁵ MB – Média Baixa, M - Média, MA - Média Alta.



Bairro	Parcelamentos	Construído (%)	Condomínios	Hotéis e pousadas	Comércio e serviços	Atrativos turísticos-	Comentários
JOÃO FERNANDES (Mapa 05i)	Loteamento João Fernandes	Um pouco mais de 60	16 lotes são originalmente destinados a condomínios, com 7 condomínios já instalados.	3 lotes originalmente destinados a hotel, mas já há 20 estabelecimentos hoteleiros	Restringe-se à faixa das praias onde existem 10 quiosques, na realidade restaurantes, além de ambulantes e serviços de lazer náutico tais como o aluguel de pedalinhos, banana-boats, pranchas e pequenos veleiros durante os períodos de alta temporada.	Praia de João Fernandes e João Fernandinho; Mirante localizado no ponto mais alto, em cima da caixa d'água que abastece o loteamento, de onde se tem uma vista de 360°. Embarque de escunas, caiaques e taxis marítimos. Costão.	A totalidade dos lotes já edificadas, ou por edificar, encontram-se em ZCVS ou em ZOCs, com taxas de ocupação em torno de 8% nas primeiras e de 15 a 25% no caso das ZOCs, dependendo do nível do terreno, se acima, ou abaixo, da cota de 25m.



continuação

Bairro	Parcelamentos	Construído (%)	Condomínios	Hotéis e pousadas	Comércio e serviços	Atrativos turísticos-	Comentários
MANGUINHOS (Mapa 05j)	<ul style="list-style-type: none"> • Loteamento Yucas; • Loteamento Bosque de Geribá; • Loteamento Parque das Acácias; • Loteamento Porto Belo; • Loteamento Popular de Manguinhos. 	80		24 pousadas	Segundo maior pólo comercial da cidade, com comércio de abastecimen-to e presta-ção de serviços ao longo da Av. José Bento Ribeiro Dantas. Possui igrejas e um clube esportivo	Centro Náutico, e Colônia de pesca. Praia ideal para esportes náuticos; Quadra de esportes; Maior telescópio amador do Brasil, aberto ao público; Campo de Futebol e Clube Veteranos Unidos de Manguinhos; Atelier Jardim das Esculturas, aberto ao público; Igreja de Nossa Senhora Desatadora dos Nós.	Bairro tradicional, onde moram as primeiras famílias que vieram para Búzios. O loteamento Popular de Manguinhos , dos anos 70, faz parte do início do bairro e era, em sua maioria, habitado por pessoas de baixa renda, da beira de praia, que venderam seus terrenos aos forasteiros, mudando-se para lá. Com a dotação de infra-estrutura e o estabelecimento de um armazém e de um posto de abastecimento, passou a ser habitado pela classe média. O bairro está situado em área plana, na garganta da península, o que facilitou seu crescimento. Notam-se na divisa com a Tartaruga, região da ponta da Sapata, problemas fundiários e parcelamentos irregulares. Na área costeira, os lotes de cerca de 5.000m, foram parcelados em terrenos menores ou deram lugar a condomínios residenciais. 90% das residências são de nível M/MA/A. O bairro Popular é dotado de galerias pluviais nas quais, em acordo com a Prefeitura, foram ligados aos sumidouros das casas, gerando alta poluição (esgoto <i>in natura</i> lançado na praia). As áreas verdes, em grande parte, encontram-se invadidas. DPO de Manguinhos, Câmara Municipal, Pórtico (Centro de Informações Turísticas).

continua



Bairro	Parcelamentos	Construído (%)	Condomínios	Hotéis e pousadas	Comércio e serviços	Atrativos turísticos-	Comentários
OSSOS (Mapa 051)	<ul style="list-style-type: none"> Desmembramento Bosque dos Ossos; Desmembramento Village de Búzios. 	70	1	7 pousadas	<p>Comércio diversificado, estendendo-se por todo o final da "Orla Bardot", ou seja, pelo final da Av. José Bento Ribeiro Dantas até a Praça dos Ossos. Há um cemitério junto à Igreja de Santana e o Iate Club de Búzios.</p>	<p>Praia da Armação, dos Ossos e da Azeda e da Azedinha, que se estendem desde aí por um costão até as areias da Praia de João Fernandes; Iate Clube Receptivo da Brasil Cruise, no Porto Veleiro; APA da Azeda e Azedinha; Igreja de Santana.</p>	<p>Núcleo urbano paralelo ao litoral, vai do final da praia da Armação, passando pelo morro da Igreja de Sant' Anna, praia dos Ossos até a APA da Azeda e Azedinha. Suas calçadas encontram-se apenas demarcadas pelos meios-fios, com exceção da beira mar, onde o final da "Orla Bardot", as cercanias da Igreja de Sant' Anna e a Praia dos Ossos receberam tratamento urbanístico. Apresenta a maior concentração de construções históricas da cidade, embora não tombadas. Na Praia dos Ossos não circulam veículos, a não ser os dos moradores do local. Constitui-se em um dos poucos espaços da cidade abertos para o mar, permitindo o desfrute da paisagem marinha, o que o torna, sem dúvida, um dos trechos mais agradáveis da cidade, bastante freqüentado pelos visitantes e turistas. Muito embora, seja um dos menores bairros do município, seu enquadramento é bastante diversificado, indo desde a "APA da Azeda e Azedinha" evidentemente uma ZCVS, a alguns trechos de ZOC, muitos lotes em ZR-1 e ZR-2 e finalmente um trecho em ZUT. No ano 2000, foi realizado o I Master Casa num velho casarão em frente a praça dos Ossos. Desse encontro de arquitetos e decoradores, resultou a reforma da praça e a renovação das fachadas circundantes.</p>



continuação

Bairro	Parcelamentos	Construído (%)	Condomínios	Hotéis e pousadas	Comércio e serviços	Atrativos turísticos-	Comentários
RASA (Mapa 05m)	<ul style="list-style-type: none"> • Loteamento Praias Rasas; • Loteamento Balneário da Rasa; • Arpoador da Rasa; • Loteamento Bosque de Búzios; • Loteamento do Centro Hípico; • 	20	1	<i>Camping,</i> 15 pousadas.	Farmácia, padaria, pequeno mercados, bares, oficina mecânica, fábrica de pré-moldados, restaurantes, lojas de material de construção, artesanato, Existe ainda uma Delegacia, escolas, Igrejas, a Fundação Bem-te-vi, serviço médico de urgência, Superintendência de controle da periferia	Horto; Ponta da Una (local da antiga colônia de pesca); Ponta do Pai Vitório; Ilha Rasa (que fica na altura da divisa com o bairro de Baía Formosa); Praia Gorda e manguezal; Praia Rasa; Marina; Centro Hípico;	<p>A praia da Rasa constituiu-se em um dos pontos de desembarque clandestino de escravos. A origem dos seus habitantes remonta às fugas de negros das fazendas da região, do que resultou um quilombo, fazendo da Rasa um lugar de refúgio de escravos. Os negros da Rasa viviam da lavoura e moravam na mata, com acesso apenas por pequenos caminhos. Mesmo com a abertura da estrada para a sede da comarca, os negros permaneceram isolados no interior da Rasa. Somente mais tarde, começaram a trabalhar nas fazendas do Município. Ainda há pequenos produtores rurais no bairro. Com a emancipação de Armação dos Búzios, o limite entre ele e Cabo Frio corta edificações do loteamento Praias Rasas, na Rasa. Encontra-se na Rasa o lixão do município.</p> <p>A grande importância deste bairro e o de Caravelas, é que neles estão definidos as divisas do Município, sendo, portanto, o maior foco de invasões e de ocupação desordenada e irregular.</p>

continua



continuação

Bairro	Parcelamentos	Construído (%)	Condomínios	Hotéis e pousadas	Comércio e serviços	Atrativos turísticos-	Comentários
TARTARUGA (Mapa 05n)	<ul style="list-style-type: none">Loteamento Vila Tortuga	10		05 pousadas	Restaurante e quiosques na praia	Praia da Tartaruga	Há vários quiosques que servem alimentação e bebidas aos turistas, pois a praia é um dos pontos de parada para banho e mergulho dos passeios de escuna. As condições de salubridade são precárias e a privatização da praia é total. O acesso de veículos por terra está parcialmente bloqueado, com cancela fechando a estrada.
VILA CARANGA (Mapa 05o)	<ul style="list-style-type: none">Loteamento Portal da Ferradura.	90	1	6 pousadas.	Bares, vidraçaria, pequenos mercados, Horti – Fruti, Unimed, imobiliária, aluguel de Bugre, etc.		Teve seu início ao longo da Av. José Bento Ribeiro Dantas. A maior parte da área ocupada é resultante de parcelamento irregular em toda a Vila Caranga e em direção ao Morro da Tartaruga.

continua



continuação

Bairro	Parcelamentos	Construído (%)	Condomínios	Hotéis e pousadas-	Comércio e serviços	Atrativos turísticos-	Comentários
NOVA BÚZIOS (Mapa 05p)	<ul style="list-style-type: none"> • Área 1; • Área 2; • Área 3. 	Entre 20 e 30	02 grandes implantados e 02 em implantação	09 pousadas		Praias Brava, Olho de Boi, da Foca e Forno, além da Lagoinha; Trilhas; Mirantes; costões.	Compreende o parcelamento já consolidado de 3 grandes áreas e de outras glebas particulares, ainda não parceladas, abrangendo uma superfície total estimada de 700.000,00m ² . Consoante a lei de uso e ocupação do solo vigente, essas áreas não são aptas ao parcelamento, pois integram ZCVS. A Área 2, em sua quase totalidade, é destinada a ZR-2, e as Áreas 1 e 3 tem a maioria de seus lotes enquadrados em ZOCs, ou ZCVS. Mercado Municipal, em construção; Fórum; Nova Prefeitura, em construção.

continua



continuação

Bairro	Parcelamentos	Construído (%)	Condomínios	Hotéis e pousadas-	Comércio e serviços	Atrativos turísticos-	Comentários
SÃO JOSÉ (Capão – Tucuns) (Mapa 05q)	<ul style="list-style-type: none"> • Loteamento Tucuns; • Loteamento Pórtico de Búzios; • Loteamento Águas Claras; • Loteamento Plarcon (Resort.); • Loteamento Bosque dos Tucuns 	10	06	5 pousadas	Pequenas vendas de gêneros de primeira necessidade e quiosques de praia.	Praia de Tucuns; Serra das Emergências e APA do Pau-Brasil; Rampa para vôo livre; Prática de surf; Praia de José Gonçalves.	<p>A ocupação teve início ao longo da estrada de ligação a Cabo Frio, desenvolvendo-se, em seguida, junto à praia de Tucuns Parte do Loteamento Tucuns esta, já em processo de uso capião coletivo.</p> <p>A grande maioria das invasões está localizada junto ao limite de Cem Braças.</p> <p>Não há parcelamento na área compreendida entre a estrada do Capão e Tucuns, correspondente a APA do Pau-Brasil até o limite da praia das Caravelas.</p>



O Quadro 13 e o Mapa 07 (Anexo) indicam a ocupação dos imóveis nas diversas localidades de Búzios, agrupadas pela Secretaria de Saúde, segundo a distribuição das áreas de trabalho entre suas equipes de saúde.

Quadro 13 - Ocupação dos imóveis.

Localidade	Quarteirões	Ocupação					
		Residências		Comércio		Terreno baldio	
		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Centro	105	2 208	15,44	699	43,77	590	14,95
Manguinhos	95	4 213	29,46	473	29,61	817	20,71
Saco Fora	105	1 220	8,53	60	3,76	609	15,44
Rasa	167	2 781	19,44	117	7,32	1 263	32,01
Cem Braças	36	1 399	9,78	155	9,70	121	3,06
Geribá	37	1 715	11,99	24	1,50	109	2,76
Maria Joaquina	46	763	5,33	69	4,32	436	11,05
TOTAL	591	14299	100%	1597	100%	3945	100%

Fonte – Secretaria Municipal de Saúde - 2002

Conclusão

A ocupação de Búzios deu-se de forma completamente fragmentada, condicionada, de certa forma, pelas condições do solo e do relevo. Atualmente, a cidade apresenta uma configuração urbana polinucleada e, mais que isso, absolutamente diversificada. Cada localidade ou “bairro” apresenta traçado urbanístico distinto e características próprias. O que se observa, em comum, são as características do chamado “estilo Búzios”, já internalizados pela população como aspectos a serem preservados.

Não se identificam muitos espaços públicos, como praças ou parques urbanos. As áreas de lazer estão privatizadas nos Condomínios, dispersos por todo o tecido urbano.

A cidade “deu as costas” para o mar, fechando o acesso a elas por meio do loteamento das áreas de frente para as praias. O acesso a estas ficou limitado às servidões, via de regra bastante estreitas, o que impossibilita, a quem circula pela cidade, a contemplação do mar.

A prática de se murar a testada dos lotes transforma a cidade em “corredores desertos”, na maioria das vezes sem calçadas, nos quais não se percebe vitalidade. A enorme quantidade de casas de veraneio, fechadas durante boa parte do ano, contribui para o agravamento dessa característica. Apenas a entrada das pousadas ou hotéis e as ruas comerciais mostram sua face urbana.

A ocupação irregular de Áreas de Preservação Permanente, como topos de morro, encostas, restingas e beira de lagoas tem levado à perda da beleza cênica, um dos principais atrativos de Búzios.



Outra característica da cidade é a nítida segregação sócio-espacial existente entre a península e a parte continental e, em ambas, entre bairros distintos. Mesmo sem uma análise dos padrões socioeconômicos da população, apenas pela visualização de sua configuração urbana e das edificações, é possível distinguir as diferenças de estratificação econômico-cultural da população.

1.7. Aspectos Culturais

1.7.1. Meios de Comunicação

Circulam em Búzios jornais semanais, quinzenais e mensais, de distribuição gratuita (Quadro 14).

Quadro 14: Jornais locais

JORNAIS	PERIODICIDADE
Buziano	Quinzenal
Búzios Live	Edições especiais em datas específicas
Ênfase	Quinzenal
Jornal de Búzios	Semanal
Lúmen	Mensal
O Peru Molhado	Semanal
O Pescador	Quinzenal
O Siri na Lata	Mensal

O Peru Molhado é o mais antigo deles e circula há 22 anos; o Buziano, há quase 10 anos. Ambos têm uma tiragem de 10.000 exemplares.

Começou a circular em Búzios no mês de agosto de 2002 uma revista mensal, intitulada Mais + Búzios, cujo objetivo é divulgar a cidade, suas belezas naturais, seus atrativos. É uma publicação bimestral, com tiragem de 20.000 exemplares.

Búzios conta ainda com duas rádios FM - a Rádio Popular de Búzios e a Nativa Búzios, e uma AM. Não existe repetidora de TV, mas há um provedor de Internet, com sede em Cabo Frio.

Os jornais Folha dos Lagos e Jornal de Sábado têm sede em Cabo Frio, mas circulam em Búzios, assim como a rádio 1530 AM é bem ouvida na cidade. A TV Record e a TV Alto Litoral ficam em Cabo Frio e transmitem matérias relativas a Búzios.

O Município conta com 01 (uma) agência dos Correios, localizada no Centro, e 02 (dois) postos de atendimento, localizados, respectivamente, no bairro de Cem Braças e na Rasa, este último recém inaugurado.

1.7.2. Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico

Não existem bens tombados em Búzios. A Lei de Uso e Ocupação do Solo, em seu artigo 5º, identifica como "patrimônio histórico e cultural do Município a ser preservado, por serem testemunhos mais antigos da história do lugar e importantes ao resguardo da identidade e



memória da população local, e ainda pelas características arquitetônicas” os seguintes bens imóveis:

- Casa localizada na Av. José Bento Ribeiro Dantas ao lado direito da Escola Estadual João Oliveira Botas, na Armação;
- Casa na esquina da Av. José Bento Ribeiro Dantas com a Rua Alfredo Silva (“Colônia”);
- Solar do Peixe Vivo, localizado na esquina da Av. José Bento Ribeiro Dantas com a Rua Alfredo Silva;
- Casa localizada na curva da orla da Armação, lado do mar, em frente ao morro do Humaitá;
- Casa do Sino, localizada na Av. José Bento Ribeiro Dantas, praia da Armação;
- Colônia dos Pescadores, localizada na Rua das Pedras;
- Igreja de Santana, localizada na Praia dos Ossos;
- Igreja Metodista construída em 1928, localizada na Baía Formosa;
- Igreja Metodista de Manguinhos, construída em 1933, localizada em Manguinhos.

Estes bens encontram-se sob proteção do Poder Público, incentivando-se os proprietários a preservá-los e conservá-los. Qualquer modificação no uso e na arquitetura dos imóveis deve ser precedida de consulta prévia ao órgão competente, ouvido o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Em 2001, sob a coordenação da Fundação Cultural (atual Secretaria da Cultura), foi realizado, pelo historiador Márcio Werneck, um estudo desses imóveis, além de outros seis, também considerados como de valor para o patrimônio cultural da cidade:

- Templo da Assembléia de Deus, na Rua das Pedras;
- Templo da Assembléia de Deus, na Praia da Rasa;
- Mansão de veraneio de Luis Honold Reis, na Praia Azeda;
- Sobrado de veraneio de Boy Sampaio;
- Clube Azul e Branco (atual Casa de Cultura de Búzios); e
- Prédio da Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios, na Praça Santos Dumont.

Nenhum dos bens identificados como patrimônio histórico e cultural do Município foi tombado, até a presente data.

Há um patrimônio histórico-cultural a ser devidamente valorizado em Búzios, em especial no que diz respeito aos quilombos que existiram na Rasa, que ainda guarda vestígios como a existência da fazenda dos escravos e o cemitério índio.

Deve-se observar que a Constituição Federal, ao dispor sobre o patrimônio cultural brasileiro, estabelece que o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras (art. 215) e efetiva o tombamento de “todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”. Assim sendo, pode-se considerar como sujeitos aos efeitos do tombamento, sob o amparo constitucional, todos os bens e locais que, uma vez discriminados, possam ser considerados como remanescentes dos quilombos, em Búzios.

Não há museu na cidade. Sua criação poderia incentivar o resgate e a preservação do patrimônio histórico-cultural do Município.



A manifestação cultural mais característica de Búzios é o Reis-de-boi, considerado pelos moradores da terra como “o mais importante auto popular brasileiro, quer pela legitimidade temática e lírica, quer pela genuinidade nacional”. Este auto é encenado em agosto, com diversas apresentações, registrando uma frequência de público de até 130 pessoas por apresentação.

Também é tradicional, na cidade, a realização, em dezembro, da Mostra de Teatro, com a apresentação de diversos grupos teatrais locais e do interior fluminense. A cada apresentação comparecem mais de 100 pessoas.

Existe um Festival Anual de Cinema, realizado todo ano ao final do mês de novembro, pelo Gran Cine Bardot, com grande afluxo de turistas e artistas. Já está na sua IX edição e se destaca por apresentar mostras do bom cinema produzido na América Latina, Estados Unidos, Europa e no Brasil. Há exibições gratuitas na Praça Santos Dumont, no Centro e na Praça da Rasa. O evento conta, ainda, com reuniões de exibidores e distribuidores.

O Festival de Jazz, promovido pela Chez Michou, traz apresentações de grupos ou solistas de Jazz nacionais e internacionais, durante 1 semana no Pátio Havana / Chez Michou, na Rua das Pedras.

A cidade não conta com um espaço adequado para sediar a realização de grandes eventos culturais.

Há uma produção artesanal local, constatando-se a existência do grupo Arte de Búzios, reunindo cerca de 35 artesãos.

Búzios foi o local escolhido para abrigar a única capela no mundo dedicada exclusivamente a Nossa Senhora Desatadora dos Nós, cuja devoção começou em 1700, na Alemanha. Segundo a Igreja Católica, a devoção à santa foi introduzida no Brasil, com uma imagem trazida pelo ex-piloto Denis Bourgerie para Campinas – SP, em 1999.

A pequena capela com a imagem da santa foi erguida ao lado da Igreja de Santa Rita, em Manguinhos, e desde sua inauguração, em setembro de 2001, já recebeu a visita de mais de 120 mil fiéis, passando a ser um dos pontos turísticos mais visitados da cidade. As missas aos domingos lotam a capela com 33 cadeiras de madeira com almofadas azuis, representando a idade de Cristo, e um painel da Nossa Senhora com 2.40m de altura, inspirado no quadro original da santa.

A Lei Orgânica dispõe sobre a Cultura, estabelecendo, ente outras diretrizes a de que o Município "construirá e manterá arquivo público e bibliotecas públicas", devendo destinar recursos suficientes para sua adequada manutenção. A Biblioteca municipal desempenhará "a função de centro cultural da cidade" (arts. 197 §2 e 198).

Neste sentido, há que se mencionaar o papel relevante da ONG Pró-Vida, que desenvolve um projeto itinerante – Agente da Leitura – que distribui *k/its*, de casa em casa, contribuindo para a difusão do hábito da leitura.



1.7.3. Sítios Arqueológicos Pré-Históricos

Sambaquis

Os sítios arqueológicos pré-históricos de Búzios são os mais antigos da Baixada Litorânea Fluminense, um deles, do Estado do Rio de Janeiro. Evidenciam as estadas precursoras dos pequenos grupos nômades de famílias aparentadas na região. Há cerca de 5.150 anos, grupos de até 35 indivíduos acamparam nas pequenas dunas do canto direito da praia de Geribá. Sua economia baseava-se na coleta, pesca e caça, e se alimentavam, preferencialmente, dos moluscos existentes na vizinha "Ponta dos Mariscos". Desde então, e até 1.800 anos antes do presente, outros pequenos bandos nômades freqüentaram a ponta dos Búzios, a exemplo dos sambaquis descobertos nas praias de Geribá, Tucuns, Manguinhos e Rasa. Em Búzios, há sítios conhecidos como sambaquis e itaipus.

Os sambaquis são colinas forradas de conchas e moluscos que teriam sido consumidos por populações pré-históricas.

Os vestígios da tradição Itaipu diferenciam-se dos sambaquis pela tecnologia e padrão de subsistência e sepultamento. Encontram-se, geralmente, sobre dunas ou nas bordas de mangues e lagunas.

Há cerca de 1800 anos, grupos indígenas semi-nômades da etnia Tupinambá, cuja economia se baseava na horticultura, pesca, caça e coleta, além do conhecimento da cerâmica, ocuparam a Baixada Litorânea Fluminense. Em Búzios, há indícios de natureza documental e arqueológica sobre a existência das ladeiras da Bahia Formosa e de Maguinhos, a primeira nunca encontrada e a segunda, destruída em 1955.

Búzios conta com 22 sítios arqueológicos registrados no IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico, Artístico Nacional, conforme se observa no Quadro abaixo:

Quadro 15 – Sítios arqueológicos de Armação dos Búzios.

DENOMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Amarras	Praia de Geribá, condomínio Amarras de Búzios
Barracuda	Praia de Manguinhos
Dunas da Casa do Sr. Abel	Praia de Geribá
Sambaqui da Praia de Geribá	Encosta de colina defronte do mar, na extremidade esquerda da praia, do alto do morro até o mar.
Sambaqui da Ponta do Geribá	Aba do morro que separa a Ponta de Geribá de Ferradurinha.
Sambaqui dos Tucuns	Saco de Fora, em elevação suave próxima à Praia dos Tucuns
Sítio Arqueológico da Praia de Geribá	-
Sítio Arqueológico dos Campos Novos II	Rodovia Amaral Peixoto km 126, antiga fazenda de Campos Novos.
Sítio Clube da Esquina	Manguinhos, desde a pousada do Martim Pescador até à peixaria.
Sítio do Ouriço	
Sítio Duna Geribá	À 200 metros da extremidade esquerda da Praia de Geribá.

Continua



continuação

DENOMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Sítio Geribá I	Extremidade da Ponta de Geribá, próximo ao sambaqui da Ponta de Geribá.
Sítio Geribá II	Praia de Geribá, próximo ao sítio de Geribá I.
Sítio Dunas do Esqueleto	Canto esquerdo da Praia de Geribá, à 43 metros da casa do Sr Abel.
Sítio Ferradura	Próximo ao canto esquerdo da Praia da Ferradura, no caminho que dá acesso à praia.
Sítio Gruta de João Fernandes	-
Capela de Santana	-
Sítio Forno	Praia do Forno
Sítio Geribá	-
Posto do Ceceu	-

Fonte: IPHAN.

De acordo com a lei federal 3.924, de 26/07/1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, todo vestígio arqueológico encontra-se sob proteção, considerando-se as jazidas arqueológicas ou pré-históricas de qualquer natureza como bens patrimoniais da União.

Apesar da proteção oficial, os vestígios arqueológicos em Búzios foram dilapidados ou encontram-se sob forte pressão, sobretudo devido à indiscriminada ocupação urbana.

No trecho cabo-friense da APA do Pau-Brasil, os sambaquis Peroana, Meio, Boca da Barra, Morro do Chapéu e Morro do Vigia acham-se em bom estado de conservação ou mesmo intocados. Ainda em Cabo Frio, no entorno desta APA, os três sambaquis superpostos do morro dos Índios acham-se em bom estado de conservação e o da Duna Boavista, intacto.

Ainda na APA do Pau-Brasil, no Município de Armação dos Búzios, não há sambaquis preservados. No seu entorno, entretanto, assentam-se os sítios arqueológicos pré-históricos Geribá I e II e Tucuns I e II, todos eles em péssimo estado de conservação. Na mesma área foi descoberto, recentemente, o sambaqui do Itauá, ainda preservado.

Há, também, sítios arqueológicos revelando a moradia coletiva e captura de recursos alimentares marinhos por parte dos tupi-guaranis, que se instalaram na Baixada Litorânea Fluminense, há 1800 anos. Os tupi-guaranis foram expulsos ou mortos pelas tropas portuguesas entre 1550 e 1575, quando já se denominavam Tupinambás.

No entorno da área cabo-friense da APA do Pau-Brasil estão os possíveis acampamentos de pesca do morro dos Índios e da duna Boavista, segundo dedução de Octacílio Ferreira (1980) sobre os cacos de cerâmica indígena que encontrou nessas elevações litorâneas três décadas antes.

Na parte buziana da APA do Pau-Brasil, encontra-se a aldeia extinta da "Tapera" ou "Itapeba", na Bahia Formosa, conforme assinala uma fonte histórica primária do período colonial, embora ainda seja necessária a comprovação material por meio de levantamento de superfície em campo.



Ainda em Búzios, no entorno da APA do Pau-Brasil, estão os prováveis acampamentos de pesca de Geribá I e II e de Tucuns I e II, conforme se depreende dos cacos de cerâmica indígena descobertos no solo desses sítios arqueológicos pré-históricos.

Conclusão

Armação dos Búzios apresenta possibilidades culturais bastante diversificadas. Desde os sítios arqueológicos, passando pelas Unidades de Conservação, pelas aldeias de pescadores remanescentes, pelas manifestações populares, até as realizações como os Festivais de Cinema e de Jazz, existem alternativas culturais para diferentes públicos e interesses. O grande número de artistas residentes em Búzios deveria permitir uma agenda cultural rica e variada, o que amplia a atratividade da cidade, podendo ser um fator de redução da sazonalidade turística, concentrada no verão.



2. ANÁLISE EXTERNA E INTERNA

2.1. A Inserção Regional do Município

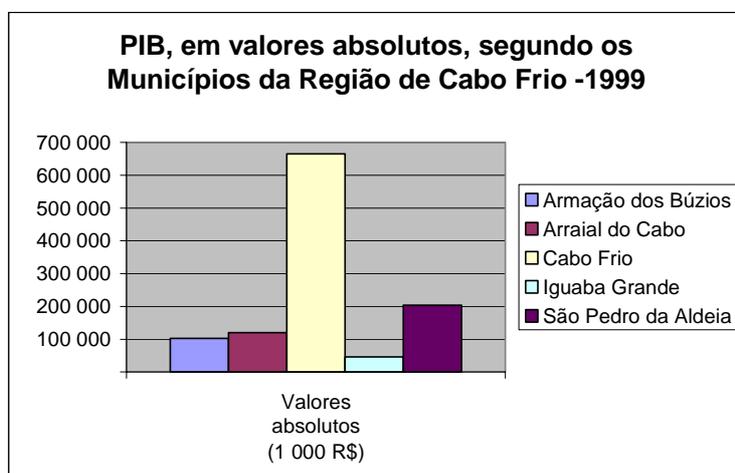
Búzios localiza-se em região com forte crescimento urbano e alta densidade demográfica, decorrentes de migrações intensas, na década de 1990, sobretudo devido à proximidade com a metrópole do Rio de Janeiro. A influência da metrópole manifesta-se no turismo, na existência de residências secundárias, assim como no crescente número de residências de população que trabalha na metrópole. Turismo, lazer e pesca são as atividades básicas da região.

Cabo Frio tem forte domínio sobre sua área de influência, como sede da rede bancária, comercial, de serviços de saúde especializados, de universidades (Veiga de Almeida, Faculdade da Região dos Lagos – FERLAGOS, Estácio de Sá, Campus da UFF), companhias de transporte intra e intermunicipal e como *locus* do poder político.

A proximidade de Búzios faz com que as inter-relações entre as duas cidades sejam bastante fortes.

A posição de centralidade de Cabo Frio pode ser observada, sobretudo, pelo volume do PIB dos municípios da região (Gráfico 01).

Gráfico 01 – PIB de Búzios e dos municípios vizinhos



Fonte: Fundação CIDE - Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro - 2000.

Configura-se, atualmente, um processo de conurbação urbana de Búzios com os municípios vizinhos. Apesar disso, não se verifica uma atuação conjunta entre os municípios da região.

As questões urbanas, no Estado do Rio de Janeiro, estão sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e do Conselho Estadual de Política Urbana. O Estado é subdividido em regiões – Metropolitana; Noroeste Fluminense; Norte Fluminense; Serrana; Baixadas Litorâneas; Médio Paraíba; Centro-Sul fluminense; Região da Baía da Ilha Grande. Todavia, apesar de ser evidente o processo de conurbação e o interesse no tratamento integrado às questões comuns ou complementares na região das Baixadas Litorâneas, não há diretrizes



específicas, programas ou projetos voltados a um tratamento integrado das questões urbanas no plano regional.

O aporte de *royalties* referentes à exploração de petróleo causou significativo impacto na região, propiciando a melhoria da infra-estrutura urbana e a construção de hospitais e escolas.

A região apresenta uma dinâmica interna bastante voltada às atividades turísticas e terciárias que lhe são associadas. A atividade industrial na região está em declínio. O potencial de crescimento da pesca é limitado devido à situação de conflito e estrangulamento em sua estrutura. No que diz respeito à pesca artesanal, concentra-se em Arraial do Cabo, associada à Reserva Extrativista lá existente, sob controle do IBAMA. Quanto ao setor de Serviços na região, está essencialmente ligado ao turismo, encontrando-se um alto nível de sub-emprego.

O crescimento do turismo na região dos Lagos causou uma explosão de loteamentos para a construção de residências secundárias em municípios como Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, que atraem um fluxo crescente de aposentados.

Em Arraial do Cabo, Cabo Frio e Búzios encontram-se freqüentadores de maior nível de renda, maior presença de estrangeiros e fluxos de final de semana menores do que nos demais municípios.

A expansão urbana de Cabo Frio, Arraial do Cabo e Búzios vem gerando expressivo número de empregos com baixa remuneração na construção civil, setor hoteleiro e residencial (vigias, domésticas, jardineiros etc.).

2.2. A Exploração Petrolífera na Bacia de Campos

A Bacia de Campos é, atualmente, responsável por 90% das reservas de petróleo e 47% das reservas de gás natural do país. No que diz respeito à produção de petróleo *off-shore*, a produção total do país foi de 425.000 barris/dia, em 2000. Desse total, a Bacia de Campos forneceu 80% da produção, indicando ser a principal região produtora de petróleo do país. Em 2001, 80% da produção nacional de petróleo *off-shore* e 45% da de gás natural originaram-se na Bacia de Campos.

As atividades de produção petrolífera localizam-se na Zona Costeira, abrangendo uma área marinha correspondente ao mar territorial brasileiro (12 milhas náuticas, a partir da costa) e uma zona terrestre envolvendo, além de um município capixaba – Presidente Kennedy, 12 municípios fluminenses – São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana.

A descoberta de petróleo na Bacia de Campos trouxe para os municípios da região a possibilidade de recebimento dos *royalties* referentes à sua exploração, o que aumentou significativamente as receitas municipais. Entretanto, são receitas externas, o que torna os municípios bastante dependentes dessas transferências, sem que tenham qualquer tipo de controle sobre elas. Apenas acatam as comunicações que lhes são feitas quanto aos valores a que têm direito. Macaé e Campos foram os municípios que mais se desenvolveram com a exploração petrolífera.



A cobrança dos *royalties* foi instituída em 1985, com alíquota total de 5%. A chamada Lei do Petróleo, de 1997, alterou a lógica da exploração petrolífera, ao extinguir o monopólio da Petrobrás, abrindo espaço para atuação de outras empresas petrolíferas. A alíquota máxima dos *royalties* passou de 5% para 10% e, a partir de 2000, começaram a ser pagas as Participações Especiais (direitos de produção em poços de alta lucratividade), causando um grande impacto positivo nas finanças públicas do Estado e dos municípios da região.

A partir de 1999, os municípios da região experimentaram um forte aumento das receitas provenientes dos *royalties* e das participações, devido a dois fatores estruturais:

1. aumento da produção de óleo e gás natural;
2. aumento da alíquota dos *royalties*, promovida pela Lei do Petróleo e o início da cobrança das participações especiais, no ano de 2000.

Todavia, deve-se atentar para o fato de que a receita proveniente dos *royalties* é instável, por duas razões básicas:

- a – sujeição a fatores macroeconômicos, em especial a flutuação do valor do dólar e o preço do petróleo no mercado internacional;
- b – entrada ou encerramento de operação de poços de petróleo – se, por um lado, a produção da Bacia tende a crescer, como um todo, nos próximos anos, por outro, a variação da localização dessa produção pode alterar a distribuição das receitas entre os municípios confrontantes com os poços e os campos produtores.

Há, ainda, que se atentar para o fato de que o petróleo e o gás são recursos finitos, com a receita proveniente de sua exploração tendendo a diminuir ao longo do tempo.

Segundo projeções da Agência Nacional do Petróleo – ANP, o horizonte temporal de esgotamento das reservas situa-se entre 15 e 20 anos. Assim sendo, a exploração petrolífera não pode ser considerada como uma vocação da região, na medida em que esta atividade está inteiramente condicionada pelas características dessa *commodity* e, portanto, extremamente vulnerável às oscilações do mercado internacional e, sobretudo, às estratégias geopolíticas, definidas em escalas mais amplas.

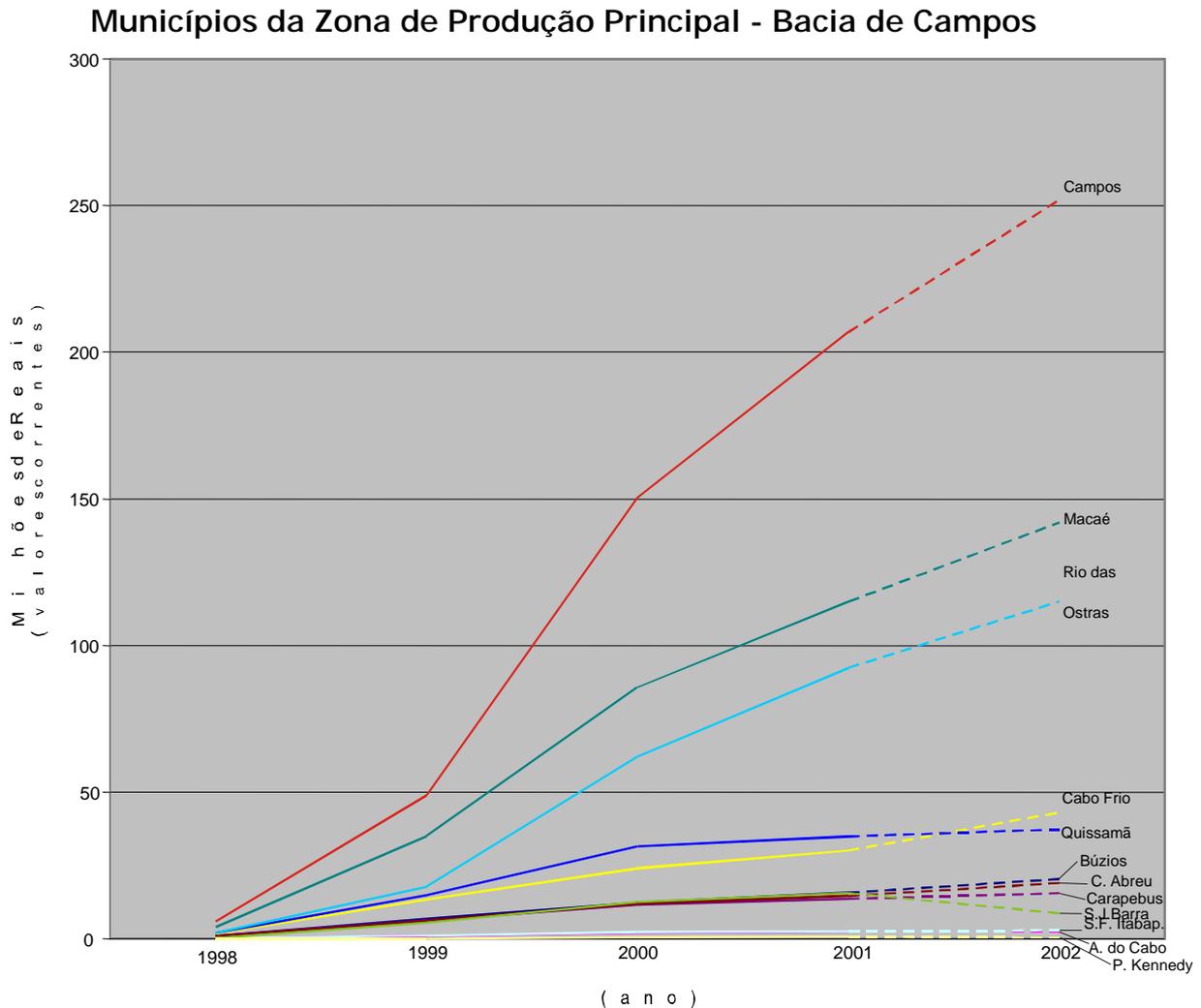
Os recursos provenientes do petróleo, contudo, não se distribuem uniformemente na Bacia de Campos. Há forte concentração em alguns municípios, sendo Campos o que mais recebe *royalties*. Em 8 anos, este município aumentou seu orçamento em aproximadamente 1.100%.

No 4º trimestre de 2001, cerca de 96% dos recursos concentraram-se em três municípios: Campos, Rio das Ostras e Macaé, sendo de Campos a metade desses recursos, graças à presença aí de poços de alta rentabilidade comercial (CARVALHO, A. M. et al., 2002).

Apesar de três municípios serem os privilegiados, o peso dessas contribuições no orçamento municipal também é significativo em Cabo Frio, Casimiro de Abreu, São João da Barra, Carapebus, Quissamã e Armação dos Búzios (Gráfico 02)



Gráfico 02 – Evolução dos repasses de *royalties* e participações especiais aos municípios – 1998 / 2002



Os dados de 2002 foram projetados a partir da média dos 8 primeiros meses do ano

Fonte: Agência Nacional do Petróleo – Secretaria do Tesouro Nacional – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Elab: Cláudio Stenner

A exploração petrolífera na Bacia de Campos traz impactos do ponto de vista ambiental. Os campos petrolíferos encontram-se numa região sob o domínio da Corrente do Brasil, com fluxo médio em direção ao sul, onde os processos de ressurgência, responsáveis pela fertilização das águas, ocorrem em praticamente toda a largura do talude continental. A Corrente do Brasil possui instabilidade de fluxo devido à elevação submarina de Abrolhos, ao norte, e pela mudança de direção da borda do talude continental, nas proximidades de Cabo de São Tomé e Cabo Frio, trazendo implicações sobre a trajetória das manchas de óleo, aspecto que tem



merecido atenção especial por parte dos programas de avaliação dos riscos de acidentes e Planos de Contingência.

Estudos sobre sua dinâmica, através de uma rotina de monitoramento, voltados à questão principal de se conhecer o comportamento do óleo em uma região de águas profundas e seus efeitos sobre as populações e comunidades marinhas, tem sido o foco principal do Programa Ambiental da Bacia de Campos, da Petrobrás. O transporte e o espalhamento do óleo são afetados pelas correntes e pelos ventos, o que justifica um estudo pormenorizado dos mesmos em diferentes épocas do ano.

Do ponto de vista ambiental, as águas são as mais atingidas, colocando em risco a comunidade planctônica, principalmente a composta de ovos e larvas de peixes. Assim, os estudos das correntes de superfície vêm subsidiando a geração de previsões e simulações através de modelos matemáticos.

Os efeitos danosos de um vazamento de óleo tendem a aumentar conforme a mancha se aproxime da costa, podendo atingir ecossistemas sensíveis como manguezais, estuários, lagunas ou, ainda, as áreas de atividades socioeconômicas importantes, como é o caso da pesca e do turismo.

Apesar dos grandes impactos da indústria petrolífera, tanto do ponto de vista ambiental como socioeconômico, sobre os municípios da região, há total desinformação, por parte das municipalidades, com relação às atividades desenvolvidas, uma vez que nenhum mecanismo de consulta ou licenciamento municipal é exigido. Os municípios não têm acesso a dados sobre o manejo do sistema de produção/exploração/transporte/instalações de apoio previstos.

Há notícias sobre o reaparelhamento das instalações portuárias de Arraial do Cabo, para atender à demanda, iniciativa esta extremamente preocupante do ponto de vista ambiental. Uma vez que o processo de exploração petrolífera parece ser irreversível, devem ser exigidas, das empresas concessionárias e da Agência Nacional do Petróleo, medidas de segurança preventiva e corretiva, planos de emergência e de contingenciamento, brigadas de controle da poluição, certificação ambiental das empresas envolvidas, entre outras.

Torna-se necessário, ainda, elaborar mapas de sensibilidade ambiental da zona costeira de Búzios e o zoneamento ambiental, promover a informação junto à sociedade buziana sobre as atividades em implantação, as implicações destas ações e planos de emergência, assim como realizar investimentos na área de educação ambiental e em projetos de preservação municipal. Quanto às atividades petrolíferas, cabe fazer análises de risco ambiental e de risco operacional, elaborar planos de contingenciamento, assim como exigir a certificação ambiental.

Ao Município também deve ser facultado o acesso às informações de posse da ANP e das empresas concessionárias, de forma a assegurar melhor conhecimento da realidade. A existência de um Mapa de Sensibilidade Ambiental, capaz de valorar o ativo ambiental da costa do Município, possibilitaria exigir reparações por eventuais danos ambientais.

Torna-se essencial, portanto, que o Município adote medidas claras e eficazes para prevenir ocorrência ou preparar-se nos casos de acidentes envolvendo derramamento de óleo ou outros incidentes causados pela exploração petrolífera, além de tomar medidas necessárias, no plano local, para tratar dos demais efeitos que podem advir desta atividade, tais como a instalação



de empresas ligadas à atividade petrolífera, ao incremento de população, ao agravamento de problemas sociais e à necessidade de melhorar a infra-estrutura municipal.

O Quadro 16 mostra as empresas que exploram petróleo na região.

Quadro 16 - Empresas que exploram petróleo na região

EMPRESA	SETOR
AGIP	Exploração de Petróleo
TOTAL FINA ELF	Exploração de Petróleo
ENTERPRISE OIL	Exploração de Petróleo
SHELL	Exploração de Petróleo
ESSO	Exploração de Petróleo
CHEVRON REPSOL YPF	Exploração de Petróleo
TEXACO	Exploração de Petróleo
PAN CANADIAN	Exploração de Petróleo
DEVON	Exploração de Petróleo
ODEBRECHT	Exploração de Petróleo
WINTERSHALL	Exploração de Petróleo
OCEAN ENERGY	Exploração de Petróleo
AMERADA HESS	Exploração de Petróleo
PETROBRAS	Exploração de Petróleo
TRANSPETRO	Terminal Terrestre de Cabiúnas
TRANSPETRO	Centro Coletor de Álcool de Campos
TRANSPETRO	Oleoduto Barra do Furado-Cabiúnas
TRANSPETRO	Oleoduto Cabiúnas-Terminal de Campos Elíseos
TRANSPETRO	Gasodu Cabiúnas-REDUC

Fonte: ANP

2.3. Oferta e Demanda Atual do Município

2.3.1. Habitação

As habitações de caráter permanente não estão definidas por bairros, com exceção das classes menos favorecidas (classe média baixa, C e D) que se concentram na Rasa, Cem Braças, Vila Caranga, Tucuns etc.

No caso da classe média alta e alta, as habitações permanentes estão mescladas com as residências de veraneio, pousadas e hotéis, causando problemas e conflitos.

A oferta de moradia permanente para os de baixa renda fica limitada pelos valores de aluguel, muitas vezes fazendo com que os empregados do comércio e serviços procurem moradia em Cabo Frio.

Búzios apresenta o percentual mais baixo do Estado de domicílios próprios já quitados – 60%, sendo a média estadual próxima a 70%. Possui a maior média de domicílios alugados no Estado e, também se destaca por possuir um alto nível de domicílios cedidos pelo empregador. De 5.340 domicílios, 806 estão nesta condição de ocupação, média bem superior à dos demais municípios do Estado.



Pode-se verificar que mesmo nos bairros mais populares (Cem Braças, Vila Caranga etc.) as habitações têm um bom padrão, comparativamente às favelas e cortiços existentes nas grandes cidades, em que pese a crescente ocupação de áreas periféricas, onde se constata uma precária situação das edificações.

Habitações sub-normais aparecem como fruto das invasões de terra, quase como acampamento de ocupação e não habitações permanentes propriamente ditas.

A exemplo do que ocorre em numerosos municípios brasileiros, grande parte das habitações para a população de baixa renda resulta de autoconstrução, das quais poucas são legalizadas.

A Secretaria Municipal de Habitação está iniciando o Programa Moradia Digna, em parceria com as Secretarias Municipais da Saúde e da Promoção Social, com o objetivo de melhorar as condições sanitárias e habitacionais, assim como promover a regularização fundiária de áreas nas quais vive população de baixa renda. Foi iniciado um projeto-piloto no Cruzeiro da Rasa atendendo a 135 famílias.

O Programa Casa Legal objetiva regularizar e promover melhorias nas edificações, mediante oferecimento de projeto e orientação técnica para a construção, em loteamentos aprovados, mas ocupados por invasores. Uma vez promovida a regularização fundiária, é concedida a "Carta de Habite-se".

Constata-se a ocorrência de várias casas em um mesmo lote familiar. São, geralmente, edificações existentes há muitos anos, desde o início da ocupação urbana, tais como as encontradas na rua da Brava (Praia da Armação), na aldeia de Geribá e em outros locais antigos da cidade.

Este adensamento, em áreas consolidadas da cidade, somado a outros fatores, evidencia a inexistência de uma oferta adequada de imóveis para atender à demanda, sobretudo a da população de renda média e baixa. Esta situação indica a necessidade de se avaliar a real demanda habitacional do Município, em especial para esta faixa de renda, na medida em que a oferta parece concentrar-se nas faixas de maior renda, para as quais há excesso de oferta.

Assim, configura-se uma disfunção no funcionamento do mercado imobiliário, sugerindo a necessidade de uma política habitacional voltada ao atendimento das efetivas necessidades da população buziana.

Dos 5.340 domicílios particulares permanentes recenseados em 2000, 2.004 eram abastecidos de água pela rede geral, 821 domicílios se abasteciam por poço ou nascente e 2.515 utilizavam outras formas de abastecimento de água, dentre elas os carros - pipa. 5.244 domicílios possuíam banheiro ou sanitário, mas apenas 212 os tinham com esgotamento sanitário ligado à rede geral e 96 domicílios nem tinham banheiro ou sanitário. A coleta de lixo atendia 4.936 domicílios.

O Quadro 17 apresenta um levantamento simplificado das condições de saneamento familiar, realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, no primeiro semestre de 2001.



Quadro 17 – Condições de saneamento familiar

Localidade	Moradores			Domicílio			Instalações sanitárias					Abastecimento de água					Destino dos dejetos					Coleta do Lixo				
	Adultos	Crianças (até 12 anos)	Fechado	Aberto	Nº quartos	Próprio	Banheiro	Lavatório	Vaso sanitário	Pia de cozinha	Tanque	Rede pública	Poço	Cisterna	Água de chuva	Pipa	Rede de drenagem	Fossa	Filtro anaeróbico	Sumidouro	Vala negra	Coleta pública	Recipiente de lixo			
Centro	2 163	404	1 060	1 152	3 543	Sim	741	1 038	1 067	1 051	974	857	825	389	1 067	272	974	404	1 028	618	923	28	1 106	1 038		
						Não	395	64	84	54	177	295	320	759	84	878	177	711	80	454	170	1 121	46	112		
						Sd	16	50	01	47	01	--	07	04	01	02	01	37	44	80	59	03	--	02		
Manguinhos	5 585	1 681	1 210	2 432	5 681	Sim	1 765	2 383	1 988	2 380	2 201	1 914	1 741	826	2 268	405	1 665	332	2 241	1 053	1 983	244	2 255	1 951		
						Não	648	41	47	43	224	477	687	1 603	159	2 021	761	2 079	146	1 218	339	2 185	168	470		
						Sd	19	08	397	09	07	41	04	03	05	06	06	21	45	161	110	03	09	11		
Saco Fora	1 204	715	716	728	1 431	Sim	476	655	605	628	634	554	329	170	536	157	275	225	636	255	480	99	621	281		
						Não	252	73	108	100	94	174	399	558	192	571	453	503	92	473	246	625	107	444		
						Sd	--	--	15	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	02	04	--	03		
Rasa	2 718	1 259	1 170	1 178	2 533	Sim	912	1 120	713	1 098	1 076	875	574	446	939	410	653	63	986	194	903	94	1 006	652		
						Não	266	58	153	80	102	295	603	731	239	768	525	1 113	171	977	252	1 073	172	526		
						Sd	--	--	312	--	--	--	01	01	--	--	--	02	21	07	23	11	--	--		
Cem Braças	1 821	731	573	779	1 561	Sim	534	746	--	715	687	460														
						Não	245	33	--	64	92	319														
						Sd	--	--	779	--	--	--														
Geribá	1 003	290	578	1 154	3 095	sim	287																			
						não	867																			
						sd	--																			
TOTAL			5 307	7 423	17 844	sim	4 715																			
						não	2 673																			
						sd	35																			

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde



2.3.2. Educação

A situação educacional de Búzios é comparativamente melhor que a média do Estado e em nível nacional. Búzios não registra déficit de vagas para a população em idade escolar, abrangendo aproximadamente, 5.000 pessoas. Entretanto, vem registrando uma demanda adicional de 100 alunos/ano. Por esta razão, já se fazem necessários o planejamento e a construção de novas salas de aula, porque as disponíveis, na sua maioria utilizadas em dois turnos, aproximam-se do ponto de saturação.

O Município possui doze escolas municipais e uma estadual. Oito escolas atendem a Educação Infantil, oito escolas, o Ensino Fundamental/primeiro segmento, três escolas, o Ensino Fundamental/segundo segmento, uma que atende o Ensino Médio. A escola estadual possui o Ensino Fundamental/segundo segmento e ensino médio.

A educação dos jovens e adultos EJA I-IV Fase é ministrada pela Escola Estadual Municipalizada José Bento Ribeiro Dantas, localizada em Mangueiros, e de V-VIII Fase, pelas Escolas Municipais Nicomedes Theotônio Vieira, em Mangueiros e Vereador Emíldio Gonçalves Coutinho, no Centro.

A menor escola municipal está localizada na Baía Formosa, com 150 alunos. Atende a menor comunidade de Búzios, formada por cerca de 600 pessoas.

A maioria das escolas funciona em dois turnos. Apenas o Colégio Municipal Paulo Freire funciona em um único turno, enquanto a Escola Vereador Emíldio Gonçalves Coutinho, José Bento Ribeiro Dantas e Nicomedes Theotônio Vieira mantêm três turnos de atividades.

Existem em Búzios sete escolas particulares, cobrindo a educação infantil e o ensino fundamental. Cada uma delas atende de 100 a 150 alunos

Não existem estabelecimentos de ensino superior em Búzios. Na sua grande maioria, os jovens fazem os seus cursos universitários em Cabo Frio que, pela proximidade, lhes permite continuar vivendo em Búzios.

O Quadro 18 apresenta a relação das escolas do Município e o número de matrículas em cada uma delas, no ano de 2002. O Mapa 08 (Anexo) apresenta a distribuição espacial das mesmas.



Quadro 18 - Escolas públicas segundo a esfera de governo e total de alunos por nível de ensino

Escola	Bairro	Esfera de governo	Número de alunos		
			Mulheres	Homens	Total
Educação Infantil					
Profª Ma. Rita Coelho Novelino	Rasa	Estadual Municipalizada	08	17	25
Prof Lydia Sherman	B. Formosa	Municipal	29	23	52
José Pereira Neves Junior	Cem Braças	Municipal	26	27	53
José Bento Ribeiro Dantas	Manguinhos	Estadual Municipalizada	52	48	100
Vereador Emígdio Gonçalves Coutinho	Centro	Municipal	60	57	117
Manoel Antônio da Costa	Rasa	Municipal	44	57	117
Vereador Antônio Alípio da Silva	Geribá	Municipal	50	74	124
TOTAL			269	303	572
1º segmento do ensino fundamental					
Profª Ma. Rita Coelho Novelino	Rasa	Estadual Municipalizada	111	153	264
Prof Lydia Sherman	B. Formosa	Municipal	67	76	143
José Pereira Neves Junior	Cem Braças	Municipal	170	177	347
José Bento Ribeiro Dantas	Manguinhos	Estadual Municipalizada	231	282	513
Vereador Emígdio Gonçalves Coutinho	Centro	Municipal	195	253	448
Manoel Antônio da Costa	Rasa	Municipal	174	208	382
Vereador Antônio Alípio da Silva	Geribá	Municipal	128	147	275
Profª Eulina de Assis Marques	São José	Estadual Municipalizada	110	134	244
Col. Est. João de Oliveira Botas	Armação	Estadual	57	53	110
TOTAL			1.243	1.483	2.726
2º segmento do ensino fundamental					
Nicomedes Theotônio Vieira	Manguinhos	Municipal	342	328	670
Prof. Darcy Ribeiro	Centro	Municipal	273	280	553
Profª Ciléa Maria Barreto	Rasa	Municipal	195	184	379
TOTAL			810	792	1.602
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA I - IV Fase					
José Bento Ribeiro Dantas	Manguinhos	Estadual Municipalizada	116	135	251
TOTAL			116	135	251
Educação de Jovens e Adultos - Eja V - VIII Fase					
Nicomedes Theotônio Vieira	Manguinhos	Municipal	171	178	349
Vereador Emígdio Gonçalves Coutinho	Centro	Municipal	143	163	306
TOTAL			314	341	655
Ensino Médio					
Colégio Municipal Prof. Paulo Freire	Centro	Municipal	104	85	189
Col. Est. João de Oliveira Botas	Armação	Estadual	467	341	808
TOTAL			571	426	997
Técnico em Turismo					
Col. Est. João de Oliveira Botas	Armação	Estadual	26	14	40
TOTAL			26	14	40
TOTAL GERAL DE ALUNOS			3.349	3.494	6.843

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – 2002



Há sete escolas particulares em Búzios, atendendo cerca de 850 alunos nos cursos de educação infantil e ensino fundamental (Quadro 19).

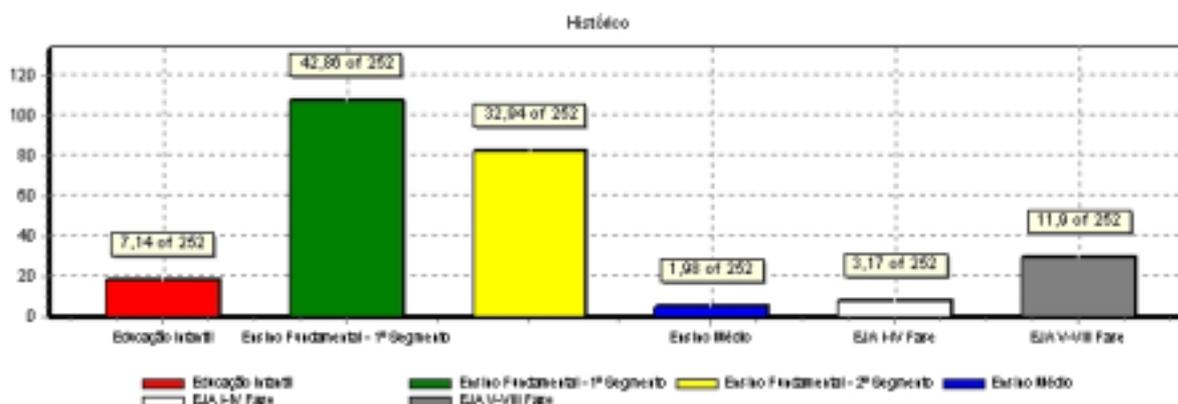
Quadro 19 - Escolas particulares e total de alunos por nível de ensino.

Escola	Bairro	Turnos	Nível de Ensino	N.º de alunos		
				Meninas	Meninos	Total
Instituto Santa Rosa	Manguinhos	Manhã e tarde	Educação infantil e Ensino fundamental	108	73	181
Escola Ninho de Passarinhos	Manguinhos	Manhã e tarde	Educação infantil	21	41	62
Escola da Árvore	Ferradura	Manhã e tarde	Educação infantil 1º período e Ensino fundamental	105	108	213
Centro Educacional Sônia Pio	Centro	Manhã e tarde	Educação infantil e /ensino fundamental	74	56	130
Escola Sementinha do Saber	Portal da Ferradura	1º e 2º	Educação infantil Ensino Fundamental	34	43	77
Escola Lápis de Cor	Centro	1º e 2º	Educação infantil	nd	nd	nd
Centro Educacional de Búzios	Manguinhos	nd	nd	nd	nd	nd
Total				422	441	863

Fonte: Secretaria municipal de Educação – 2002

A distribuição dos alunos por bairro de Búzios, segundo os diferentes níveis de ensino, pode ser observada nos Gráficos 03 e 04.

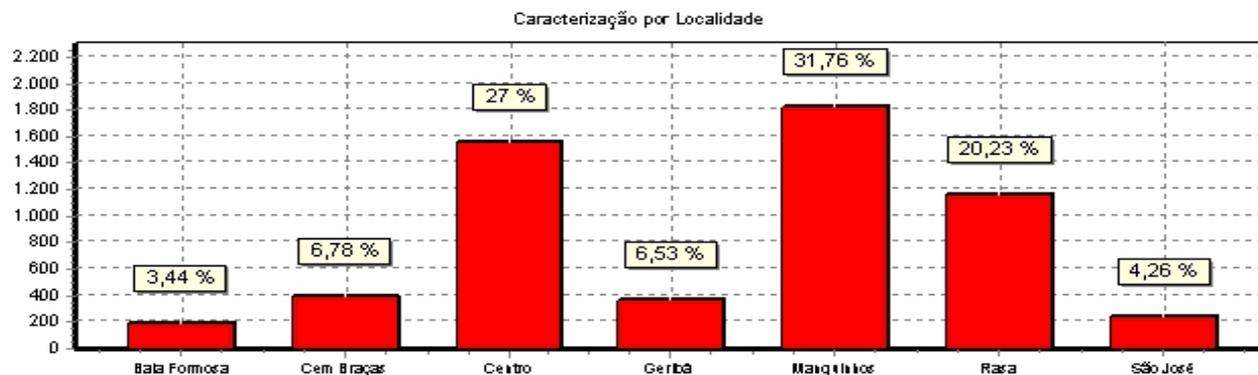
Gráfico 03 – Corpo discente por níveis de ensino



Fonte: Secretaria Municipal de Educação



Gráfico 04 – Quantitativo do corpo discente por localidade



Fonte: Secretaria Municipal de Educação

A área de educação do Município trabalha de forma bem integrada com as demais áreas da Administração Municipal. Desenvolve ações conjuntas com as áreas de Saúde, Esportes e Cultura.

A história de Búzios é trabalhada nas escolas pelos professores e a Secretaria Municipal de Educação está desenvolvendo, desde 2002, o projeto “Esta casa tem história”, que visa resgatar a história e cultura do Município.

Todas as unidades escolares recebem visitas de uma componente da Secretaria, que proporciona palestra itinerante sobre a história do Município, acompanhada de exposição de fotografias antigas e objetos.

Quanto à educação ambiental, há um projeto permanente, inclusive mediante a realização de cursos e pólos continuados, envolvendo os professores, considerados elementos multiplicadores de uma consciência de preservação ambiental.

A política educacional do Município vem sendo desenvolvida de forma que a coordenação é centralizada e a execução, descentralizada, transferindo-se para as escolas a responsabilidade pela implementação das ações. Adota a orientação de que as atividades desenvolvidas levem em conta a realidade da localidade em que cada escola está inserida. Neste sentido, cada escola elabora o seu Projeto Político - Pedagógico e o submete à aprovação da Coordenação Central. Também nessa mesma linha, está sendo concluído um trabalho em que cada escola fez o resgate histórico de sua comunidade para melhor estruturar os seus planos de cursos e atividades pedagógicas.

A creche do Município, localizada no Cruzeiro, bairro da Rasa, está pronta, em vias de ser inaugurada, de acordo com informações da Secretaria Municipal de Educação.

2.3.3. Saúde

A área de saúde no Município está bem estruturada e desenvolve um trabalho bem acima da média brasileira. Todo o atendimento à população é realizado pela saúde pública. Os consultórios particulares são prestadores de serviços à Prefeitura, que os credencia para



trabalhar junto à rede pública de saúde. Este fato faz com que as pessoas dêem preferência ao serviço público, que é de boa qualidade.

As clínicas particulares que prestam serviços em Búzios são:

Clínica Búzios – Manguinhos

É convenionada com Planos e Seguradoras de Saúde. Presta serviços nas seguintes especialidades: cardiologia, cirurgia plástica, clínica médica, dermatologia, fisioterapia, fonoaudiologia, ginecologia e obstetrícia, homeopatia, nutrilogia, odontologia, otorrinolaringologia, e pediatria.

Possui unidade radiológica e ultra-sonografia. O laboratório de análises clínicas é terceirizado.

Centro Médico e Odontológico de Búzios - Centro

Tem pronto atendimento durante 24 horas, mas não é de emergência. Presta serviços nas seguintes especialidades: alergologia, angiologia, audiometria, cardiologia, cirurgia plástica, clínica médica, dermatologia, ecocardiograma, ergometria, fisioterapia, fisioterapia, fonoaudiologia, ginecologia e obstetrícia, homeopatia, nutrição, nutrilogia, odontologia, ortopedia, otorrinolaringologia, pediatria, psicologia e psiquiatria. Possui laboratório de análises clínicas próprio.

Unimed – Vila Caranga

Mantém um clínico geral de plantão e oferece atendimento ambulatorial com hora marcada. Compõem a equipe de médicos, os seguintes especialistas: 1 angiologista, 1 dermatologista, 2 ginecologistas e 1 psiquiatra. Possui uma Central de Remoção durante 24 horas, com equipe formada por 1 médico, 1 enfermeiro e 1 motorista. É conveniada com o Laboratório S. S. Rezende, de Búzios.

Centro Holístico – Centro

Funciona de segunda a sábado, de 9 horas às 20 horas. Oferece atendimento ambulatorial nas seguintes especialidades: acupuntura, angiologia, cirurgia vascular, clínica médica, fitoterapia, homeopatia, massagem chinesa, otorrinolaringologia, pediatria, pneumologia, programação neurolinguística, psicologia, psicoterapia, reeducação postural global, Reik, e yoga.

A Secretaria Municipal de Saúde atua em duas áreas distintas:

a - Vigilância Sanitária

Procura a melhoria da qualidade dos produtos e serviços de interesse para a saúde pública, por meio da orientação aos produtores, distribuidores, comerciantes e manipuladores de alimentos e do licenciamento e fiscalização dos estabelecimentos que lidam com gêneros alimentícios em todas as etapas. Desde a fabricação até a entrega ao consumidor.

Estas atividades são desenvolvidas por uma equipe composta por dois médicos veterinários, um engenheiro sanitário, quatro agentes de fiscalização sanitária e quatro coordenadores sanitários. O trabalho é feito por meio de:



- Vigilância epidemiológica - monitoramento de surtos e casos de diarreias e de toxinfecção alimentar;
- Manutenção de um cadastro permanentemente atualizado de todos os estabelecimentos que lidam com alimentos;
- Utilização de um sistema de zoneamento por meio do qual cada fiscal responsabiliza-se pelo atendimento de determinadas áreas. As ações nestas áreas são desenvolvidas por uma equipe composta de um fiscal e um coordenador, sob a supervisão da equipe técnica da Secretaria;
- Inspeções sanitárias de rotina são realizadas bimestralmente, para vigilância e fiscalização permanentes das condições higiênicas - sanitárias de funcionamento dos estabelecimentos (estoque, acondicionamento, armazenagem, manipulação e preparo dos produtos). As visitas de inspeção servem também para orientação aos responsáveis e funcionários quanto aos hábitos de higiene alimentar, pessoal e do ambiente de trabalho, equipamentos e utensílios. As medidas fiscais são aplicadas, gradativamente, de acordo com a gravidade das infrações, sob a forma de:
 - Termo de Visita para orientação ou advertência;
 - Termo de Intimação;
 - Termo de Apreensão e Inutilização;
 - Termo de Apreensão e Depósito;
 - Auto de Infração e de Multa, e
 - Interdição parcial ou total do estabelecimento ou de equipamentos.
- Inspeções sanitárias para avaliação das condições de instalação e funcionamento de cada atividade para a emissão da Licença Sanitária;
- Inspeções sanitárias das áreas de manipulação e depósito de alimentos e reservatórios de água dos próprios públicos municipais como escolas e postos de saúde;
- Inspeções sanitárias para verificação do cumprimento das exigências dos Termos de Intimação;

Todas as ações ou exigências sanitárias são executadas com base no Código Sanitário municipal - Lei nº 167, de 23 de agosto de 1999 - ou, complementarmente, na legislação federal, estadual, Código de Defesa do Consumidor e normas técnicas complementares. São realizadas de acordo com o Roteiro de Inspeção Sanitária, com o registro sistemático dos dados de importância para a saúde pública. Esses dados são avaliados e consolidados para o monitoramento dos estabelecimentos, de acordo com a sua classificação em relação ao grau de risco sanitário.

- Educação em saúde - por meio de reuniões periódicas, cursos e palestras nos estabelecimentos, sobre as boas práticas de funcionamento. São utilizados os meios de comunicação (jornal e rádio), para divulgação das orientações aos consumidores.

Foi elaborado e distribuído aos comerciantes um **Manual de Orientação ao Comércio de Alimentos**, com o objetivo de os orientar sobre as boas práticas de funcionamento de todos os tipos de estabelecimentos de alimentos.

b - Vigilância Ambiental em Saúde - com três programas principais:

- **Programa de controle de vetores** - visa a prevenção de doenças transmissíveis, mediante a detecção de focos de transmissão de doenças causadas por vetores. Para isso, são realizadas visitas bimestrais, casa a casa, ou mediante denúncias da população. Além da detecção de focos e do monitoramento de casos destas doenças, é realizado também o



controle e a eliminação destes focos, através de tratamentos físicos, químicos ou biológicos, com a supervisão da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).

Para o desenvolvimento deste programa, a Secretaria conta com uma equipe composta por dois médicos veterinários, dois coordenadores sanitários, trinta e seis guardas sanitários e três supervisores.

A realização de um trabalho permanente, em todo o Município, tem evitado a proliferação de doenças como Dengue, Febre Amarela, Malária, Filariose, Leptospirose, Leishmaniose e Esquistossomose, entre outras, transmitidas por roedores ou insetos.

Controle do *aedes aegypti* (vetor da dengue)

O Município participa, ainda, do Plano Diretor de Erradicação do *aedes aegypti* no Brasil, do Ministério da Saúde, sob supervisão da FUNASA e Secretaria de Saúde/RJ. Esse plano compreende:

- reconhecimento geográfico - mapeamento de todo o Município, levantamento da quantidade de imóveis por tipo - residencial, comercial, terreno baldio e outros, em cada localidade e identificação e investigação de informações epidemiológicas e sanitárias;
- zoneamento - divisão do Município em zonas de trabalho, de acordo com o número de imóveis e com o número de agentes contratados, na razão de 800 imóveis / guarda sanitário em combate focal;
- vigilância entomológica - pesquisa larvar, com determinação semanal do índice de infestação pelo vetor, em todas as localidades do Município;
- vigilância epidemiológica dos casos de Dengue notificados. Realização de barreira sanitária à circulação e transmissão viral;
- combate focal - realizado pelos guardas sanitários através de ciclos de trabalho com intervalos de 60 dias entre as visitas domiciliares. É realizado em 100% dos imóveis, incluindo os terrenos baldios, através de ações de eliminação e tratamento dos depósitos com água parada, por meio da aplicação de larvicida biológico;
- combate perifocal, realizado quinzenalmente em pontos estratégicos e macrocriatórios;
- combate ao alado (FUMACÊ) - aplicação de inseticida espacial, realizada em localidades com índice de infestação superior a 5% ou em localidades com índice em ascensão, em ciclos semanais até a diminuição do índice, e em locais com circulação viral.
- Educação em saúde - trabalho educativo contínuo, realizado em parceria com as Associações de Moradores, com as escolas municipais e com as igrejas.
- Limpeza de terrenos e drenagem de áreas alagadiças - feita em parceria com outras Secretaria, para evitar a proliferação dos vetores.

Controle de roedores e outras pragas

- Ações programadas de acordo com as demandas da comunidade e através da identificação e tratamento dos pontos de maior foco de proliferação destes vetores em áreas públicas, como praias, terrenos baldios, galeria de águas pluviais, beira de valões, brejos e lagoas.
- São desenvolvidas ações preventivas e corretivas, com a aplicação de produtos rodenticidas pelos guardas sanitários e supervisão da equipe técnica.

Programa Médico de Família



A Prefeitura mantém o Programa Médico de Família, com 12 equipes de saúde. Por este programa, vinte e cinco agentes de saúde visitam bimestralmente as residências para orientação quanto à saúde pública e prevenção de doenças. 70% da população têm sido sistematicamente atendidos por meio deste programa.

O Quadro 20 apresenta a composição das equipes envolvidas neste programa.



Quadro 20 - Composição das equipes envolvidas com o programa Médico de Família

Módulo	Localidade	Unidade	Endereço	Equipe	Profissionais		
					Médico	Auxiliar de Enfermagem	Agente comunitário
Rasa	Rasa	Posto Elesb. O G. dos Santos	Rua Justiniano de Souza nº 19	Rasa 1	01	01	02
				Rasa 2	01	01	02
				Rasa 3	01	01	03
Total					03	03	07
Vila Verde		Módulo Médico de Família Vila Verde	Rua 35 nº 15	Vila Verde 1	01	01	02
				Vila Verde 2	01	01	02
Total					02	02	04
Cem Braças	Cem Braças	Posto Assist. Médica Lilson M. de Sousa	Rua Itaju nº 99	Cem Braças 1	01	01	02
				Cem Braças 2	01	01	02
				Cem Braças 3	01	01	02
				Cem Braças 4	01	01	02
		Posto Médico de Família de Cem Braças	Praça N. Sra. de Aparecida s/nº				
Total					04	04	08
Centro		Centro de Fisioterapia e Reabilitação Dr. Paulo Archeman	Rua Manoel Turibio de Farias s/nº				
São José	São José	Módulo Médico de Família São José	Estrada Cabo Frio-Búzios, s/n	São José 1	01	01	02
				São José 2	01	01	02
				São José 3	01	01	02
Total					03	03	06
Sítio do Campinho		Posto de Urgência Abel Beranger	Rua Anchova s/nº				
		Policlínica Municipal Dr. Carlos Ernesto de Oliveira Stenvenson	Rua Anchova s/nº				
Total	08				12	12	25

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – 2002



A Policlínica Municipal presta atendimento ambulatorial em diversas especialidades. O Quadro 21 indica o número de profissionais e a capacidade de atendimento em cada uma dessas especialidades.

Quadro 21 - Capacidade de atendimento da Policlínica, segundo especialidade e número de profissionais

ESPECIALIDADE	NÚMERO DE ESPECIALISTAS	CAPACIDADE DE ATENDIMENTO SEMANAL
Clínica médica	02	180
Fonoaudiologia	01	60
Ginecologia	03	240
Medicina do trabalho	01	60
Neurologia	01	60
Nutrição	01	60
Ortopedia	02	180
Otorrinolaringologia	01	60
Pediatria	03	180
Pneumologia	01	60
Psicologia	01	60
Psiquiatria	02	240
TOTAL	19	1 440

FONTE: Secretaria Municipal de Saúde - 2002

2.3.4. Esporte e Lazer

O Município conta com equipamentos esportivos, a saber: 04 quadras poliesportivas públicas e 1 particular, 04 quadras de tênis, 08 campos de futebol, 03 campos de areia para futebol, 02 clubes, além do Iate Clube e do Golf Club.

O Golf Club, considerado um dos melhores da América Latina, com capacidade para 100 a 150 jogadores/dia, localiza-se a menos de 10 minutos do centro de Búzios, num *resort* que oferece lotes de 1.000 a 1.500 m², que ocupam 50% da área total do empreendimento.

A Secretaria de Esportes apóia diversos atletas na participação de campeonatos realizados em outras cidades, bem como sedia, co-organiza e apóia numerosos eventos esportivos, especialmente referentes a esportes náuticos.

O atletismo é praticado por mais de 60 atletas que participam de competições regionais, estaduais e nacionais. Todos eles são estudantes da rede pública de ensino. Há, no município, uma Associação de Atletismo, fundada há mais de 15 anos.

A capoeira também é praticada por grupos organizados que a divulgam em programas coordenados pela Secretaria de Promoção Social.



2.3.5. Cultura

A Secretaria de Cultura atua na estimulação de grupos culturais voltados ao teatro, desenvolvendo oficinas de interpretação, maquiagem, expressão corporal e expressão oral para crianças, jovens, adultos e professores da rede de ensino, além da promoção de espetáculos.

A Secretaria de Cultura mantém, ainda, como atividades culturais desenvolvidas na Casa de Cultura de Búzios:

- um Ateliê Livre das Artes, para fomento das aptidões artísticas da comunidade local, oferecendo oficinas de pintura, xilogravura, artesanato, argila, papel machê e outras técnicas. Esse Ateliê acontece uma vez ao ano com 30 vagas oferecidas às crianças e jovens;
- Prática da Capoeira, para as crianças e adolescentes das classes sociais menos favorecidas, como atividade extraclasse, conduzida por grupos de capoeira da comunidade.

Como equipamentos culturais existem em Búzios:

- Casa de Cultura de Búzios, com 150,0m² de área construída, 05 arquibancadas e capacidade para 130 pessoas;
- Feirarte - Centro de exposição e de comercialização de produtos artísticos e artesanais, criados e elaborados por artistas autônomos devidamente autorizados pela Secretaria de Cultura, localizado na Praça Santos Dumont;
- Pérgula (hexágono) da Praça Santos Dumont - Local de exposição para artistas plásticos e visitantes;
- Mercado Municipal de Artesanato (em construção), com área de 550,0 m², na Estrada da Usina.

2.3.6. Infra Estrutura e Serviços Urbanos

A PROLAGOS é a empresa atualmente responsável pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Região dos Lagos. O contrato de concessão dos serviços públicos de água e esgoto foi assinado no dia 25 de abril de 1998, entre os concedentes - os municípios de Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia e o grupo de acionistas, à época, - Grupos Monteiro Aranha e Bozano Simonsen, PEM Engenharia e EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres. As operações foram iniciadas em julho de 1998.

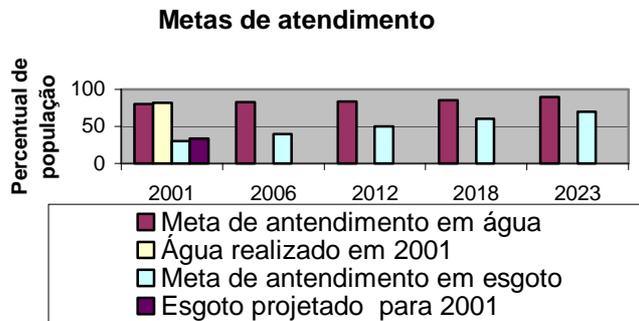
No período entre a assinatura do contrato e o início das operações, houve uma gestão compartilhada com a antiga concessionária (CEDAE), que deveria servir como período de transição para o repasse dos dados cadastrais, bases cartográficas e outras informações à nova operadora. Isso, entretanto, não aconteceu e a PROLAGOS teve que fazer dois recadastramentos, aerofotogrametria, produzir mapas, instalar 3.800 hidrômetros e só teve condições de medição do consumo para a emissão das contas a partir de setembro. Durante o primeiro ano de concessão, a PROLAGOS investiu R\$60 milhões de reais em toda a área da concessão.

No primeiro ano de concessão foram construídos cerca de 50 km de adutoras, dos quais quase 30 km exclusivos para Búzios. Aproximadamente 16 km de rede de abastecimento de água foram construídos na Rasa, até então sem rede de abastecimento. Foram substituídos 5 km de redes velhas em Cem Braças e na Av. José Bento Ribeiro Dantas.



O Gráfico 05 a seguir indica as metas de atendimento da população no tocante ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário para os próximos vinte anos.

Gráfico 05 - Metas de atendimento da PROLAGOS



Fonte: PROLAGOS.

2.3.6.1. Abastecimento de água

Faz-se necessário observar que, por sua localização de "fim de linha", o fornecimento de água em Búzios sempre foi precário. Na verdade, o início do abastecimento de água na cidade só ocorreu em 1980, e até os dias atuais está muito aquém das necessidades.

Não há mananciais locais e a água tratada vem de Juturnaíba, no município de Silva Jardim, distante 30 km das primeiras casas abastecidas em Búzios. Este manancial recebe diariamente uma vazão de 30.000 m³ e fornece, diariamente, um volume de somente 2.000 m³ para os municípios atendidos: São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Búzios, Iguaba Grande e Arraial do Cabo.

A sazonalidade do turismo, que faz a população quintuplicar durante a alta temporada, dificulta, sobremaneira, o planejamento e o dimensionamento dos serviços de abastecimento de água.

A água é tratada segundo as normas da OMS - Organização Mundial de Saúde, com controle mensal em laboratório externo.

2.3.6.2. Esgotamento sanitário

O sistema de esgotamento sanitário de Búzios ainda está em fase de implantação e deverá ser composto por 3 módulos, sendo que, no inverno, funcionará apenas um. O sistema a ser implantado disporá inicialmente de 6 elevatórias, rede de coletor tronco, que encaminhará os esgotos até a ETE que se encontra em fase final de construção, no bairro de São José. As obras foram paralisadas antes do verão de 2002, por problemas internos da Concessionária e por problemas técnicos (lençol freático alto). A entrada em operação do sistema está prevista para julho de 2003.

Até hoje, a solução do destino dos efluentes sanitários são sumidouros, valas de infiltração e corpos aquosos, que prevêm a percolação no próprio terreno e/ou o transporte do excedente para os níveis mais baixos e posterior despejo nas praias



São utilizados os seguintes sistemas de tratamento e disposição de esgotos: a) fossa; b) filtro e sumidouro/vala de infiltração; c) fossa, filtro e reaproveitamento para irrigação, lavagem de pisos e outros; d) tratamento eletrolítico em pelo menos duas pousadas em João Fernandes; e) ETE de Cem Braças e f) estação por lodos ativados em pousada em João Fernandes.

Outra prática, infelizmente utilizada, é a ligação direta dos esgotos nas redes de drenagem de águas pluviais, quando existentes.

Os moradores e pescadores têm se preocupado com essas canalizações, pois como a captação das águas pluviais é, em sua maior parte, direcionada para o mar, pode vir a causar prejuízos à pesca. Nos últimos verões já se observou, no canto da colônia dos pescadores, em Geribá, um início de esgoto aflorando na praia. Em Manguinhos existem dois pontos de canalização de esgoto. Na praia do Canto e nos Ossos também.

Pelo novo sistema, o efluente terá como destino final uma área de brejos, perto da Marina, com um nível 2 de tratamento, segundo aprovação da FEEMA, responsável pelos estudos de impacto ambiental. Há um estudo para aproveitamento do efluente para regar o campo de golf, a uma vazão de 140 l/seg.

A linha tronco do sistema localiza-se na Av. José Bento Ribeiro Dantas, devendo funcionar por pressão, com tubulações de base plástica PAD. Pelo tipo de terreno, o sistema é difícil de ser implantado, já que vai por gravidade / bomba .

As áreas foram projetadas, segundo as microbacias, considerando a população atual e uma taxa de crescimento, considerado o que historicamente tem ocorrido, bem como o tipo de atividades predominantes.

Prevê-se a eliminação de 2 línguas negras da praia de Manguinhos , de Geribá, Ossos e Centro.

Na primeira etapa, o sistema será implantado do Pórtico para o interior da península.

Além das áreas que fazem parte do sistema da empresa concessionária, existem as que não serão absorvidas pelo sistema da PROLAGOS, fora da área de concessão, ou seja, dentro do 30% que o contrato não cobre, sendo a contrapartida do Município, como é o caso de José Gonçalves, Rasa, Vila Verde, entre outros.

Atualmente está em construção a Estação de Tratamento de Esgoto de Cem Braças, com atendimento previsto para 1.500 moradores.

2.3.6.3. Drenagem

O sistema de águas pluviais, é bastante precário e praticamente inexistente, exceto no centro da cidade, onde é normalmente utilizado para o lançamento de esgoto *in natura*.

Ele foi privatizado, com previsão inicial de operação em 2008. O contrato original foi refeito e o sistema entrará em operação parcial em breve. Está prevista, para a primeira fase, a eliminação de 2 línguas negras em Manguinhos (Barra Grande e Barrinha), uma na Praia do Canto, uma no Centro (píer) e outra na Praia dos Ossos. Existe negociação para estender a rede até a Praia de João Fernandes, com vistas a eliminar duas saídas eventuais.



As drenagens superficiais existentes tiveram seus cursos modificados em função de construções, muros e ruas, com as águas para outros pontos, agravando a situação das lagoas e, conseqüentemente, do lençol freático.

2.3.6.4. Sistema de Limpeza Urbana

A limpeza pública, em Armação dos Búzios, encontra-se sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Serviços Públicos - SESEP, com os serviços terceirizados à Empresa Búzios Serviços Equipamentos Terraplanagem e Serviços Ltda.

O município conta com legislação específica a respeito da limpeza pública - Lei nº 013, de 23 de Abril de 1997- Código de Limpeza Urbana - que dispõe sobre o tratamento dos resíduos sólidos gerados no Município.

De acordo com o Código de Limpeza Urbana, os seguintes serviços devem ser realizados pela SESEP: coletar, transportar, dar tratamento e destinação aos resíduos sólidos:

- I - de origem domiciliar;
- II - de material de varredura, limpeza de logradouros e limpeza de praias;
- III - de origem de unidades de serviços de saúde;
- IV - em aterros ou usinas de tratamento.

Búzios não possui um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, mas já executa os serviços de coleta domiciliar, coleta de resíduo hospitalar, varrição, capina, coleta de entulho e limpeza de galerias de águas pluviais. Não existe coleta específica para grandes geradores de resíduos. Eles são recolhidos pelo mesmo caminhão da coleta domiciliar.

Atualmente, as ações de fiscalização e operação, encontram-se descentralizadas nas diferentes Secretarias da Administração Municipal, cabendo à Secretaria de Serviços Públicos a supervisão da operação, ficando a cargo da Secretaria de Meio Ambiente, a destinação final dos resíduos sólidos.

Embora possua Código de Limpeza Urbana, a fiscalização das ações irregulares, principalmente no âmbito do acondicionamento para coleta, do cumprimento do horário e do descarte dos resíduos de entulho e poda necessitam ser melhor implementados.

As atividades de Educação Ambiental realizadas pela Secretaria de Meio Ambiente têm sido direcionadas para a rede pública de ensino formal e para a formação de agentes ambientais que, futuramente, reforçarão junto à população a importância dos cuidados com a limpeza da cidade. Atualmente, a empresa terceirizada realiza ações de comunicação e informação no período da alta temporada através da distribuição de panfletos, visitas domiciliares e *spot* para rádio.

Serviço de Coleta

Os serviços de coleta de lixo abrangem praticamente toda a cidade. A coleta é realizada pela empresa Búzios Equipamentos Terraplanagem e Serviços Ltda., que conta, para isso, com 06 caminhões compactadores com capacidade de 12 e 15 toneladas.



A cidade é dividida em 06 setores e a frequência da coleta é diária em todos os roteiros. Atualmente são coletadas, em média, nos meses de alta temporada (janeiro e fevereiro), cerca de 4.500 a 5.100 ton./mês e no período de baixa temporada (junho), cerca de 3.500 ton./mês.

Apesar das ações de comunicação e informação realizadas pela empresa terceirizada, buscando orientar os usuários sobre os serviços de limpeza, é possível observar, alguns momentos após a passagem do caminhão coletor, sacos de lixo dispostos para coleta ao longo das calçadas, principalmente na região Central, onde se concentra a grande maioria do comércio, bares e restaurantes.

Coleta de Entulhos

A cidade dispõe de serviços de disque-entulho, realizado por duas empresas particulares. Entretanto, a Búzios Serviços Ltda. possui dois comboios mecanizados, com um total de 07 caminhões basculantes que retiram os entulhos das vias públicas. O destino final para este material é o lixão da cidade que se encontra em fase de recuperação.

Serviço de Poda

Não existe serviço de poda de árvores em vias públicas. Atualmente, são utilizados dois caminhões somente para retirada das podas dos quintais particulares.

Coleta Seletiva de Lixo

Não há um programa efetivo de coleta seletiva de lixo na cidade, que ainda está numa fase embrionária, através de iniciativas isoladas de apoio do SEBRAE. Já existem várias iniciativas de catação dos recicláveis. A APAE tem realizado um trabalho de coleta de latas e uma empresa, com apoio da Cisper, faz a coleta de vidros.

Destino Final

O destino final dos resíduos sólidos coletados em Armação dos Búzios é um lixão a céu aberto, um dos maiores problemas para o Município, que já foi autuado pelo Ministério Público. São aí depositados, diariamente, de 26 a 28 toneladas de lixo coletado na cidade. Na alta temporada, esse volume chega a 60 toneladas por dia, segundo a Secretaria de Serviços Públicos.

Esse vazadouro a céu aberto não possui sistema de coleta de chorume nem de drenagem de biogás, permitindo que o primeiro se infiltre pelo solo, causando a contaminação do lençol freático. Não há, também, um sistema de afastamento das águas pluviais, gerando um maior volume de chorume.

A área é alugada e dividida com Cabo Frio. As Prefeituras das duas cidades assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta, desde dezembro de 2001 junto ao Ministério Público, uma vez que o lixão encontra-se no limite dos dois Municípios. As obras de tratamento da área estão paradas e o prazo de término concedido pelo Ministério Público esgota-se em novembro deste ano.

Este tipo de destinação final para o lixo, além de ocasionar danos ambientais, é fator potencial da criação de nichos ecológicos de macro e micro vetores de doenças e enfermidades, estimulando a proliferação de ratos, moscas, urubus e outros animais e insetos. Este fato ganha



certa gravidade devido à existência de uma pequena faixa, à direita de quem entra no vazadouro, ocupada com barracos utilizados como moradia por catadores de lixo.

2.3.6.5. Sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica

Segundo informações, o abastecimento de energia elétrica melhorou muito depois da privatização. Algumas áreas foram recentemente beneficiadas e têm suas reclamações prontamente atendidas. Os frequentes problemas com piques de luz que causa danos em aparelhos não acontecem ainda.

Dois problemas devem merecer atenção especial:

- a CERJ estipula o consumo de energia para o Município pela média anual, o que acarreta sérios problemas de baixa tensão nos períodos de maior demanda, durante o verão e feriados prolongados;
- a poluição visual causada pela rede aérea, principalmente nas áreas de interesse turístico por sua beleza paisagística.

2.3.6.6. Sistema Viário

A estrada que leva à sede do Município de Cabo Frio, no trecho correspondente a Armação dos Búzios, apesar da boa qualidade do traçado, apresenta mal estado de conservação do asfalto, é desprovida de iluminação e não tem acostamento pavimentado. Já no trecho sob a jurisdição de Cabo Frio, esta via passa por bairros periféricos tais como Tangará, Jardim Esperança e outros, tornando o trânsito perigoso e moroso. Existe uma alternativa mais rápida e turisticamente atraente, mas que se torna inviável pelo péssimo estado do “calçamento”, feito há 20 anos e nunca conservado, tendo inclusive desaparecido na quase totalidade.

A estrada RJ-124 que interliga o Município ao segundo distrito de Cabo Frio (Tamoios) é a mesma que, na sua seqüência, vai a Barra de São João (Município de Casimiro de Abreu), Rio das Ostras, seguindo até Macaé e Campos. A estrada é boa, com alguns trechos bem iluminados, tendo como ponto negativo o fato de cortar as zonas urbanas de Barra de São João e Rio das Ostras, o que torna o trânsito lento pela existência de semáforos, “pardais” e lombadas eletrônicas.

Sistema Viário Urbano

O principal ponto de estrangulamento viário, devido à configuração física da península, é a existência de um único acesso à cidade, feito pela Av. José Bento Ribeiro Dantas, por onde passam praticamente todos os veículos que demandam o centro ou as praias. O problema é potencializado nos períodos de festas e durante o verão, não só pelo maior número de veículos em circulação local, mas também pelos visitantes hospedados na região que vêm passar o dia ou a noite em Búzios. Também o abastecimento do comércio, feito por viaturas de grandes proporções, sem horário prefixado, assim como uma maior demanda de carros pipa, colabora para o estabelecimento de um verdadeiro caos.

Outro problema grave é a falta de locais para estacionamento, praticamente inexistentes. Os usuários estacionam no meio fio de ruas, reduzindo cada vez mais as faixas de rolamento.

Como se percebe pelo Quadro 22, 67% das vias utilizadas pelo transportes públicos possuem revestimento de piso.

**Quadro 22 - Pavimentação das vias urbanas**

Tipo de pavimento	Vias		Faixas de rolamento	
	Extensão (km)	%	Tipo e número	Extensão(km)
Asfalto	27,2	32,38	4 faixas	1,70
			2 faixas com acostamento	8,50
			2 faixas sem acostamento	17,00
Pedra	17,3	20,60		
Paralelepípedo	16,50	19,64	pista dupla	1,10
			pista simples	12,50
			Pista estreita	2,90
Poliedro regular	0,80	0,95		
Nenhum	22,2	26,43		
Total	84.00	100,00		

Fonte: Plano de Transporte Público de Búzios (2002)

2.3.6.7. Transportes

Com a emancipação de Búzios, as linhas de ônibus que a ligam a Cabo Frio, antes municipais, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Cabo Frio, passaram a ser intermunicipais, ficando sob a responsabilidade do DETRO - RJ, obedecendo à legislação estadual em todos os sentidos, incluindo a planilha tarifária que possui parâmetros próprios ao sistema intermunicipal. À Prefeitura cabe a responsabilidade de implantar um sistema local de Transportes Públicos, com a utilização de parâmetros locais. Atualmente, a empresa Salineira opera na cidade, com uma frota total de 42 veículos, utilizando os dois tipos de sistemas: municipal e intermunicipal.

De acordo com pesquisa feita para a elaboração do Plano de Transporte Público de Búzios (2002), diariamente são feitas cerca de 4.600 viagens em Búzios, das quais aproximadamente 2.500 motivadas pelo trabalho e 1.100 pela escola. Do total de viagens, 63,3% são feitas em ônibus, 11,6%, em van e 11,4%, a pé.

Somente 26% dos pontos de paradas de ônibus atuais, nos eixos mencionados, possuem abrigos e algum conforto para os usuários, assim distribuídos:

Eixo Centro - Pórtico de Búzios com 30 pontos de parada, 8 deles com abrigo

Eixo Pórtico de Búzios - Baía Formosa com 18 pontos, 4 deles com abrigos

Eixo Pórtico de Búzios - Rasa com 24 pontos de parada, 7 deles com abrigo.

Transporte coletivo urbano

São duas as linhas municipais de transporte coletivo:

Quadro 23 - Linhas municipais de transporte coletivo

LINHAS	ORIGEM - DESTINO	FROTA
307	Rasa - Centro Rasa - Centro (Via V. Verde)	4
333	Centro - São José	1
TOTAL MUNICIPAL		5

Fonte: Plano de Transporte Público de Búzios (2002)



Segundo a Cooperbúzios, que tem permissão para exercer o transporte alternativo de passageiros, o número de usuários das vans é muito expressivo, atendendo este sistema à população carente (em sua maioria), nas localidades onde o serviço regular de ônibus é falho ou inexistente, por exemplo, em ruas da Rasa, Cem Braças, Tucuns, José Gonçalves e Vila Verde. Deve-se, ainda, constatar a existência de um grande número de vans que trafegam, informalmente, entre os bairros periféricos e o centro, não afiliadas à Cooperbúzios.

Quanto ao sistema de estacionamento, são frequentes os problemas e discussões pela cobrança por períodos fixos de 12 horas, das 8h às 20h e das 20h às 8h. O turista que chega ao final da tarde e retorna à noite é cobrado por dois períodos, o que tem causado numerosas reclamações.

Há, em Búzios, diversas locadoras de carros e de bugs.

Transporte coletivo intermunicipal

As linhas de ônibus intermunicipais são em número de 15:

Quadro 24 - Linhas de ônibus intermunicipais

LINHAS	ORIGEM – DESTINO	FROTA	EMPRESA
401	SÃO CRISTÓVÃO – BÚZIOS	13	Salineira
403	JARDIM ESPERANÇA BÚZIOS	2	Salineira
404	SÃO CRISTÓVÃO - RASA (VIA MARINA)	1	Salineira
405	BÚZIOS - SANTO ANTÔNIO	2	Salineira
406	SÃO CRISTÓVÃO - RASA (VIA B. FORMOSA)	2	Salineira
407	TANGARÁ – BÚZIOS	1	Salineira
408	SÃO CRISTÓVÃO - BÚZIOS (VIA TUCUNS)	1	Salineira
409	SÃO CRISTÓVÃO - SANTO ANTÔNIO (VIA GARGOÁ)	1	Salineira
410	SÃO CRISTÓVÃO - SANTO ANTÔNIO	2	Salineira
412	SÃO PEDRO – BÚZIOS	2	Salineira
414	ARRAIAL DO CABO – BÚZIOS	1	Salineira
418	SÃO CRISTÓVÃO – MANGUINHOS	3	Salineira
422	SÃO CRISTÓVÃO - BÚZIOS (MICRO COM AR)	6	Salineira
	BÚZIOS – MACAÉ*	4	Macaense
	BÚZIOS – RIO DE JANEIRO**	14	1001
TOTAL INTERMUNICIPAL		37	

* Búzios – Macaé, às 10h30' e 17h45'. Macaé – Búzios, às 7h40' e 15h20'

** Búzios – Rio de Janeiro das 7h às 19h, a cada 2 horas. Búzios – Niterói, às 19h. Rio de Janeiro – Búzios, às 6h30', 9h30' e de 2 em 2 horas até as 19h30'.

Fonte: Plano de Transporte Público de Búzios (2002)

A frota de veículos da cidade é de 301 veículos de passeio ou utilitários e de 112 motos. As bicicletas somam 720. O Quadro 25 indica o número de veículos por nível de renda em Búzios, com destaque para a faixa entre R\$ 500,00 e R\$ 1.000,00, que detém o maior número dos três tipos de veículos.

Também chama a atenção o grande número de bicicletas, justificável pela facilidade de locomoção nas ruas pouco onduladas da cidade. Todavia, a existência de uma malha de ciclovias poderia vir a estimular ainda mais o uso deste meio de transporte.



Quadro 25 - Distribuição de veículos automotores por nível de renda.

Faixa de Renda (R\$)	Carros		Motocicletas		Bicicletas	
	Número	%	Número	%	Número	%
Acima R\$2500	33	11,0	12	10,7	29	4,0
Entre 1500,00 e 2500,00	46	15,3	06	5,4	25	3,5
Entre 1000,00 e 1500,00	64	21,3	17	15,2	84	11,7
Entre 500,00 e 1000,00	82	27,2	39	34,8	226	31,4
Entre 200,00 e 500,00	66	21,9	31	27,7	295	41,0
Abaixo de 200,00	10	3,3	07	6,3	61	8,5
Totais	301	100,0	112	100,0	720	100,0

Fonte: Plano de Transporte Público de Búzios (2002)

Transporte marítimo / marinas / ancoradouros

Há, em Búzios, funcionando, uma marina para barcos de recreio, abrigada, situada no loteamento Marina Porto Búzios, com acesso por um canal desde a praia da Rasa.

Não existem ancoradouros para embarcações de grande porte, apesar do grande número de cruzeiros que visitam Búzios durante o verão. Eles param ao largo e os passageiros são transportados de bote até a cidade, onde são desembarcados em duas estações, localizadas respectivamente nos Ossos e na Armação.

Na praia da Armação e na praia do Canto existem cais dos quais saem barcos pesqueiros e escunas de turismo, com passeios pelas praias de Búzios e recebem passageiros dos navios.

A cidade conta com serviços de táxi marítimo, que fazem o percurso entre Tartaruga, Centro, Ossos, Azeda ou Azedinha e João Fernandes. São utilizados, basicamente, para passeios turísticos, não sendo vistos como uma alternativa para o transporte urbano.

Esta atividade está em vias de ser regulamentada. As 23 unidades de táxis marítimos existentes no Município são devidamente equipadas com salva-vidas e têm capacidade para até 8 pessoas, utilizando embarcações de fibra de vidro. Os prestadores de serviços de táxis marítimos estão organizados na Associação de Táxis Marítimos.

Transporte aeroviário / aeroporto

O Aeroporto Umberto Modiano dista 10 km do centro da cidade, com uma via de acesso pela Rasa. A pista tem 1300 m de comprimento por 30 m de largura e está em boas condições, assim como o terminal de passageiros.

Desde 2001, existe um voo da empresa TEAM que sai às sextas feiras e domingos, às 20 horas, do Aeroporto Santos Dumont (Rio de Janeiro) chegando a Búzios às 20h25', retornando às 20h40' para o Rio de Janeiro. Com capacidade para 19 lugares, não chega completo na baixa temporada, tendo um bom número de passageiros nos feriados e alta temporada.

Existem voos fretados e aeronaves particulares que utilizam este aeroporto.

Em 2001, o aeroporto Umberto Modiano registrou 776 voos com 1257 passageiros, enquanto em 2002, foram 528 voos com 1084 passageiros, originários do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.



O maior movimento aéreo se dá pelo aeroporto de Cabo Frio (Quadro 26), de categoria internacional. Inaugurado em 1998, foi objeto de concessão em 2001, por um prazo de 14 anos, renováveis por igual período.

Quadro 26 - Movimento do aeroporto de Cabo Frio

MOVIMENTO DO AEROPORTO					
Ano	Operações aéreas	Passageiros	Visitantes e acompanhantes	Embarques	Desembarques
2001	3.020	29.751	44.626		
2002 (até 30/04)	813	4.178	12.789	13.652	16.099

Fonte: Administração do Aeroporto de Cabo Frio.

Os dois principais centros emissores de passageiros para Cabo Frio são o próprio estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Existe um Plano de Expansão para o Aeroporto Internacional de Cabo Frio que prevê nova pista de pouso, com capacidade para receber aeronaves cargueiras de empresas aéreas de todos os continentes com melhores condições de custos, terminal de carga, base para helicópteros e hangares de manutenção, nos quais operadoras de asas - rotativas tenham condições de ali se instalarem, e operarem como suporte de operações *off - shore*.

2.3.6.8. Comunicações

O Município dispõe de serviços turísticos com atendimento pelo 0800. Também há informações pela Internet.

Dentro da península, a oferta de telefones fixos é bastante satisfatória, com tempo entre pedidos e instalações de 1 semana, em média. Também se encontram telefones públicos (orelhões) distribuídos por toda a cidade.

A oferta de telefones celulares supre perfeitamente a demanda atual. Atenção especial deve ser dada para a parte estética das antenas dos celulares.

Ponto negativo a ser considerado é a inexistência de redes para distribuição a cabo de Internet e TV, aparentemente inviáveis em função das distâncias e reduzido número de assinantes.

Apesar da existência de duas agências dos Correios na cidade, havendo insuficiência de carteiros, o que traz prejuízos para o bom funcionamento dos serviços, inclusive para as finanças municipais, na medida em que a cobrança de tributos municipais não conta com uma rede confiável de distribuição domiciliar.

2.4. Dinâmica Econômica

A atividade econômica em Armação dos Búzios está fundamentalmente voltada para o turismo, configurando uma dependência por vezes excessiva. Os estabelecimentos de serviços de alojamento e alimentação e o comércio varejista correspondem a aproximadamente 72% do total de estabelecimentos empregadores do Município, cada um desses segmentos 36% do total. As dez atividades econômicas mais representativas estão, direta ou indiretamente, ligadas à atividade turística (Quadro 27).



Quadro 27 - Percentual de estabelecimentos empregadores das principais atividades econômicas.

Nº	Atividade Econômica	%
1º	Serviços de alojamento e alimentação	36,0
2º	Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	36,0
3º	Comércio e reparo de veículos / motocicletas, comércio a varejo de combustível	4,0
4º	Atividades imobiliárias	4,0
5º	Serviços pessoais	3,0
6º	Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	3,0
7º	Pesca, aquicultura e atividades e serviços relacionados	2,0
8º	Atividades recreativas, culturais e desportivas	2,0
9º	Saúde e serviços sociais	1,0
10º	Comércio por atacado e intermediário do comércio	1,0
	Outros	8,0
	TOTAL	100,0

Fonte: SEBRAE/RJ

Apenas pouco mais de 50 estabelecimentos não se incluem no setor terciário da economia. A pesca é a atividade mais relevante, fora do terciário, representando cerca de 2% dos estabelecimentos.

Quanto à distribuição espacial dos estabelecimentos, também se observa uma forte concentração em dois bairros apenas: Centro e Manguinhos que, juntos, respondem por 54% dos estabelecimentos de Búzios, conforme dados do Quadro 28.

Quadro 28 - Estabelecimentos empregadores por bairro

N.º	Bairro	Estabelecimentos (%)
1º	Centro	31,0
2º	Manguinhos	23,0
3º	João Fernandes	8,0
4º	Geribá	7,0
5º	Ossos	6,0
6º	Rasa	6,0
7º	Cem Braças	5,0
8º	Baía Formosa	3,0
9º	Ferradura	3,0
10º	Vila São José	3,0
11º	Vila Caranga	2,0
12º	Tartaruga	1,0
13º	Armação	1,0
14º	Caravelas	1,0
15º	Alto de Búzios	-
	TOTAL	100,0

Fonte: SEBRAE/RJ

O Centro, apesar de deter o maior número de estabelecimentos, apresenta uma concentração maior de comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos, além de registrar



26% dos estabelecimentos de alojamento e alimentação. Manguinhos, por sua vez, detém maior variedade de atividades econômicas e maior dinamismo, registrando percentuais significativos em todas as atividades.

João Fernandes, Geribá e Manguinhos apresentam, aproximadamente, o mesmo percentual de estabelecimentos de alojamento e alimentação, única atividade bem distribuída pelos diferentes bairros de Búzios, evidenciando, uma vez mais, a forte dependência da economia municipal em relação ao turismo.

A taxa de mortalidade de empresas novas é considerável, o que indica possível fragilidade dos negócios em Búzios. A reconhecida sazonalidade do turismo pode ser uma das razões para o alto índice de empresas não duradouras no Município (Quadro 29).

Quadro 29 - Percentual de estabelecimentos empregadores segundo tempo de funcionamento, por principais atividades econômicas.

Atividade Econômica (%)	Tempo de funcionamento (anos)				
	menos de 1	1,1 a 2	2,1 a 5	5,1 a 10	mais de 10
Total	27	15	22	18	19
Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos. (%)	29	17	22	18	14
Comércio e reparo de veículos / motocicletas, com. a varejo de combustível	35	14	16	22	14
Serviços de alojamento e alimentação	26	12	22	17	23
Atividades imobiliárias	19	14	22	24	22

Fonte: SEBRAE/RJ

As atividades mais consolidadas são as imobiliárias e os serviços de alojamento e alimentação. É grande o número de estabelecimentos com até 2 anos de funcionamento. Esse indicador pode representar oportunidades novas de negócios, portanto, vitalidade econômica, mas pode indicar também a dificuldade de sobrevivência de empresas por um tempo mais duradouro.

Existe uma forte dependência do Rio de Janeiro quanto aos insumos para os hotéis e pousadas, em virtude dos melhores preços obtidos na capital e por Búzios não contar com um mercado atacadista que ofereça condições vantajosas para a aquisição dos produtos. Alguns hoteleiros fazem compras em conjunto, através de distribuidores.

Praticamente, não há indústrias em Búzios. Existem algumas poucas experiências de agroindústrias familiares nas pequenas propriedades rurais do Município, mas, em sua maioria, a produção é insuficiente para a comercialização.

O setor de Serviços foi o que mais se desenvolveu, em paralelo à atividade turística. Há uma quantidade significativa de empresários estrangeiros, donos de pousadas, restaurantes, bares, e lojas.

A cidade conta com alguns *shoppings* ou centros comerciais e supermercados localizados no sub-centro de Manguinhos e várias mercearias espalhadas pela cidade.



Funcionam em Búzios agências bancárias do Bradesco, Banco do Brasil, Banco Real, Itaú e Unibanco. A Prefeitura Municipal paga seus funcionários através do Banco do Brasil.

2.4.1. Produção rural

Há algumas experiências de agroindústrias familiares nas pequenas propriedades rurais do Município, para o aproveitamento de polpa de frutas ou produção de derivados do leite. Entretanto, na sua maioria, a produção dessas propriedades atende apenas ao consumo próprio, não havendo excedentes para comercialização.

Há 96 propriedades rurais no Município, consideradas como sítios, distribuídas pelos diferentes bairros ou localidades, ainda que o Município seja todo classificado como zona urbana pela Lei de Uso e Ocupação do Solo. O Quadro 30 indica as áreas plantadas e o Quadro 31 registra a produção resultante nos dois últimos anos.



Quadro 30 – Áreas plantadas (ha)

Localidade	Área plantada												Total		Áreas dos sítios
	Aipim	Cana	Coco	Banana	Laranja	Limão	Tangerina	Acerola	Pinha	Milho	Feijão	ha	%		
	Rasa	0,5		0,1	1,6				0,5		1,0	1,0	4,8	13,91	
Marina	0,1			1,0						2,0	2,0	5,1	1,76	289,0	
Baía Formosa	2,8		0,1	4,0		2,2		0,1	0,1	0,5		9,9	3,80	260,5	
Vila Verde	2,0			2,0		0,1		0,1			0,4	4,6	51,11	9,0	
Maria Joaquina	10,5	1,0	0,1	6,1		4,9	0,2	2,3	0,1	3,0	2,5	31,0	8,86	349,9	
José Gonçalves	10,1	1,5	1,2	8,8		0,5		1,7	0,5	7,0	1,0	21,0	32,94	101,4	
Sítio da Amizade	6,5		2,0	3,8		2,5	0,2	4,9	0,1	0,7		17,8	17,54	119,7	
Monte Verde	7,0			2,9		2,0		0,8	0,1	3,5	1,0		76,39	23,3	
TOTAL	39,5	2,5	3,5	30,2		12,2	0,4	10,4	0,9	17,7	7,9	127,6	10,75	1.187,3	

Fonte: APPRUMA - EMATER

Quadro 31 - Produção Rural de Armação dos Búzios – junho de 2000 a junho de 2002.

Bairros	Bovino (cabeça)	Caprino (cabeça)	Suíno (cabeça)	Ovino (cabeça)	Eqüideo (cabeça)	Aves (cabeça)	Aipim (unid.)	Cana (unid.)	Coco (unid.)	Banana (unid.)	Laranja (unid.)	Limão (unid.)	Tanger. (unid.)	Acerola (unid.)	Pinha (unid.)
Rasa	239		43		15	391	6.000		10	1.300		12		660	
Marina	194	15	90		23	475	10.000			800					
Baía Formosa	94	9	69	3	12	464	44.000		35	3.900	300	400		15	15
Vila Verde	11		65			210	3.000			300	15				
Maria Joaquina	210	4	130		23	1.229	104.000	20.000	30	5.400	2.450	200	100	1.530	50
José Gonçalves	86				5	412	135.000	45.000	250	6.900	290	240		1.215	350
Sítio da Amizade	39	17	131		42	1.535	79.000		290	3.300	1.752	287		3.494	20
Monte Verde	6		68	2	3	710	43.500		100	3.150				650	40
Total	879	45	596	5	123	5436	124.500	65.000	715	25.050	4.807	1.127	100	7.564	475

Fonte: APPRUMA - EMATER



2.4.2. Pesca

A produção de pescado no Estado do Rio de Janeiro atravessa severa crise há vários anos, devido, especialmente, a:

- redução dos estoques de pescado na área marinha imediata, principalmente de sardinha e assemelhados;
- expansão da área urbanizada, o que desalojou as comunidades de pescadores artesanais da orla marítima;
- maricultura insuficientemente desenvolvida.

A Baía de Campos tem importância decisiva na produção pesqueira do Estado, com destaque para Cabo Frio, que é o principal entreposto pesqueiro regional, embora apresentando tendência à estabilização e ao declínio.

O maior problema existente em Búzios, com relação à pesca, é o uso inadequado de equipamento e/ou falta de infra-estrutura. Os barcos de pesca industrial, em alto mar, pescam em águas abrigadas, chegando a cercar pequenas embarcações. Por falta de opção, os barcos a remo têm que se afastar do litoral para conseguir pescar. Como usam rede de espera, ao instalá-la na entrada das correntezas, quando pegam alguns peixes, enxotam o cardume para o interior do oceano, dificultando a pesca com rede em cerco nos locais de águas protegidas, prejudicando a todos os que vivem dessa atividade.

A pesca predatória e irracional, utilizando compressores e equipamentos fora de especificação, realizada por autônomos, fora dos períodos legais, está dizimando os peixes da região. Este problema é agravado pela retirada clandestina de corais e demais elementos da natureza.

A atividade pesqueira, realizada pelos pescadores locais, tem sofrido uma forte concorrência de barcos industriais, vindos de fora. Por outro lado, as possibilidades que o turismo trouxe à região têm causado desinteresse dos próprios pescadores pela atividade.

A pesca atualmente está voltada para a anchova e o pargo, entre outras espécies. Como atividade artesanal, é realizada com linha ou rede de cerco, em barcos de até 8 metros e a remo.

Outra pesca, até pouco tempo lucrativa para o pescador local, é a da sardinha, duas vezes ao ano. Segundo informação da Associação de Pescadores de Manguinhos, já se chegou a retirar ali 300 toneladas em dois meses, com rede de cerco. Entretanto, os atuneiros, legalmente autorizados a pescá-la em águas abrigadas, inclusive no período do defeso, capturam-na como iscas vivas para sua pesca em alto mar, reduzindo as possibilidades de maior rendimento para os pequenos pescadores.

As sardinhas são mais facilmente encontradas em locais abrigados (enseada da Rasa / Manguinhos). O Poder Público tem procurado intervir nesta situação. Numerosas negociações conduziram à delegação da responsabilidade de captura de sardinha em



águas protegidas ao próprio atuneiro, em detrimento da terceirização destes serviços aos pescadores locais.

O pargo e o marimba são vendidos para exportação e a anchova tem o Rio de Janeiro como destino final. Outras espécies marinhas também fazem parte da pesca artesanal, como a ostra, o mexilhão e a lagosta. Em sua maior parte, são vendidas a turistas ou para alguns restaurantes locais.

A indústria da pesca resume-se a um frigorífico, sem qualquer outro tipo de beneficiamento.

Um outro agravante para a atividade pesqueira tem sido a prática de algumas atividades recreativas na orla. Recentemente, os pescadores, junto com a Prefeitura, conseguiram ordenar as práticas do jet-ski, entre outras.

O Município já fabricou, ainda que em pequena escala, barcos para pesca. O declínio desta atividade, entretanto, teve reflexos na produção que vem desaparecendo, uma vez que parte dos pescadores prefere comprar seus barcos em Campos ou no sul da Bahia.

Como o aumento da demanda por produtos do mar é uma realidade mundial, não considerando a capacidade de suporte dos ecossistemas marinhos, a tendência ao colapso da situação é inexorável (BOTSFORD et al., 1997). Atualmente, estes problemas são perceptíveis em Búzios, tanto na produção de peixes (menos de 20% do consumo interno), como na falta de capacidade de organização e criação de infra-estrutura, com a aquisição de equipamentos modernos e competitivos.

Há em Búzios uma Colônia de Pescadores, desmembrada de Cabo Frio, duas Associações de Pescadores: uma, em Manguinhos, bem atuante, independente e outra, no Centro, e três Comunidades de Pescadores Artesanais de Barco a Remo: na Rasa, em Geribá e em Tucuns

Recente pesquisa realizada sobre a atividade pesqueira na Bacia de Campos revela a baixa renovação dos pescadores, pois 83% deles têm mais de 10 anos de pesca e 10% têm de 5 a 10 anos de atividade, o que evidencia que a pesca não está mais atraindo os jovens.

A pesquisa revela, ainda, a baixa escolaridade dos pescadores, sendo que a maioria recebe até três salários mínimos, com cerca de 30%, ou seja, quase um terço recebendo até um salário mínimo ("Caracterização do meio socioeconômico e previsão de impacto na área de influência da atividade de exploração de petróleo na Bacia de Campos" – Instituto de Geociências – UFRJ, 2003).

A maioria dos pescadores aponta para uma significativa queda da produção pesqueira nos últimos anos. Todavia, não há uma posição de consenso sobre as causas da redução da atividade pesqueira na região, alguns apontando a indústria petrolífera como o principal fator, outros, conflitos com outros pescadores, outros, ainda, as restrições



impostas pelas normas ambientais, sobretudo quanto à proibição de captura durante o defeso.

Resulta claro que as atividades petrolíferas representam um importante fator de pressão sobre as comunidades pesqueiras da região, mas não se pode atribuir apenas a elas a crise da pesca artesanal. Fatores como a captura predatória, a expansão da urbanização e as atividades de lazer, tal como ocorrem em Búzios, podem estar contribuindo para o acirramento da crise.

Uma possível alternativa de revitalizar os recursos pesqueiros pode ser a criação de uma Unidade de Conservação ou Reserva Extrativista Marinha, na região de Manguinhos, desde que realizados os necessários estudos de viabilidade técnica. Constata-se, atualmente, a formação de um pequeno mangue salino próximo à Ponta de Manguinhos, que poderia atuar como berçário de peixes para o defeso.

Já há algum tempo os pescadores vêm pleiteando a criação de uma reserva extrativista, como forma de luta contra a pesca predatória de grandes barcos que, com arrasto até a beira da praia, carregam tamanhos variados de peixes.

Verifica-se em articulação na sociedade, um movimento reivindicatório para criação da APA da Ponta do Pai Vitório.

Há, na Lei Orgânica Municipal, um capítulo específico sobre o setor pesqueiro, estabelecendo medidas para o desenvolvimento de programas de apoio à pesca artesanal e à aqüicultura. (Capítulo VIII). Dentre várias medidas, foi criada a APAPAB - Área de Preservação Ambiental e de Pesca Artesanal do Município de Armação dos Búzios, com o objetivo de preservar o desenvolvimento pesqueiro sustentável. A delimitação precisa da referida área consta do artigo 256. §2º da Lei Orgânica, subdividindo-se em área de pesca restrita, para vários tipos de pesca e de mergulho. Há, igualmente, restrições à pesca por parte de determinadas categorias de embarcações.

Existe demanda por afundamento de embarcações, para funcionar como abrigo de fauna e local de proliferação de peixes, com proteção e impedimento de lançamento de rede, para o e turismo subaquático, como foi feito em Angra dos Reis. Áreas estéreis com atributos ambientais novos formam corais, causam desequilíbrio populacional das comunidades ricas e podem trazer conseqüências imprevisíveis. É necessário, portanto, antes de qualquer iniciativa neste sentido, a realização de estudos e a ampla discussão, com as partes interessadas, pois todos os riscos precisam ser avaliados: efeitos sobre a direção das correntes, descarga sólida em movimentos, assoreamento/erosão próximo à embarcação, navegabilidade, segurança de mergulho (abertura de escotilha, retirada de maquinaria, eliminação de pontos de cortes) e descontaminação.

2.4.3. Maricultura

A produção de animais aquáticos em condições controladas, para fins comerciais, é uma opção interessante para o desenvolvimento sustentável de Búzios, em especial, a criação



de camarões marinhos (carcinicultura marinha) e o cultivo de moluscos como mexilhões, ostras e vieiras (malacocultura).

O “Diagnóstico da Cadeia Aquícola para o Desenvolvimento da Atividade no Estado do Rio de Janeiro”, publicado pelo SEBRAE, analisa as áreas aptas ao desenvolvimento da aquicultura em todo o Estado, bem como apresenta as atividades mais propícias a cada região, além de apontar a demanda de cada produto e o potencial financeiro de cada atividade.

Na região das Baixadas Litorâneas, a carcinicultura marinha e a malacocultura são as que apresentam melhores condições de desenvolvimento.

Carcinicultura

De todas as atividades aquícolas, a criação de camarões marinhos é, sem dúvida, atualmente, a mais segura e a mais rentável, com maior potencial de desenvolvimento no Estado do Rio de Janeiro. Isto se deve, não só à existência de grandes áreas aptas para o cultivo, como também ao amplo mercado consumidor já estabelecido para este produto, podendo atender ao mercado estadual, o mercado paulista, devido à grande proximidade, e ao mercado internacional.

O mercado de camarões de água salgada sempre foi excelente e, atualmente, os camarões produzidos nas fazendas do Nordeste têm espaço garantido no mercado estadual, apontando para perspectivas bastante promissoras para a atividade, uma vez implantada no Estado.

A região das Baixadas Litorâneas, que compreende sete municípios, possui um total de 8.332 hectares de áreas consideradas apropriadas para o desenvolvimento da carcinicultura, distribuídas principalmente nos municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio, Rio das Ostras e Saquarema.

De acordo com o estudo do SEBRAE, há, em Armação dos Búzios, cerca de 1.149 há de áreas consideradas como excelentes, muito boas e boas para este cultivo.

Há que se considerar dois fatores limitantes desta atividade no Município, a saber, o alto custo da terra e a baixa temperatura da água do mar, o que não significa, todavia, que esta alternativa econômica deva ser desconsiderada.

A localização dessas áreas pode ser verificada no Mapa 09.

Convém destacar que já houve uma tentativa dos pescadores de Manguinhos, apoiada pela Prefeitura, para a criação de camarão e ostra, que não se mostrou bem sucedida. Dentre os problemas, o preço final do camarão não se mostrava competitivo, nem para sua comercialização como isca viva. O rompimento dos tanques desestimulou alguns pescadores.



Atualmente, existem dois tanques na praia de Manguinhos, de propriedade de um pescador local, um com criação de lagostas e o outro de peixes. Mais recentemente, vem sendo estudada a possibilidade de produção de *coquille Saint Jacques*, aparentemente já adaptada à região.

2.5. Potencialidade Turística

O turismo foi o segundo setor em investimentos no mundo, em 2001 - US\$ 6,7 bilhões, segundo a World Tourism Organization - WTO. Destaca-se economicamente como fonte de renda e socialmente, como gerador de emprego. Representa cerca de 11% do PIB mundial. Em 2001, o turismo movimentou cerca de 699 milhões de pessoas, com um faturamento de US\$ 476 bilhões, tendo apresentado um crescimento de 7,4% em relação a 1999, de acordo com dados do World Travel and Tourism Council - WTTC.

O Brasil ocupa o 24º lugar no *ranking* internacional em entradas de turistas, logo atrás da Romênia, Bahrain e Formosa. O México recebe 4 vezes mais turistas do que o Brasil e situa-se em 8º lugar.

O ingresso de divisas geradas pelo turismo, no Brasil, foi de US\$ 3,9 bilhões, em 1999, para US\$ 4,3 bilhões, em 2000, com um crescimento anual de 5,84%. Segundo dados da WTTC / EMBRATUR, em 2001, o turismo foi responsável por 2,5 milhões de empregos diretos e 5,5 milhões de empregos totais no Brasil e representou 8% do PIB nacional.

O Brasil registra uma demanda turística de cerca de 42 milhões de pessoas, das quais 5,3 milhões são visitantes estrangeiros. Os maiores emissores de turistas para o Brasil são os países da América do Sul, particularmente do Cone Sul, responsáveis por cerca de 60% do fluxo de turistas estrangeiros no Brasil, seguidos dos países da Europa (25%) e da América do Norte (13%).

Dos que chegaram ao Brasil, cerca de 70% tinham por interesse o turismo, sendo o restante motivado por negócios, congressos, etc. A permanência média dos turistas estrangeiros no país é de 12 dias e o gasto médio per capita/dia passou de US\$ 79.08, em 1999, para US\$ 84.38, em 2000.

Dentre os destinos reconhecidos internacionalmente como de interesse turístico no Brasil, destacam-se Rio de Janeiro, as Cataratas do Iguaçu, a Amazônia, Salvador e o Pantanal. Armação dos Búzios, pela proximidade do Rio de Janeiro, e pela diversidade de atrativos naturais e culturais, pode inserir-se como destino complementar dos fluxos que demandam a capital do Estado.

Em relação ao turismo interno, dados preliminares do estudo "Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil" 2001/2002, da FIPE/EMBRATUR indicam que o número médio de viagens da família passou de 1,92, em 1998, para 2,2, em 2001, com um aumento de 15%. A permanência média é de 10,8 dias e o valor mais freqüentemente registrado é de 2,7 dias.



A grande motivação para as viagens é o lazer, responsável por 76,1% do total. Entre as viagens do grupo não lazer, a motivação dominante são os negócios, com 45,0%, seguida de tratamento de saúde, com 16,2%.

O principal meio de hospedagem continua sendo a casa de amigos e parentes, ainda que tenha tido sua participação reduzida de 73,2%, em 1998, para 66,0%, em 2001. A hospedagem em hotéis, por outro lado, cresceu no mesmo período de 11,5% para 15%.

O carro próprio e o avião foram os meios de transportes com mais expressivos aumentos, passando de 19,1% para 30,9% e de 6,8% para 9,0%, respectivamente. O ônibus de linha reduziu significativamente sua contribuição relativa, caindo de 49,6%, em 1998, para 36,6%, em 2001.

As viagens na alta estação, correspondente aos meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro, respondem por 46,2% do total de viagens, resultando em uma taxa de 10,6% ao mês, superando em 47,2% a taxa para os demais meses, de 7,2% a.m.

O gasto total com viagens para o extrato médio de turistas é de R\$ 709,70 e o *per capita*, de R\$ 253,50. Apenas 11,5% dos turistas utilizam “pacotes” turísticos e gastam, em média, 1,7 vezes mais que os demais que não demandam esse tipo de serviço.

A região Sudeste é claramente exportadora de turismo. Responde por 47,6% das despesas totais com o turismo doméstico no Brasil e absorve 37,1% das receitas geradas, enquanto o Nordeste, importador, contribui com apenas 17,0% dos gastos e é beneficiado com 35,4% da receita. Quando comparadas as duas regiões, observa-se que o Nordeste contribui com 13,0% da receita turística do Sudeste, enquanto esta região responde por 50,0% da receita do Nordeste. Isto quer dizer que o Sudeste envia para o Nordeste 3,7 unidades monetárias para cada 1 que recebe dessa região (Quadro 32).

Quadro 32 - Fluxo monetário entre as regiões sudeste e nordeste (%).

ORIGEM	DESTINO			
	NORDESTE	SUDESTE	OUTRAS	GASTO
NORDESTE	9,1	4,8	3,1	17,0
SUDESTE	17,7	21,8	8,1	47,6
OUTRAS	8,6	10,5	16,3	35,4
RECEITA	35,4	37,1	27,5	100,0

Fonte: FIPE/USP, 2001/2002.

A cadeia produtiva do turismo envolve 52 segmentos diferentes da economia. Só na iniciativa privada, estima-se, para os próximos anos, a geração de 320 mil empregos diretos e 700 mil indiretos. Deverão sobressair os segmentos de turismo ecológico, turismo de negócios e parques temáticos. Búzios pode destacar-se como uma alternativa atraente no primeiro e segundo segmentos, em função de seus atrativos e da infraestrutura de serviços já consolidada.



O Estado do Rio de Janeiro tem recebido nos últimos anos entre 3 e 4 milhões de turistas internos, sendo um pouco mais de 70% da Região Sudeste. Os municípios mais visitados são a Capital, Cabo Frio, Angra dos Reis, Armação dos Búzios, Campos e Nova Friburgo.

Em Búzios, o fluxo de turistas nacionais na última temporada representou 61% do total. Os principais mercados emissores foram os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, todos na região Sudeste. Os estrangeiros, originários da América Latina, América do Norte e Europa, significaram 39% do fluxo turístico da temporada.

O turismo no Município é muito concentrado nos meses de verão, uma vez que é baseado no sol e praia, tendo sua alta temporada entre dezembro e fevereiro. O mês de julho, por causa das férias escolares, registra um bom movimento e durante os demais meses do ano, o movimento maior se dá nos feriados prolongados e nos finais de semana.

2.5.1. Oferta local de hospedagem

Os meios de hospedagem em Búzios são bastante diversificados e estão distribuídos por toda a cidade, particularmente na península. Durante a alta temporada, chegam a ter 95% de ocupação, enquanto que, na baixa temporada, a taxa de ocupação gira em torno de 30% . Nos feriados prolongados chega-se a 85 a 100% de ocupação nos hotéis e pousadas.

A crise da Argentina e as oscilações da economia mundial têm se refletido no turismo de Búzios. No último verão, o movimento nos hotéis e pousadas foi significativamente inferior ao dos anos precedentes.

O Quadro 33 apresenta a oferta de hospedagem existente no município.

Quadro 33 - Oferta de meios de hospedagem

CATEGORIA	QUANTIDADE	N.º UH	LEITO
HOTEL	17	589	1.690
POUSADA	225	2.876	7.253
APART HOTEL	4	225	525
ALBERGUE	1	9	50

Fonte: SECTUR

Todavia, se for feito um levantamento real dos estabelecimentos diversos de hospedagem, desde hotéis e pousadas a condomínios, flats e residências, poderão ser encontrados números que chegam, facilmente, a mais de quatro vezes os dados oficiais e apontam, claramente, para uma saturação do setor, o que explicaria a competição predatória que diminuiu a qualidade, corroeu as margens de lucro, reduziu empregos e salários e trouxe turistas de baixo poder aquisitivo para a cidade. Esta situação exigiu que fosse decretada uma "moratória", impedindo a aprovação de novos estabelecimentos, por um período de 02 (dois) anos.

Outro fenômeno constatado no tocante à hotelaria diz respeito ao porte dos estabelecimentos – de estabelecimentos pequenos, com menos de 12 apartamentos,



evoluiu-se para uma grande quantidade de estabelecimentos com 30, 40, 50 a até 90 apartamentos. Há, pois, uma significativa mudança no perfil do setor, o que repercute no tipo de turismo que se dirige à cidade.

Recentemente, foram construídos 2 centros de informações e se encontra em funcionamento uma linha 0800, 24 horas por dia, única no Estado, inclusive com possibilidades de reserva em pousadas. O Município conta com um Centro de Convenções. Além disso, tem dado ênfase à capacitação profissional. Está estruturado e funcionando regularmente o conselho Municipal de Turismo.

A oferta turística de Armação dos Búzios é composta de praias, turismo náutico, sítios arqueológicos, patrimônio arquitetônico, áreas protegidas e tradições culturais, entre outras, como se apresenta a seguir

2.5.2. Atrativos Turísticos

Existem mais de 20 praias em Búzios, que representam o maior lazer na região. Apresentam grande diversidade, atendendo a vários gostos. Há praias com muito vento como em Manguinhos, adequadas à prática de esportes a vela, Geribá e Brava atraem os surfistas. As demais são calmas, próprias para o mergulho e descanso em geral.

A oferta turística de Armação dos Búzios é composta de praias, sítios arqueológicos, patrimônio arquitetônico, áreas protegidas e tradições culturais

Praias

Sem dúvida os maiores atrativos da cidade, são mais de 20 praias, com vegetação variada, formatos, temperatura da água e características únicas, algumas como verdadeiras piscinas naturais, outras com ondas radicais, ideais para a prática esportiva.

Praia Rasa: Logo na entrada da cidade, tem esse nome devido à sua pouca profundidade. Apresenta larga vegetação de restinga e uma plantação de eucaliptos. Dado o vento leste constante, é a preferida pelos praticantes de windsurfe.

Praia de Manguinhos: Possui este nome devido à grande parte de sua vegetação ser característica de mangue. De águas tranquilas, possui, ao longo da beira - mar, casuarinas, árvores típicas da região, que lhe dão um toque singular. É freqüentada pelos praticantes de windsurfe e se adequam bem para os esportes a vela.

Praia da Tartaruga: Muito freqüentada e bem abrigada, é ponto de parada obrigatória das escunas que realizam passeios pela península. Suas águas calmas e mornas são próprias para o mergulho e observação de corais. Possui este nome por ter sido local de desova de espécies diferentes de tartarugas.

Praia do Canto: Localiza-se no Centro da Cidade e possui águas tranquilas. A presença de barcos de pesca oferece um visual da típica aldeia de pescadores. Possui este nome



devido a lenda do Boitatá que, segundo os mais antigos, passeava pelo meio da praia, forçando os moradores a só passarem por lá, pelo canto.

Praia dos Ossos: Típica de enseada, é uma das paisagens mais tradicionais de Búzios, devido às suas construções antigas, ainda totalmente preservadas, uma delas a Igreja de Sant'Ana. É o ponto de partida dos taxis marítimos que levam os passageiros desta praia à João Fernandes, Azeda e Azedinha. Recebeu este nome devido à antiga pesca de baleias que acontecia na praia da Armação; elas eram abatidas e mortas e seus ossos eram jogados na praia ao lado, que ficou conhecida como praia dos Ossos. Concentra grande quantidade de artistas, lojas de artesanato e bares em torno da praça.

Praia Azeda: De águas tranqüilas e cristalinas, abrigada, boa para o mergulho. O seu acesso é feito a pé, a partir da praia dos Ossos. Um casarão no estilo colonial faz desta praia o cartão postal de Búzios. Na sua continuação está a Praia Azedinha. Ambas estão dentro de uma APA.

Praia João Fernandes: É a praia Internacional de Búzios. Aí se fala, habitualmente, o espanhol, em virtude do grande número de pousadas ao seu redor, geralmente de proprietários argentinos. Tem, ao lado, a praia de João Fernandinho. O nome é devido a um português chamado João Fernandes que usava a praia para se defender dos ataques de embarcações estrangeiras.

Praia Brava: Assim denominada devido à força de suas ondas, é uma praia de mar aberto, própria para a prática de surf.

Praia do Forno: Pequena, cercada de rochedos, tem o formato de uma concha acústica. Possui este nome devido à tonalidade avermelhada de suas areias.

Praia da Ferradura: De águas calmas e frias, com vários quiosques tradicionais ao seu redor. Possui o maior conjunto de mansões de Búzios. Tem este nome devido aos seus extremos se fecharem em forma de uma ferradura.

Praia da Ferradurinha: Recebeu este nome por sua semelhança com a praia da Ferradura, só que em menor tamanho. Pequena, com águas frias e calmas, possui uma linda formação rochosa ao seu redor. Por ela se chega à Praia dos Amores e às Poças das Tartarugas, através de uma trilha formada por um conjunto de piscinas naturais.

Praia de Geribá: É a preferida pelos cariocas. Suas águas são frias e agitadas. Ideal para a prática de surf. O nome tem origem indígena. Jeribá ou jerivá é uma palmeira comum na área litorânea, alta e elegante, cujos coquinhos doces e nutrientes fazem a festa das crianças e dos adultos.

Praia de Tucuns: Selvagem, de águas agitadas e frias. Possui este nome devido a uma outra espécie de palmeira encontrada na área litorânea, chamada Tucum, de cujas folhas grandes se extraem fibras fortes para feitura de cordas e redes de pesca e de dormir.



Praia da Foca: Pequena, tem a forma de uma concha acústica.

Praia das Virgens: Pequena, de difícil acesso, quase intocada, daí a origem do nome.

Praia Olho de Boi: Pequena e encantadora. É usada por naturistas como praia de nudismo, por ser de difícil acesso. Possui este nome devido a uma semente vermelha, chamada olho-de-boi, muito encontrada na praia.

Praia dos Amores: Tranqüila e aconchegante, seu acesso é feito a pé ou de barco. Possui este nome por ser muito freqüentada por casais.

Praia de José Gonçalves: Rodeada pela Serra das Emerências, é uma praia virgem. Uma vegetação densa forma um corredor de acesso a ela. Possui este nome devido a um traficante de escravos, chamado José Gonçalves, que a usava para o tráfico de escravos.

Praia das Caravelas: Pequena, de mar aberto, porém muito bonita. Possui este nome por ter sido porto de Caravelas

Praia da Armação: Possui uma das paisagens mais lindas da península, com seus barcos de pesca que lá ficam ancorados. Possui este nome devido à Armação das Baleias. Elas eram abatidas ali e seus ossos jogados na praia ao lado, a dos Ossos.

Ilhas

As ilhas de Búzios são várias, dentre elas a dos Gravatás, Branca, do Caboclo, Âncora, das Emerências e Ilhote. As de maior destaque são a Ilha Rasa e a Ilha Feia:

Ilha Rasa - É de propriedade particular, onde está localizado o Hotel Nas Rocas. Possui este nome devido à proximidade da Praia Rasa.

Ilha Feia - Ponto de parada para mergulho dos passeios de escuna, é uma ótima opção de lazer. Recebeu este nome pelo fato de ter sido descoberta por um lado em que existe um paredão de pedra sem qualquer vegetação.

Atrações turísticas

Igreja de Sant' Ana: Entre a Praia dos Ossos e da Armação, a Igreja de Sant' Ana, com quase 300 anos, foi a primeira manifestação cristã do povoado. O dia da padroeira é comemorado a 26 de julho. Atrás da capela está localizado o Cemitério dos Escravos, que funciona até hoje. Deste local tem-se uma das mais belas vistas da cidade.

Casario Colonial: Nas praias da Armação e dos Ossos podem ser vistas construções antigas, que preservam as características arquitetônicas da época colonial, entre elas a Casa do Sino e o Solar do Peixe Vivo.



Orla Bardot: Calçada que liga o final da Rua das Pedras ao Cais dos Pescadores, na Praia da Armação. Ostenta a escultura em bronze da atriz Brigitte Bardot e presta uma homenagem aos pescadores de Búzios com outras lindas esculturas em bronze, no mar.

Rua das Pedras: Depois das praias, é o maior atrativo de Búzios. Reúne boutiques de grifes nacionais e internacionais, restaurantes de gastronomia variada e bares exóticos. Funciona até altas horas, sendo o principal ponto da vida noturna de Búzios.

Mirantes de João Fernandes e da Praia Brava: Locais de parada obrigatória, pois deles se avista praticamente toda a cidade e a orla marítima, com a variedade de praias.

Feira de Artesanato : Todos os dias na Praça Santos Dumont, os artesãos da cidade expõem seus trabalhos, bastante variados.

Galerias e Ateliers de Arte: Búzios, por ser este paraíso maravilhoso, tornou-se refúgio de vários artistas, pintores, escultores que trazem esta península como tema de seus variados trabalhos, fazendo desta cidade um verdadeiro museu a céu aberto.

Ecoturismo: Pode ser desenvolvido na Serra das Emerências, na APA da Azeda e Azedinha e na Reserva de Tauá.

Projeto Caminhos Geológicos Departamento de Recursos Minerais -RJ – consiste na colocação de placas e painéis explicativos dos monumentos geológicos em locais de interesse geológico e turístico.

2.5.3. Turismo náutico

O turismo náutico compreende a pesca esportiva, os esportes náuticos e os transatlânticos. A pesca esportiva é pouco difundida em Búzios.

2.5.3.1. Esportes Náuticos

Devido aos atributos de sua natureza privilegiada, Búzios tem vocação natural para os esportes náuticos, podendo-se pretender que a cidade se transforme na Capital Nacional da Vela. Todavia, este é um projeto que demanda uma série de ações, com vistas a capacitar a sociedade, a dotar a cidade da necessária infra-estrutura, ou seja, de uma política voltada ao desenvolvimento do setor.

São inúmeras as cidades que vivem do turismo esportivo como Ilhabela e São Sebastião, em São Paulo, La Rochelle, na França, Sylt na Alemanha, Maui no Hawaii, entre outras.

O turista esportivo faz parte de um nicho de mercado (a “indústria sem chaminé”) que, se bem trabalhado, pode promover a preservação do patrimônio natural, gerando uma melhoria na qualidade de vida dos munícipes e contribuindo para o desenvolvimento econômico local.



Deve-se buscar um turismo esportivo, em bases permanentes, durante o ano todo, para que sejam gerados empregos e renda, diferentemente do turismo baseado em eventos esportivos, que é temporário.

Nesse sentido, desde fevereiro de 2002, a Secretaria de Esportes, através da Divisão de Esportes Náuticos vem desenvolvendo projetos junto à sociedade, tais como:

- “Conhecendo o Fundo do Mar”, em parceria com a Operadora de Mergulho Mar Azul, atendendo , com cursos de mergulho, a 1.012 crianças e jovens da rede municipal e pública;
- “Vela Social”, curso de natação, windsurf e optimist, em parceria da Asenab com a Petrobrás;
- Curso de surf, em parceria com a empresa Cyclone.

Búzios possui uma das melhores raias do mundo, segundo os velejadores, para a prática de esportes náuticos com propulsão a vento, sendo praticado, principalmente, nas praias de Manguinhos e de Geribá. É possível praticar surf nas mais diversas modalidades), o ano todo, competindo , em qualidade, com o resto do mundo onde se pratica este esporte.

Nas praias abrigadas, como Tartaruga, Azeda, João Fernandes e Ferradurinha, o mergulho de observação e a pesca submarina são bastante difundidos. Há sugestão de que carcaças de navios sejam afundadas, como forma de incentivar a prática do mergulho.

As empresas e profissionais liberais que prestam serviços de esporte e lazer em Búzios são:

Quadro 34 – Empresas e profissionais que prestam serviço de esporte e lazer.

EMPRESA /PROFISSIONAL LIBERAL	LOCAL DE ATUAÇÃO	TIPO DE ATUAÇÃO
Surf Scholl	Geribá	Curso e aluguel de pranchas de Surf
Escolinha do Paulo Moço	Geribá	Curso e aluguel de pranchas de Surf
Escolinha Municipal/Cyclone	Geribá	Projeto social para estudantes da rede municipal e pública de ensino
Escolinha de Windsurf Manguinhos	Manguinhos	Curso e aluguel de material de Windsurf
Búzios Vela Clube	Manguinhos	Curso e aluguel de mat. de Windsurf, Optimist e laser
Lorelai Natação	Manguinhos	Curso de natação
Happy Surf Esportes Náuticos	Ferradura	Cursos de Windsurf, Laser, Hobie Cat 16 e alugueis de barcos a vela, Canoa, Caiaque e Pedalinho.
Day-off de Búzios	Ferradura	Curso de Wake-board e aluguel de banana e ski-aquático
Cia do Caiaque	João Fernandes	Aluguel de caiaque e canoa
Escolinha de Windsurf	João Fernandes	Curso de Windsurf e aluguel de Pedalinho e equipamento de mergulho
Prestadores de serviço (2)	Ferradurinha	Aluguel de caiaque
Iate Clube de Armação dos Búzios	Ossos	Sede de eventos náuticos
Casamar	Centro	Curso e aluguel de equipamentos de mergulho
Mar Azul	Centro	Curso e aluguel de equipamentos de mergulho
True Blue	Centro	Curso e aluguel de equipamentos de mergulho
Fundação Bem Te Vi	Rasa	Futura sede para eventos de turismo esportivo de natação

Fonte: Secretaria Municipal de Esportes / Divisão de Esportes Náuticos.



Há algumas agências que operam mergulhos. São explorados também passeios de escunas, com duração de 3 a 5 horas. A manutenção regular dessas embarcações tem evitado maiores transtornos, mas consertos maiores exigem o deslocamento até Niterói, pois não há em Búzios local adequado em seco para os realizar. Em breve, deverão ser ofertados passeios com barcos à vela, pois atualmente há apenas saveiros a motor.

A Divisão de Esportes Náuticos da Secretaria de Esportes desenvolveu um extenso anual calendário de eventos relativos aos esportes náuticos, alguns de importância nacional, como o Campeonato Brasileiro de Laser, fase eliminatória da escolha dos velejadores que representarão o Brasil nas Olimpíadas de Atenas, em 2004.

Acrescente-se que o desenvolvimento dos esportes náuticos possibilitaria a criação de empregos como, por exemplo, a instalação de fábricas de vela, de pranchas, ou a prestação de serviços como instrutores em diversas atividades desportivas.

Mencione-se, finalmente, que há necessidade de se regulamentar a atividade dos instrutores pois, em época de temporada, observa-se a presença de pessoas não habilitadas, colocando em risco a vida dos alunos, como no caso dos mergulhadores.

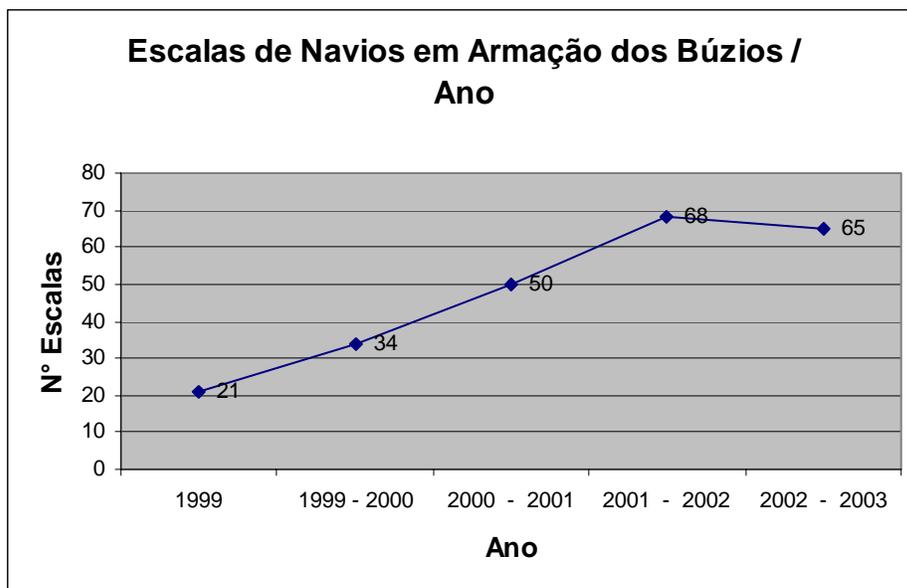
2.5.3.2. Transatlânticos

A partir de 1995, quando atracou o primeiro transatlântico, tem-se observado número crescente de navios fazendo escalas na cidade.

O crescimento do turismo náutico é da ordem de 27%, constatando-se um nítido crescimento do número de navios explorando a América do Sul, visto como um novo mercado. Búzios recebe o mesmo volume de escalas do que Santos, e maior do que Salvador.



Gráfico 06 – Número de escalas de navios/ano em Búzios.



Fonte: Elaboração própria com base em dados de Vitória Serviços Marítimos LTDA.

O Gráfico 06 demonstra que a quantidade de escalas dos transatlânticos em Armação dos Búzios cresceu de forma constante, entre 1999 e 2001, atingindo o número máximo de 68 escalas durante o período de 2001-2002.

Há, sem dúvida, um potencial econômico a ser devidamente explorado, devendo-se estimular o maior desembarque dos passageiros dos navios. Os dados revelam que 95% dos passageiros e tripulantes dos navios atracados descem para conhecer a cidade, estimando seu consumo médio em U\$ 100 por dia.

Como o desembarque de passageiros dos transatlânticos representa um grande número de turistas circulando, medidas devem ser tomadas para estimular este fluxo sem danos ao patrimônio da cidade, na medida em que é evidente a impossibilidade de o centro da cidade, onde se concentra o comércio, atender, de uma só vez, a um grande número de pessoas.

Esta situação faz com que Búzios tenha de restringir a três o número de navios que, simultaneamente, podem atracar na cidade.

Assim sendo, o incremento desta atividade está condicionado à melhoria das condições de atendimento que a cidade oferece, no tocante à infra-estrutura, serviços disponíveis e alternativas turísticas à disposição dos passageiros que desembarcam na cidade.

Entre as medidas necessárias, cite-se a criação de áreas para desembarque, dotadas de estrutura de recepção, inclusive com a presença de guias locais, a melhoria no mobiliário



urbano (atendimento básico aos turistas), a oferta de novas alternativas de atividades turísticas, a oferta de circuitos turísticos integrados, entre outras.

Tendo em vista o potencial de geração de renda, por parte dessa atividade, é recomendável a construção de um centro receptivo adequado, capaz de gerar novas oportunidades de negócios, aliado a um projeto promotor de inclusão social. O desenvolvimento de um pólo receptivo na Praia da Rasa ou em Manguinhos, áreas ainda não desenvolvidas da cidade, propiciaria a exploração de novos atrativos turísticos do Município, ainda desprezados, assim como abriria novas oportunidades comerciais, evitando o esgotamento das áreas centrais, onde se concentra o comércio.

O redirecionamento do fluxo turístico para outras áreas da cidade possibilitaria a formatação e exploração de novos produtos turísticos, como o turismo rural, ecológico e antropro-cultural na região da Rasa.

Este novo pólo de atividades, concebido juntamente com um projeto social, estimulando a formação de artesãos, formação de guias de turismo, oferta de passeios de charrete ou a cavalo, possibilitará maior distribuição de renda e a oportunidade de inclusão de grupos marginalizados na principal atividade da cidade.

Apesar de ser positiva para o Município, a presença de transatlânticos precisa ser regulamentada convenientemente, na medida em que também ocasionam impactos ambientais, a exemplo de eventuais manchas no mar, dejetos e águas de lastro lançadas ao mar.

2.5.4. Vôo Livre

O Vôo livre constitui-se em atividade com potencial turístico, na medida em que Búzios é considerada área de qualidade internacional, principalmente devido às condições climáticas e por estar próximo a grandes centros (dos Estados do Rio, Espírito Santo e Minas Gerais), onde há muitos praticantes deste esporte. Todavia, faz-se necessário melhorar a rampa, atualmente existente nas Emergências. Há, no Município, outros locais propícios à implantação de rampas.

2.6. Promoção social

A Secretaria Municipal de Promoção Social (SEPROS) mantém programas tais como o Programa de Suplementação Alimentar que assegura, temporariamente, auxílio alimentar a famílias em situação de risco social, com a distribuição de cestas básicas; o programa CRIARTE, atendendo, atualmente, 60 crianças e adolescentes, com o objetivo de afastá-las do trabalho precoce com a oferta de atividades sócio-educativas, culturais e artísticas, além do trabalho de orientação familiar; o programa PAIF, realizado em parceria com o governo do Estado, atendendo a 200 famílias da Rasa, com o objetivo de prestar atendimento integral às famílias, desenvolvendo condições para sua autonomia; atende aos idosos, aos dependentes químicos e seus familiares, às crianças e adolescentes; promove cursos de geração de renda e outras atividades.



Entre as atividades da Secretaria, cite-se a distribuição de:

- 31 cestas básicas às famílias de 50 crianças que participam do Projeto CRIARTE, NA Baía Formosa. Este projeto visa afastar crianças e adolescentes do trabalho precoce no lixão, por meio de sua reinserção na escola e em atividades sócio educativas, culturais e artísticas;
- 130 cestas básicas para garantir o mínimo necessário para a alimentação das famílias em situação de risco social, assim considerados os moradores há mais de um ano no município, em situação de invalidez (doença), sem renda e com comprovação médica, assim como idosos sem renda familiar;
- 140 cestas básicas a famílias participantes do Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF), desenvolvido no bairro da Rasa, com atendimento a 200 famílias por meio de diversas ações.

Existe uma demanda considerável por cestas básicas, por parte de pessoas inseridas no mercado informal de trabalho, não atendida em razão da dificuldade de comprovação da situação de desemprego ou de precariedade das condições de trabalho.

Também é mantido, pela SEPROS, um cadastro, denominado “Balcão de Empregos”, com a finalidade de apoiar a reinserção de desempregados ao mercado de trabalho. Para tanto, as pessoas que procuram este serviço preenchem uma ficha de emprego e a Secretaria as encaminha para as empresas, mediante solicitação das mesmas. Os estabelecimentos que mais admitem são os comerciais e as pousadas. No ano de 2001, foram preenchidas 300 fichas de emprego, com o encaminhamento às empresas de 225 candidatos a emprego. Destes, 156 foram admitidos. Em 2002, o Balcão de Empregos foi procurado por 446 pessoas, tendo havido 40 encaminhamentos às empresas locais para admissão. Do total de candidatos, 225 têm o ensino médio ou educação superior, sendo 112 locais e 113, de outros municípios.

A SEPROS conta com um Departamento de Atendimento à Mulher, prestando serviços de orientação jurídica, a partir do corrente ano, e com o Departamento de Atendimento ao Contribuinte. Estão instalados os Conselhos de Assistência Social e da Criança e do Adolescente, ambos criados em 1997.

A Secretaria mantém também o convênio Portal do Futuro com o SENAC para a realização de cursos voltados para a hotelaria e para o artesanato de cestaria de taboa.

Búzios participa dos seguintes programas estaduais no âmbito da promoção social, todos eles coordenados pela Secretaria de Estado de Ação Social e Cidadania (SASC) do Estado do Rio de Janeiro:

- Projeto Todos pela Paz, cujo objetivo principal é a conscientização da sociedade para as questões relativas à inserção da pessoa portadora de necessidades especiais no mercado de trabalho. O projeto oferece oportunidade de trabalho a jovens com qualquer tipo de deficiência, com idade entre 16 e 24 anos, em estágios de 4 horas diárias nos órgãos da Administração direta e indireta do Estado e recebimento de uma



bolsa - auxílio no valor de R\$ 240,00, incluído neste valor auxílio - transporte e lanche. Duas pessoas de Búzios, portadoras de necessidades especiais, estão sendo atendidas por este projeto;

- Programa de Atendimento Integral à Família - PAIF, já comentado. Em Búzios, esse programa funciona no bairro da Rasa e atende 200 famílias;
- Centro de Referência da Infância e da Adolescência - CRIA. Este programa cria um sistema integrado de ações permanentes entre as três esferas de Governo no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, garantindo-lhes os direitos sociais, o resgate da auto-estima e o exercício da cidadania, a partir de atendimento especializado.

Em Búzios, o CRIA foi inaugurado em maio de 2001, sob a coordenação da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), tendo atendido até 15/08/2002 94 crianças e adolescentes.

O convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Búzios e a SASC expira em outubro de 2002 e a sua renovação está na dependência da existência de recursos municipais;

- Programa Leite Saúde, cuja execução está a cargo da Fundação Leão XIII, através dos seus Centros Sociais - CS e núcleos de Atendimento ao Cidadão - NAC, instalados nos Municípios. Este projeto tem por meta atender 100.000 crianças entre 02 e 12 anos de idade, em situação de desnutrição e risco social, residentes nos bolsões de pobreza. Em Búzios são atendidas 140 crianças entre 02 e 12 anos;
- Programa de Atendimento à Criança e Adolescente Portadores de Deficiência. Coordenado pela FIA, visa assegurar direitos individuais e sociais a crianças e adolescentes pertencentes a famílias de baixa renda ou que estejam em situação de risco pessoal ou social, por sua peculiar condição de pessoas em desenvolvimento com necessidades especiais. Armação de Búzios mantém uma unidade conveniada, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais -APAE, com 45 atendimentos anuais.

2.7. Segurança pública e justiça

A Secretaria Executiva é responsável pela Guarda Municipal, composta por 150 guardas, dos quais 20 são femininos, 30 são agentes de trânsito e 35, vigias dos próprios municipais. Há 22 guarda-vidas no Município, equipados com jet-sky e demais equipamentos. A fiscalização de embarque e desembarque dos navios também é realizada sob supervisão da Secretaria.

A Polícia Militar conta com 90 homens, somando-se a este efetivo, na época de temporada, mais 70 homens.

Informações obtidas junto à Chefia de Polícia Civil da 127ª Delegacia de Polícia dão conta de que as violações à lei penal mantêm-se em nível controlado. O prédio da Delegacia oferece boas condições de trabalho e a carceragem é segura. Há um prédio, em vias de



conclusão, localizado no centro da cidade, que abrigará o programa estadual de “Delegacia Legal”

Considerando que a 127ª DP tem como área circunscricional o Município de Armação dos Búzios e o 2º Distrito de Cabo Frio, até a ponte na divisa com Barra de São João, o efetivo e os equipamentos deveriam ser aumentados. Recentemente foram retiradas duas viaturas novas da frota disponível, o que prejudica a Ronda Dirigida.

O atendimento policial e tempo de espera mantêm um nível satisfatório, podendo surgir problemas no verão, quando aumentam as ocorrências.

O grande número de residências de veraneio propicia violações e furtos. Também são registrados numerosos casos de lesões corporais / ameaças envolvendo casais, sugerindo um problema de fundo social. O serviço de apoio psicológico e de assistência social, em implantação conjunta com a Secretaria Municipal de Promoção Social, deverá minorar esses problemas.

É recomendável a estruturação de um trabalho integrado entre os órgãos de segurança e os de turismo, com a implantação de pontos de informações turísticas com guaritas de controle, vigilância e proteção ao turista. Também é recomendável pensar-se em um “anel de segurança”, com monitoramento integrado de forma a ampliar a ação preventiva da polícia e melhorar as condições de segurança do Município.

2.8. Gestão municipal

2.8.1. Estrutura administrativa

O Município de Armação dos Búzios, devido à sua recente emancipação, encontra-se, ainda, em processo de estruturação, carecendo de tradição administrativa. Algumas dificuldades decorrem deste fato, até mesmo a inexistência de um local apropriado para o funcionamento da Prefeitura, de seus órgãos de administração direta ou indireta. É flagrante a insuficiência atual dos recursos materiais e humanos das várias Secretarias, dificultando um melhor atendimento à população e a integração inter-secretarias. A construção de uma nova sede para a Prefeitura Municipal certamente deverá atenuar os problemas resultantes da exigüidade de espaço físico, atualmente existente.

A atuação das Secretarias Municipais dá-se, em geral, de forma bastante autônoma, demonstrando a necessidade de serem estabelecidos mecanismos de articulação intersecretorial, o que possibilitaria planejar e executar ações de forma integrada. A articulação e a complementaridade entre as ações dos órgãos municipais são essenciais para otimizar os recursos disponíveis, sejam eles financeiros, humanos ou materiais, e necessários à realização de objetivos e metas comuns. Nesse sentido, o cumprimento das diretrizes e estratégias a serem estabelecidas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável não poderá prescindir de uma atuação integrada e eficaz de todos os órgãos e entidades municipais.



A distribuição de competências, entre as várias Secretarias, demonstra a necessidade de serem revistas algumas atribuições, para que não haja superposições e duplicidade de funções, o que torna, portanto, necessário, redefinir a estrutura da administração local. A atual estrutura administrativa colabora para que se crie um excesso de burocracia, dificultando e onerando os procedimentos administrativos.

A estrutura administrativa da Prefeitura é formada pelo Gabinete do Prefeito e pelas Secretarias Municipais de Planejamento e Urbanismo, de Administração, de Saúde, de Educação, de Turismo, de Meio Ambiente, de Habitação, de Obras, de Finanças, de Promoção Social, de Serviços Públicos, de Esportes, Secretaria Municipal Executiva, além da Fundação Cultural e da Procuradoria Geral e Controladoria Geral (Organogramas da Administração no Anexo).

Analisando-se o organograma da Prefeitura Municipal (Quadros no Anexo), pode-se apresentar algumas considerações a respeito da estrutura administrativa municipal, especialmente visando possibilitar a eficaz implementação do Plano Diretor, a saber:

1- A estrutura sob o Prefeito é numerosa, com diversificados e amplos poderes, indicando a falta de hierarquização dos serviços, a saber:

1.1- Há 14 (quatorze) unidades subordinadas diretamente ao Prefeito, além da Procuradoria Geral e Controladoria Geral, como órgãos de assessoria, coordenadas, organizacionalmente pelo Gabinete. Considerando-se a sobrecarga causada pelos contatos com os Secretários e demais servidores, conclui-se que ao Prefeito sobrar pouca atenção para gerenciar a implementação do Plano Diretor, voltando-se o executivo para uma difícil coordenação da burocracia;

1.2- Do ponto de vista hierárquico, observa-se a um poder "interceptativo" ou "instancial" do Gabinete, indicando poderes executivos para a unidade;

1.3- O Departamento de Projetos Especiais, a menos que trate de ações programáticas eventuais ou finitas, não precisaria estar ligado diretamente ao Prefeito.

2- As funções da Secretaria Municipal Executiva merecem algumas considerações. Observe-se, por exemplo, que:

2.1- O Administrador de Praias está no mesmo subsistema que o Superintendente de Administração dos Bairros. Isto significa que ele possui jurisdição sobre todos os Superintendentes de Bairros onde haja praia;

2.2- O chefe do Departamento de Segurança Pública, além de funções específicas, ainda cuida da Divisão Administrativa e Financeira de Processamento de Dados, fazendo pressupor sua dependência do órgão fazendário;

2.3- A Superintendência de Orçamento Participativo não inclui o conceito de participação da sociedade, pois se infere que a unidade seja parte da divisão de trabalho da burocracia municipal.

3- Secretaria Municipal de Finanças



Para poder adaptar-se à Lei de Responsabilidade Fiscal e manejar os instrumentos de políticas públicas extra-fiscais do Plano Diretor, o arranjo da unidade poderia ser modificado, por exemplo, localizando a Superintendência de Fiscalização Fazendária na Controladoria (CODEM), subordinada ao chefe do Poder Executivo.

4- Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

A atual estrutura da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (SECPUR) suscita algumas considerações, a saber:

4.1- o planejamento emergencial não é considerado tecnicamente correto, pois planejar significa prever, isto é, antecipar-se às emergências. A partir da aprovação do Plano Diretor, pressupõe-se que seja supérflua, bem como a divisão de planejamento estrutural, pois pressupõe que o Plano Diretor já cumpra esta atribuição.

4.2- a Secretaria deve ser estruturada de forma a poder exercer as funções de monitoramento da implementação do Plano Diretor.

5- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento

Não há menção aos recursos hídricos, como atribuição da Secretaria de Meio Ambiente. O Departamento de Saneamento deveria localizar-se na Secretaria de Obras. Se houver um Comitê de Bacias, este deverá manter relacionamento operacional com a Secretaria de Meio Ambiente, ademais de obedecer à legislação de recursos hídricos.

De acordo com o artigo 12 da Lei Orgânica Municipal, deverá ser estimulada a descentralização administrativa, adotando-se os bairros como unidades administrativas descentralizadas. Neste sentido, cumpre mencionar a existência de Superintendências de Administração dos Bairros de São José, José Gonçalves, Cem Braças, Tucuns, Manguinhos, Geribá, Rasa, Ossos, João Fernandes, além de uma instância de Administração das Praias.

Convém enfatizar a experiência do Governo Itinerante, ocasião em que a administração, representada pelo Prefeito e seus auxiliares, desloca-se para bairros da cidade, visando atender às reivindicações da comunidade. Apesar de não ser considerada uma prática de descentralização administrativa permanente, traz consigo resultados positivos ao aproximar a população das autoridades municipais.

A participação da coletividade é outra diretriz relevante, contida na Lei Orgânica (artigo 7º), a ser implementada mediante criação de órgãos colegiados com o propósito de estimular e proporcionar a colaboração na formulação e execução de políticas públicas e na elaboração de planos, programas e projetos municipais. Nesse sentido, o Município conta com 6 Conselhos, a saber, o Conselho de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, de Turismo, de Saúde, de Educação, de Assistência Social e Municipal de Direitos da Criança e Adolescente.



Como o Município se defronta com a insuficiência de postos de trabalho, há grande expectativa e demanda, por parte da população, em obter uma função pública e, em especial, uma oportunidade dotada de estabilidade, transformando, assim, a Prefeitura em uma grande “empresa” geradora de empregos.

A ausência de uma política de capacitação, aliada a critérios para a adequada seleção de pessoal, somada à baixa remuneração dos servidores, resulta em dificuldades quanto à qualificação, acentuando uma indesejável rotatividade.

Merece menção especial o expressivo número de não concursados, envolvendo 40% dos 1.200 funcionários públicos da Prefeitura. Este fato torna ainda mais frágil a consolidação de um corpo administrativo capacitado e comprometido com as políticas municipais, prejudicando o desenvolvimento de uma visão pública, baseada no conceito de interesse público (Quadro 35).

O número de contratos temporários no Município é muito elevado, principalmente entre os médicos e professores. Cerca de 200 dos 1.200 funcionários estão sob este regime que pode ser celebrado por 12 meses, com prorrogação por igual período. O término desta forma de contratação pode levar ao colapso os serviços de saúde e educação do Município.

As condicionantes impostas pela legislação quanto aos concursos públicos, que os tornam abertos em nível nacional, impedem os concursos internos, que anteriormente possibilitavam a ascensão funcional de quadros já selecionados e treinados. O concurso aberto traz, como conseqüência, que os candidatos locais, mesmo aprovados, não consigam ser classificados, pois os candidatos de fora, via de regra, estão mais bem preparados. Verifica-se, então, um considerável número de desempregados locais por não conseguirem garantir os cargos que vinham ocupando. Por outro lado, os aprovados, vindos de fora, muitas vezes não se adaptam ao lugar ou não têm como se sustentar com os salários oferecidos.

Quadro 35 - Servidores efetivos e comissionados

Secretarias Municipais	Servidores Efetivos	Servidores Efetivos dos ocupantes de Cargo em Comissão	Servidores Comissionados
Gabinete do Prefeito	13	02	36
Procuradoria Geral	01	00	10
Secretaria de Planejamento e Urbanismo	02	02	15
Secretaria de Administração	04	04	08
Secretaria de Educação	259	48	61
Secretaria de Obras	01	01	04
Secretaria de Turismo	05	02	08
Secretaria de Saúde	150	08	35
Secretaria de Meio Ambiente	05	02	17
Secretaria de Finanças	09	06	16



Secretaria de Promoção Social	04	03	06
Secretaria Executiva	04	01	17
Secretaria de Habitação	00	01	04
Secretaria de Serviços Públicos	14	02	25
Fundação Cultural	01	00	03
Secretaria de Esportes	03	00	21
Controladoria Geral do Município	01	02	10
TOTAL -	474	84	296

Fonte Secretaria Municipal de Administração

2.8.2. Finanças

No que se refere às finanças municipais, observa-se que o orçamento do Município tem crescido em progressões surpreendentes. Em 1997, ano de emancipação, o orçamento municipal alcançou cerca de 6,6 milhões de reais. Em 2002, foi de, aproximadamente, 47 milhões de reais e o de 2003 está em torno de 61 milhões, o que significa um crescimento estimado de 25% ao ano. Entretanto, a arrecadação própria não passa de 10 a 12%.

Segundo informações da Secretaria de Finanças, a arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU - é de cerca de R\$ 10 milhões, de um orçamento de R\$ 47 milhões. É preciso fortalecer a geração de receita própria do Município, diminuindo a dependência de receitas externas.

A cobrança de IPTU é efetiva em apenas 40% dos imóveis.

Constam do cadastro imobiliário 22.201 inscrições, sendo 12.411 imóveis residenciais. Das residências, 37,97%, ou seja, 4.712 imóveis, pagaram o IPTU no último ano.

Dos 15.000 carnets enviados, 7.000 não chegaram a seus destinatários, devido a dificuldades de distribuição.

Para possibilitar maior eficiência na cobrança do IPTU, algumas dificuldades devem ser sanadas, a saber:

- 1- Atualizar o Cadastro de Contribuintes – o cadastro utilizado provém de Cabo Frio, e é feito de forma precária;
- 2- Atualizar a nomenclatura das ruas – há falta de placas; há ruas conhecidas por nomes diferentes dos oficiais; há duplicidade de nomes de ruas;
- 3- Melhorar os serviços dos Correios - há apenas duas agências no município e poucos carteiros;
- 4- Promover o ajuizamento de ações relativas à falta de pagamento do IPTU – para tanto, será necessário reforçar o número de procuradores atuando no Município.

Quanto ao ISS - Imposto sobre Serviços - constata-se a ocorrência generalizada de declarações sub-dimensionadas, dificultando a cobrança devida deste imposto municipal.

A seguir, são apresentados as fontes de receita e os itens de despesa do Município.



Quadro 36 - Natureza da despesa - Geral Empenhado até Dezembro/99.

Especificação	Desdob	Sub-Elemento	Elemento	Sub-Categoria	Categoria
DESPESAS CORRENTES					17.259.340,25
DESPESAS DE CUSTEIO				15.827.541,39	
Pessoal			10.216.550,54		
Pessoal Civil		8.522.295,27			
Obrigações Patronais		1.694.255,27			
Material de Consumo			939.617,03		
Serviços de Terceiros e Encargos			4.623.604,03		
Remuneração de Serviços Pessoais		269.008,93			
Outros Serviços e Encargos		4.354.595,10			
Diversas Despesas de Custeio			47.769,79		
Despesas de Exercícios Anteriores		47.769,79			
TRANSFERENCIAS CORRENTES				1.431.798,86	
Transferências Intergovernamentais			698.909,96		
Transferências a Estados e ao Distrito Federal		698.909,96			
Transferências a Instituições Privadas			318.503,03		
Subvenções Sociais		318.503,03			
Transferências a Pessoas			206.952,37		
Salário Família		2.070,82			
Apoio Financeiro a Estudantes		0,00			
Outras Transferências a Pessoas	204.882,55				
Contr. P/ Formação Patr. Servidor Público - PASEP		207.433,50			
Diversas Transferências Correntes		0,00			
Sentenças Judiciárias	0,00				
DESPESAS DE CAPITAL					2.731.111,34
INVESTIMENTOS				2.731.111,34	
Obras e Instalações			2.492.870,09		
Equipamentos e Material Permanente			238.241,25		
DIVERSOS INVESTIMENTOS			0,00		
Sentenças Judiciárias		0,00			
TOTAL GERAL DA DESPESA					19.990.451,59

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças



Quadro 37 - Natureza da despesa - Geral Empenhado até Dezembro/00

Especificação	Desdob	Sub-Elemento	Elemento	Sub-Categoria	Categoria
DESPESAS CORRENTES					25.374.225,65
DESPESAS DE CUSTEIO				22.981.148,21	
Pessoal			13.785.705,54		
Pessoal Civil		11.288.354,32			
Obrigações Patronais		2.497.351,22			
Material de Consumo			1.282.116,39		
Serviços de Terceiros e Encargos			7.832.014,06		
Remuneração de Serviços Pessoais		516.882,44			
Outros Serviços e Encargos		7.255.131,62			
Diversas Despesas de Custeio			81.312,22		
Despesas de Exercícios Anteriores		81.312,22			
TRANSFERENCIAS CORRENTES				2.393.077,44	
Transferências Intergovernamentais			1.094.926,69		
Transferências a Estados e ao Distrito Federal		1.094.926,69			
Transferências a Instituições Privadas			555.745,92		
Subvenções Sociais		555.745,92			
Transferências a Pessoas			465.313,45		
Salário Família		2.996,28			
Apoio Financeiro a Estudantes		127.100,00			
Outras Transferências a Pessoas		335.216,00			
Contr. p/ Formação Patr. Servidor Público - PASEP			276.983,78		
Diversas Transferências Correntes			107,60		
Sentenças Judiciais		107,60			
DESPESAS DE CAPITAL					5.551.968,26
INVESTIMENTOS				5.551.968,26	
Obras e Instalações			5.024.849,44		
Equipamentos e Material Permanente			527.118,82		
DIVERSOS INVESTIMENTOS			0,00		
Sentenças Judiciais		0,00			
TOTAL GERAL DA DESPESA					30.926.193,91

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças



Quadro 38 - Natureza da despesa - Geral Empenhado até Dezembro/01

Especificação	Desdob	Sub-Elemento	Elemento	Sub-Categoria	Categoria
DESPESAS CORRENTES					35.494.929,32
DESPESAS DE CUSTEIO				31.033.015,33	
Pessoal			17.628.532,04		
Pessoal Civil		14.119.239,58			
Obrigações Patronais		3.509.292,46			
Material de Consumo			1.861.064,95		
Serviços de Terceiros e Encargos			11.543.418,34		
Remuneração de Serviços Pessoais		732.435,41			
Outros Serviços e Encargos		10.810.982,93			
Diversas Despesas de Custeio			0,00		
Despesas de Exercícios Anteriores		0,00			
TRANSFERENCIAS CORRENTES				4.461.913,99	
Transferências Intergovernamentais			1.301.006,90		
TRANSFERENCIAS OPERACIONAIS		1.301.006,90			
Transferências Intergovernamentais			1.531.932,41		
Transferências a Estados e ao Distrito Federal		1.531.932,41			
Transferências a Instituições Privadas			1.025.000,00		
Subvenções Sociais		1.025.000,00			
Contribuições Correntes		0,00			
Transferências a Pessoas			185.733,68		
Salário Família		1.033,58			
Apoio Financeiro a Estudantes		184.700,00			
Contr. p/ Formação Patr. Servidor Público - PASEP			417.341,00		
Diversas Transferências Correntes			900,00		
Sentenças Judiciárias		900,00			
DESPESAS DE CAPITAL					5.652.120,55
INVESTIMENTOS				5.652.120,55	
Obras e Instalações			4.350.907,95		
Equipamentos e Material Permanente			801.212,60		
DIVERSOS INVESTIMENTOS			0,00		
Sentenças Judiciárias		0,00			
TOTAL GERAL DA DESPESA					41.147.049,37

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

**Quadro 39 - Balancete da receita - julho de 2002**

Especificação	Orçada	Arrecadada no Mes	Diferença		
			Acumulada	para mais	para menos
TOTAL	47.099.530,00	5.006.322,53	29.504.670,29	1.349.137,98	18.943.997,69
I.N.S.S		186.945,47	1.036.385,76		
SALARIO FAMILIA-INSS		1.114,74	5.279,58		
PENSAO ALIMENTICIA		4.655,19	13.935,75		
I.N.P.A.S.		198,00	1.386,00		
DESCONTO AUTORIZADO {(PDT)}.		1.054,56	3.328,50		
REC. A CLASSIPICAR BB C/ 73502-7		3.417,56	3.447,51		
REC. A CLASSIFICAR REAL C/8710170		402,61	-34.274,81		
REC. A CLASSIPICAR BRADESC.C/8500-6		-773,03	-3.776,73		
REC. A CLASSIFICAR BANERJ C/40158-8		10.649,77	11.646,73		
REC. A CLASSIPICAR BAMER C/07114-20		0,00	-878,54		
REC. A CLASSIPICAR CEP C/06000012-8		-107,66	1.612,39		
RECEITAS A CLASSIPICAR		-388,64	-4.139,88		
RESTITUICAO		0,00	120,00		
POLHA DE PAGAMENTO LIQUID. A PAGAR		0,00	1.002,64		
DESCONTO AUTORIZADO (PT)		252,14	2.931,68		
Desconto Autorizado A.S.P.A.B.		1.380,59	3.696,21		
TOTAL DAS RECEITAS EXTRAORCAMENTARIAS		208.801,30	1.041.702,79		
T O T A L	47.099.530,00	5.215.123,83	30.546.373,08	1.349.137,98	18.943.997,69

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças



Quadro 40 - Nível de participação dos recursos próprios na receita total

Receitas Próprias	Orçado	Realizado até o mês
Impostos	6.800.000,00	4.362.127,77
Taxas	2.226.700,00	1.222.516,42
Receitas Patrimoniais	505.000,00	377.506,66
Multas e Juros	903.030,00	574.330,90
Dívida Ativa Tributária	2.170.000,00	906.847,21
Outras	-	67.194,11
Total Receitas Próprias	12.631.730,00	7.510.523,07
Receitas Transferências	Orçado	Realizado até o mês
Transferências da União	3.250.600,00	1.889.581,65
Transferências do Estado	7.450.000,00	5.774.931,99
Fundef	3.000.000,00	1.886.840,56
Transferências de Convênios	927.200,00	690.377,96
Indenização - Royalties	21.000.000,00	12.119.629,19
Transferências de Capital	400.000,00	387.945,10
Convênios de Capital	-	365.266,00
Dedução Formação Fundef	(1.560.000,00)	(1.120.425,23)
Total Receitas Transferências	34.467.800,00	21.994.147,22
Total Receitas	47.099.530,00	29.504.670,29

Nível de Participação das Receitas Próprias na Receita Total		
RP/RT	0,268192273	0,254553703

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

Quadro 41 - Composição das transferências constitucionais

Especificação	Orçado	Realizado
Fundo de Participação dos Municípios	3.200.000,00	1.984.400,89
Imposto Territorial Rural	500,00	2.867,66
Salário Educação	100,00	-
Piso de Atenção Básica	300.000,00	153.698,01
ICMS Desoneração	150.000,00	122.672,93
ICMS	7.000.000,00	5.425.939,11
IPVA	400.000,00	348.992,88
IPI	50.000,00	-
FUNDEF	3.000.000,00	1.886.840,56
Total	14.100.600,00	9.925.412,04

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

Quadro 42 - Participação das despesas com pessoal na despesa total

Participação das Despesas com Pessoal na Despesa Total		
Referência Janeiro a Julho / 2002	Empenhada	Realizada
Pessoal e Encargos Sociais	12.111.827,02	11.671.174,47
Outras Despesas	16.375.555,97	10.086.032,92
Total	28.487.382,99	21.757.207,39
Despesas com Pessoal e Encargos / Despesa Total		
	0,45164608	0,536427964



Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

Quadro 43 - Receitas de capital

Receita de Capital		
Fundo de Participação dos Municípios	400.000,00	387.945,10
Convênio SIAFEM UG 40100	-	365.266,00
Total	4.000.000,00	753.211,10

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

Endividamento

Quadro 44 - Evolução dos gastos públicos nos últimos 3 anos

Evolução dos Gastos Públicos nos últimos 3 anos			
Especificação	1999	2000	2001
Pessoa Civil	8.522.295,27	11.288.354,32	14.119.239,58
Obrigações Patronais	1.694.255,27	2.497.351,22	3.509.292,46
Material de Consumo	939.617,03	1.282.116,39	1.861.064,95
Remuneração Serv. Pessoais	269.008,93	576.882,44	732.435,41
Outros Serv. E Encargos	4.354.595,10	7.255.131,62	10.810.982,93
Disp. Exerc. Anteriores	47.769,79	81.312,22	-
Transf. Estados e Dist. Federal	698.909,96	1.094.926,69	1.531.932,41
Subvenções Sociais	318.503,03	555.745,92	1.025.000,00
Salário Família	2.070,82	2.996,78	1.033,68
Apoio Fin. a Estudantes	-	127.100,00	184.700,00
Outras Transf. a Pessoas	204.881,55	335.216,67	-
Formação do Pasesp	207.433,50	276.983,78	417.341,00
Obras e Instalações	2.492.870,09	5.024.849,44	4.850.907,95
Equipamentos Mat. Permanente	238.241,25	527.118,82	801.212,60
Sentenças Judiciárias	-	107,6	900
Transf. Intragovernamentais	-	-	1.301.006,90
Totais	19.990.451,59	30.926.193,91	41.147.049,87
Evolução		1,547048288	1,33049188

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

2.9. Legislação municipal

O Município conta com a seguinte legislação:

Lei Orgânica Municipal

A Lei Orgânica Municipal, aprovada em 29 de outubro de 1997, dispõe sobre a organização geral do Município, as competências dos Poderes Executivo e Legislativo, sobre o sistema tributário municipal, entre outros aspectos. Ao tratar da Ordem Econômica e Social, são estabelecidos princípios e diretrizes a serem observados pelas políticas municipais, tais como as de desenvolvimento; de educação, cultura e desporto;



de comércio e serviços; de abastecimento e defesa do consumidor; de transporte e sistema viário; de meio ambiente; de pesca; política agrícola; de seguridade social, de saúde e de assistência social; de segurança pública e política urbana.

Quanto à política urbana, a Lei Orgânica dispõe sobre seus princípios básicos e objetivos (que estão de acordo com as diretrizes constantes do Estatuto da Cidade); sobre o Plano Diretor (definição e processo de elaboração); participação popular; direito à informação; fundo de desenvolvimento urbano. Há outros dispositivos dispendo sobre desapropriação (estabelecendo que a indenização, nas desapropriações visando à consecução dos objetivos da política urbana e do Plano Diretor, não considerará a mais - valia decorrente de investimentos públicos na região); sobre o direito de vizinhança; licença de obras e cadastro de logradouros.

Lei de Uso e Ocupação do Solo

A ser necessariamente revista, para adequá-la às diretrizes do Plano Diretor. Uma análise preliminar de seu conteúdo aponta para a existência das seguintes questões:

- necessidade de estabelecer um "macro - zoneamento" do território municipal, para possibilitar a determinação de uma estratégia de ocupação do solo, indicando as áreas a serem preservadas, a serem adensadas, etc, e delimitando os locais onde poderão ser utilizados os novos instrumentos legais, como o direito de preempção, transferência de direito de construir, etc;
- o conteúdo da lei deve ser escoimado de normas que não são típicas de uma lei de uso e ocupação do solo, ou seja, dela constam normas de típica natureza edilícia, que deveriam conter-se no Código de Obras e Edificações, a ser elaborado, e também normas de procedimento misturadas com normas de conteúdo, estranhas à sua natureza;
- a estrutura da lei deve ser revista, devendo ser mais sistemática, o que facilitará sua compreensão e consulta pelos cidadãos;
- o conceito de "Zona de Conservação da Vida Silvestre" deve ser substituído por uma tipologia de usos mais adequada e consentânea com a legislação federal (lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, por exemplo), estadual e municipal de meio ambiente. Principais críticas a este conceito:
 - a) numa mesma categoria, estão incluídas áreas dos mais variados tipos e de distintas naturezas, a saber: praia; ilhas oceânicas; unidades de conservação; topos de morros e encostas; áreas de mangues, etc. Ou seja, está-se colocando áreas de preservação permanente (APP), que têm um regime específico de proteção com outros tipos de áreas, todas dentro de uma mesma categoria; b) é preciso adequar os conceitos de áreas de preservação ao que dispõe a lei federal que institui o SNUC.
- as zonas de interesse social devem ser estabelecidas de acordo com o disposto no Estatuto da Cidade;
- o conceito de zona de expansão urbana deve ser revisto.



Em suma, a lei de uso e ocupação do solo deve ser totalmente revista.

Lei de Parcelamento do Solo Urbano

Deve-se observar que, de acordo com a lei de parcelamento do solo urbano, todo o território municipal é considerado urbano. Todavia, deve-se observar que a Lei Orgânica Municipal contém Capítulo específico sobre a Política Agrícola, dispondo, entre outros aspectos, sobre terras públicas localizadas "fora da área urbana" (art.263), sobre convênios para planos e projetos de reforma agrária (art.264), sobre o pequeno e médio produtor e trabalhadores rurais (art.265) e medidas capazes de propiciar a "manutenção do indivíduo no campo" (art. 266 parágrafo único), levando ao entendimento de que o Município é dotado de uma zona rural.

Tendo em vista a importância de ser controlado o processo de ocupação do solo no Município, devem ser examinados todos os dispositivos que possam possibilitar este procedimento de forma contrária às diretrizes a serem aprovadas pelo Plano Diretor.

De igual forma, devem ser examinadas as questões referentes às consequências do procedimento de aprovação dos parcelamentos, o prazo de sua vigência, a atribuição de "direitos" de parcelar, assim como procedimentos de regularização dos loteamentos ilegais ou irregulares.

Código de Obras e Edificações

O Município não conta com um Código de Obras e Edificações , utilizando-se do Código de Cabo Frio, que contém dispositivos específicos sobre o 3º distrito, de onde se originou o atual Município de Búzios.

De acordo com informações oficiais, a lei de emancipação do Município previu que, até a aprovação de leis correspondentes pela Câmara Municipal de Búzios, poderia ser aplicada a legislação de Cabo Frio.

Código de Posturas

O projeto de lei complementar, que institui o Código de Posturas foi encaminhado, recentemente, à Câmara Municipal, por intermédio da Mensagem nº 023, de 06 de agosto de 2002.

Pode-se observar que se trata de documento legal que aborda, de forma bastante ampla, as questões relativas à higiene, bem-estar público, localização, ocupação e funcionamento de atividades comerciais e prestadoras de serviços. Pode-se citar alguns dos temas abordados: a higiene de passeios, logradouros, habitações; limpeza e manutenção de terrenos particulares; regulamentação da atividades de ambulantes , feiras; regulamentação do sossego e do bem-estar público; do uso adequado das praias; do uso de materiais de construção nos passeios; dos meios de publicidade e propaganda; da preservação estética de imóveis e conservação de muros e cercas.



O Código também dispõe sobre o funcionamento de estabelecimentos e atividades comerciais, industriais e prestadoras de serviços; sobre a extração e depósitos de areia. Regulamenta a fiscalização e o estabelecimento de multas e demais sanções.

Código de Vigilância Sanitária

O Código de Vigilância Sanitária, instituído pela Lei Municipal nº 167, de 23 de agosto de 1999, dispõe sobre a defesa e a proteção à saúde, estabelecendo um conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e das atividades da produção de serviços de interesse da saúde.

Código de Limpeza Urbana

O Código de Limpeza Urbana, instituído pela lei municipal nº 013, de 23 de abril de 1997, tem por finalidade dar o tratamento adequado aos resíduos sólidos gerados no Município.

Atribui à Secretaria de Obras e Serviços Públicos a competência para coletar, transportar, dar tratamento e destinação aos resíduos sólidos:

- I - de origem domiciliar;
- II - de material de varredura, limpeza de logradouros públicos e limpeza de praias;
- III - de origem de unidades de serviços de saúde;
- IV - em aterros ou usinas de tratamento.

Plano Plurianual de Investimentos / Orçamento Anual

O Plano Plurianual de Investimentos abrange os exercícios de 2002 a 2005. Nele há previsão de vários programas de interesse para o Plano Diretor, como o item "adequação de moradias populares", prevendo ações de regularização fundiária.

O Orçamento de 2002 prevê, como receitas municipais, o valor de R\$ 46.759.530,00. Deste montante, a receita tributária é de R\$ 9.026.700,00.

2.10 Programas de Interesse do Município

Programa de Apoio às Cidades - PAC

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano - SEDUR tem entre suas atribuições descentralizar a política urbana e estimular a constituição de mecanismos efetivos de articulação entre o Estado e os Municípios e incentivar o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento local e administração tributária, mediante apoio a ações de captação institucional, dentre eles, sistemas de informações e simplificação de normas e procedimentos.



Para efetivar estas atribuições, a SEDUR criou o Programa de Apoio às Cidades - PAC que deve assistir às administrações municipais nas questões de Política Urbana, visando o fortalecimento dos instrumentos de gestão pública, capacitação técnica e captação de recursos. Os objetivos específicos do PAC são:

- Fortalecer a integração do desenvolvimento econômico e urbano;
- Promover a modernização da administração municipal;
- Estimular a participação popular na elaboração do orçamento municipal.

Deverão ser atendidas, pelo PAC, 62 cidades com até 50 000 habitantes, por meio de ações de capacitação técnica, seminários, encontros regionais ou estaduais e serviços de divulgação gráfica e eletrônica.

Búzios enquadra-se nas condições de atendimento do PAC e deve articular-se com a SEDUR para promover a modernização administrativa e a melhoria de gestão necessária à implementação do processo de desenvolvimento sustentável.

Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima - Projeto Orla

Tem por objetivo disciplinar os usos da orla marítima brasileira, considerados os interesses políticos, sociais, econômicos e ambientais. Deve desenvolver-se mediante uma ação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Patrimônio da União de assistência técnica aos Municípios, para a capacitação de gestores locais quanto à assimilação de técnicas e procedimentos metodológicos e para a geração de instrumentos locais de gestão.

O Projeto Orla adota uma concepção de gestão fundamentada na Lei nº 7661/88, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e na Lei nº 9636/98 que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, incluindo os localizados na orla marítima, de forma compatibilizada com os princípios da política ambiental brasileira. Considera, ainda, o Plano de Ação Federal para a Zona Costeira, aprovado pela Resolução CIRM 005/98, da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, quando estabelece uma linha de ação voltada para o ordenamento do uso e ocupação do solo, com um componente de gestão da orla marítima.

São diretrizes do Projeto Orla:

- Inovar na gestão patrimonial / ambiental, por meio da descentralização de decisões legitimadas no âmbito de fóruns colegiados;
- Estimular os arranjos interinstitucionais necessários à gestão compartilhada da orla nos diferentes níveis de governo;
- construir um modelo de gestão que leve em consideração os critérios físicos, de uso e ocupação predominantes na orla, e que oriente para solução de conflitos;
- dinamizar a implantação de instrumentos de cessão patrimonial para os Municípios, com a contrapartida de que os mesmos alcancem patamares de gestão compatíveis com a valorização do conceito de patrimônio coletivo, atendendo aos interesses locais, sem perder de vista o interesse nacional.



O Projeto Orla desenvolve-se a partir da elaboração de um diagnóstico simples, com a descrição paisagística e o levantamento do perfil socioeconômico de modo a possibilitar o enquadramento da orla segundo classes que expressem o padrão de ocupação dos espaços e o nível de conservação dos recursos naturais. Com base neste diagnóstico, são propostos cenários desejados que irão subsidiar os Planos de Intervenção na Orla, definidos por consulta aos atores locais, representados em fóruns colegiados.

Como benefícios do Projeto Orla estão previstos:

No nível local

- valorização da paisagem e dos atrativos turísticos, proteção do meio físico e dos recursos naturais;
- manutenção da função social da orla;
- geração de atividades econômicas compatíveis com a conservação e utilização sustentável da biodiversidade local e a manutenção da qualidade ambiental da orla.

No nível regional

- potencialização do ativo natural, como elemento para o desenvolvimento do turismo, manutenção de recursos estratégicos e implantação de infra-estrutura de interesse para o crescimento socioeconômico regional.

No nível nacional

- valorização do conceito de patrimônio coletivo da orla;
- garantia efetiva do acesso público às praias e manutenção de sua função social;
- possibilitar a solução de conflitos de uso e reversão de processos de degradação ambiental.

O Projeto Orla vem sendo desenvolvido com a estreita participação de várias entidades envolvidas com a gestão da orla marítima, como o SPU - Serviço de Patrimônio da União; MMA- Ministério do Meio Ambiente; FEEMA- Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente; Capitania dos Portos e as Prefeituras.

Em Armação dos Búzios, formulou-se uma proposta de intervenção para um trecho prioritário, abrangendo extensa faixa do costão rochoso e as praias do Forno e da Foca, propondo-se a criação de um parque municipal denominado "Parque da Lagoinha". Dentre as ações propostas, prevê-se a implantação de uma base permanente do Projeto Tamar no Forno, a readequação dos quiosques existentes, o mapeamento e a delimitação das áreas de preservação (costões) e das trilhas, a implantação de infra-estrutura de apoio ao turista, intervenções estas que visam criar condições de sustentabilidade à orla do município.



2.11. Terceiro Setor

A sociedade de Búzios tem uma clara vocação para a participação nos mais diversos aspectos da vida da cidade. Mostra disso é a grande quantidade de associações existentes no Município. São mais de sessenta organizações voltadas para os mais diversos interesses dos distintos segmentos da sociedade, desde associações de moradores nas diferentes localidades, a associações de classe, de produtores, de mulheres, de artesãos, de diferentes categorias profissionais, de empresários de diversos setores, de seitas religiosas, entre outras. Foram identificadas em Armação dos Búzios as seguintes organizações:

- 01- Associação de Moradores do Canto Esquerdo de Geribá
- 02- Associação de Moradores e Amigos da Praia de Tucuns
- 03- Associação de Moradores do Cruzeiro
- 04- Associação dos Moradores da Baía Formosa
- 05- Associação dos Moradores da Marina
- 06- Associação de Moradores de Vila Verde
- 07- Associação de Moradores do Alto da Rasa
- 08- Associação de Moradores da Rasa
- 09- Associação dos Moradores de São José
- 10- Associação dos Moradores de Cem Braças
- 11- Associação de Moradores de Manguinhos e Enseada do Gancho
- 12- Associação de Moradores da Armação, João Fernandes e Brava
- 13- Associação de Moradores e Amigos da Praia dos Ossos,
- 14- Associação de Moradores de José Gonçalves
- 15- Associação de Moradores de Vila Caranga
- 16- Associação de Moradores da Brava
- 17- Associação dos Moradores e Amigos do Loteamento Praia Baía Formosa
- 18- Associação dos Moradores e Amigos de Geribá
- 19- Associação dos Moradores e Amigos da Rua Alfredo Silva e Adjacentes
- 20- Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Município de Armação dos Búzios
- 21- Associação de Pequenos Produtores Rurais de José Gonçalves
- 22- Associação Protetora dos Animais São Francisco de Assis de Armação dos Búzios
- 23- AMA Sítios da Amizade
- 24- Associação dos Quiosques da Praia de Geribá
- 25- Associação dos Músicos e Compositores de Búzios
- 26- ASENAB - Associação de Esportes Náuticos de Armação dos Búzios
- 27- Associação Beneficente de Mulheres de Búzios
- 28- Associação de Mulheres da Rasa e Adjacências
- 29- ASFAB - Associação Servidores e Funcionários do Município de Armação dos Búzios
- 30- Associação dos Trabalhadores Desempregados de Búzios
- 31- COEDUC - Associação Pró Educação, Cultura, Lazer e Trabalho
- 32- Associação de Pescadores de Manguinhos
- 33- Colônia dos Pescadores Z-23 Búzios
- 34- Associação dos Artesãos da Feirarte de Búzios
- 35- Associação dos Táxis Marítimos



- 36- ACB - Associação Comercial de Búzios
- 37- Associação Amigos das Lagoas de Búzios
- 38- Associação de Pais e Mestres da Escola Nicomedes
- 39- Associação Civil Instituto Bárbara Wright
- 40- Associação Apoio Escola Estadual João Oliveira Botas
- 41- Associação da Igreja Metodista 1º Região Eclesiástica
- 42- Associação das Pousadas de Búzios
- 43- Associação Pró Vida de Búzios
- 44- Associação de Arte e Cultura de Búzios
- 45- Associação da Feirinha do Centro
- 46- Associação de Hotéis de Búzios
- 47- Movimento Viva Búzios
- 48- IAB-Búzios - Instituto de Arquitetos do Brasil
- 49- Núcleo Ecológico de José Gonçalves
- 50- Grêmio Social, Cultural e Carnavalesco Unidos do Cruzeiro
- 51- União Contra as Drogas
- 52- Associação Cultural de Capoeira Meia Lua de Búzios
- 53- Associação SURF
- 54- Associação Vôo Livre
- 55- Comitê de Defesa do Consumidor
- 56- APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- 57- APAB - Associação dos Pastores
- 58- Associação de Jovens Cristãos
- 59- Associação de Familiares, Amigos e Usuários da Saúde Mental do Município de Armação dos Búzios
- 60- Cooperbúzios
- 61- ENARQ - Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Búzios
- 62- Associação de Jovens de Búzios
- 63- Associação de Turismo de Búzios
- 64- Rotary Club de Búzios
- 65- Fundação Bem Te Vi

2.12. Pontos Fracos e Fortes, Oportunidades e Riscos

À época da emancipação do Município, foi desenvolvido um grande esforço coletivo de Planejamento Estratégico, com vistas a se definirem os rumos para o desenvolvimento municipal. Naquela ocasião, foram observados os seguintes aspectos:

Principais Tendências

- Crescente ocupação do solo de forma desordenada, com invasão de áreas públicas, áreas verdes e áreas de proteção ambiental, aterramento de brejos e lagoas;
- Predomínio do desenvolvimento de projetos de habitações para veranistas em condomínios e de unidades de hotelaria;
- Degradação do estilo arquitetônico, decorrente da ansiedade de máxima ocupação dos espaços, fomentado pela especulação imobiliária;



- Conscientização crescente da necessidade urgente de infra-estrutura urbana;
- Formação de bairros com características próprias;
- Crescente preocupação com os aspectos do zoneamento, parcelamento e ocupação do solo.

Pontos Fracos

- Deficiência de infra-estrutura: água, esgoto, luz, telefone, transporte, vias de circulação para veículos e pedestres;
- Falta de fiscalização do uso do solo e das leis edilícias;
- Grande quantidade de obras ilegais;
- Vias principais em péssimo estado de conservação e vicinais mal calçadas, sem sistema de drenagem e sem conservação periódica;
- Ausência de espaços e equipamentos culturais;
- Concentração de serviços e comércio ao longo da única via de acesso à península;
- Ausência de legislação para o uso das áreas de praia e dos espelhos d'água;
- "Privatização" dos acessos às praias;
- Ausência de Plano Diretor;
- Grande incidência de terras não legalizadas;
- Excessiva concentração de construções na península, que representa apenas 18% do solo do Município.

Pontos Fortes

- Grande quantidade de áreas virgens, de propriedade particular;
- Forte e atuante presença de profissionais nas áreas de arquitetura e urbanismo, preocupados com o desenvolvimento do Município;
- Grande consciência da população quanto à necessidade do planejamento urbano e do Plano Diretor para o Município;
- Qualidade da arquitetura, com estilo próprio e leis edilícias bastante restritivas;
- Proibição de construções com mais de dois pavimentos;
- Preservação das características de aldeia, sem as soluções urbanísticas das grandes cidades;
- Vocação da cidade para acolher o turismo;
- Privilegiada beleza natural, com grande concentra o de praias de características diferenciadas e vegeta o exótica;
- Relevo pouco acidentado, com existência de morros do tipo "meia laranja", lagoas e espelhos d'água de grande valor paisagístico;
- Pontos altos com diversos locais adequados para instala o de mirantes para aprecia o da paisagem possibilitando ampla visão da península e do todo do Município;
- Grande interesse por parte de investidores no turismo e na constru o civil;
- Ausência de artérias ao longo da orla marítima.

A grande maioria das questões levantadas durante a elabora o do Plano Estratégico de Búzios continua merecendo o mesmo tratamento. As tendências quase todas se acentuaram, os pontos fracos não foram devidamente superados e os pontos fortes



continuam existindo. Só que a não implementação de ações para neutralizar os primeiros e potencializar os segundos, levou a uma situação em que os riscos de degradação ambiental, deterioração do espaço urbano e perda de qualidade de vida crescessem.

Posteriormente, em 2001, já com vistas à elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Armação dos Búzios, foram realizadas três oficinas de trabalho, com participação de diferentes segmentos representativos da sociedade, e uma enquete para o recolhimento de subsídios para a elaboração do Plano. Os resultados alcançados foram consubstanciados no documento **Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Armação dos Búzios - subsídios para sua elaboração**, que a Prefeitura Municipal de Búzios divulgou entre os participantes dos trabalhos. Este documento apresenta os principais problemas identificados pelos participantes agrupados em 10 eixos temáticos, segundo a similitude das questões e área de competência para a sua solução:

Entre os problemas estritamente relacionados ao **meio ambiente**, foram identificados:

- ausência de saneamento básico, que atinge proporções graves;
- intervenção / ocupação inadequada e desordenada das linhas de praia, lagoas e lagunas, encostas e topos de morros devido à degradação das belezas cênicas (cenário paisagístico) do Município;
- construção em locais que deveriam ser preservados (mananciais e restingas contendo espécies raras e / ou ameaçadas de extinção) contaminação das praias e águas poluídas;
- ocupação e utilização inadequada de recursos em áreas de solo ambientalmente frágeis;
- perda da qualidade dos recursos hídricos;
- contaminação das praias e poluição das águas;
- redução dos *habitats* que abrigam espécies em extinção;
- revisão dos limites da APA da Azeda / Azedinha;
- criação e consolidação de novas APAs;
- exploração do petróleo na costa buziana.

Com relação à estrutura e **infra-estrutura urbana**, os principais problemas dizem respeito a:

- degradação da paisagem urbana;
- falta crônica de água;
- ausência de esgotamento sanitário;
- drenagem de águas pluviais contaminadas com esgoto doméstico;
- ausência de latas coletoras de lixo, o mau - cheiro, a infestação de moscas e mosquitos;
- má conservação da Orla Bardot, do entorno do prédio da Prefeitura Municipal e da Praça Santos Dumont, reconhecidos como o "coração" do Município;
- más condições das ruas e artérias principais - engarrafamento, calçamento, lixo, entulho;
- ineficiência da rede viária básica, das paradas e terminais para transporte público;



- congestionamento do trânsito causado pelo intenso fluxo e capacidade de suporte das vias;
- falta de estacionamento para autos, ao longo das vias principais, e recuos de embarque e desembarque de passageiros nos pontos de parada dos ônibus;
- falta de espaço físico alternativo para múltiplas atividades/eventos.

Os principais problemas, visíveis facilmente na **paisagem urbana** de Armação de Búzios, são:

- desvalorização das características paisagísticas próprias;
- ocupação irregular nas orlas dos lagos e lagoas;
- sistema de drenagem contaminado pelas ligações clandestinas de esgoto sanitário em praticamente todo o município (comprometendo) algumas dessas Áreas de Proteção Permanente (APP), como por exemplo a lagoa de Geribá;
- necessidade de criação de áreas com tratamento paisagístico;
- ambiente urbano poluído sonora e visualmente;
- falta de placas indicativas e de mobiliário urbano harmônico e padronizado - telefones públicos, lixeiras, paradas de ônibus, quiosques e banca de jornais, dentre outros.

No tocante a **trabalho e renda**, foram identificados como problemas principais:

- formação/capacitação profissional insuficiente, fator imprescindível para obtenção de empregos qualificados, apontado como problema prioritário;
- ausência de política pública de emprego e renda;
- falta de oportunidades de trabalho;
- tratamento desigual, no tocante á fiscalização (trabalhista, ambiental), no licenciamento de obras entre os nativos / brasileiros e os estrangeiros, donos de negócios similares ou que exercem idênticas atividades;
- falta de apoio e incentivo à pesca artesanal;
- urgência no controle e na fiscalização de barcos pesqueiros vindos de fora;
- necessidade de entendimentos entre a Prefeitura Municipal e a Capitania dos Portos;
- ausência de incentivo fiscal municipal para a implantação da pequena produção agrícola;
- funcionamento de atividades econômicas informais em diversos pontos da cidade;
- serviços de apoio aos navios de turismo e embarcações, nacionais e internacionais.

Ao levantar os principais pontos de entrave para o desenvolvimento do **turismo e lazer** no Município, foram apontados:

- inexistência de uma política global e definida de turismo para a cidade;
- turismo predatório - falta de incentivo ao ecoturismo;
- falta de estrutura/incentivo/investimento para atividades náuticas e esportivas;
- baixa qualidade no atendimento ao turista;
- ausência de calendário turístico.

Quanto aos problemas que dificultam a questão da disseminação da **cultura** no Município, foram sinalizados:

- falta de identidade cultural potencializada pela descaracterização das tradições buzianas;



- falta de calendário anual, divulgação e apoio aos eventos culturais;
- falta de apoio ao artesanato / produção cultural local;
- falta de espaços para eventos;
- escassa produção de artesanato local de qualidade superior.

Dentre os problemas apontados na **educação**, os mais significativos referem-se a:

- necessidade de que o ambiente escolar seja mais integrado e participante de ações públicas educativas, como campanhas e oficinas de discussão e reflexão sobre temas de interesse da escola, da família e da sociedade buziana;
- necessidade de atendimento às crianças menores de três anos de idade (creche);
- necessidade de uma educação voltada para o desenvolvimento de valores humanos e sociais, sobretudo no ensino fundamental e médio;
- necessidade de aprofundar, no currículo escolar, as questões da cidade, seus problemas, sua diversidade étnica, o choque cultural entre nativos e turistas, a história da emancipação do Município;
- educação ambiental.

Foram registradas preocupações comuns relacionadas à situação de **saúde** da população, tais como:

- incidência de doenças, principalmente entéricas e dermatites, disseminadas devido à propagação de vetores que encontram *habitat* propício nas areias das praias poluídas através de esgotamento sanitário, quer através de despejo a céu aberto;
- a necessidade de implantação de uma maternidade com UTI neo-natal, relacionada com a identidade de registro de nascimento dos buzianos;
- falta de acesso a medicamentos básicos;
- inexistência de Posto de Saúde em bairros.

Os problemas indicados na questão da **segurança**, com frequência, referem-se à necessidade de municipalização do Sistema de Segurança, tendo sido apontados:

- ausência de uma Programa de Segurança, com cabines estrategicamente localizadas e sistema de comunicação eficaz de telefonia e rádio para bloqueio imediato de vias, sempre que necessário;
- necessidade de maior entrosamento com a Marinha para autuação de flagrantes, pelo mar, dos casos em que esta ação for indispensável;
- necessidade de criação de barreiras policiais como prevenção ao crime;
- falta de capacitação e treinamento dos policiais e da Guarda Municipal para a eficácia no desempenho de suas funções;
- comércio de drogas.

Os principais problemas apontados nas entrevistas com cada Secretário de Governo e na oficina realizada com os representantes da **administração pública** (Secretários, assessores, técnicos) foram agrupados:

- necessidade de planejar e executar as ações públicas de forma integrada;
- necessidade de maior integração para definir os objetivos e metas comuns, ainda não identificadas na administração;



- falta de definição dos objetivos e necessidade de estabelecimento de metas a serem atingidas;
- excesso de burocracia;
- necessidade de maior capacitação da equipe para o desempenho de suas funções, especialmente nas áreas de legislação, fiscalização e gerenciamento;
- necessidade de revisão e redistribuição do pessoal administrativo;
- necessidade de treinamento para práticas administrativas básicas.

Das discussões, entrevistas, debates desenvolvidos para a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável ficou evidenciado que grande parte desses problemas continua sem solução. As manifestações dos diferentes segmentos sociais consultados reforçam a necessidade de que sejam enfrentados rápida e definitivamente, pois a não solução tem trazido agravamentos absolutamente indesejáveis.



GLOSSÁRIO

Antropização - ação do homem sobre os ecossistemas.

Aqüíferos Fissurais - locais dentro do manto poroso (substrato), que acumulam água por infiltração.

Assoreamento - acúmulo de sedimentos em ambientes de depressão.

Auto provimento dos aqüíferos - captação de água dentro da própria microbacia, onde o aquífero está confinado.

Avifauna - pássaros e aves.

Bananicultura - Cultura de banana.

Cadeia Trófica - Subsistemas do ecossistema classificados em função dos fluxos de energia fixados pelas plantas (componentes autotróficos dos ecossistemas).

Colmatação - Acúmulo de matéria orgânica em ambientes aquáticos.

Conurbação Urbana - continuidade territorial dos tecidos urbanos de mais de uma cidade. Exemplo de cidades conurbadas: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, Diadema, que têm por núcleo-mãe a cidade de S. Paulo.

Ecossistema - conjunto dos relacionamentos mútuos entre determinado meio ambiente e a flora, a fauna e os microrganismos que nele habitam, incluindo os fatores de equilíbrio geológico, atmosférico, meteorológico e biológico.

Etnobotânicos - conhecimentos populares que valorizam os usos das plantas.

Eutrofização - Acúmulo de nutrientes em ambientes aquáticos.

Exigüidade - de exíguo (pequenas proporções, diminuto).

Exógenas (espécies arbóreas exógenas) - espécies que são de outros ambientes.

Homeostático - estado de equilíbrio do ecossistema.

Litossolo - Tipo de solo pedregoso.

Mastofauna - Tipo de fauna constituído por animais como os lagartos.

Mata Paludosa - vegetação de ambientes com saturação freqüente de água.

Mesoclima - clima de uma meso-região/ambiente.

Natureza Antrópica - similar à Antropização.

Pedogenético - aspecto que denota o desenvolvimento natural dos solos

Pedologia - ciência que estuda os solos.

Perenidade - Permanência. Usa-se para expressar recursos hídricos permanentes.

Plâncton - forma de vida existente em ambientes aquáticos (primeiro nível trófico).

Planícies colúvio-aluviais - Locais com capacidade de emitir e reter sedimentos dentro de microbacias.

Resiliência dos ecossistemas - capacidade dos ecossistemas de reagirem espontaneamente a estímulos que geram desequilíbrio ambiental.

Salsugem - maresia.



Sesmaria - terra inculta e abandonada, que os reis de Portugal cediam a pessoas que se dispusessem a cultivá-la.

Sintaxe Espacial - teoria que objetiva o estabelecimento de relações entre a estrutura espacial de cidades e edifícios, a dimensão espacial das estruturas sociais e variáveis sociais mais amplas.

Solos Hidromórficos - solos de ambientes alagadiços.

Solo Podzólico - tipo de solo.

Substrato Alóctone - subsolo advindo de outros locais.

Vegetação Esclerofila - tipo de vegetação de locais com pouca água.

Xerofítica - tipo de vegetação de locais praticamente sem água.



Bibliografia / Referências

- AB'SABER, A.N. 1974. O domínio morfoclimático semi-árido das caatingas brasileiras. *Geomorfologia* 43: 1-39.
- ARAÚJO, O.5.0, LIMA, H.C., FARAG, P.R.C., LOBÃO, A.Q., SÁ, C.F.C., KURTZ, B.C. 1998. O Centro de diversidade vegetal do Cabo Frio: levantamento preliminar da flora. *In: IV Simpósio de Ecossistemas Brasileiros. Anais ...* Águas de Lindóia. Academia de Ciências do Estado de São Paulo. v. 3. 147-157p. 1998.
- ARAÚJO, O.S.C. Cabo Frio region. *In: Oavis et. ai. (eds.). Centres of Plant Diversity: a guide and strategy for their conservation.* WWF/IUCN. Oxford. v. 3. p. 373-375. 1997.
- BARBIÉRE, E.B. Cabo Frio e Iguaba Grande, dois microclimas distintos a um curto intervalo espacial. *In: Lacerda, L.O., Araújo, O.50., Cerqueira, R. & Turcq, B. (orgs.). Restingas: origem, estrutura e processos.* Resumos ... CEUFF. Niterói. p. 3-13. 1984.
- BARBIÉRE, E.B. Ritmo climático e extração do sal em Cabo Frio. *Revista Brasileira de Geografia* 37 (4): 23-109. 1975.
- BEGON, M., HARPER, J.L. & TOWSENO, C.R. 1995. *Ecology: individuais, populations amd communities.* Blackwell Science. Cambridge.
- BERNAL-CARLO, A. & ROZE, J. Evaluación preliminar de la Mata de Atlântica en la región de Búzios, Brasil. *Papéis Avulsos Instituto Ecológico Mata Atlântica* 1: 1-17. 1995.
- BERNARDES, A.T., MACHADO, A.B.M. & RYLANDS, A.B. 1990. Fauna brasileira ameaçada de extinção. Brazilian fauna threatened with extinction. Fundação Biodiversitas. Belo Horizonte. 62 p.
- BERNAROES, L.M.C. 1952. Tipos de clima do Estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia* 14 (1): 57-80.
- BRAILE Jr., F. Relatório de Impacto Meio Ambiente [sic] (RIMA). Búzios Golf Club & Resort. Armação de Búzios. 112 p. *Relatório.* 1997. Brasília. Brasília. v. I e 11.
- BRASIL. Projeto RADAMBRASIL. Levantamento de Recursos Naturais (geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra). 1983.
- DIAGNÓSTICO DO PLANO ESTRATÉGICO DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS, 1995
- CERQUEIRA, R. & TURCQ, B. (eds.). *Restingas: origem, estrutura e processos.* CEUFF. Niterói. pp. 139-146.
- CAMARGO CORDEIRO, S.H.T. de. *Corredor moradia trabalho – eixo ordenador do espaço urbano.* Braília : UnB, 1997
- CORDEIRO, S.I. *Análise da cobertura vegetal em três áreas de topografia distinta na praia do Peró, Cabo Frio, RJ.* Tese de Mestrado. UFRJ. Rio de Janeiro. 1998.
- CORRÊA, M. P. 1974. *Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas.* IBDF. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro.
- CUNHA, M. W. & LIMA, H.C. 1992. *Viagem à terra do Pau-brasil.* Agência Brasileira de Cultura. Rio de Janeiro. pp 23-28.



- CUNHA, N.M. 1996. A Península e o Continente s.n. Rio de Janeiro. datilol.
- DA VIS, S.D. HEYWOOD, V.H. HERRERA-MCBRYDE, O, VILLA-LOBOS, J & DRM, 1979.
- FEEMA. A importância da biota de Cabo Frio. FEEMA. Rio de Janeiro. Relatório Técnico. 50 p. 1988.
- FERNANDES, D.S & SÁ, C.F.C. 1998. Levantamento florístico das restingas remanescentes de Armação de Búzios / RJ. Resultados preliminares. *In: II Simpósio Brasileiro de Restingas e Lagoas Costeiras. Resumos...* SB/SBB. Macaé. Rio de Janeiro. p. 20. 1998.
- FIDERJ. *Indicadores climatológicos do Rio de Janeiro*. FIDERJ. RJ. 1978.
- FONSECA, A.C. 1993 - Esboço geocronológico da região de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, IG/USP, 186p.
- FONSECA, M.J.G.; HEILBRON, M., CHRISPIM, S. 1984, Geologia estrutural da área de Cabo Frio e Armação dos Búzios. *In: Congresso Brasileiro Geologia, 33. Anais...*, Vol XII, Rio de Janeiro, p. 5393 – 5424.
- FONSECA, M.J.G.; SILVA, Z.C.G; CAMPOS, D.A.; TOSATTO, P. 1979, Folhas do Rio de Janeiro, Vitória e Iguape, *Texto explicativo e Mapa, DNPM*. Brasília, 239p.
- HAMILTON, A.C. (eds.). 1997. *Centres of plant diversity: a guide and strategy for their conservation*. v. 3. WWF/IUCN. Oxford. 562 p.
- HARBORNE, B. & MALBRY, T.J. (eds.). 1982. *The flavonoids. Advances in Research*. Chapman and Hall. London-New York.
- HAY, J.D., HENRIQUES, R.P.B. & Lima, D.M. 1981. Quantitative comparisons of dune and foredune vegetation in restinga ecosystems in the state of Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Botânica*. 173-189.
- HEILBRON, M.; CHRISPIM, S.J.; ALVES, R.P.; SIMÕES, L.S.A. 1982. Geologia do Cabo de Búzios (Estado do Rio de Janeiro), *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, 54 (3) 553-562.
- HUECK, K. 1955. *Plantas e formação organogênica das dunas no litoral paulista (1). Contribuição para a pesquisa fitossocioecológica paulista (2)*. Secretaria de Agricultura. São Paulo. 130 p.
- KLELMAN, D.G., BECK, B.B., BAKER, A.J., BALLOU, J.D., DIETZ, L.A. & DIETZ, J.M. 1990. The Conservation Program for the Golden Lion Tamarin, *Leontopithecus rosalia*. *Endangered Species Update* 8 (1): 82-85.
- KNEIP, L.M. & PALLESTRINI, L. 1984. Restingas do Estado do Rio de Janeiro (Niterói a Cabo Frio): 8 mil anos de ocupação humana. *In: Lacerda, L.D., Araújo, D.S.,*
- LACERDA, L.D., ARAÚJO, D.S.D. & MACIEL, N.C. 1993. Dry coastal ecosystems of tropical Brazilian coagi. *In: van der Maarl, E. (ed.). Dry coastal Ecosystems*. 2. Elsevier. Amsterdam. p. 477-93.
- MARTIN, L. & SUGUIO, K. 1989. Excursion route along the Brazilian coagi between Santos (State of São Paulo) and Campos (north of State of Rio de Janeiro). *International Symposium on Global Changes in South America during the Quaternary*. Special



- Publ. n° 2. Associação Brasileira de Estudos do Quaternário. São Paulo. pp. 1-136.
- MOHRIAK, W.U.; BARROS, A.Z. 1990. Novas evidências de tectonismo cenozóico na região sudeste do Brasil: o gráben de Barra de São João na plataforma continental de Cabo Frio, Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geociências*, v. 20 (1-4) 187-196
- NIMER, E. Climatologia do Brasil. IBGE. Rio de Janeiro. 421 p. 1989.
- PFADENHAUER, J. 1978. Contribuição ao conhecimento da vegetação e de suas condições de crescimento nas dunas costeiras do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Biologia* 38 (4): 827-836.
- PLOTKIN, & SCHUL TES. 1985. Tropical forests as sources of new biodynamic compounds. *Environmental Awareness* 6: 9.
- REDEPETRO / UFRJ / IGEO. Caracterização do Meio Socioeconômico e Previsão de Impacto na Área de Influência da Atividade de Exploração de Petróleo na bacia de campos, Rio de Janeiro. 264 p. 2003.
- REIS, A. P. dos. 1982. Geologia e Recursos Minerais das Folhas de Cabo Frio e Farol do Cabo. Projeto Carta Geológica do Estado do Rio de Janeiro, Niterói DRM-RJ (inédito)
- REIS, A.P. & MANSUR, K.L. 1995, Sinopse geológica do Estado do Rio de Janeiro - Mapa Geológico 1.400.000 DRM (RJ), Niterói (RJ) Texto e Mapa, 90p.
- REIS, A.P. dos & LIGHT, O. A. B. 1982, Folhas de Barra de São João, Morro de São João, Farol do Cabo, Araruama e Cabo Frio. Projeto Carta Geológica do Estado do Rio de Janeiro. Niterói DRM-RJ (inédito)
- RIO DE JANEIRO (Estado). 1979. Projeto Carta geológica 1:50.000, folhas CaboFrio e Farol do Cabo; relatório final. Departamento de Recursos Minerais. Niteroi.1v
- RIZZINI, C.T. 1979. *Tratado de fitogeografia do Brasil*. São Paulo. Hucitec. v. 2. 374 p.
- RODRIGUES, P.J.F.P. 1998. *Efeito da fragmentação e degradação do ambiente na estrutura e demografia de sub-populações de *Caesalpinia echinata* Lam. (pau-brasil)*. Tese de Mestrado. UFRJ. Rio de Janeiro.
- SÃ, C.F.C. 1992. A vegetação da restinga de Ipitangas, Reserva Ecológica de Jacarepiá, Saquarema (RJ); fisionomia e listagem de angiospermas. *Arq. Jardim Bot. Rio de Janeiro*: 87-102.
- SCHMITT, R.S. 2001. A orogenia Búzios - caracterização de um evento tectono-metamórfico no Domínio Tectônico Cabo Frio – sudeste da Faixa Ribeira Curso de Pós-Graduação em Geologia. Departamento de Geologia, UFRJ. Tese de Doutorado 271p.
- SCHMITT, R.S.; TROUW, R.A.J.; VAN SCHMUS, W.R. 1999a. Discussão sobre a origem dos antiblitos do Bloco Cabo Frio: dados isotópicos e de terras raras, implicações na evolução tectônica da Faixa Ribeira, *In: Simpósio Brasileiro de Geologia, Sudeste, 6, São Pedro (SP), Resumos...* p.13.
- SCHMITT, R.S.; TROUW, R.A.J.; VAN SCHMUS, W.R. 1999b The characterization of a Cambrian (~520 Ma) Tecnometamorphic event in the coastal domain of the



- Ribeira Belt (SE BRAZIL) – using U/Pb in syntectonic veins. *Boletín Geológico y Minero Argentino*, XXXIV: 363-366 (ISSN- 0328-2325)
- SEBRAE. Diagnóstico da Cadeia Aquícola para desenvolvimento do Setor no Estado do Rio de Janeiro. SEBRAE. 223P. 2002.
- SCHOTT, P.C.; P.H.D. COELHO & MATHIAS, M.^a de C. 2002. Sistemas atratores de peixes marinhos. Relatório da HS Ambiental Consultoria e Auditoria. 38p.
- SEBRAE 2002. Diagnóstico da cadeia aquícola para o desenvolvimento da atividade no Rio de Janeiro. SEBRAE. 235p.
- SICHEL, S.E.; CARLSON, R.W.; ESPERANÇA, S.; ARAÚJO, A.L.N.; VALENÇA, J. 1997. Preliminary isotopic study of the alkalic intrusive complexes along the Cabo Frio lincament, RJ, Brazil. *Special Volume of Expanded Abstracts – I South American Symposium on isotope Geology*. Campos do Jordão, Brasil (1) 298-300.
- UFRJ. 2001. Caracterização do meio socioeconômico e previsão de impacto na área de influência da atividade de exploração de petróleo na Bacia de Campos. Relatório Técnico apresentado a Agência Nacional de Petróleo. Convênio - ANP- Instituto de Geociências. 277p.
- ULE, E. 1967. A vegetação de Cabo Frio. *Bol. Geogr.* 26 (200): 95-106.
- URURAHY, J.C.C., COLLARES, J.E.R. & SANTOS, M.M. 1987. Nota sobre uma formação fisionômica-ecológica disjunta da estepe nordestina na área do Pontal de Cabo Frio, RJ. *Revta. Brasileira de Geografia* 49 (4): 25-29.
- VALENÇA, J.G. 1976. Geologia dos maciços alcalinos do Estado do Rio de Janeiro. Parte II - Correlações geológicas. *In: I, II e III Semana de Estudos Geológicos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Col. Trab.*, Itaguaí, p. 247-259
- WETSMAN, W.E. 1985. *Ecology, impact and assessment and environmental planning*. Wiley-Interscience Publication. John Wiley & Sons. New York.



Anexos



Figura 01a: Armação dos Búzios - o Himalaia brasileiro

Armação dos Búzios – o Himalaia brasileiro

O Búzios abrange o Quadrilátero Ferrífero e o Parque Nacional do Itatiaia.

Um geólogo brasileiro, Luiz Augusto de Almeida, descobriu que a Armação dos Búzios é o Himalaia brasileiro.

As rochas nos contam sua história...

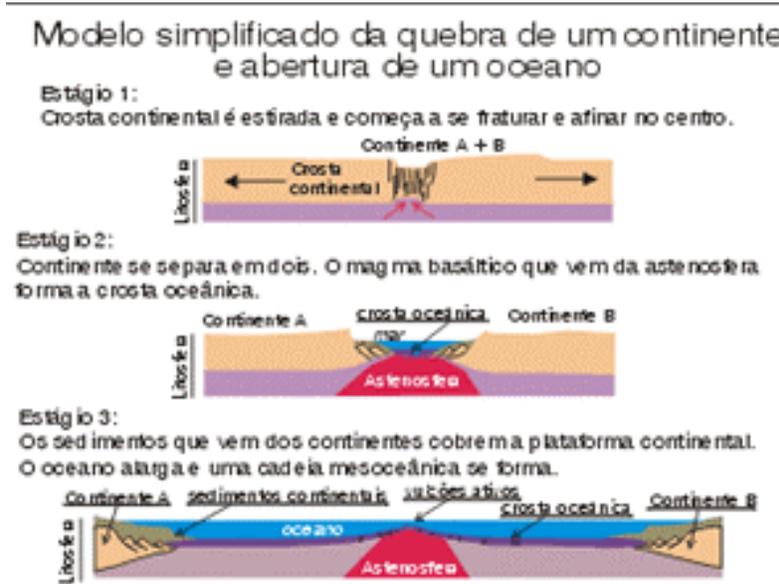
"A Terra tem uma história de bilhões de anos para contar: as rochas, os minerais, as montanhas e os oceanos. Proteja esta obra-prima!"

Litosfera

Astenofera

Fonte: UERJ .

Figura 01b: Modelo simplificado da quebra de um continente e abertura de um oceano.



Fonte: UERJ .



Figura 01c: Ponto de interesse geológico “Ponta da Lagoinha”

Ponto de Interesse Geológico: Ponta da Lagoinha

O paleocontinente Gondwana (Pátria - antigo)

A. Criseias Escudo

As rochas do Escudo das Américas foram erodidas durante sua evolução, e as areias e os detritos erodidos gerados foram acumulados em uma bacia de sedimentação localizada ao norte do Escudo. Os detritos erodidos foram acumulados em uma bacia de sedimentação localizada ao norte do Escudo. Os detritos erodidos foram acumulados em uma bacia de sedimentação localizada ao norte do Escudo.

As rochas do Escudo das Américas foram erodidas durante sua evolução, e as areias e os detritos erodidos gerados foram acumulados em uma bacia de sedimentação localizada ao norte do Escudo. Os detritos erodidos foram acumulados em uma bacia de sedimentação localizada ao norte do Escudo.

As rochas do Escudo das Américas foram erodidas durante sua evolução, e as areias e os detritos erodidos gerados foram acumulados em uma bacia de sedimentação localizada ao norte do Escudo. Os detritos erodidos foram acumulados em uma bacia de sedimentação localizada ao norte do Escudo.

Por que os continentes se movem?

Os continentes se movem devido a forças tectônicas que atuam sobre a litosfera e o manto superior. Essas forças incluem a expansão e o colapso de placas tectônicas, o movimento de massas de magma e a interação com o manto superior.

Mapa-múndi com as placas tectônicas

Mapa-múndi com as placas tectônicas

O mapa-múndi mostra as placas tectônicas e suas fronteiras. As placas tectônicas são grandes blocos de litosfera que se movem em relação umas às outras. As fronteiras entre as placas são classificadas em divergentes, convergentes e transformantes.

Diagramas de estruturas geológicas

Figura 1 - Rotação da placa tectônica

O diagrama mostra a rotação de uma placa tectônica em torno de um ponto de pivô. A rotação ocorre devido a forças de torque geradas durante a expansão e o colapso de placas tectônicas.

Figura 2 - Dobra continental

O diagrama mostra a formação de uma dobra continental durante a convergência de placas tectônicas. A dobra ocorre devido à compressão horizontal que dobra a litosfera.

Logotipos de parceiros

Fonte: UERJ.

Figura 01d: Ponto de interesse geológico “Praia Rasa”

Ponto de Interesse Geológico: Praia Rasa

Variações do nível do mar ao longo do tempo geológico

Geologia do Quaternário da região de Búzios

Processos ligados à variação do nível do mar na região de Búzios

Os processos ligados à variação do nível do mar na região de Búzios incluem a erosão, a deposição e a sedimentação. Esses processos são influenciados por fatores como a tectônica, o clima e a ação das ondas.

Imagens de paisagens geológicas

Imagens de paisagens geológicas

As imagens mostram paisagens geológicas típicas da região de Búzios, incluindo falésias, praias e formações rochosas.

Diagramas de estruturas geológicas

Diagramas de estruturas geológicas

Os diagramas mostram estruturas geológicas subsuperficiais, como falhas e dobras, que controlam a distribuição das rochas na região.

Logotipos de parceiros

Figura 02d: Ponto de Interesse Geológico Praia Rasa. Fonte: UERJ - RJ



Disposições gerais sobre meio ambiente

Âmbito federal

Decreto nº 58.054, de 23 de março de 1966 - Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América;

Emenda Constitucional nº 01, de 17 de outubro de 1969 - Através do Artigo 180, parágrafo único, da Emenda à Constituição da República Federativa do Brasil, fica estabelecido que 'Ficam sob a proteção especial do Poder Público, os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos, as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas".

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. No Capítulo IV, Artigos 2º e 3º, encontram-se especificações a respeito da elaboração do Relatório de Impacto Ambiental e apresentação do respectivo Relatório de Impacto Ambiental. Este decreto institui, outrossim, a criação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA);

Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990 - Regulamenta as Leis nº 6.902/81 e nº 6.938/81 (Política Nacional de Meio Ambiente). Estabelece, adicionalmente, que a construção, instalação, ampliação e funcionamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras dependerão de prévio licenciamento do órgão Estadual competente, integrante do SISNAMA.

Decreto nº 88.351, de 01 de junho de 1983 - Regulamenta as leis nº 6.938/81 e nº 6.902/81.

Decreto nº 89.532, de 06 de abril de 1984 - Acrescenta incisos ao Artigo 37, do Decreto nº 88.351/83.

Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 - Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, (...), a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Decreto nº 24.932, de 24 de março de 1986 - Institui o Sistema Estadual de Meio Ambiente e cria a Secretaria de Estado de Meio Ambiente;

Lei nº 7.511, de 07 de julho de 1986 - Altera dispositivos da lei nº 4.771/65;

Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986 - Define impacto ambiental e estabelece, por intermédio do Artigo 2º a obrigatoriedade da elaboração de Estudos de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental para estradas de rodagem de duas ou mais faixas de rolamento.

Resolução CONAMA nº 005, de 15 de junho de 1988 - Estão sujeitas a licenciamento as obras de sistemas de abastecimento de água sistemas de esgotos



sanitários, sistemas de drenagem e sistemas de limpeza urbana (Artigo 3º) (vide Resolução CONAMA nº 237/97).

Constituição Federal de 1988 -Pelo Artigo 225º, o Meio Ambiente passa a ser considerado e protegido como *bem de interesse público*, não distinguindo de quem seja a propriedade.

Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990 - Regulamenta a lei nº 6.902, de 27 de Abril de 1981, e a lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. A idéia de que é responsabilidade do Poder Público proteger as áreas representativas de ecossistemas mediante a implantação de unidades de conservação e preservação ecológica fica clara no Inciso II do Artigo 1º. No CAPÍTULO II, que trata das Áreas de Proteção Ambiental, o Artigo 29 dita que o decreto que declarar a Área de Proteção Ambiental mencionará a sua denominação, limites geográficos, principais objetivos bem como as proibições e restrições de uso dos recursos ambientais nela contidos.

Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 - Ao considerar a necessidade de revisão dos procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, bem como a regulamentação de aspectos do licenciamento ambiental estabelecidos pela Política Nacional de Meio Ambiente, a presente Resolução estabelece, pelo Artigo 2º, que "a localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis". Tal licença dependerá de estudo prévio de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental (EPIA/RIMA) (Artigo 3º). Entre as atividades e empreendimentos a que se refere a Resolução, encontram-se listadas no Anexo A, entre muitas, *obras civis diversas* (barragens e diques, canais para drenagem, retificação de curso d'água, abertura de barras, embocaduras e canais), *serviços de utilidade* (estações de tratamento de água e interceptores, emissários, estação elevatória e tratamento de esgoto sanitário, bem como o tratamento de resíduos sólidos urbanos -inclusive os provenientes de fossas), *transporte, terminais e depósitos* (marinas, portos e aeroportos), *turismo* (complexos turísticos e de lazer), *atividades diversas* (parcelamento do solo), *atividades agropecuárias* (projeto agrícola, criação de animais, projetos de assentamento e colonização) e *uso de recursos naturais* (utilização do patrimônio genético natural, manejo de recursos aquáticos vivos). Vale mencionar que tal Resolução traz, ainda, a definição de *licenciamento ambiental, licença ambiental, estudos ambientais e impacto ambiental regional* (vide Artigo 1º).

Âmbito estadual

Decreto-lei nº 30, de 24 de março de 1975 - Institui a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), como órgão técnico e executor, e a Comissão Estadual de Controle Ambiental -CECA -, como órgão normativo;



Decreto-lei nº 39, de 24 de março e Decreto-lei nº 134, de 16 de junho - Estabelecem atribuições a CECA;

Decreto nº 9.991, de 05 de junho de 1987 - Cria o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONEMA);

Decreto nº 10.334, de 11 de setembro de 1987 - Altera o Decreto nº 9.991/87;

Deliberação CECA nº 2.117, de 21 de novembro de 1990 e Deliberação CECA nº 3.586, de 23 de dezembro de 1996 - Estabelecem alterações para a a DZ-041 ;

Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977 - Dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico, na qual, por intermédio do artigo 1º-1, fica declarado que os bens de valor histórico, artístico e arqueológico ou pré-histórico encontram-se protegidos por legislação específica.

Recursos hídricos

Âmbito federal

Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 - Decreta o Código das Águas, que passa a proteger a utilização das águas públicas e particulares. Pelo Artigo 109º, fica estabelecido que a ninguém é dado o direito de conspurcar ou contaminar as águas que não consome e que venha a causar prejuízos a terceiros. O Artigo 110º complementa o anterior ao estabelecer que os trabalhos voltados para a salubridade das águas serão executados às custas dos infratores que, além da responsabilidade criminal, responderão por perdas e danos. '

Decreto nº 50.877, de 29 de julho de 1961 - Dispõe sobre lançamento de resíduos tóxicos ou oleosos nas águas interiores e litorâneas do País;

Portaria GM/Minter nº 0013, de 1976 - Classifica as águas interiores por uso predominante.

Resolução CONAMA nº 20, 18 de junho de 1986 - Considerando que a saúde e o bem-estar humano, bem como o equilíbrio ecológico aquático, não devem ser afetados como consequência da deterioração da qualidade das águas, o CONAMA, através desta Resolução, estabelece a classificação das águas doces, salobras e salinas para todo o Território Nacional.

Âmbito estadual

Constituição do Estado do Rio de Janeiro - Pelo Artigo 258º, Inciso VII j (Letra a) do Parágrafo 1º determina-se que o Poder Público deverá adotar as áreas das bacias e sub-bacias hidrográficas como *unidades de planejamento e execução de planos, programas e projetos*. A letra f do Inciso VII do mesmo Parágrafo determina a proibição do despejo de resíduos capazes de tornar impróprio o uso das águas, ao passo que o Inciso XXV prevê a fiscalização e o controle de áreas ricas em manguezais e estuários. O Artigo 275º, por seu turno, veda a instalação de aterros às margens de rios, lagos, lagoas, manguezais e mananciais.



Lei nº 650, de 11 de janeiro de 1983 - Estabelecimento da política estadual e proteção das bacias fluviais e lacustres do Estado do Rio de Janeiro.

Flora

Âmbito federal

Decreto nº 23.793, de 1934 - Estabelece o Código Florestal;

Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Institui o novo Código Florestal. Pelo Artigo 2º, são consideradas áreas de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo dos rios e cursos d'água, nas nascentes e "olhos d'água", restingas como fixadoras de dunas, mangues e topos de morros, montes, montanhas e serras. No caso das áreas urbanas -aquelas compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal -e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, o Parágrafo Único ressalta que a vegetação existente deverá ser objeto de preservação/conservação segundo o disposto nos respectivos planos diretores e leis do uso do solo, respeitados os princípios a que se refere o Artigo 1º.

Lei nº 6.931, de 31 de agosto de 1981 - O Artigo 18º especifica que deverão ser consideradas *reservas* ou *estações ecológicas* as florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente que figurem no Artigo 2º do Código Florestal. Tais florestas e formações vegetais a que se refere o Artigo são de responsabilidade do IBAMA.

Constituição Federal de 1988 - Através do Artigo 225 estabelece que a Mata Atlântica, entre outros biomas do Brasil, passa a ser patrimônio nacional, sendo que a sua utilização deverá ser feita na forma da lei, "dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais".

Decreto nº 99.547, de 1990 - Trata-se da primeira iniciativa do Governo Federal no sentido de definir instrumentos legais específicos para a Mata Atlântica. Nesse sentido, tal Decreto estabelece a intocabilidade absoluta do ecossistema Mata Atlântica através da proibição total do corte e utilização da vegetação. Vale ressaltar, porém, que este diploma legal não inclui a definição de Mata Atlântica a que especificamente se refere.

Decreto 750, de 1993 - Para efeito deste Decreto (Artigo 3º), considera-se Mata Atlântica "as formações florestais e ecossistemas associados inseridos no domínio Mata Atlântica, com as respectivas delimitações estabelecidas pelo Mapa de Vegetação do Brasil, IBGE, 1988: Floresta Ombrófila Densa Atlântica, Floresta Ombrófila Mista, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Decidual, manguezais, restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste. O Artigo 1º estabelece que são proibidos o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, ao passo que o Artigo 2º estabelece que a exploração seletiva de determinadas espécies nativas poderá ser efetuada desde que não promova a supressão de outras espécies da flora, que sejam efetuados estudos prévios técnico-científicos de estoques capacidade suporte das populações e que obtenha consentimento prévio do Órgão ambiental competente, entre outros. No caso de vegetação de Mata Atlântica que se encontre em processo de regeneração, o parcelamento do solo ou qualquer edificação para fins urbanos só será permitido quando houver conformidade com o Plano Diretor do município, demais legislações de proteção ambiental e mediante prévia autorização de órgãos



estaduais competentes. São passíveis de proteção integral, porém, as matas que abriguem espécies da flora e fauna silvestres ameaçadas de extinção, que exerçam função de proteção de mananciais ou de preservação e controle de erosão ou ainda que possuam excepcional valor paisagístico. Para casos em que se preveja a remoção da vegetação para fins de interesse público, esta se fará mediante a elaboração de EIA/RIMA, entre outras exigências (Artigo 1º). Já o Artigo 8º fixa que a vegetação primária ou em estágio avançado e médio de regeneração não perderá esta classificação no caso de incêndio ou desmatamento não licenciados a partir da vigência deste Decreto. Caso haja empreendimentos ou atividades que estejam sendo conduzidos em desconformidade com o presente Decreto, estes deverão adaptar-se as suas disposições no prazo determinado pela autoridade competente.

Lei nº 7.754, de 14 de abril de 1989 - Estabelece medidas para proteção de florestas existentes nas nascentes dos rios;

Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989 - Estabelecem alterações nas medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios.

Resolução CONAMA nº 04, de 31 de março de 1993 - Pelo Artigo 1º, passam a ser de caráter emergencial, para fins de zonamento e proteção, todas as áreas de formações nativas de restinga, conforme estabelecidas pelo mapa de vegetação do Brasil, IBGE-1988, e pelo Projeto RADAM-Brasil. Obras, planos e projetos a serem instalados nas áreas de restinga, segundo o Artigo 2º, serão obrigatoriamente objeto de licenciamento ambiental pelo órgão estadual competente. A exceção fica por conta das obras, planos e projetos a serem instalados na faixa de 300 metros (de preservação permanente) de que trata o Artigo 3º, alínea *b*, da Resolução CONAMA nº 04/85.

Resolução CONAMA nº 10, de 1º de outubro de 1993 - Tal resolução estabelece os parâmetros básicos para a análise dos *estágios de sucessão* da Mata Atlântica a que se refere o Decreto nº 750/93. Traz também, as definições para:

- a) *vegetação primária e secundária* (Artigo 2º);
- b) estágios de regeneração (inicial, médio e avançado) da vegetação secundária (Artigo 3º) (que não se aplica aos ecossistemas associados à Mata Atlântica -manguezal, restinga, campo de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste -, segundo o Artigo 4º.
- c) manguezal, restinga, campo de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste (Artigo 5º);
- d) flora e fauna silvestres ameaçadas de extinção, vegetação de excepcional valor paisagístico, corredor entre remanescentes e entorno de unidades de conservação (Artigo 6º).

Por seu turno, as áreas rurais cobertas por vegetação primária ou nos estágios avançados e médios de regeneração da Mata Atlântica -e que não forem objeto de exploração seletiva (conforme previsto no Artigo 2º do Decreto 750/93) -são consideradas de interesse ecológico para a proteção dos ecossistemas (Artigo 7º).

Resolução CONAMA nº 06, de 04 de maio de 1994 - Define *vegetação florestal primária* (Artigo 1º) e estipula parâmetros -incluindo relação de espécies da flora -para a identificação das formações florestais Ombrófila Densa e Estacional Semidecidual, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

Resolução CONAMA nº 12, de 04 de maio de 1994 - Aprova o Glossário de Termos Técnicos elaborado pela Câmara Técnica Temporária para assuntos da Mata Atlântica.



Entre outros termos técnicos arrolados pela Resolução, mencionam-se: complexidade estrutural, diversidade biológica, dominância de espécies, ecótono, dossel, endemismo, espécie pioneira, floresta estacional, floresta ombrófila e remanescentes.

Resolução CONAMA n° 09, de 18 de abril de 1996 - Estipula, pelo Artigo 1°, que a vegetação remanescente de Mata Atlântica -expressa no parágrafo único do Artigo 4° do Decreto n° 750/93 -abrange a totalidade da vegetação primária e secundária em estágio inicial, médio e avançado de regeneração.

Resolução CONAMA n° 09, de 24 de outubro de 1996 - Caracteriza os *corredores entre remanescentes* sob o ponto de vista ecológico e florístico (Artigo 1°) e estabelece a largura mínima para distintas situações ambientais (Artigo 3°).

Âmbito estadual

Constituição do Estado do Rio de Janeiro (1989) - O Artigo 265° estabelece que os manguezais (Inciso I), as faixas marginais de proteção de água superficiais (Inciso 111) e as áreas que abriguem exemplares ameaçados de extinção, raros ou vulneráveis da flora (e fauna), bem como aquelas que sirvam de 'procriação (Inciso IV), são considerados de preservação permanente e, desse modo, sujeitos ao controle do Código Florestal. Pelo Artigo 266°, as coberturas florestais nativas assim como a zona costeira ficam sob a proteção da lei na forma de ARIE's (Áreas de Relevante Interesse Ecológico), cuja utilização dependerá da autorização dos órgãos competentes. Nestes locais, ficam proibidas quaisquer atividades que ponham em risco a proteção dos ecossistemas, de acordo com o disposto no Artigo 1° da Resolução CONAMA n° 001/89. Ainda sobre as áreas que apresentem cobertura florestal nativa, o Artigo 270° estabelece que sua existência é indispensável ao processo de desenvolvimento equilibrado e à sadia qualidade de vida de seus habitantes e, por tal, não poderão ter sua área reduzida.

Fauna

Âmbito federal

Decreto n° 24.645, 10 de julho de 1934 - Estabelece medidas de proteção à fauna;

Lei n° 5.197, de 03 de janeiro de 1967 - Dispõe sobre a proteção da fauna;

Decreto-lei n° 221, de 28 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a proteção e estímulo à pesca e dá outras providências;

Portaria n° 303, de 29 de maio de 1968 - Estabelece que a fauna indígena é propriedade da Federação e institui a Lista Oficial Brasileira de Espécies Ameaçadas de Extinção no País;

Portaria n° 3.481-DN, de 31 de maio de 1973 - Reconhece a Lista Oficial de Espécies Animais Ameaçadas de Extinção da Fauna Indígena;

Fauna e Flora

Âmbito federal



Decreto Legislativo nº 54, de 24 de julho de 1975 - Aprova o texto da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Silvestres em perigo de Extinção, firmada em Washington a 03 de março de 1973;

Decreto Legislativo nº 3, de 13 de fevereiro de 1943 - Aprova a convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América.

Âmbito estadual

Constituição do Estado do Rio de Janeiro (1989) - Através do Artigo 265, Inciso IV, fica estabelecida a necessidade de se proteger e preservar a fauna e a flora, em particular as espécies ameaçadas de extinção, vulneráveis e/ou raras. Pelo Artigo 258, Inciso XXV do Parágrafo 1º, é feita indicação sobre a responsabilidade do Poder Público no sentido de fiscalizar e controlar, na forma da lei, a utilização de áreas biologicamente ricas de manguezais, estuários e outros espaços de reprodução e crescimento de espécies aquáticas.

Monumentos Naturais, Arqueológicos e Pré-Históricos

Âmbito federal

Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 - Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e, através do Artigo 1º, parágrafo 2º, fica estabelecido que "Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamentos os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana".

Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961 - Dispõe sobre a proteção de monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1967 - Regulamentada pelo Decreto nº 86.561/81, considera de interesse turístico os bens de valor cultural e natural protegidos pela legislação específica, dentre os quais encontram-se aqueles de valor histórico, artístico, arqueológico e pré-histórico, entre outros. Tais sítios são declaradas Áreas Especiais de Interesse Turístico por Decreto do Poder Executivo ou locais de Interesse Turístico, por Resolução do Conselho Nacional de Turismo.

Unidades de Conservação

Âmbito Federal

Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - No Artigo 5º, letra a, desta Lei Federal que institui o novo Código Florestal, encontra-se explicitado que o Poder Público criará unidades de conservação de categorias diversas "com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos".

II Plano de Desenvolvimento Nacional, de 1974 - Estabelece as diretrizes e prioridades para a preservação e planejamento ambiental;



Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981 - Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental;

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. No Capítulo II, Inciso II, dispõe sobre a criação de espaços territoriais protegidos como instrumento de gestão ambiental.

Decreto nº 86.176, de 06 de julho de 1981 - Regulamenta a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1981;

Decreto nº 89.336, 31 de janeiro de 1984 - Dispõe sobre as Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico;

Resolução CONAMA nº 004, de 18 de setembro de 1985 - Pelo Artigo 3º, são consideradas Reservas Ecológicas:

a) os pousos das aves de arribação protegidos por Convênio, Acordos ou tratados assinados pelo Brasil com outras nações;

b) -as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

I -ao longo dos rios ou de outro qualquer corpo d'água, em faixa marginal além do leito maior sazonal medida horizontalmente, cuja largura mínima será: (a) de 5 (cinco) metros para rios com menos de 10 (dez) metros de largura; (b) igual à metade da largura dos corpos d'água que meçam de 10 (dez) a 200 (duzentos) metros; e (c) de 100 (cem) metros para todos os cursos d'água cuja largura seja superior a 200 (duzentos) metros;

II -ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais, desde o seu nível mais alto medido horizontalmente, em faixa marginal cuja largura mínima será: (a) de 30 (trinta) metros para os que estejam situados em áreas urbanas; (b) de 100 (cem) metros para os que estejam em áreas rurais, exceto os corpos d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros; e (c) de 100 (cem) metros para as represas hidrelétricas.

III -nas nascentes permanentes ou temporárias, incluindo os olhos d'água e veredas, seja qual for sua situação topográfica, com uma faixa mínima de 50 (cinquenta) metros e a partir de sua margem, de tal forma que proteja, em cada caso, a bacia de drenagem contribuinte.

IV no topo de morros, montes e montanhas, em áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços), da altura mínima da elevação em relação à base;

V -nas linhas de cumeada, em área delimitada a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura, em relação à base, do pico mais baixo da cumeada, fixando-se a curva de nível para cada segmento da linha da cumeada equivalente a 1000 (mil) metros;

VI -nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 100% (cem por cento) ou 45° (quarenta e cinco graus) na sua linha de maior declive;

VII nas restingas, em faixa mínima de 300 (trezentos) metros a contar da linha de preamar máxima;

VIII nos manguezais, em toda a sua extensão;

IX -nas dunas, como vegetação fixadora;

X -nas bordas de tabuleiros ou chapadas, em faixa com largura mínima de 100 (cem) metros;

(.:.)



XII- nas áreas metropolitanas definidas em lei, quando a vegetação natural se encontra em clímax ou em estágios médios e avançados de regeneração.

Nas montanhas ou serras, quando ocorrem dois ou mais morros cujos cumes estejam separados entre si por distâncias inferiores a 500 (quinhentos) metros, o Artigo 4º desta Resolução prevê que a área total protegida pela Reserva Ecológica abrangerá o conjunto de morros em tal situação e será delimitada a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) a altura, em relação à base do morro mais baixo do conjunto.

Por seu turno, Estados e Municípios, através de seus órgãos ambientais responsáveis, terão competência para estabelecer normas e procedimentos mais restritivos que os contidos nesta Resolução, com vistas a adequá-las às peculiaridades regionais e locais (Artigo 5º).

Resolução CONAMA nº 004 de 18 de junho de 1987 - Através do Artigo 1º, todas as unidades de conservação criadas a nível federal, estadual e municipal e previstas na legislação são declaradas como Sítios Ecológicos de Relevância Cultural (SERC). Pelos Artigos 2º e 3º passam a ser consideradas SERC's igualmente as Reservas Ecológicas especificadas no Artigo 18 da Lei n.º 6.938/81 e aquelas previstas no Artigo 3º do Código Florestal Brasileiro bem como Patrimônio Espeleológico nacional.

Resolução CONAMA nº 11, 03 de dezembro de 1987 - Declara diversas unidades de conservação Como Sítios Ecológicos de Relevância Cultural para os efeitos da Lei Sarney. Através do Artigo 1º, passam à categoria de Sítios Ecológicos de Relevância Cultural todas as unidades de conservação previstas na legislação, Monumentos Naturais, Jardins Botânicos, Jardins Zoológicos e Hortos Florestais criados a nível federal, estadual e municipal. São também declarados sítios ecológicos de relevância cultural as Reservas Ecológicas especificadas no Artigo 18, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, assim como as Reservas Ecológicas previstas no Artigo 3º do Código Florestal Brasileiro (Artigo 2º). Incluem-se ainda nesta relação as Estações Ecológicas Parques Nacionais, Estaduais e Municipais bem como as Áreas de Proteção Ambiental, especialmente suas zonas de vida silvestre e os corredores ecológicos. O Patrimônio Espeleológico Nacional é também considerado patrimônio natural e como tal *Sítio Ecológico de Relevância Cultural* (Artigo 3º).

Resolução CONAMA nº 10, de 03 de dezembro de 1988 - Conceitua e regulamenta as Áreas de Proteção Ambiental (APA's) bem como estabelece diretrizes para o zoneamento e uso e ocupação do solo. No Artigo 9º, Parágrafo Único, é feita menção à área destinada à *reserva legal* dos lotes existentes no interior de uma APA, a qual, a critério da entidade administradora da referida unidade de conservação, deverá ficar concentrada num só lugar, sob a forma de condomínio formado pelos proprietários dos lotes.

Resolução CONAMA nº 11, de 14 de dezembro de 1988 - Tal Resolução faz menção ao combate a incêndios e queimadas de manejo no interior de unidades de conservação. Vale destacar, em particular, o Artigo 1º, que especifica que as unidades de conservação que contêm ecossistemas florestais, mesmo quando atingidas pela ação do fogo, devem sempre continuar a ser mantidas com vistas a sua recuperação natural através dos processos da sucessão ecológica.

Resolução CONAMA nº 12, de 14 de dezembro de 1989 - O Artigo 1º faz referência a Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) nas quais ficam proibidas quaisquer atividades que possam por em risco a (a) conservação dos ecossistemas, (b) proteção especial à espécies de biota localmente raras e (c) harmonia da paisagem. No artigo 3º, é



dada ênfase ao fato à necessidade do Poder Público (federal, estadual ou municipal) responsável pela criação da ARI E exercer atividades de supervisão e fiscalização bem como estabelecer proibições ou restrições tendo em vista o disposto no Artigo 1°. Esta Resolução também revoga a Resolução CONAMA n° 002/88 que trata da definição das atividades que poderão ser exercidas em Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE's).

Resolução CONAMA n° 13, de 06 de dezembro de 1990 - Determina que o(s) órgão (s) responsável (eis) por unidades de conservação defina (m) as atividades que possam afetar a sua biota. Estabelece, também, por intermédio do Artigo 2°, que as atividades desenvolvidas num raio de 10 quilômetros na região de entorno de unidades de conservação -e que possam afetar negativamente sua biota -deverão ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente.

Decreto n° 750, de 1993 -Através do Artigo 7°, fica proibida a utilização das áreas de preservação permanente, de que tratam os artigos 2° e 3° da Lei 4.771/65, bem como a exploração de vegetação que exerça a função de proteger espécies da flora e fauna silvestres ameaçadas de extinção, que forme corredores entre remanescentes de vegetação primária ou em estágio avançado e médio de regeneração ou ainda que proteja o entorno de unidades de conservação.

Resolução CONAMA n° 02, de 18 de abril de 1996 - Esta Resolução do CONAMA estabelece, pelo Artigo 1°, que empreendimentos cujas atividades venham a causar impactos ambientais relevantes, como a destruição de florestas e ecossistemas diversos, deverão criar, com medida compensatória, unidades de conservação preferencialmente do tipo *Estação Ecológica*. O responsável pelo empreendimento, após a implantação da referida unidade, transferirá seu domínio à entidade do Poder Público responsável pela administração de unidades de conservação, realizando sua manutenção mediante convênio com o órgão competente (Artigo 5°). Esta Resolução revoga sua similar (n° 02) editada pelo CONAMA em 1987.

Âmbito estadual

Decreto-lei n° 134, de 16 de junho de 1975 - Estabelece a demarcação da Faixa Marginal de Proteção dos cursos d'água, na largura mínima estabelecida no Artigo 14 do Decreto n° 24.643/34.

Lei n° 784, de 1984 - Estabelece normas para a concessão prévia pelo Estado aos projetos de parcelamento do solo urbano nas áreas declaradas de interesse especial à proteção ambiental.

Constituição do Estado do Rio de Janeiro (1989) - Estabelece, como uma das obrigações do Poder Público, a implantação de um sistema de unidades de conservação que seja representativo dos ecossistemas originais de espaço territorial do Estado. No Capítulo VIII, que trata do Meio Ambiente, fica estipulado, através do Artigo 258, Parágrafo 1°, Inciso 111, que, entre outras atribuições, cabe ao Poder Público defender e zelar pela recuperação e proteção do meio ambiente através da implantação de sistema de unidades de conservação representativo dos ecossistemas. A Constituição estabelece, adicionalmente, que são áreas de preservação permanente os manguezais, lagos, lagoas e áreas estuarinas (Inciso I), as praias, vegetação de restingas, dunas, costões rochosos e cavidades naturais subterrâneas-cavernas (Inciso II), as nascentes e as faixas marginais de proteção de águas superficiais (Inciso III), as áreas que abrigam exemplares ameaçados



de extinção, raros, vulneráveis ou menos conhecidos, na fauna e na flora, bem como aqueles que sirvam de local de pouso, alimentação ou reprodução (Inciso IV) e as áreas de interesse paisagístico (entre outras) (Inciso V). Já pelo Artigo 268, são definidas, igualmente, quais são as áreas que devem ser destinadas à preservação permanente (vide Item FLORA neste capítulo).

Âmbito municipal (Cabo Frio)

Lei nº 1.123, de 1991 - Algumas áreas de especial interesse ambiental são definidas através do Artigo 16, ao passo que os artigos 63 a 80 estabelecem a política ambiental do Município.

Disposições Gerais sobre o Uso do solo

Âmbito federal

Lei nº 25, de 30 de novembro de 1935 – Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940 - Decreta o Código de Minas;

Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962 - Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre a sua aplicação;

Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências;

Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964 - Dispõe sobre o Condomínio em edificações e as Incorporações Imobiliárias.

Lei nº 4.947, de 06 de abril de 1966 - Fixa normas de Direito Agrário, cujo Artigo 2, Parágrafo único, do Capítulo 11, trata de desapropriações de imóveis rurais para fins de acesso ao sistema de transportes e outros fins;

Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 – Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo e dá outras providências.

Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 - Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985 (Código de Minas), de 29 de janeiro de 1940;

Decreto-lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1972 - Estabelece e amplia o Decreto-lei nº 2.490, de 16 de agosto de 1940, que trata sobre terrenos de Marinha;

Resolução CONFEA nº 218, de 29 de junho de 1973 – Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Resolução CONFEA nº 221, de 29 de agosto de 1974 – Dispõe sobre o acompanhamento pelo autor ou pelos autores ou co-autores do projeto, da execução da obra respectiva de engenharia, arquitetura ou agronomia.

Resolução CONFEA nº 225, de 06 de dezembro de 1974 – Relaciona os cargos e funções dos serviços de administração direta e indireta da União, dos Estados e dos Municípios, para cujo exercício seja necessário o título de engenheiro, arquiteto ou engenheiro agrônomo.



Lei nº 6.496 , de 07 de dezembro de 1977- Institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na proteção de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia- CONFEA, de uma Mútua de Assistência Profissional, e dá outras providências.

Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 - Dispõe sobre o parcelamento de solo urbano e dá outras providências;

Decreto nº 91.145, de 15 de março de 1985 - Cria o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e dispõe sobre sua estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona.

Lei nº 9.785 , de 29 de janeiro de 1999 - Altera a **Lei 6.766/79**

Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências – ESTATUTO DA CIDADE

Âmbito municipal (Armação dos Búzios)

Lei Complementar nº 002 , de 24 de fevereiro de 2000 – Dispõe sobre a Lei de Uso e Ocupação do Solo – Município de Armação dos Búzios.

Lei Complementar nº 003 , de 31 de Dezembro de 1999 – Dispõe sobre a Lei de Parcelamento do Solo do Município de Armação dos Búzios.



**COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBO DA RASA
MUNICÍPIO DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS**

**Secretaria de Estado e Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do
Interior – SEAAPI.**

Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro – ITERJ.

MEMORIAL DESCRITIVO

Área 1 – Rua Justiniano de Souza, Poste de Iluminação CERJ nº 27, área 900 m².

Área 2 – Rua Vila Verde nº 3, área 9.000 m², assim descrita, terreno retangular, situado no cruzamento da estrada que vai para Cabo Frio com a Rua das Flores, possuindo 150 metros de frente para a Rua das Flores e 60,00 metros de profundidade na estrada que vai para Cabo Frio.

Área 3 – Estrada José Bento Ribeiro Dantas, Poste de Iluminação CERJ nº 70, área de 600 m².

Área 4 – Rua Vila Verde casa nº 13, com 580,00 metros de frente para a Rua Vila Verde e 500,00 metros de profundidade, área retangular com 30,16 hectares.

Área 5 – Rua Bento Ribeiro Dantas, nº 511 - fundos, com 680,00 m².

Área 6 – Rua Bento Ribeiro Dantas, nº 512, com 680 m².

Área 7 – Morro do Arpoador. Partindo da estrada que vai de Búzios para Cabo Frio, toma-se uma vicinal situada na margem esquerda da referida estrada até alcançar o ponto P1 de coordenadas UTM 195149 e 7481926; segue rumo Nordeste, pela margem da referida estrada, por uma distância aproximada de 1.000,00 metros até alcançar junto ao mar a ponta do Pai Vitório, onde se localiza o ponto P2 de coordenadas UTM 1964500 e 7482990; segue rumo oeste, por uma distância aproximada de 1.000 metros pela Praia dos Negros, até alcançar o ponto de P3 de coordenadas UTM 1955500 e 7482900; segue rumo sudoeste por aproximadamente 600,00 metros, pela margem esquerda de uma estrada vicinal, até alcançar o ponto P1, início da presente descrição, com uma área aproximada de 27,50 hectares.

Área 8 – Rua da Rasa, Poste de Iluminação CERJ nº 131, área 450m².

Pelas razões expostas, o Grupo Técnico instituído pela Portaria Interna da Fundação Cultural Palmares nº 08 de 19 de novembro de 1998 e recomenda a aprovação dos estudos de Identificação e Reconhecimento Territorial da Comunidade Negra Rural da Rasa com fulcro no Art. 68 da ADCT e nos Arts. 215 e 216 da CF/88 e que seja acatada a proposta para Delimitação das terras ocupadas por essa Comunidade, no Município de Búzios, Estado do Rio de Janeiro, seguindo os trâmites necessários a titulação à Comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa e sua conseqüente Demarcação dos limites do Memorial Descritivo acima.

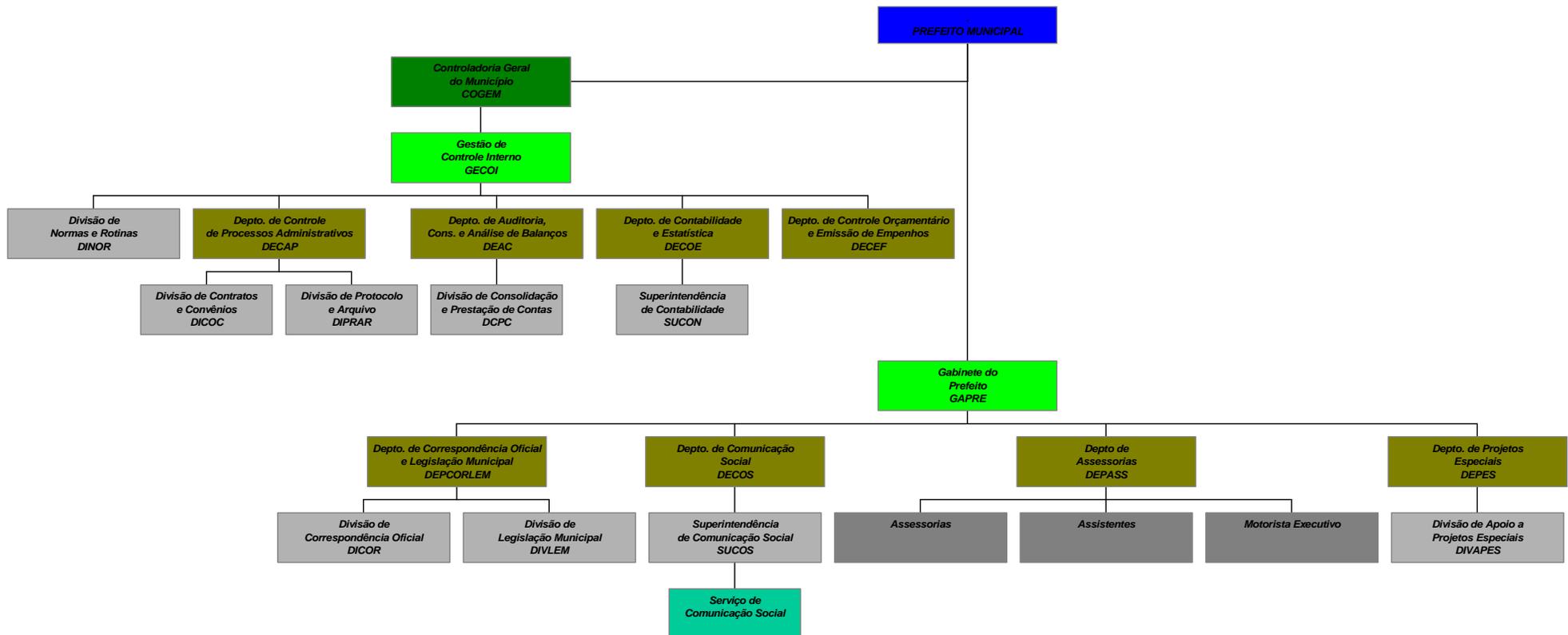
Dulce Maria Pereira
Fundação Palmares



Organogramas da Administração

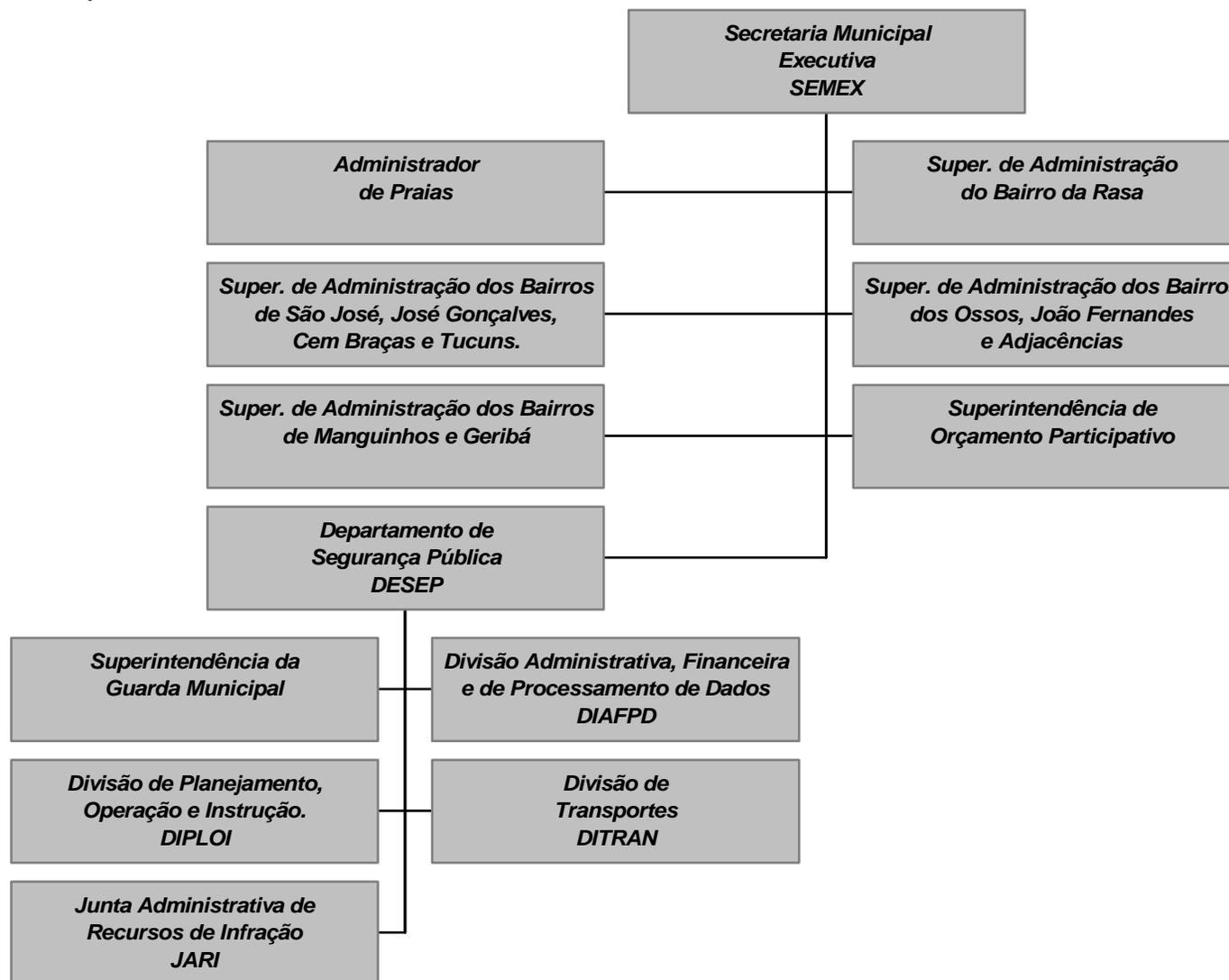


Prefeitura Municipal



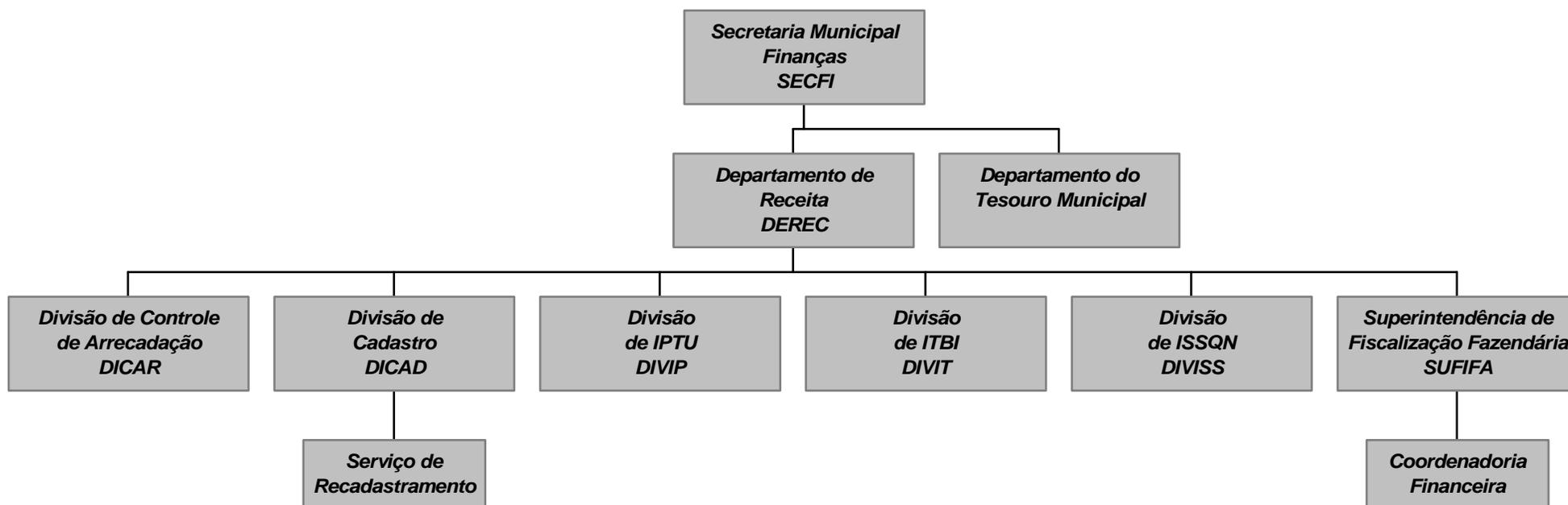


Secretaria Municipal Executiva - SEMEX



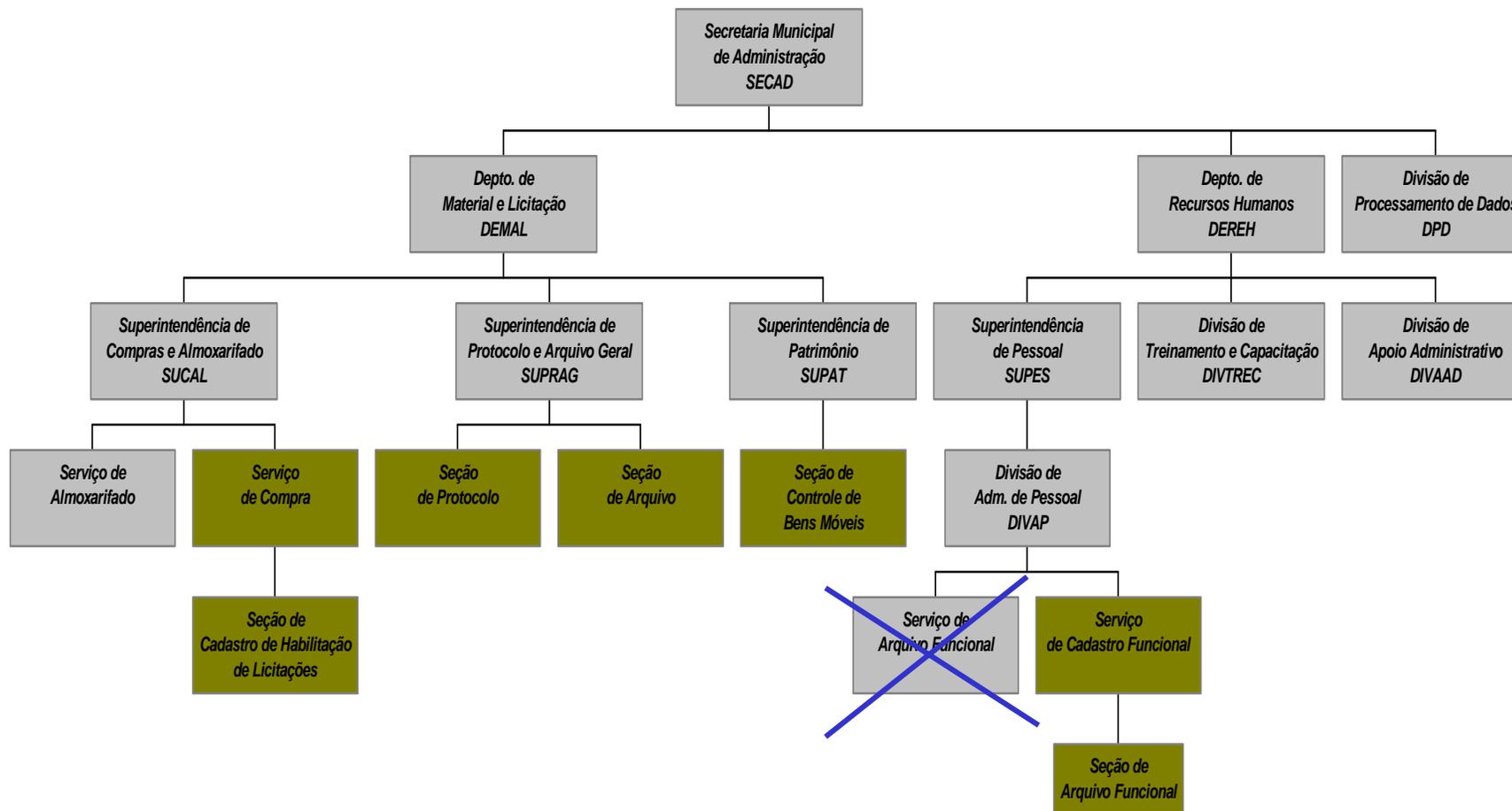


Secretaria Municipal de Finanças - SECFI



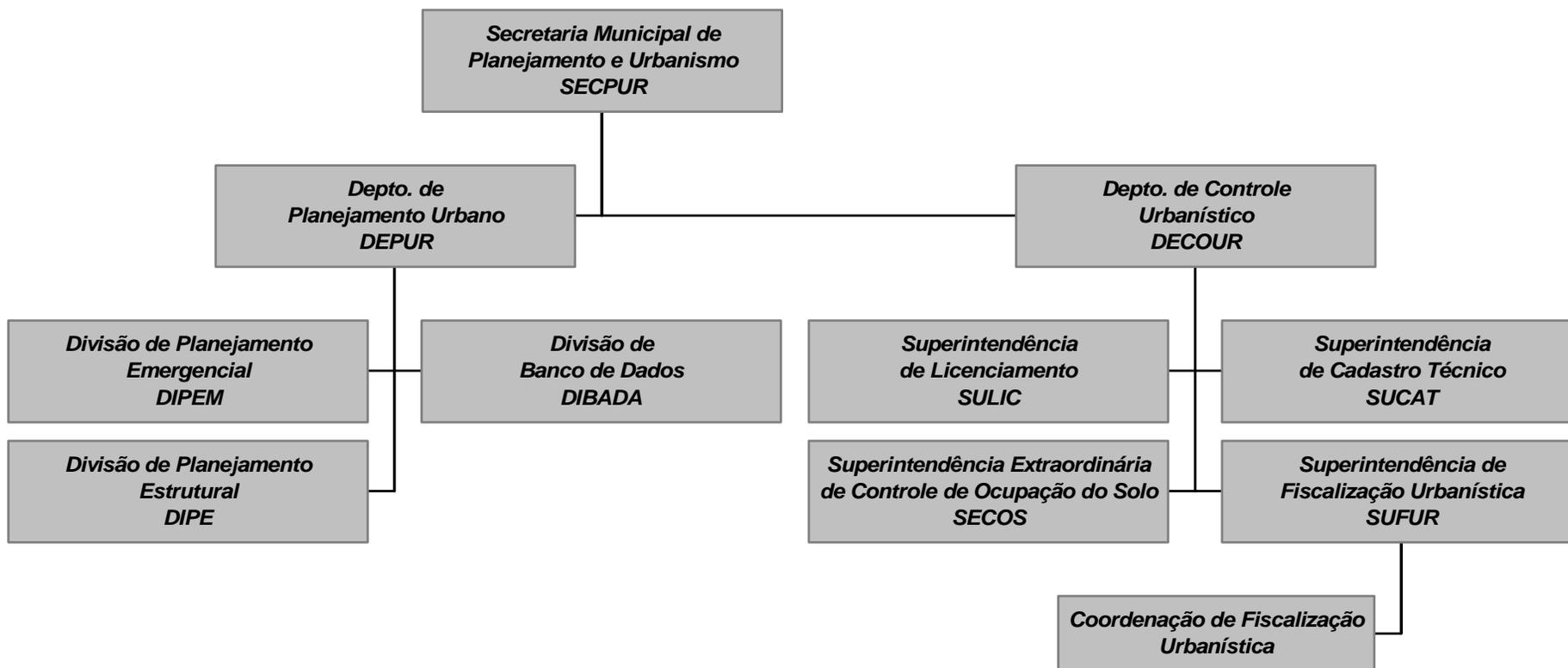


Secretaria Municipal de Administração - SECAD



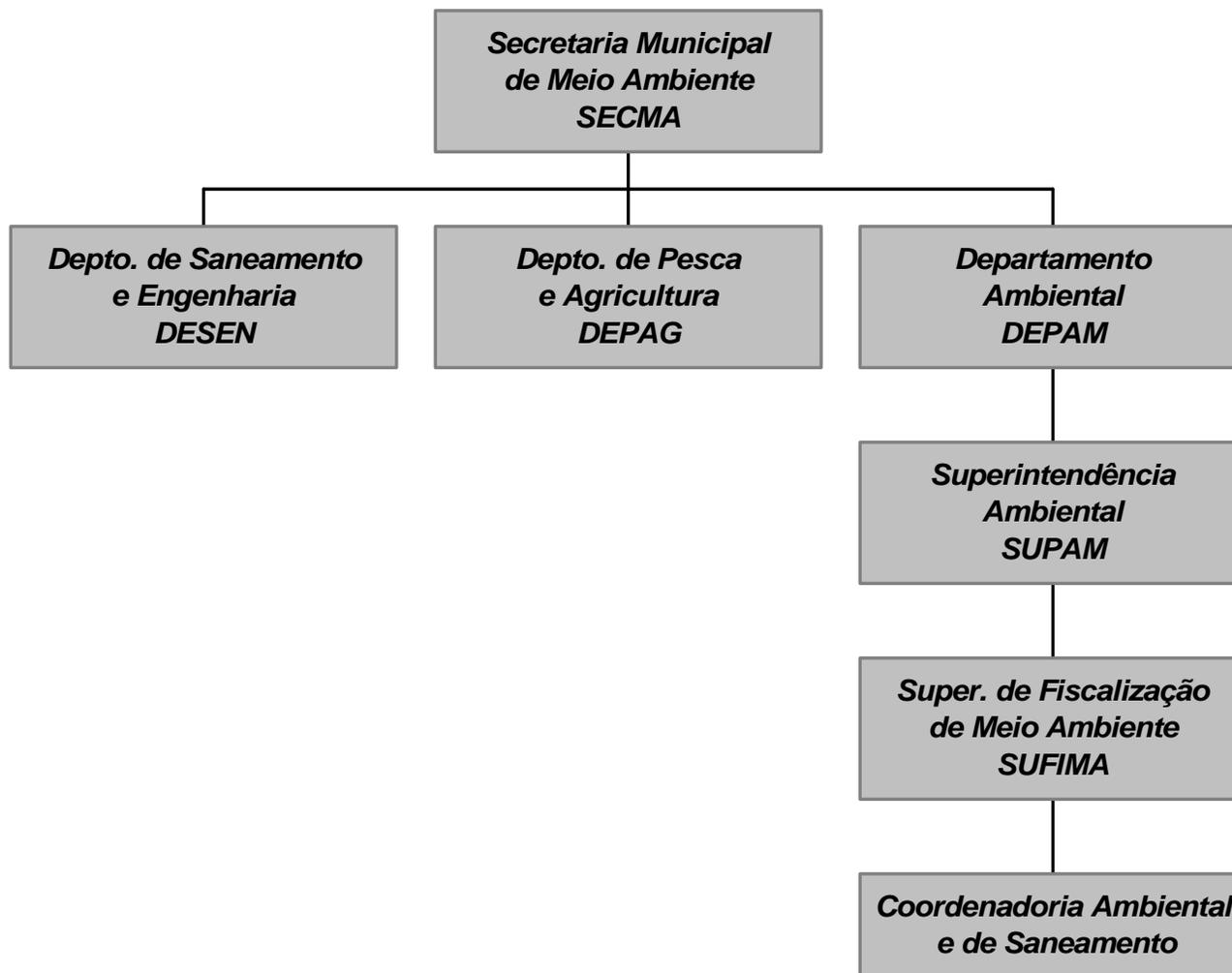


Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo - SECPUR





Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SECMA





Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários – SEHAB





Secretaria de Promoção Social - SEPROS



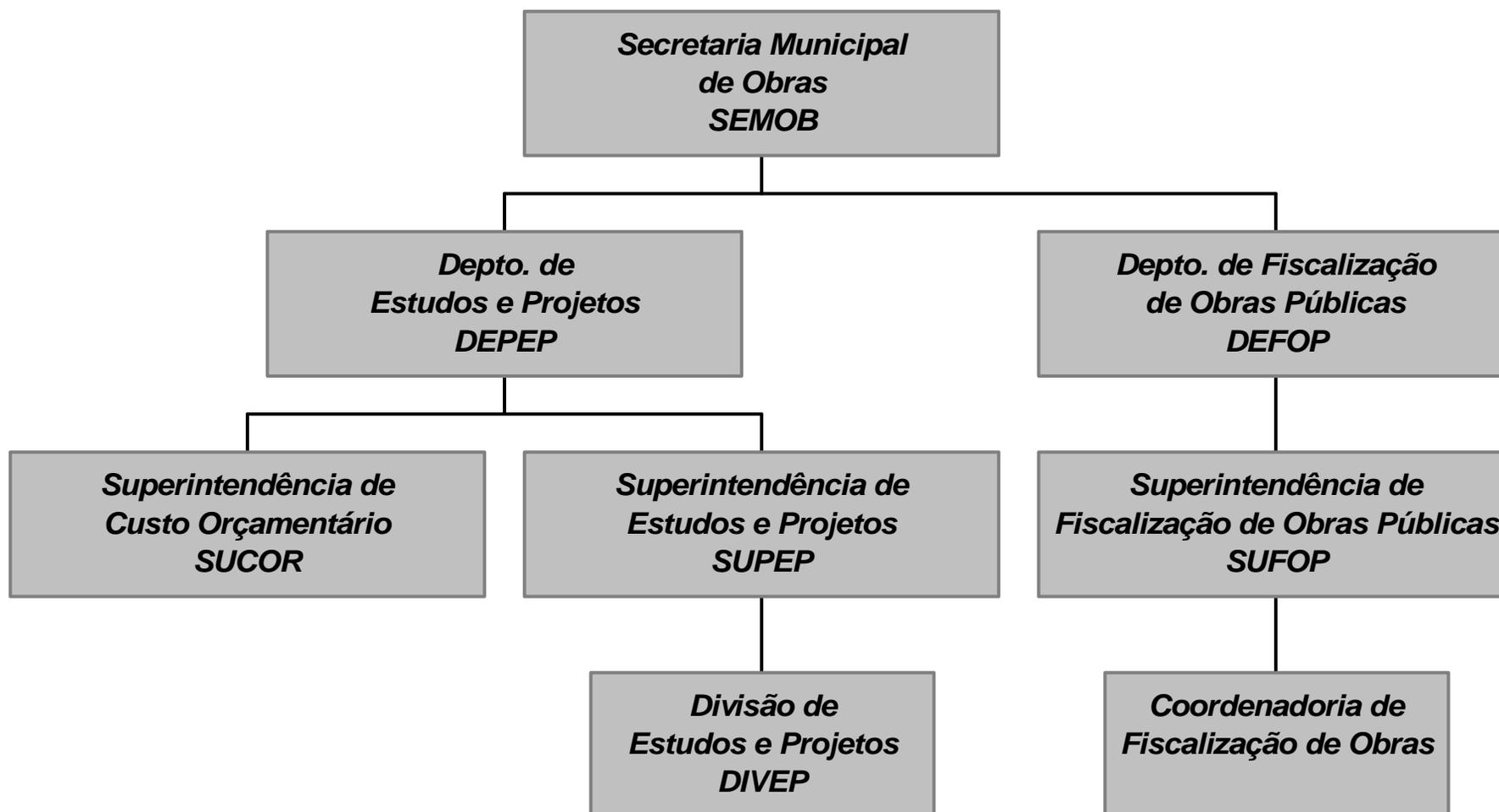


Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SESEP



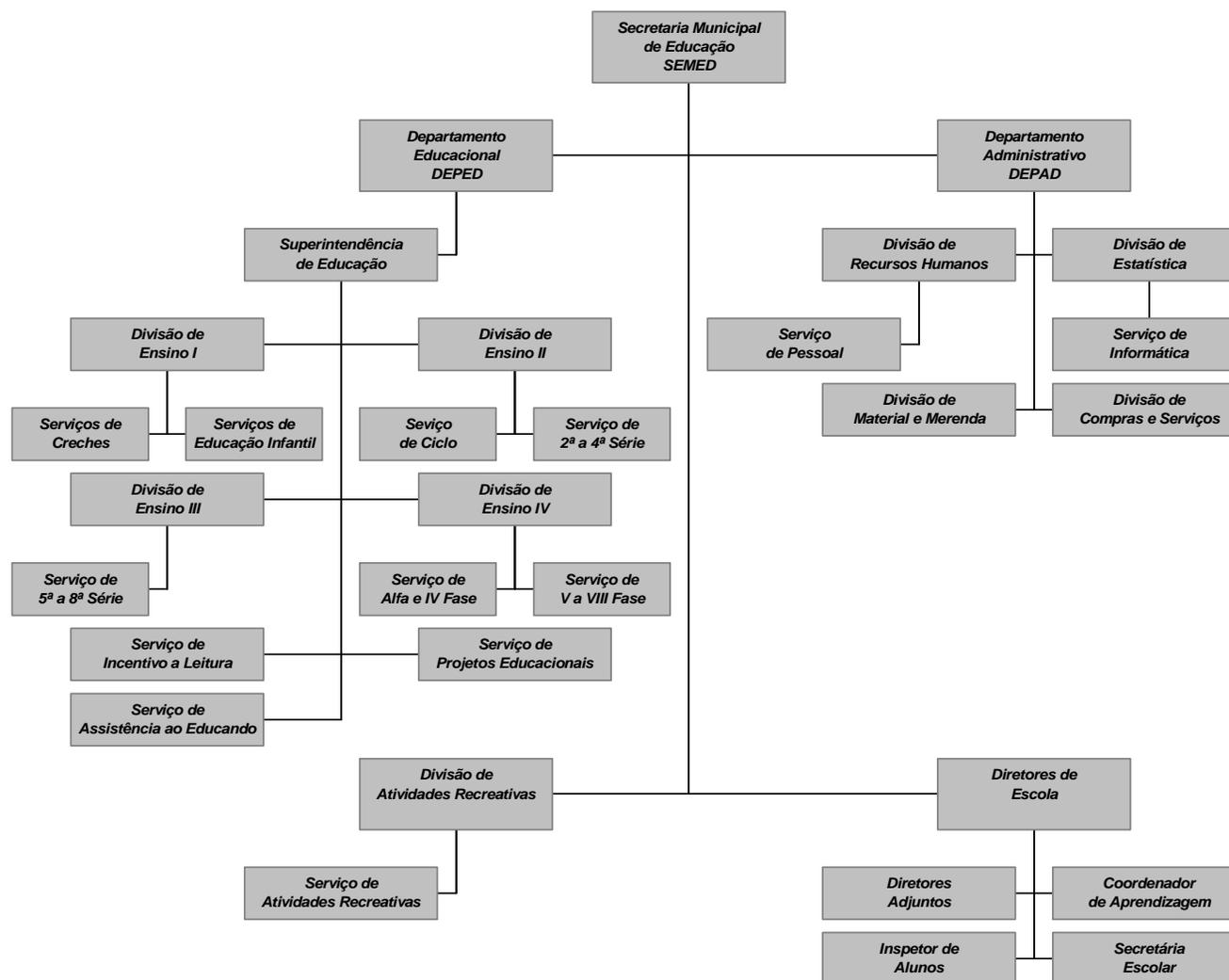


Secretaria Municipal de Obras – SEMOB



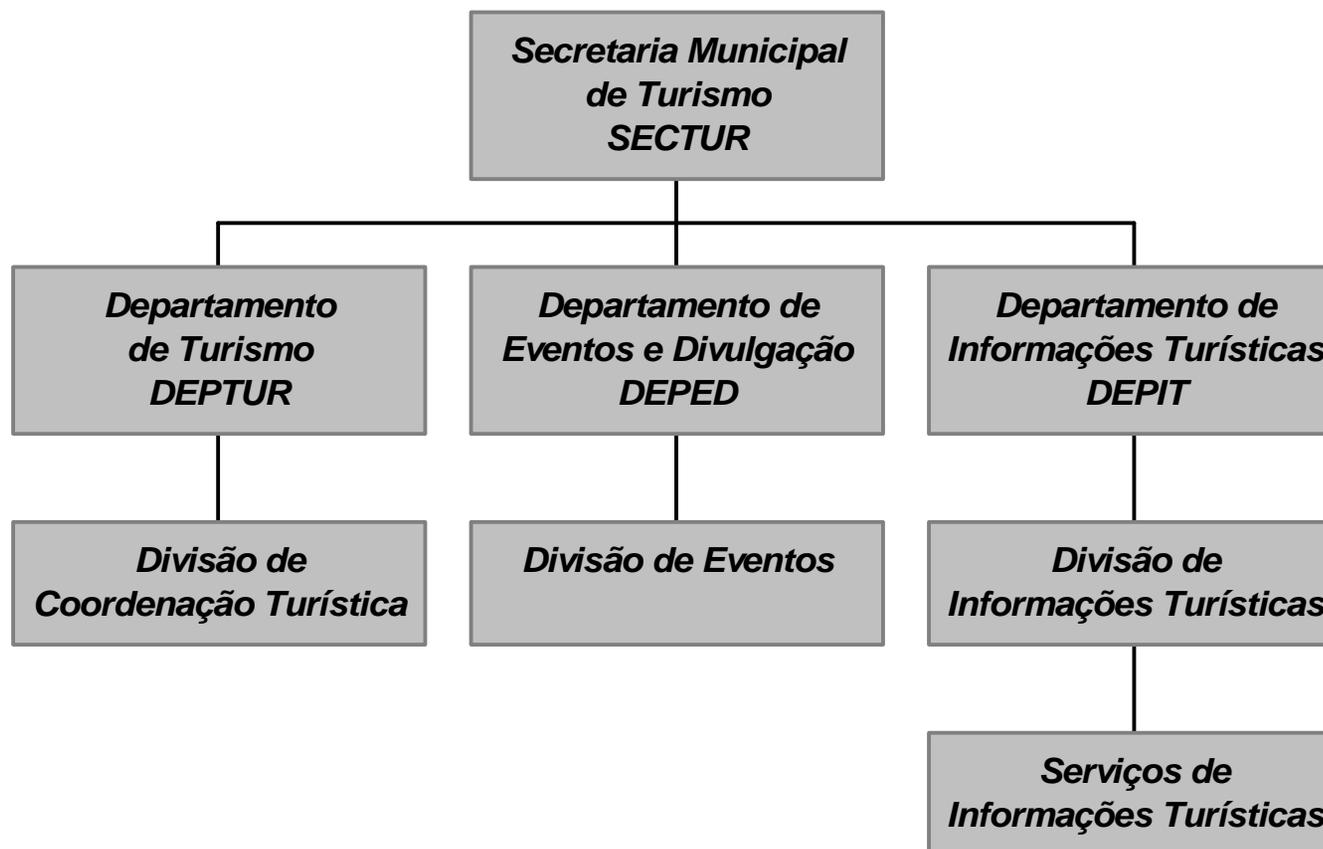


Secretaria Municipal de Educação – SEMED



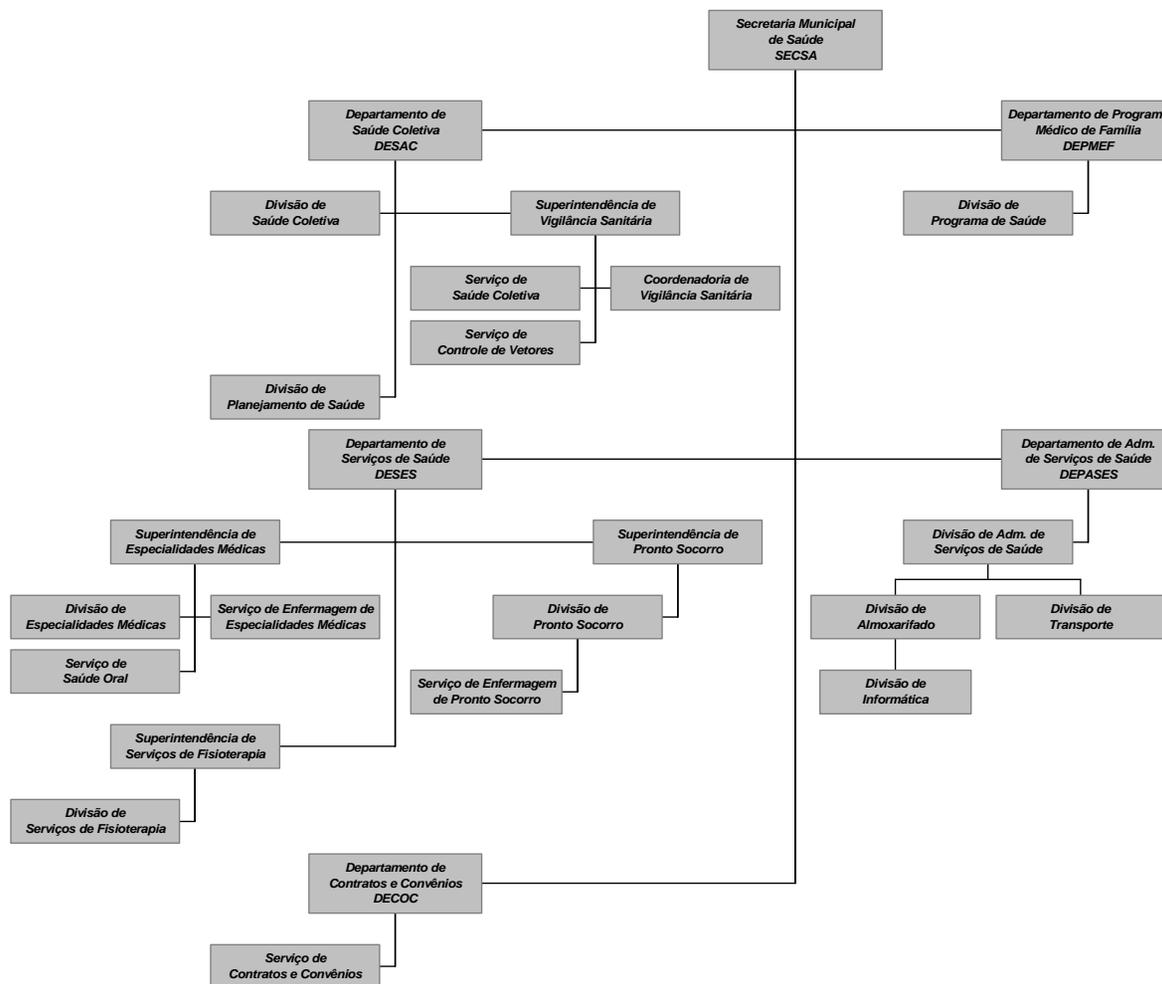


Secretaria Municipal de Turismo - SECTUR



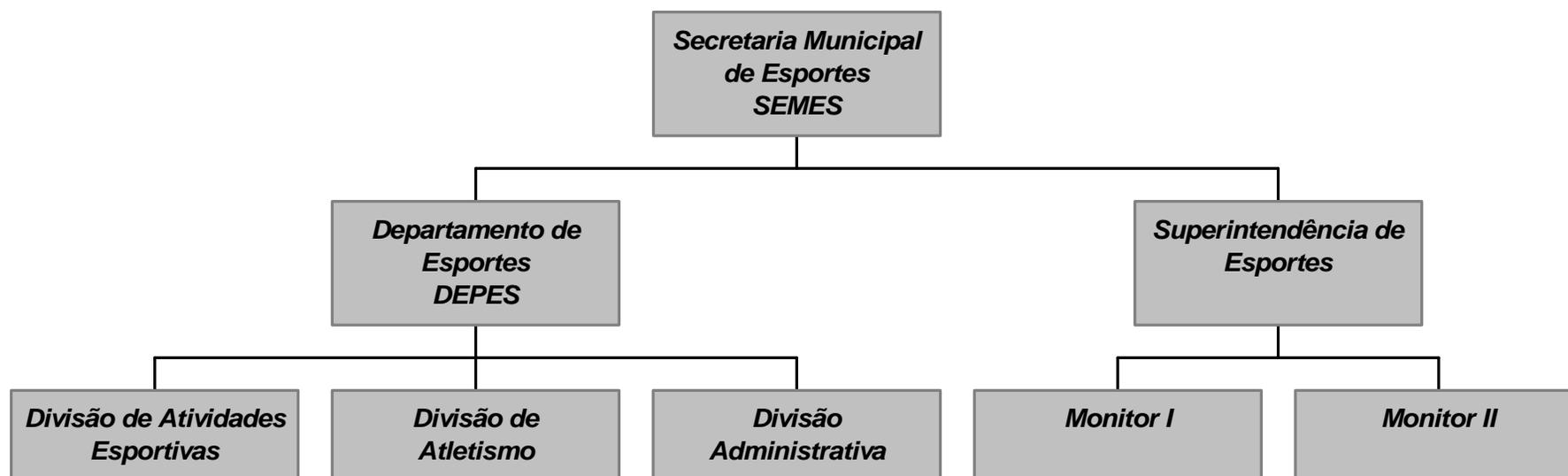


Secretaria Municipal de Saúde - SECSA





Secretaria Municipal de Esportes – SEMES





Procuradoria Geral do Município - PROGEM

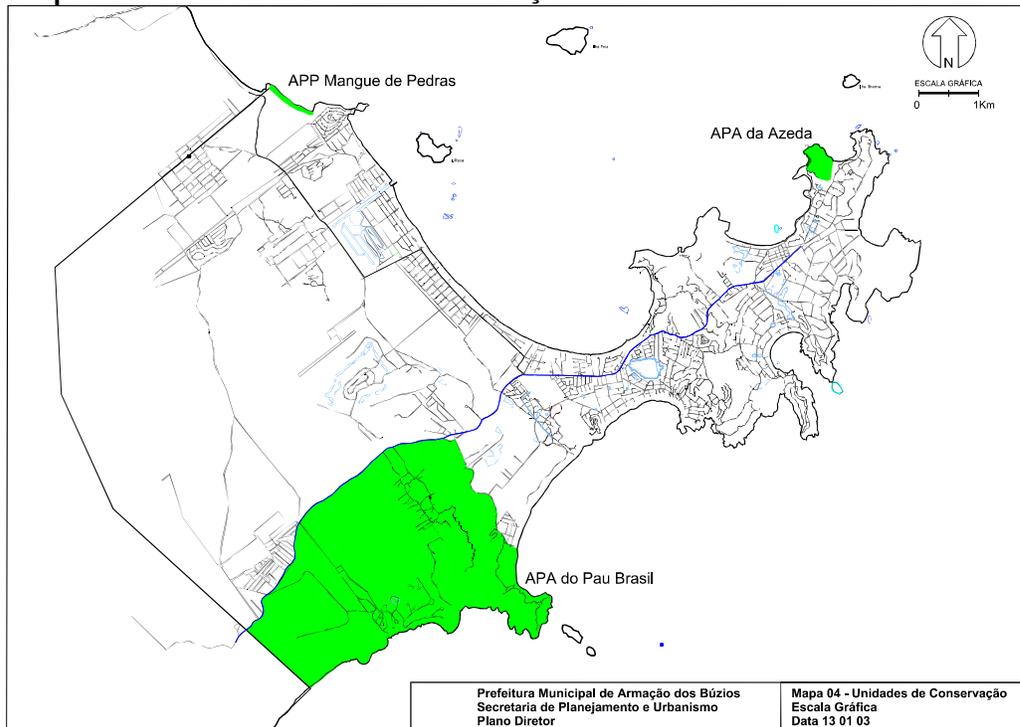




Mapas

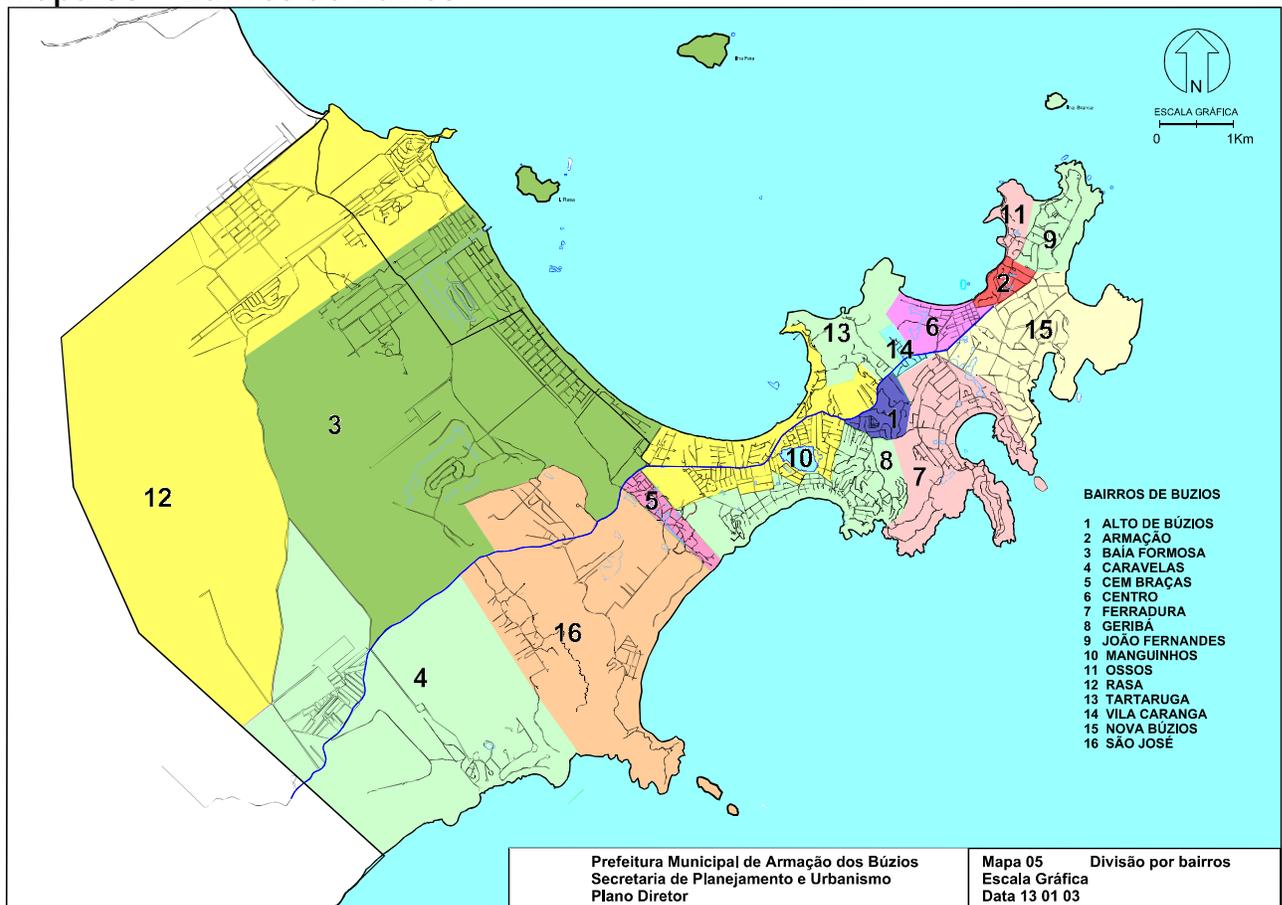


Mapa 04 - Unidades de Conservação





Mapa 05 – Bairros de Búzios





Mapa 05a - Alto de Búzios



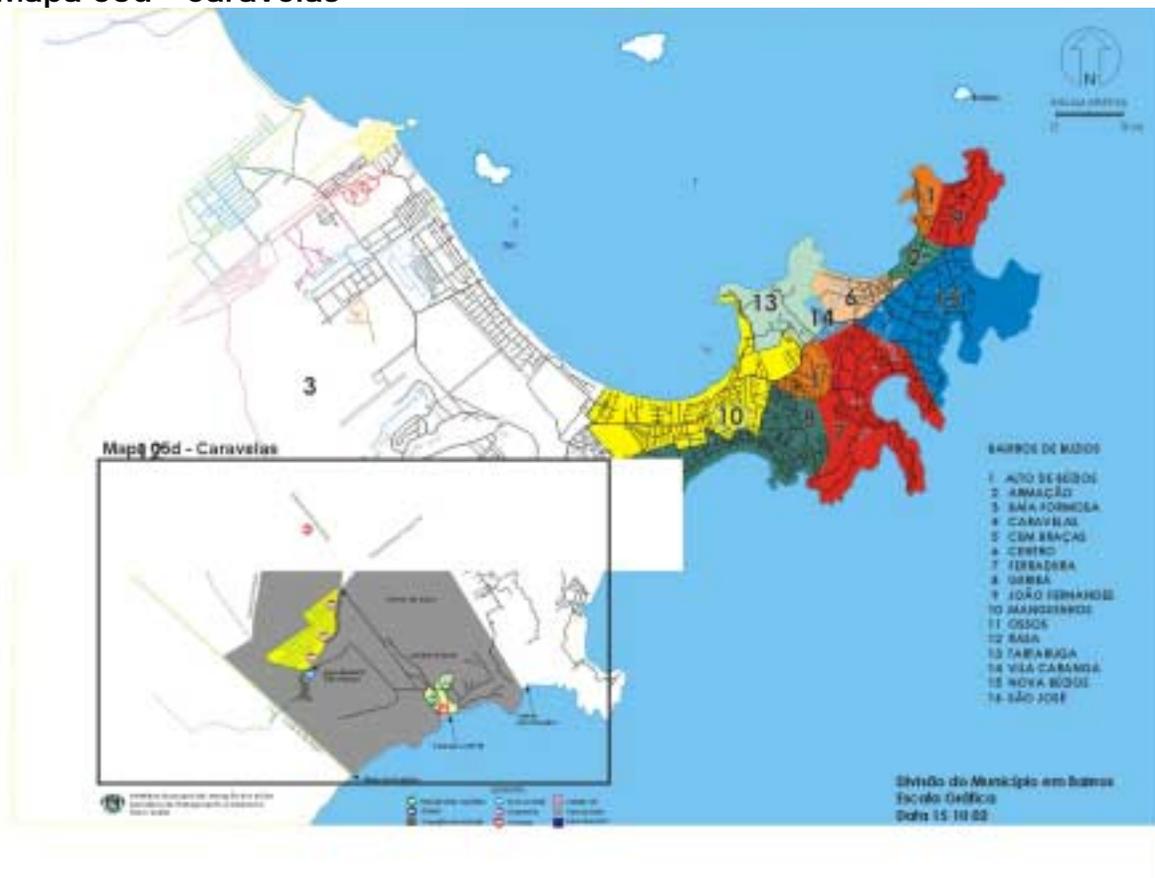


Mapa 05b - Armação



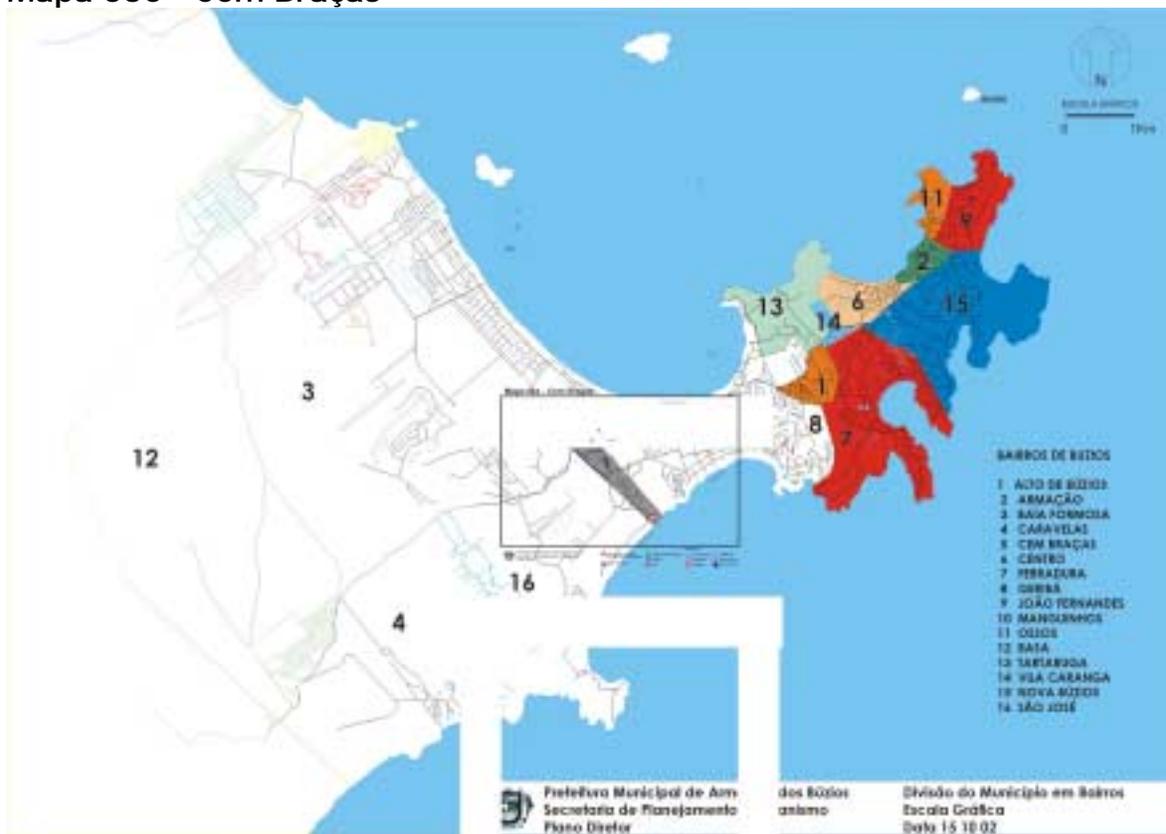


Mapa 05d - Caravelas





Mapa 05e - Cem Braças





Mapa 05f - Centro



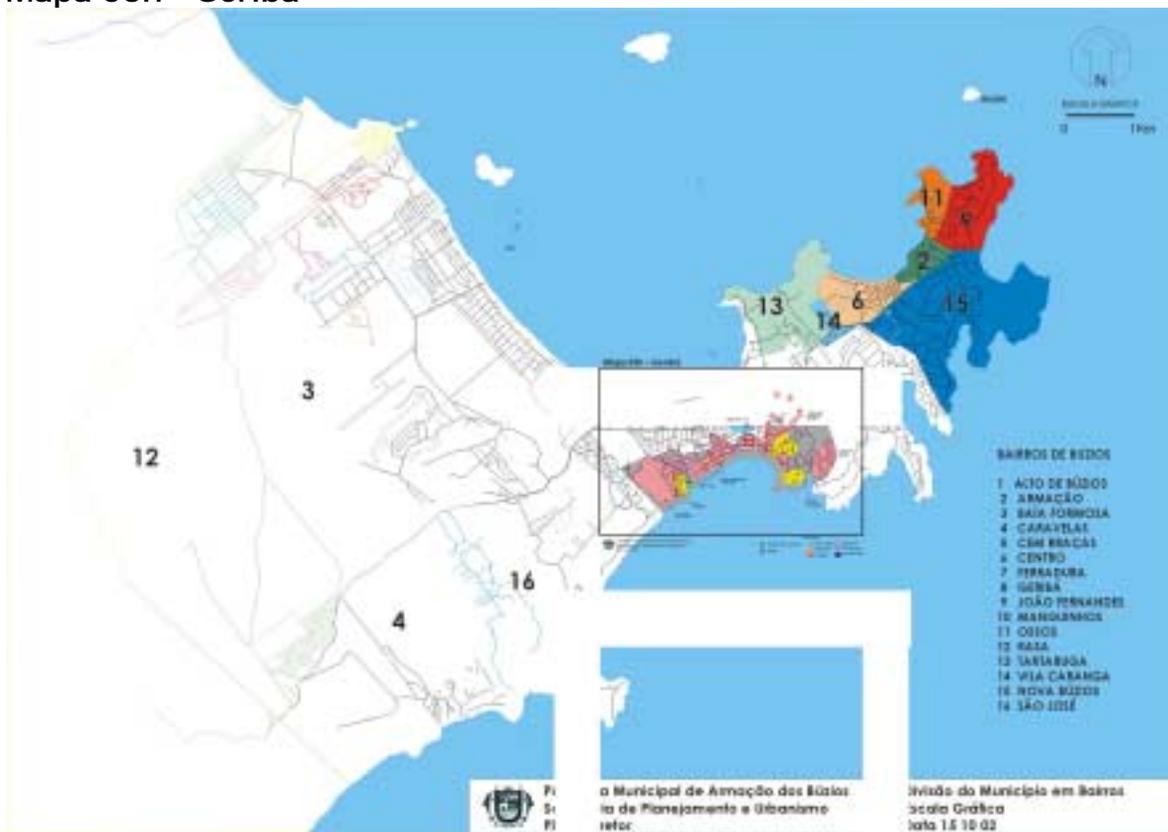


Mapa 05g - Ferradura



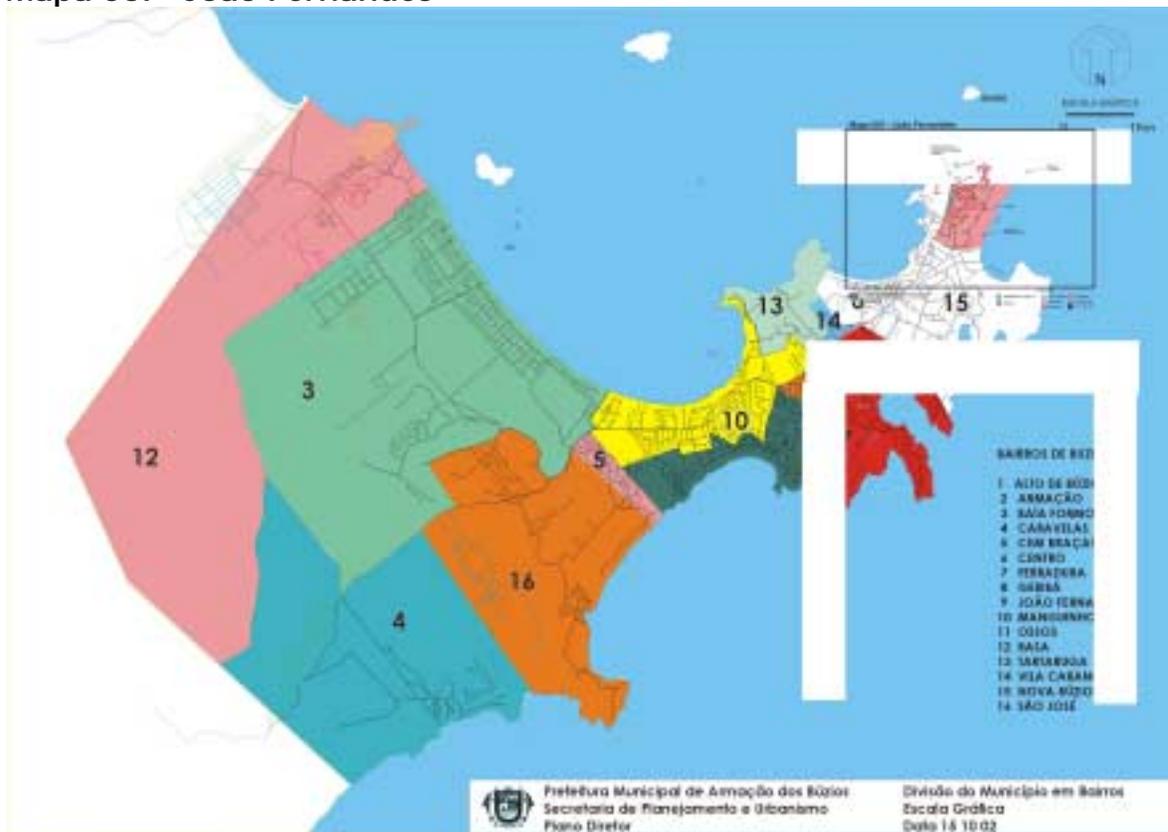


Mapa 05h - Geribá





Mapa 05i - João Fernandes



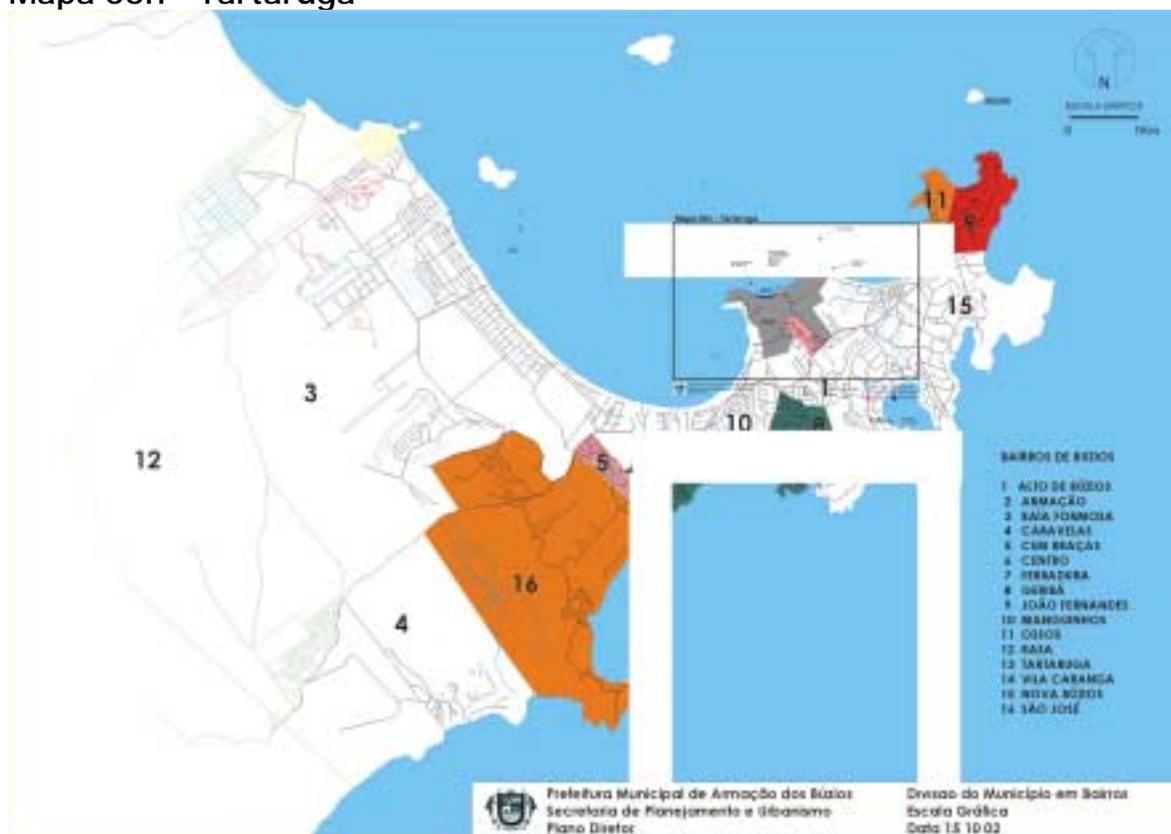


Mapa 051 - Ossos





Mapa 05n - Tartaruga



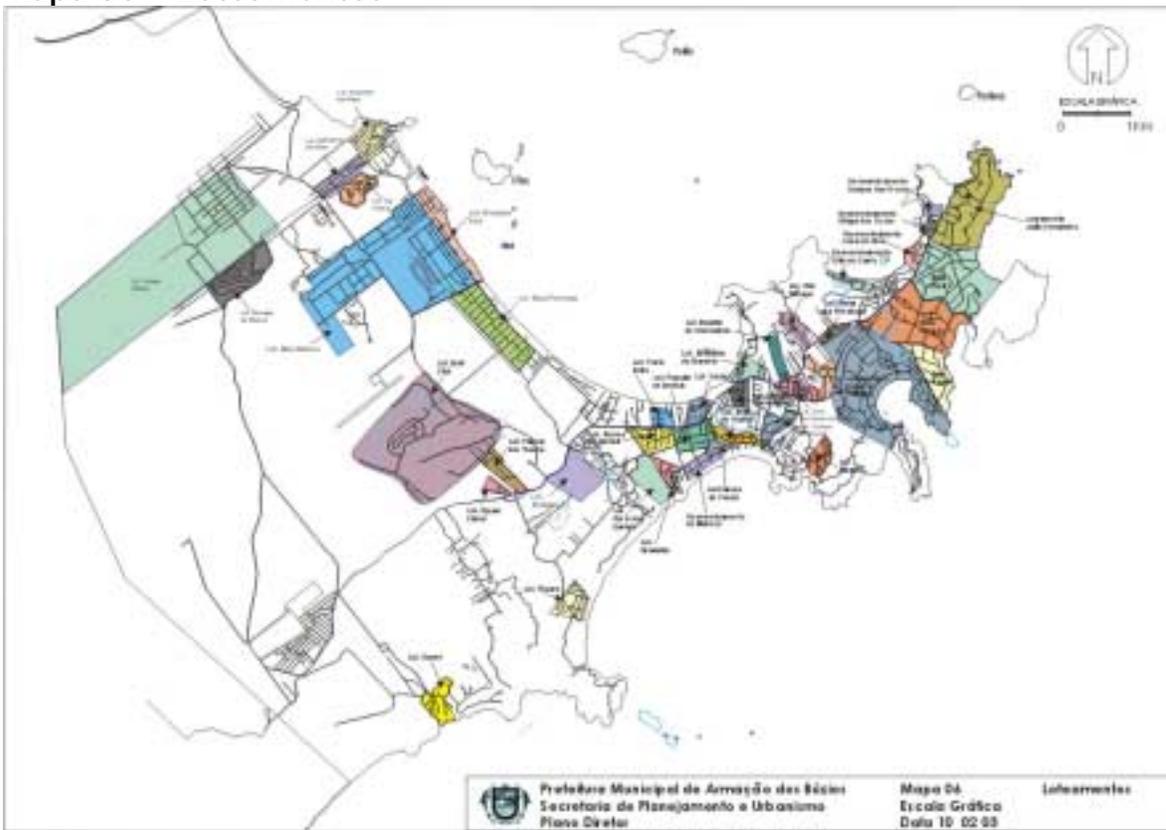


Mapa 05o - Vila Caranga





Mapa 06 – Loteamentos





Mapa 07 – Ocupação dos imóveis

